História: Espaços, poder, cultura e sociedade

Denise Pereira
(Organizadora)

Ano 2021

História: Espaços, poder, cultura e sociedade

Denise Pereira
(Organizadora)

Ano 2021

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes editoriais
Natalia Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os autores

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

História: espaços, poder, cultura e sociedade

Diagramação:	Camila Alves de Cremo
Correção:	Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação:	Gabriel Motomu Teshima
Revisão:	Os autores
Organizadora:	Denise Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-438-9
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.389212608

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “*História: Espaços, poder, cultura e sociedade” proporciona* um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Tais como olhar a história sob a ótica de espaços de poder e da diversidade cultural dentro de uma sociedade global.

A sociedade que se delimita através dos enfoques e das interpretações do historiador, e que pressupões a perspectiva a partir da qual eles são traçados, sem que haja distinção relevante entre o campo específico do conhecimento que se constitui e o sujeito que conhece. Concebida assim, a partir dessa definição do campo social, a sociedade, que se pretende investigar pela ótica da historiografia, pressupões a especificidade do jogo de relações e posições que conduzem à configuração política e cultural, inscrita na experiência dos sujeitos, incluindo a dos próprios pesquisadores.

Ao mesmo tempo devemos compreender, que por meio de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade globalizada ampliou-se as facilidades de comunicação e, consequentemente, a transmissão dos valores culturais, transformações das configurações da economia, da política, da educação, principalmente dos percursos da história.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DOS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS

Data de aceite: 24/08/2021

Deilson do Carmo Trindade
Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – PPGSCA/UFAM; Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM

RESUMO: Este texto pretende fazer uma breve abordagem sobre o trabalho artístico nos galpões dos bois-bumbás na cidade de Parintins, no Estado do Amazonas, a partir da trajetória histórica da ocupação e colonização da Amazônia, procurando mostrar como a temática do trabalho, presente no meio social, é inerente ao homem Amazônico. Primeiramente, apresentaremos as impressões incipientes sobre a Amazônia a partir dos relatos de cronistas e viajantes que estiveram na região. O imaginário construído por eles colaborou para justificar a opressão e o preconceito contra os povos indígenas, o que facilitou sua exploração, que ainda é vista entre os trabalhadores do boi-bumbá. Desde as primeiras expedições na região o europeu se beneficiou do trabalho indígena, fundamental para seu empreendimento colonizador. A utilização de mão de obra nativa na ocupação da Amazônia também significou a apropriação de seus conhecimentos em prol da exploração da floresta. A reciprocidade no trabalho artístico pode ser entendida hoje como um legado de uma ancestralidade indígena, e também encontramos semelhanças significativas entre o trabalho nos seringais e nos galpões do boi-bumbá. Hoje em dia, a Amazônia ainda é percebida por muitos como uma fronteira a ser cruzada por projetos de desenvolvimento que pensados de fora para dentro, em geral, muitos tendem a fracassar, contribuindo para a cristalização de preconceitos em sua população. Isso nos leva a pensar na noção de mundos do trabalho, conceito que na Amazônia pode ser visto desde o trabalho na fábrica, até os trabalhadores dos galpões do boi-bumbá, que produzem anonimamente a festa que é consumida por muitos, sem, no entanto, haver uma reflexão profunda de quem consome sobre quem o produz.
PALAVRAS-CHAVE: Amazonas, trabalho, boi-bumbá.

ABSTRACT: This text intends to make a brief approach about the artistic work in the bois-bumbás sheds in the city of Parintins, in the State of Amazonas, from the historical trajectory of the occupation and colonization of the Amazon, trying to show how the theme of the work, present in the environment social, is inherent to the Amazonian man. First, we will present the incipient impressions about the Amazon from the reports of chroniclers and travelers who were in the region. The imaginary constructed by them collaborated to justify the oppression and prejudice against indigenous peoples, which facilitated their exploitation, which is still seen among boi-bumbá workers. Since the first expeditions in the region, the European benefited from the indigenous work, fundamental for his colonizing enterprise. The use of native labor in the occupation of the Amazon also meant the appropriation of their knowledge in favor of forest

exploration. Reciprocity in artistic work can be understood today as a legacy of an indigenous ancestry, and we also find significant similarities between the work in the rubber plantations and in the boi-bumbá sheds. Today, the Amazon is still perceived by many as a frontier to be crossed by development projects that are thought from the outside in. In general, many tend to fail, contributing to the crystallization of prejudices in its population. This leads us to think about the notion of worlds of work, a concept that in the Amazon can be seen from factory work, to workers in the boi-bumbá sheds, who anonymously produce the party that is consumed by many, without, however , there is a deep reflection of those who consume about those who produce them.
KEYWORDS: Amazon; Work; boi-bumbá.

INTRODUÇÃO

Euclides da Cunha (1999, p.02), ao se reportar `a aventura do homem nordestino pela planície Amazônica, afirmando ser esta uma terra sem história e que o homem "ali, é um intruso impertinente", que estava diante da grandiosidade da floresta. E a primeira impressão segundo ele, que tem o forasteiro, em contraste com o abandono da região, é de assombro. Mas é essa grandiosidade da floresta, com seus espíritos, encantamentos, mitos, lendas, e história, que também são a principal matéria prima, as fontes a serem trabalhadas pelos artistas de galpão dos bois-bumbás de Parintins. Se o sertanejo é "antes de tudo um forte" (IDEM, 2001, p. 101), por viver as adversidades do sertão e do isolamento a que foi submetido, aqui na Amazônia ele precisa ser um 'brabo' para conviver com a floresta, para se tornar, "o homem que trabalha para escravizar-se" (IBIDEM, 1999, p.36), completando enfim, sem outra opção, a anomalia de ser seringueiro. O trabalho nos seringais, para este autor, tornou-se o castigo do seringueiro por sua ambição, no qual a cada dia ele se penitencia na terra que o condenou, e desse modo, se ratificava um o pensamento recorrente sobre a Amazônia. O trabalho dentro dos galpões dos bois-bumbás, também é um trabalho duro, perigoso e marcado pelo isolamento, porém, seus frutos não vão diretamente para as firmas internacionais com suas matrizes na Europa. Recebem patrocínios do capital do Estado, como também, patrocínios de grandes empresas. E o produto do trabalho é consumido pelo povo, avido de beleza, de reafirmação de sua identidade cultural, a partir de sua relação com a terra juntamente com todos os mistérios da floresta.

OS VIAJANTES E AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A AMAZÔNIA

Muito antes, numa época em que as ideias de eugenia predominavam no século XIX, o naturalista alemão Von Martius em suas impressões em relação ao Brasil, principalmente sobre a Amazônia, acreditava que os nativos outrora foram mais desenvolvidos culturalmente, tendo como modelo os povos Maia, Asteca e Inca, mas ao se deslocarem das terras temperadas, em direção `as áreas de floresta tropical, ambientes não propícios

para a humanidade, passaram “a sofrer com um contínuo processo de degeneração das capacidades morais, de desintegração de sua cultura e de sua organização social” (FUNARI e NOELLI, 2002, p.33), juntemos a isso a crença que ele tinha, de que, o clima quente das florestas induziu os nativos a uma vida sexual desregrada, que resultou em novos povos ainda mais degenerados.

A concepção de uma Amazônia inóspita com povos culturalmente inferiores, deriva do etnocentrismo europeu aos diferentes meios de vida e trabalho existentes nos ambientes tropicais, Funari e Noelli (2002, p.31), afirmam que “por muito tempo os cientistas guiaram-se pelo senso comum, considerando as economias indígenas como pobres ou atrasadas, em vez de considerá-las apenas, diferentes de sua economia capitalista urbana”, Este entendimento tem sua composição ancorada num contexto histórico que pode ser identificado pela longa duração[1], percebendo que sua construção exige estender nosso olhar em um espaço histórico mais amplo para compreendermos como o trabalho na região, por muito tempo, foi sinônimo de desafio, bravura e audácia, como também de castigo e penúria.

Não é à toa que o termo “inferno verde[2]” sugere que o local não é convidativo ao homem, como afirmou Euclides da Cunha. Aliás, por muito tempo ainda resistiu a ideia de que a adaptação humana em florestas tropicais seria mais dura que em climas frios. Mesmo que “já exista uma nova mentalidade nacional em relação à Amazônia” (BATISTA, 2007, p.125), essa compreensão continuou a permear o pensamento de muitos pesquisadores, viajantes e cronistas que se propuseram voltar seus olhares para a Amazônia, e por muito tempo, foram essas as únicas impressões da região e neste cenário, o nativo é o bárbaro, o selvagem que precisa ser cristianizado, civilizado e dotado para o trabalho.

O estereótipo da floresta exuberante, quase um éden, opostamente era habitada por povos exóticos, o homem aparece demonizado, conceito que permeou o imaginário de cronistas do Velho Mundo e fez surgir a partir do século XVI uma produção literária que refletiu esse pensamento inventado e, que, em alguns casos, cristalizaram generalizações, visto que não raro, a Amazônia configurou-se como terra virgem, o paraíso terrestre, caracterizada pela abundância, por delícias, fertilidade e pelo erotismo sem pudor, mas também, uma terra repleta de perigos, de animais estranhos e feras bestiais.

Gondim (2007, p.13), assinala dizendo que “a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato de peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes”. Foi este imaginário que acompanhou os primeiros europeus, sendo, pois, a partir de seus relatos que o mundo teve as primeiras notícias sobre a Amazônia e que ainda hoje segue fascinando com suas atualizações. Essa

---

1 O conceito epistemológico que se refere a permanecias e mudanças identificados em um tempo histórico mais longo. Para uma melhor compreensão sobre a temática, sugerimos: BRAUDEL, Fernand. “História e ciências sociais. A longa duração”. In: Escritos sobre a História. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

2 Funari e Noeli (2002, p.31) afirmam que “em parte, a ideia de ‘inferno verde’ decorreu do etnocentrismo europeu em relação aos diferentes meios de vida nos ambientes topicais”, isto é, pensou-se a vida nos trópicos tendo como referência a vida urbana na Europa.

representação é trazida pelo festival folclórico de Parintins que reproduz a cosmovisão fantasiosa e fantástica.

A influência da cultura indígena, é reelaborada pelos trabalhadores artistas dos bois-bumbás, ou seja, a floresta tem vida, tem alma, tem espíritos. Isso fica claro quando o sol abraça a lua como seres que se amam. Parece que os astros estão enamorando entre si. Outra característica da cultura indígena exaltada na toada é o hibridismo, ou seja, uma simbiose entre animalidade e humanidade: “mulheres-peixes”, “homem-serpente”. Morin afirma que somos 100% animal, demens e, 100% cultura, racionalidade. Na floresta há um processo continuo de metamorfose entre as instâncias de humanidade e animalidade.

IMAGINÁRIO, OPRESSÃO E PRECONCEITO CONTRA OS POVOS NATIVOS

A historiografia amazônica sempre se fez a partir do real e do imaginário, e suas fronteiras nem sempre são perceptivas. A Amazônia das toadas de boi-bumbá pode ser um reflexo do imaginário construído a partir dos relatos dos viajantes que ainda permanece vivo e de certa forma determina o pensamento contemporâneo. Este imaginário, que no passado produziu linhas de interpretações que não levaram em consideração a subjetividade local e suas relações sociais, alcançando povos tradicionais que posteriormente vieram constituir a sociedade atual, em que não raro, eram vistos como inertes ao trabalho, ociosos por conta deste cenário idealizado.

As descrições que os europeus faziam sobre a América e consequentemente sobre a Amazônia, estavam associadas às suas concepções de mundo, que para Holanda (2002), tinha uma ligação literal com as interpretações de textos bíblicos. O paraíso terrestre ganhou crédito na medida em que os relatos surgiam. Assim como no Jardim do Éden, o nativo não se afligia, pois, a terra sempre fecunda, lhe proporcionava infinitas variedades alimentícias, e o deixava liberto de quaisquer afazeres, mas em estado de pecado. O El Dourado, já foi tema principal nas apresentações dos bois-bumbás. O Boi Caprichoso, por exemplo, apresentou a temática O El Dourado é aqui em 2007.

Logo, cabia ao europeu cristão, a “tarefa profícua” de ensinar-lhes o caminho da salvação pelo trabalho, abrindo frestas para a escravização indígena a partir da colonização, em especial a portuguesa, que intensificou este sistema conforme Cardoso (1990), de 1532 a 1600, quando os colonizadores tiveram êxito em pequena escala, pois os nativos eram incompatíveis culturalmente com o sistema de trabalho intensivo, regular e compulsório.

Temos então a necessidade de compreendermos hoje, como o modo de vida das populações amazônicas e dos problemas com que elas se defrontam, podem ser percebido e de que formas e se relacionam com esse contexto a partir de “um breve exame histórico de como chegaram eles às presente situação e das principais forças sociais que atuam para conformar o seu destino” (RIBEIRO, 1995, p.309), e deste modo, entenderemos como esses discursos contribuíram para a exploração do vale amazônico e dos povos que aqui

habitaram e ainda habitam.

O interesse era não só por riquezas, mas também pela aventura, pela curiosidade em relação a outros povos e lugares desconhecido. Isso é o que sempre impulsionou os viajantes em busca do novo mundo. Homens tido como heróis destemidos, deixaram narrativas que serviam de exemplo e encorajavam a quem ousasse desprender viagem rumo `a Amazônia, como na Odisseia de Homero, a aventura épica do regresso de Odisseu a Ítaca, sua terra natal, logo após a guerra de Tróia, enfrentando todo tipo de adversidades e seres. Seja como for, muito desse conhecimento literário foi reconstruído na Amazônia pelos primeiros cronistas.

Os europeus que aqui chegaram trouxeram toda a carga de preconceitos que acreditavam: superioridade da civilização europeia branca, a crença que o cristianismo é a verdade universal. Imaginaram que os indígenas não tinham alma, que significava afirmar que não mereciam ser tratados como pessoas. A prática do trabalho escravo, foi uma lógica dessa visão eurocêntrica. Em seguida, os naturalistas estudavam os índios sob a ótica da botânica. A antropologia nascida na Europa no século XIX foi dominado pelo evolucionismo e funcionalismo que reafirmavam a suposta superioridade europeia.

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INDÍGENA À SERVIÇO DA COLONIZAÇÃO

Dentre as primeiras expedições de reconhecimento da Amazônia que se tem notícia, destacamos as expedições espanholas de Francisco de Orellana, comandada por Gonzalo Pizarro em 1541, que saindo de Cuzco, no Peru, em direção ao “País das Canelas”, era composta de 220 espanhóis e 4.000 índios remeiros e guerreiros. Ainda, a expedição de Pedro de Úrsua, que refazendo o trajeto de Orellana em 1560, foi constituída por um contingente de mais de 2.000 pessoas, na maioria indígena. Nessas expedições, estava a cargo do indígena todo o trabalho pesado, e ao europeu restou os louros e as glórias das expedições.

Assim também durante o período conhecido como União Ibérica, de 1580 a 1640, quando Portugal fica sob a tutela da Espanha, e a Amazônia, em quase sua totalidade, até então possessão espanhola, passa a ser explorada pelos portugueses, pois o Tratado de Tordesilhas de 1494 que definia a divisão da América entre portugueses e espanhóis perdia seu sentido, favorecendo a expansão lusitana pela região amazônica, temos a expedição do português Pedro Teixeira que em 1637, subiu o rio Amazonas em direção ao Peru, o contingente era formado por setenta soldados e 1.700 nativos.

Pelo que percebemos, o trabalho indígena, seja remando, fazendo o reconhecimento da mata ou ainda guerreando contra outras nações, foi significativo para o processo de reconhecimento e ocupação da região. O conquistador tanto espanhol quanto português que via a Amazônia como uma região inóspita e desconhecida, teve que se servir de maneira coercitiva do trabalho indígena para explorá-la e dominá-la.

Ainda assim, os nativos eram vistos pelos europeus como atrasados, preguiçosos e insolentes, aparecendo como subalternos e inferiores em boa parte da historiografia regional o "que reforça preconceitos e estereótipos, enquanto silencia sobre tantos outros processos e sujeitos sociais" (PINHEIRO, 2007, p.12), legitimando a construção histórica de um discurso tendencioso para a validação da exploração.

Dedicados a guerra, aos seus rituais e suas celebrações festivas, o trabalho para o nativo se fazia necessário apenas para manter sua subsistência, e mesmo que alguns povos conhecessem a agricultura, não havia a necessidade de acumulo, e sua escravização pelos portugueses, segundo Fausto (2008, p.49), se deu por duas experiências básicas, a primeira "realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, consistiu na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias", culminando em prejuízo ao nativo.

O esforço dos religiosos consistia em transformá-lo pela catequização e pelo trabalho, em bons cristãos, homens com hábitos europeus e consequentemente flexíveis às necessidades coloniais, ainda que essa atitude missionária tivesse como estampa a proteção do nativo diante das investidas do colono. Na realidade, o indígena foi compulsoriamente obrigado a partir do contato evangelizador a servir a Igreja, a Coroa e aos colonos cristãos. A escravidão envolta no manto civilizatório foi sua sentença assinada pelo europeu colonizador em não querer ou não resistir ao trabalho na Amazônia. Eram religiosos pretensamente temente a Deus. Os nativos abandonados à própria sorte, não encontram um Templo vivo e verdadeiro.

O USO DA MÃO DA OBRA NATIVA NA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

A metrópole portuguesa no período colonial teve dificuldades de implantar uma política de ocupação para a Amazônia que só se tornou possível em grande medida, pela utilização da força de trabalho indígena, indispensável nas fortificações militares e no surgimento de cidades e vilas, como também para a exploração de recursos naturais a partir do extrativismo das chamadas "drogas do sertão" na qual se exigia um profundo conhecimento da floresta.

Saber exclusivo dos nativos que conheciam como adquirir as tão cobiçadas especiarias, e "sem estas fontes de riqueza, teria sido impossível ocupar o grande vale. Os colonos não o teriam procurado, os missionários não encontrariam base material de subsistência para manter seu trabalho de catequese dos indígenas" (PRADO JÚNIOR, 2004a, p.2011). Grande parte da visão crista, na época, era uma religião espiritualista, onde o trabalho era desprezado. A religião pode ser usada tanto para libertar o povo, quanto para escraviza-lo. Ainda hoje no processo de trabalho dos bois-bumbás de Parintins percebe-se referências a religião. Ela pode estar sendo usada tanto para agradecer as graças divinas,

como também, veladamente, pode estar ajudando a encobrir as condições precárias de trabalho que os trabalhadores do boi-bumbá estão submetidos.

A religião pode lembrar a igualdade, a justiça, como também a liberdade. O espiritualismo pode ser facilmente manipulado para s interesses dos exploradores. O simbólico da cultura regional, cheia de misticismo, pode ser usado como um manto religioso para aliviar as agruras do trabalho. Todas as tentativas de organização sindical entre os artistas trabalhadores dos bois-bumbás foram fracassadas. A própria população não enxerga com bons olhos tal atitude e pode questionar onde fica o amor incondicional ao seu boi.

O Estado quando as empresas capitalistas patrocinam o processo produtivo do boi-bumbá, mas, poucas fazem investimentos sociais numa cidade com poucos empregos formais. Com uma indústria e agricultura incipiente, a nosso ver, o trabalho sazonal proporcionado pelos bois-bumbás parece ser uma tábua de salvação para uma enorme reserva de trabalhadores, ainda que preparados, que se submetem a receberem salários achatados e cada vez mais atrasados, com pouca fiscalização dos órgãos competentes para que se tenham direitos garantidos.

Tanto os colonos, como missionários, ou funcionários da coroa portuguesa, se embrenhavam na floresta e voltavam trazendo índios escravizados, e como resultado tivemos a dizimação de muitas aldeias em nome da apropriação da força de trabalho. Essa terra era terra de cobiça, e devia gerar lucros para a Coroa. O trabalho escravo, segundo Marx, é a primeira forma de acumulação de capital. Muitas etnias se embrenharam nas matas para fugirem da exploração e consequentemente da extinção. Houve, nas que restaram ao contato, uma destribalização em que se perdeu a língua, as crenças, os costumes.

Os indígenas quando em suas aldeias, não tinham no trabalho a finalidade de produzir para a obtenção de lucro, isto não significa dizer que eram sociedades que não trabalhavam, ou que não realizavam trabalho produtivo. Torna-se necessário compreendermos o sentido que o trabalho tem para eles e recusarmos a ideia de sociedade estagnada de serem inferiores em relação ao colonizador, pois “não mais podemos falar em inferioridade técnica das sociedades primitivas; elas demostram uma capacidade de satisfazer suas necessidades pelo menos igual àquela de que se orgulha a sociedade industrial e técnica” (CLASTRES, 1988, p.134), a incompreensão residiu na visão destorcida em relação as necessidades dos grupos indígenas.

Sahlins (1978, p.8), afirma que “as necessidades podem ser ‘facilmente satisfeitas’, seja produzindo muito, seja produzindo pouco”, e para os indígenas não havia a obrigação e nem a necessidade de dedicarem grande parte do seu tempo àquilo que denominamos de trabalho, preferindo também se ocuparem em outras atividades como a pintura, a arte plumária e as constantes festas e rituais tribais, causando estranheza ao colonizador.

RECIPROCIDADE NO TRABALHO ARTÍSTICO, UMA HERANÇA ANCESTRAL

Nos dias atuais o trabalho artístico nos galpões de boi-bumbá não perdeu sua capacidade de produzir ideias, beleza e sentido para a vida. Porém, com o advento da Revolução Industrial, as artes passam a serem mercadorias. Desse modo o resultado artístico adquire um fetiche, uma autonomia e uma sedução. Esse fetiche, lembra Marx, tem uma relação com a magia e o encantamento que acaba encobrindo a real situação social dos trabalhadores-artistas. Nos primórdios da revolução industrial era o progresso que seduzia, nos galpões de boi-bumbá é a satisfação, o lúdico, o jogar, a realização pessoal que parte da contribuição em construir uma identidade cultural regional. Esse trabalho é carregado de afeto, entusiasmo, em que as pulsões objetivas superam a realidade objetivada. O que importa é o arrebatamento, a alegria que, tanto os trabalhadores quanto o grande público podem sentirem.

A produção de excedentes não era incomum nas aldeias indígenas e os relatos dos primeiros viajantes falam de uma Amazônia farta de alimentos, exemplo disso foi a expedição de Ursua e Aguirre em 1561 que descendo o rio Amazonas "foi abastecida sem dificuldades aparente de milho, mandioca, frutas, peixes e tartarugas" (PORRO, 1992, p.179) e os cronistas deram destaque a abundância de mantimentos, que nas aldeias pertenciam a todos, pois a finalidade da produção residia na coletividade, e o puxirum[3], é um expoente dessa coletividade, não abrindo espaço para a exploração do trabalho e tampouco do não trabalho, pois, a alternativa de não participação na coletividade era inexistente.

Atualmente é comum nas comunidades ribeirinhas certos trabalhos serem realizados em forma de puxirum. A comunidade que recebeu o puxirum tem o compromisso moral de ajudar outras comunidades quando estiverem precisando. Nos galpões de boi-bumbá, as equipes ajudam outras equipes a terminarem os trabalhos como herdeiros da cultura indígena e ribeirinha. O trabalho indígena e ribeirinho é coletivo. O trabalho capitalista reside em aumentar o capital individual e distribuir o menos possível o fruto do trabalho realizado.

Ao contrário da perspectiva judaico-cristã que tinha o colonizador, de que por conta do pecado original, os homens foram obrigados a trabalhar para buscarem o seu sustento, condenados dessa forma a comerem o "seu pão com suor do seu rosto" (GÊNESIS, 3:19), e assim poderem penitenciar suas faltas, em muitas sociedades indígenas o trabalho aparece nas narrativas como uma benevolência, uma dádiva dos deuses ou dos ancestrais que ensinaram o domínio da natureza, a preparação da terra, e a domesticação de uma planta ou de um animal para a facilitação da vida da aldeia, portanto, na concepção da tribo, trabalhar não era sinônimo de penosidade, mas não raro, de muita festa.

Os indígenas foram considerados preguiçosos, desobedientes. Não se sujeitaram ao

---

3 O termo tem origem na língua geral o nheengatu, e para Russo (2007, p.199), significa "reunião de esforços em prol de um objetivo comum". Existem algumas variantes dessa palavra tais como puxirão, pultirão ou mutirão.

trabalho escrava e somente obedeciam às ordens da natureza e de suas culturas. A história foi escrita a partir da visão dos exploradores, daí a cultura indígena ter sido brutamente marginalizada, portanto, não reconhecido o seu modo de trabalho, caracterizado pelas relações de reciprocidade.

DO TRABALHO NOS SERIGAIS AO TRABALHO NO BOI-BUMBÁ

Os trabalhadores dos bois-bumbás são dedicados, proativos, que superam as inúmeras dificuldades, sobretudo quando os sentimentos de amor e paixão pelo boi-bumbá de sua preferência entra em ação no processo produtivo especifico. Há um sentimento de gratidão pelo trabalho, mas, quando as regras básicas no contrato não são cumpridas, eles não hesitam em buscar seus direitos na Justiça do Trabalhista.

O modelo rudimentar do trabalho de exploração da borracha no século XIX, que consistia basicamente em descobrir as seringueiras na floresta – que via de regra estavam distribuídas irregularmente – no qual era preciso abrir picadas entre as árvores, comumente conhecidas como estradas, para então se colher a seringa, foi qualificado por Caio Prado Júnior (2004b, p.237), como "tipicamente uma indústria de selva tropical, tanto nos seus aspectos técnicos, como nos econômicos e sociais", mas fascinava quem nela se aventurava pois, "a miragem do lucro espetacular dominava psicologicamente as populações, miragem que foi uma constante na história econômica da borracha" (TOCANTINS, 1960, p.158), e mesmo sendo propagada como um período áureo, essa indústria não enriqueceu a região.

A experiência do trabalho nos seringais foi considerada por muitos autores, como trabalho "semiescravo". As grandes propriedades de posse dos seringalistas, mantinham a relação de produção baseada no endividamento do seringueiro, a partir do aviamento, no qual se comprava a crédito no barracão do seringal gêneros de sua subsistência a preços exorbitantes que eram pagos com a entrega da produção. E fazendo uma analogia com o período que acontece a realização dos Festivais de Parintins, podemos considerar uma miragem econômica, pois, investe-se em majestosas alegorias, e, pouco se investe no social. Como miragem tudo pode desmoronar.

Em resumo, os soldados da borracha foram para a Amazônia, alguns com seus familiares[4], "mais uma vez seduzidos pelo sonho de fazer fortuna na floresta, mas também de certa forma ludibriados por uma campanha governamental que apelou para o seu patriotismo, em nome de uma guerra que eles não sabiam exatamente qual era" (BUENO, 2012, p.19), que ao seu término, foram subitamente deixados pelo governo brasileiro à própria sorte. "Nós fomos enganados e depois abandonados e esquecidos[5]", como afirmou em entrevista o soldado da borracha Alcidino dos Santos.

Desde a época colonial a Amazônia sempre foi alvo da cobiça externa, isto interferiu

4 "Estima-se que entre 1942-1945, cerca de 100 mil nordestinos tenham chegado a Amazônia", (PONTES FILHO, 2000, p.147).

5 Entrevista concedida a Larry Rohter do Jornal The New York Times e publicada na reportagem "Há muito negligenciados, os 'soldados da borracha' do Brasil buscam recompensa" de 23 de novembro de 2006.

no modo de trabalho dos povos que nela habitam. Os primeiros períodos econômicos, estiveram alicerçados no extrativismo. A coleta das drogas do sertão provocou a imposição de um modelo que encontrou resistência local, pois, os métodos civilizatórios e de cristianização, utilizado para domesticar e ocidentalizar o indígena, tinha por intenção arregimentar a abundante mão-de-obra para o trabalho servil, visando a coleta e a exportação das drogas.

NOVAS FRONTEIRAS E A AMAZÔNIA PENSADA DE FORA PARA DENTRO

Poucas vezes, projetos sociais são implantados com devido respeito `a natureza e ao homem. Em entrevista o Raimundo Dejard Viera Filho, professor e sociólogo, relata: “havia um leiteiro, que meu pai, fazendeiro, admirava por sua honestidade e dedicação. Um dia lhe perguntou: “você quer ficar rico? Talvez quisesse aumentar as cabeças de gado em sociedade. O leiteiro pediu um tempo para pensar. Depois de três dias já tinha a resposta: ‘seu Didi Vieira’, já decidi, eu não quero ser rico”. Esse breve relato coloca em discussão sobre os projetos que vem sendo implantados de fora para dentro, sem escutar os moradores locais. Muitos projetos são pensados, nos gabinetes, longe da realidade da cultura local. E consequentemente podem estarem fadados ao fracasso.

Ribeiro, (1995, p.332), afirma que “desde o fim da II Guerra Mundial, começou uma reordenação da economia amazônica que está permitindo engajar uma parcela da população em novos tipos de produção”. O autor se refere a introdução de novas culturas agrícolas trazidas por colonizadores, como o cultivo de arroz, da pimenta-do-reino e da juta, ressaltando que, “além do plantio da juta, os japoneses também trouxeram novas técnicas agrícolas que possibilitaram um melhor cultivo de outras espécies de plantas, como o guaraná que ainda hoje tem grande importância para a economia da região” (TRINDADE, 2015, p.162) sendo a juta introduzida na região a partir de Parintins.

Permeia no imaginário local a imagem de um curto desenvolvimento econômico trazido pelos colonos japoneses a Parintins, que pode ser facilmente identificado a partir do cultivo da juta, tido como uma benevolência deixada pela colonização japonesa aos amazônidas. Essas novidades na produção agrícola amazônica, grosso modo, trouxeram alívio para o inchaço das cidades que não conseguiu absorver a mão-de-obra excedente oriundas dos seringais que se desativavam, as pessoas sem qualificação profissional, migravam para os centros urbanos onde iam viver nos entornos das cidades em situação de subemprego e mais pobres e miseráveis ainda.

Acreditou-se que tais culturas, seriam a substituta natural da borracha. Além do mais, é preciso dizer que, “o fausto da riqueza e do propalado desenvolvimento deixa uma dívida social sem precedente para com os trabalhadores, evidenciada no quadro de desemprego que a cada dia assume contornos assustadores” (TORRES, 2004a, p.50), propiciando baixa remuneração e exclusão social. Mantém-se, como se vê, um histórico de

exploração que advém dos pretéritos tempos da colonização e exploração da região e de sua população.

AS PECULIARIDADES DOS MUNDOS DO TRABALHO NA AMAZÔNIA

A Amazônia é marcada pela diversidade social e cultural, e neste contexto, o trabalho também se diferencia, pois, tem suas características atrelados ao grupo e lugar social e espacial. A não padronização do modo de trabalho, quando tratamos da região amazônica, está relacionada com a multiplicidade sociocultural e ambiental que influencia a sua organização. Torres (2004b), afirma que a diversidade organizacional do trabalho, quando tratamos especificamente da Amazônia, nem sempre poderá ser possível a sua compreensão tendo como referência apenas a lógica do capital.

As peculiaridades locais, nos remetem `as culturas, muitas delas tradicionais, que estão diretamente ligadas às formas de sobrevivência dos povos da floresta. Neste caso, o termo "mundos do trabalho[6]" parece estar melhor adequado para compreendermos a relação do homem com o trabalho e sua interpretação no contexto amazônico. Não há como compreender este fenômeno tendo como menção principal apenas o trabalho industrial, ainda que existindo na região, ele é uma atividade relativamente estreante e não representa nem de longe a totalidade da vastidão amazônica.

Ter a consciência das várias compreensões sobre o trabalho, está inevitavelmente ligada a componentes da pluralidade e subjetividade da região, é necessário que saibamos que a maneira de agir, de viver, e os diversificados costumes, interferem no modo como os amazônicos interpretam a relação de produção, e por isso, não cabe em uma rotulação singular, ao contrário, as especificidades de cada grupo, distribuído no tempo e no espaço, nos tem demostrado uma pluralidade da região na qual "ou a deciframos ou ela nos devora" (BATISTA, 2007, p.125), e que nos conduz, quando tratamos da Amazônia, aos diferentes mundos do trabalho.

Nas permanências e reprodução de acordo com Castro (1998), é perceptível as lacunas de estudos específicos sobre esta temática, ficando muitas análises direcionadas apenas as relações salariais, neste caso, não há uma ampliação que contemple de forma satisfatória o debate. Daí a necessidade de se conhecer e apresentar o processo histórico, para que possamos compreender também como se dá a ação do trabalho de cada grupo social (WOORTMAN e WOORTMAN, 1997), que historicamente na Amazônia, sempre esteve marcado pela relação de exploração, pela violenta dominação dos povos tradicionais e pelo controle social, que de certa forma tem contribuído para a cristalização e reprodução de preconceitos sobre o homem amazônico.

---

6 Iraildes Caldas Torres apresenta esta alternativa para melhor definir a problemática de conceituação do trabalho na Amazônia, a partir da perspectiva de Helena Hirata em seus estudos sobre o trabalho na América latina e no Brasil.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer; EDUA; INPA, 2007.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: edição pastoral. 68ª edição. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 2009.

BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização**. 1ªed. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Tradição e modernidade: a propósito de formas de trabalho na Amazônia**. In: Papers do NAEA, Belém, n. 097, p. 1-22, jan. 1998.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Tradução de T. Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_______________. **Os sertões**. São Paulo: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª edição. Manaus: Editora Valer, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 6ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945)**. In: Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, Vol. 1, nº 1. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PORRO, Antônio. **História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI e XVIII**. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do brasil contemporâneo**. 23ª edição. 7ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_______________, **História econômica do Brasil**. São Paulo: 1ª edição. 46ª reimpressão. Brasiliense, 2004b.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAHLINS, Marshall. **A primeira sociedade da afluência**. In: CARVALHO, Edgard de Assis (Org.). Antropologia Econômica. São Paulo: Livraria Editora Ciência Humanas, 1978.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia, natureza, homem e tempo**. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1960.

TORRES, Iraildes Caldas. **Impactos da reestruturação produtiva no Amazonas: níveis de emprego e desemprego na Zona Franca e demais setores**. In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Ano 4, n. 1, jan./jun. 2004a.

_______________. **Noção de trabalho e trabalhadores na Amazônia**. Artigo apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. 2004b.

TRINDADE, Deilson do Carmo. **Lampejos do processo histórico de ocupação da ilha de Parintins: índios, viajantes, religiosos e imigrantes**. In: FERREIRA, Arcângelo da Silva [et. Al.] (Orgs.). Pensar, fazer e ensinar: desafios para o ofício do historiador no Amazonas. Manaus: UEA Edições; Editora Valer, 2015.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

CAPÍTULO 2

DESIGNAÇÃO ELETIVA E CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO

Data de aceite: 24/08/2021

Joelma Santos da Silva
Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFMA. Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise das condições históricas específicas que iniciaram os processos de designação eletiva no Brasil e possibilitaram membros do clero católico que ocuparem cargos do Poder Legislativo durante a Assembleia Geral Constituinte de 1823 e a 1ª Legislatura do Império (1826-1829). Destaca ainda as propriedades sociais dos agentes envolvidos, vinculações regionais, partidárias, familiares, as trajetórias políticas, bem como os condicionantes de solidificação e rotatividade nas carreiras.
PALAVRAS – CHAVE: Designação eletiva; Clero; Política.

ABSTRACT: This article presents an analysis of the specific historical conditions that initiated the processes of elective designation in Brazil and enabled members of the Catholic clergy to occupy positions in the Legislative Branch during the General Constituent Assembly of 1823 and the 1st Legislature of the Empire (1826-1829). It also highlights the social properties of the agents involved, regional, party and family ties, political trajectories, as well as the conditions for solidification and turnover in careers.
KEYWORDS: Elective Assignment; Clergy; Politics.

AS JUNTAS PROVISÓRIAS E O INÍCIO DA DESIGNAÇÃO ELETIVA NO BRASIL

A inserção de clérigos católicos em cargos políticos eletivos no território brasileiro, via um processo censitário de designação eletiva[1], o qual a produção historiográfica sobre o tema convencionou chamar de eleições, tem relação direta com o movimento revolucionário que emergiu na cidade do Porto, em agosto de 1820. Esse movimento, que rapidamente ganhou todo o território português, propôs a convocação de cortes lusas com o objetivo de elaborar uma Constituição de moldes liberais, questionando as bases do Antigo Regime em Portugal.

Em fevereiro de 1821, após intensa pressão de tropas portuguesas, comerciantes e pequenos proprietários, D. João VI jurou as futuras bases da Constituição portuguesa, o que inseriu o Rio de Janeiro no movimento revolucionário, prevendo também a eleição de deputados do Reino do Brasil para as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, a nomeação de um novo ministério e a volta da família real para Portugal, o que ocorreu no final de abril. No mesmo

1 PHÉLIPPEAU, Eric. “Sociogênese da profissão política”. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (Orgs.). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 188.

mês foi expedido um decreto das Cortes de Lisboa ao Rio de Janeiro, reconhecendo a legitimidade das Juntas criadas no Reino do Brasil, e daquelas que ainda viriam a se formar nos territórios ultramarinos portugueses, em prol da regeneração de Portugal[2].

O objetivo desse decreto, ao validar a formação desses governos, independentemente da aprovação do Rio de Janeiro, foi de esvaziar politicamente a Regência de D. Pedro, ao que este reagiu articulando-se às Juntas instaladas no centro-sul, e pressionando as do norte[3] com uma fiscalização no âmbito político e econômico, a presença de tropas militares e funcionários da Fazenda Real.

As Juntas, então, constituíram-se em dois direcionamentos básicos: as revolucionárias, formadas à revelia da Corte do Rio de Janeiro; e as oficiosas, formadas já com o aval e dentro da legalidade do que foi estabelecido entre a Corte brasileira e Portugal. A partir disso, a formação de algumas Juntas como, por exemplo, a de São Paulo, ocorreu por aclamação e em meio às eleições para as Cortes de Lisboa, ampliando as disputas por poder entre forças sociais dominantes, mas também rivais, que se enfrentavam (até mesmo por meio de conflitos armados) pela conquista e manutenção de cargos eletivos, nas novas esferas de poder que iam se constituindo no Brasil.

As Juntas Provisórias de Governo provinciais tiveram uma curta, mas intensa existência, entre os anos de 1821 a 1823. Elas foram significativas para os desdobramentos políticos e institucionais ocorridos entre a Revolução do Porto e a Independência do Brasil, contribuindo para a construção do Império a partir de princípios constitucionais e de representatividade política, uma vez que esse período tem como característica um acirrado enfrentamento político e rearticulação entre poderes locais e regionais, no interior das províncias, e entre diferentes províncias.

Essas disputas em torno da manutenção da adesão ao Império Luso-brasileiro ou reconhecimento da legitimidade do Rio de Janeiro, promoveram um amplo debate sobre as possibilidades de futuro político para o Reino do Brasil, calcadas não só, mas principalmente, em concepções e práticas liberais, que também tinham largo alcance junto ao clero[4].

Esses governos provisórios foram definidos por Barman[5], como *pátrias locais*, pois possuíam demandas específicas frente ao conflito de poderes entre as Cortes lisboetas e o governo do Rio de Janeiro. Carvalho[6] retoma essa perspectiva, mas demonstrando que as Cortes buscaram, desde o primeiro momento da organização desses governos, articulá-los

---

2 BERBEL, Maria Regina. *A nação como artefato: os deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822)*. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 57.

3 Fora os deputados brasileiros que abandonaram as Cortes, ou que não tomaram assento, 28 dos 36 presentes, que votaram a aprovação da Constituição portuguesa em 23 de setembro de 1822, eram oriundos das províncias do norte. Os deputados de São Paulo não assinaram ou juraram a Constituição portuguesa. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

4 VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980. P. 38-40.

5 BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

6 CARVALHO, op. Cit.

a um novo modelo administrativo, herdeiro do movimento vintista e do constitucionalismo. Entretanto, foi a partir delas que se pactuou uma adesão em torno de um projeto americano, como um contrato social promovido pelas elites, sobretudo do eixo centro-sul, em torno da manutenção das autonomias políticas que se julgavam ameaçadas pela preponderância portuguesa, garantindo assim uma soberania própria.

Os membros das Juntas deveriam ser escolhidos entre os “Cidadãos mais conspícuos por seus conhecimentos, probidade e aderência ao Sistema Constitucional”, o que funcionava, na concepção de Phélippeau[7], tanto como uma ratificação pública da qualidade social dos indivíduos, quanto atestava o lugar que ocupam na hierarquia social, em um contexto ainda muito permeado pelas lógicas do Antigo Regime.

Nessa política de *notáveis* inseriu-se fortemente parte do clero católico, participando tanto das Juntas quanto das deputações às Cortes, podendo ser eleitos por qualquer Província, não sendo levado em consideração seu domicílio, residência ou naturalidade. Isso demonstra o poder e influência política, social e econômica desses agentes junto aos poderes regionais, não somente nos seus locais de origem, mas naqueles nos quais constituíram carreira eclesiástica, como, por exemplo, o padre Antônio Marques Sampaio, natural do Rio Grande do Sul, mas eleito deputado por Minas Gerais, onde era vigário colado na vila de Barbacena.

Essa inserção do clero católico em cargos eletivos foi possível porque, no Brasil, a Igreja ocupou um lugar privilegiado na formação social, cultural e política desde o empreendimento colonial, desempenhando um papel fundamental tanto na produção de reconhecimento e obediência à autoridade monárquica, quanto como parte do corpo burocrático do Estado por meio do regime do Padroado[8]. Esse fator, somado as dificuldades de Constituição de uma estrutura burocrática e administrativa ampla e profissional, possibilitou, no Brasil, a utilização da instituição católica e de seus agentes como parte do aparato administrativo do empreendimento estatal[9].

Podemos perceber os reflexos dessa relação quando, das 17 Juntas criadas, 14 tinham clérigos entre seus membros, menos as de São Paulo, Alagoas e Piauí. As Juntas do Maranhão, Pará e Mato Grosso foram presididas pelos bispos daquelas dioceses, sendo que as de Alagoas, Ceará e Espírito Santo também foram presididas por agentes do clero.

Dos clérigos participantes de Juntas, 2 foram eleitos para a Assembleia Constituinte de 1823: Inácio Almeida de Fortuna (PE), e José Joaquim Xavier Sobreira (CE). Sendo que na 1ª Legislatura do Império foram 7 deputados: Francisco de Assis Barbosa (AL), Amaro de Barros de Oliveira Lima (PB), Galdino da Costa Vilar (PB), José Bento Leite Ferreira de Mello (MG), José Cardoso Pereira de Melo (BA), Pedro Antônio Pereira Pinto do Lago (MA),

---

7 PHÉLIPPEAU, op. Cit.

8 SILVA, Joelma Santos da. *Entre a Política e a Religião*: *Os Padres Deputados na formação do Estado nacional brasileiro*. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federa do Maranhão, 2018.

9 SEIDL, Ernesto. “Sociologia histórica do Estado: igreja e construção nacional no Brasil e na Argentina”. *TOMO*, ano IX, n.º 09, 2006, p. 30-61.

Romualdo Antônio de Seixas (PA).

O padre Romualdo Antônio de Seixas, do Pará, futuro Arcebispo da Bahia, foi o único clérigo que participou tanto das Juntas, como presidente da Junta Provisória do Pará, quanto das Cortes de Lisboa, na qual tomou assento juntamente com seu tio e preceptor, Dom Romualdo de Sousa Coelho, bispo do Pará. Outro padre, Marcos Antônio de Sousa, futuro bispo do Maranhão, não foi membro da Junta de sua província, a Bahia, mas como Secretário de governo participou da Comissão eleitoral responsável por sua formação, tomando assento nas Cortes lisboetas. O padre José Ribeiro Soares da Rocha também foi membro da mesma Comissão eleitoral para a Junta baiana, e posteriormente foi eleito deputado para a 1ª Legislatura do Império.

CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO

Após a Independência, o clero continuou a ter destaque na ocupação de cargos eletivos no Legislativo Nacional, como deputados e, posteriormente, senadores, e em algumas regiões participando mais ativamente dos Conselhos Gerais, o que pode explicar a predominância do grupo em algumas províncias, e não representatividade em outras, quando da Assembleia Geral Constituinte de 1823. Bem como o fato de importantes lideranças político-religiosas ainda não terem retornado das Cortes de Lisboa para representarem suas províncias no Legislativo nacional.

Outro elemento que pode explicar o grande número de clérigos nas deputações de algumas províncias, em relação a outras, é a distribuição desigual de deputados por Província. Pelas *Instruções*, de 1822, referentes as nomeações dos deputados para a Assembleia Geral Constituinte do Brasil, as maiores e mais populosas províncias teriam mais deputados.

Dentre os 22 padres deputados eleitos para a Assembleia Geral Constituinte de 1823, 7 haviam participado das Cortes de Lisboa, perfazendo 1/3 da representação total: Belchior Pinheiro de Oliveira, Francisco Pereira de Santa Apolônio, José Custódio Dias e Manoel Rodrigues Costa, de Minas Gerais; Francisco Agostinho Gomes (BA); Francisco Muniz Tavares (PE); José Martiniano Pereira de Alencar (CE).

Os deputados mineiros Antônio da Rocha Franco, José Custódio Dias e o mártir da Inconfidência, Manoel Rodrigues da Costa, foram os únicos eleitos tanto para a deputação de 1823, quanto a de 1826, tendo os dois últimos também participado das Cortes de Lisboa. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro, e Dom Nuno Eugênio Lóssio e Seiblitz, ouvidor e juiz desembargador em São Paulo, primeiro presidente da província de Alagoas, em 1824, com a tarefa de pacificar os ânimos após a Revolução de 1824, e em 1826 presidente da província da Bahia, participaram da Legislatura de 1826 como senadores.

Sobre os colégios eleitorais mineiros, Oliveira[10] chama a atenção para o fato de que, como os eleitores da época não votavam em candidatos isolados, mas em listas com o número total de membros da bancada provincial, é possível observar padrões de escolha e, consequentemente, grupos prévios a serem votados. Isso possibilitava membros da comissão eleitoral como juízes, ouvidores e clérigos, favorecerem candidatos alinhados com os diferentes projetos das elites locais. Isso fazia, por exemplo, a bancada mineira ter em duas eleições seguidas padres deputados de posições políticas diferentes, como o governista, Antônio da Rocha Franco, e o oposicionista, José Custódio Dias.

O padre José Custódio Dias, que além de padre foi administrador de fazendas da sua família, foi escolhido deputado em mais três Legislaturas, até se tornar Senador em 1835. Era membro da elite liberal moderada do sul de Minas, formada por grandes proprietários de terra, comerciantes, proprietários-comerciantes, homens poderosos socialmente, como seu pai, o fazendeiro português Custódio José Dias, grande criador de gado na região de Alfenas. Seu irmão, o capitão-mor Custódio José Dias, foi membro da Junta do governo provisório de Minas Gerais em 1822, deputado da 1ª Legislatura de 1826 e da sessão legislativa de 1833.

Já o padre Antônio da Rocha Franco estava ligado aos colégios eleitorais de Ouro Preto, São João Del Rei, Sabará e Paracatú, nos quais o Executivo provincial era pró D. Pedro, como o próprio padre, que foi advogado dos auditórios de Vila Rica. Mas após a 1ª Legislatura Nacional só obteve mandatos nas deputações estaduais.

Em Pernambuco, das 13 vagas disponíveis para deputados, 6 eram ocupadas por clérigos. É possível perceber uma relação entre os movimentos revolucionários que antecederam a Independência e a eleição desses agentes, pois metade dos deputados constituintes eleitos participou diretamente da Revolução de 1817: Francisco Muniz Tavares, Inácio de Almeida Fortuna e Venâncio Henriques de Resende[11].

Quanto ao Ceará, que de 8 vagas, 5 eram ocupadas por clérigos, Hoornaert[12] afirmou que "[...] no século XIX e na primeira metade do século XX, o Ceará era considerado o Estado mais católico do Brasil", tendo os padres uma grande capacidade de domínio sobre a população, ainda mais quando estavam ligados a importantes clãs familiares, ou ainda quando eram os próprios chefes desses clãs. Esse era o caso do diácono José Martiniano de Alencar, que chegou a Senador do Império em 1832, e foi chefe do Partido Liberal naquela província até 1860. Isso acontecia porque as forças políticas daquela região tinham como característica a existência de uma sólida estrutura patriarcal que mantinha o controle do mecanismo eleitoral sob o poder de determinados clãs familiares.

---

10 OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823 – 1834*. 416 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014. P. 53.

11 MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824.* São Paulo: Editora 34, 2014.

12 HOORNAERT, Eduardo. "Aldeamento e catequese". In: CHAVES, Gilmar (Org.) *Ceará de Corpo e Alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz.* Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002. p. 269.

A Bahia, província que sediava a Arquidiocese brasileira, por sua vez, dispunha de um número significativo de cadeiras, 13, e teve proporcionalmente a menor representação de clérigos na Assembleia, somente 1. Isso se deve, possivelmente, ao fato de que a província possuía uma estrutura eclesiástica complexa, com cargos atrativos aos sacerdotes que, por sua vez, tinham mais possibilidades de ascender na elite eclesiástica, bem como uma disciplina sacerdotal mais próxima ao modelo tridentino, desde o estabelecimento das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, por D. Sebastião Monteiro da Vide, em 1707[13].

Sendo mandada realizar nova eleição em 1824, o novo contexto possuiu diferenças em relação à anterior, principalmente pelos eventos ocorridos quando do fechamento da Constituinte de 1823, como desconfiança das elites provinciais em relação aos intentos do Imperador, clérigos presos, outros regressados das Cortes de Lisboa, e a intensa participação de padres no movimento revolucionário que aconteciam em Pernambuco e no Ceará. Isso se refletiu nas eleições para a 1ª Legislatura, tanto em uma maior representação de clérigos em algumas províncias, quanto em diminuição ou ausência de padres eleitos deputados em outras, como é possível observar no **Anexo**, ao final do texto.

Dos 23 padres deputados eleitos para a 1ª Legislatura do Império, 20 iniciavam a vida no Legislativo Nacional, mas 09 estiveram presentes nas Cortes de Lisboa, o que corresponde, aproximadamente, a 39% da representação. Foram eles: Antônio Vieira da Soledade (RS), Diogo Antônio Feijó (SP), Francisco Agostinho Gomes (BA), Inácio Pinto de Almeida e Castro (PE), José Custódio Dias (MG), José de Barros Leite (AL), Manoel Rodrigues da Costa (MG), Marcos Antônio de Sousa (BA), e Romualdo Antônio de Seixas (PA). Outros 7 haviam participado de Juntas governativas, como citados anteriormente, e 7 ainda não possuíam experiência em cargos eletivos e de representação, mas atuavam politicamente em suas províncias. Possuíam cargos no Legislativo local, ligações familiares com a Coroa, jornais, ou carreiras eclesiásticas estabelecidas em cargos do alto clero.

O Padre Antônio Marques Sampaio, deputado governista mineiro, não conseguiu reeleição para o Legislativo nacional e terminou sua carreira política como deputado provincial. O padre João Chrysostomo manteve-se no Conselho Geral da província de São Paulo, ao mesmo tempo em que esteve na Câmara dos deputados; e após o fim do mandato continua sua carreira política em nível provincial. O Monsenhor Francisco Corrêa Vidigal (RJ) foi deputado somente na 1ª Legislatura do Império. Entretanto, foi ministro plenipotenciário e figura fundamental da política externa e no reconhecimento da Independência do Brasil junto a Roma.

Januário da Cunha Barbosa (RJ), famoso padre e jornalista, membro da maçonaria, antes da eleição de 1824 esteve diretamente ligado a origem do Conselho de Procuradores, criado em 1822 e extinto em 1823, e aos movimentos que levaram à Independência, no Rio de Janeiro. Não foi reeleito, e ocupou a direção da Tipografia Nacional e do Diário

13 SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

Fluminense. O padre Pizarro, membro de família fidalga e ligada à Corte, possuía carreira eclesiástica estabelecida, tendo sido membro da Mesa de Consciências e Ordens, quando foi eleito deputado. Mas, ao fim da 1ª Legislatura não ocupou mais nenhum cargo eletivo.

O padre baiano José Ribeiro Soares da Rocha, não havia ocupado cargo legislativo antes de 1826, mas já possuía uma consolidada carreira eclesiástica como Promotor do Juízo eclesiástico, sendo reeleito para a legislatura seguinte. Do padre pernambucano Miguel José Reinault não consegui mais informações junto às fontes que possibilitassem traçar ligações com as elites locais nem identificar ocupação de cargos anteriores a 1826.

Esses dados e questões demonstram que os padres que exerceram mandato de deputados na Assembleia Geral Constituinte de 1823 e na 1ª Legislatura do Império, entrando oficialmente para a política nacional e o Poder Legislativo, por meio de processo eleitoral, já acumulavam larga experiência política no âmbito de suas províncias e mesmo na estrutura administrativa colonial. Isso lhes conferia um melhor treinamento para o exercício da função administrativa e notabilidade para serem escolhidos como os representantes "de fato" e "naturais" da construção do novo Estado.

O contexto que favoreceu a ascensão desses clérigos ao Legislativo Nacional, não serviu, entretanto, para consolidar a maioria de suas carreiras nesse espaço. Os que não se tornavam Senadores, ou eram designados para altos cargos no Executivo, retornavam, ao fim do mandato, para suas províncias de origem, nas quais mantinham carreiras políticas no Legislativo ou no Executivo, dedicavam-se à educação, às atividades jornalísticas, ou somente ao exercício das funções clericais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de alta e constante, a presença do clero em cargos eletivos nesse período inicial de estabelecimento de uma representação política formal sofreu uma alta rotatividade dos seus membros. Souza[14] considera que as carreiras políticas dos clérigos eram menos solidificadas pelo tempo e que esse grupo possuía menos experiência política do que outros, por isso o alto índice de renovação a cada nova legislatura.

Entretanto, a partir dos dados prosopográficos sobre a elite político religiosa do Primeiro Reinado levantados por Silva[15], é perceptível a vasta experiência política, pessoal e familiar, da maioria desses agentes na administração colonial. Além do fato de que, na Câmara dos Deputados, a cada nova legislatura, havia uma renovação geral dos quadros de aproximadamente 50%.

Nessa perspectiva, considero que a alta rotatividade desse período deveu-se a configurações próprias das disputas políticas intraprovinciais, que alçavam novos religiosos

14 SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar a Tribuna. Os padres políticos na formação do Estado Nacional brasileiro (1823–1841).* 2010. 438 f. Tese (Doutorado em História política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
15 SILVA, 2018, op. Cit.

à membros da elite política do Império, e interrompiam as carreiras políticas de outros; e da Corte, na qual muitos progrediram nas carreiras políticas e religiosas por mercê do Imperador; bem como a eventos revolucionários, nos quais os padres participaram intensamente.

REFERÊNCIAS

BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BERBEL, Maria Regina. *A nação como artefato: os deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822).* São Paulo: HUCITEC, 1999.

CARVALHO, José Murilo de**.** *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial.* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

HOORNAERT, Eduardo. "Aldeamento e catequese". In: CHAVES, Gilmar (Org.) *Ceará de Corpo e Alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa (Orgs.*). Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Biblioteca, 1996.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2014.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823 – 1834*. 416 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014.

PHÉLIPPEAU, Eric. "Sociogênese da profissão política". In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (Orgs.). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SEIDL, Ernesto. "Sociologia histórica do Estado: igreja e construção nacional no Brasil e na Argentina". *TOMO*, ano IX, n.º 09, 2006, p. 30-61.

SILVA, Joelma Santos da. *Entre a Política e a Religião*: *Os Padres Deputados na formação do Estado nacional brasileiro*. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federa do Maranhão, 2018.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: SCT, EDUFBA, 2000.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar a Tribuna. Os padres políticos na formação do Estado Nacional brasileiro (1823–1841)*. 2010. 438 f. Tese (Doutorado em História política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília,1980.

ANEXO:

Quantidade de Padres eleitos por Província (1ª Legislatura do Império de 1826-1829).

PROVÍNCIA	Nº DE VAGAS	N.º DE PADRES ELEITOS	NOME
Alagoas	5	2	Francisco de Assis Barbosa
			Luiz José de Barros Leite
Bahia	13	5	Antônio Marques Sampaio
			Francisco Agostinho Gomes (não tomou assento)
			José Cardoso Pereira de Melo
			José Ribeiro Soares da Rocha
			Marcos Antônio de Sousa
Minas Gerais	20	4	Antônio da Rocha Franco
			José Bento Leite Ferreira de Mello
			José Custódio Dias
			Manoel Rodrigues da Costa (não tomou assento)
Pará	3	1	Romualdo Antônio de Seixas
Paraíba	5	2	Galdino da Costa Vilar
			Amaro de Barros de Oliveira Lima (não tomou assento)
Pernambuco	13	1	Miguel José Reinaut
Piauí	1	1	Pedro Antônio Pereira Pinto do Lago
Rio de Janeiro	8	3	Francisco Corrêa Vidigal
			Januário da Cunha Barbosa
			José de Sousa Azevedo Pizzarro e Araújo
Rio Grande do Norte	1	1	Inácio Pinto de Almeida e Castro (morre em 1827)
Rio Grande do Sul	3	1	Antônio Vieira da Soledade
São Paulo	9	2	Diogo Antônio Feijó
			João Chrysostomo de Oliveira Salgado

Figura 1: Elaboração da autora.

CAPÍTULO 3

SÃO PAULO – UMA CIDADE NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOCULTURAL E URBANÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Data de aceite: 24/08/2021

Robson Roberto da Silva
Doutor em Historia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Assis – SP
Professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)
Paranavaí – PR
http://lattes.cnpq.br/1923494820355348

RESUMO: Esse texto traz importantes informações demográficas, urbanísticas e sociológicas sobre o processo de crescimento populacional e urbano na cidade de São Paulo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Nesse período, com a vinda massiva dos imigrantes europeus, especialmente dos italianos, mesclando-se com a população brasileira de maioria negra e mestiça, confrontavam-se pela sua sobrevivência, concorrendo pelas vagas de trabalho e de moradias. Esse crescimento demográfico tornou-se desordenado devido à deficiência estrutural da cidade para agregarem essa população. As reformas urbanísticas do inicio do século XX mostravam a politica segregacionista dos governos republicanos, demolindo os cortiços e expulsando suas populações para periferias, mostrando que o desenvolvimento urbano se desenhava através de interesses das classes dominantes.

PALAVRAS-CHAVE: Crescimento populacional, reformas urbanísticas, segregação social.

SAO PAULO – A CITY IN THE SOCIO-CULTURAL AND URBAN SEGREGATION PROCESS IN THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY

ABSTRACT: This text provides important demographic, urban and sociological information about the process of population and urban growth in the city of São Paulo between the end of the 19th century and the first decades of the 20th century. During this period, with the massive arrival of European immigrants, especially Italians, mixing with the Brazilian population of black and mestizo majority, they faced each other for their survival, competing for jobs and housing. This demographic growth became disorderly due to the city's structural deficiency to aggregate this population. The urban reforms of the beginning of the 20th century showed the segregationist policy of republican governments, demolishing the tenements and expelling their populations to the peripheries, showing that urban development was designed through the interests of ruling class
KEYWORDS: Population growth, urban reforms, social segregation.

1 | A IMIGRAÇÃO E A MARGINALIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DA POPULAÇÃO NACIONAL

Durante o século XX, a cidade de São Paulo tornou-se sinônimo de desenvolvimento econômico e crescimento urbano. Em poucas décadas deixou de ser uma pequena vila provinciana e entreposto comercial para converter-se na mais importante metrópole do

Brasil. A primeira fase desse desenvolvimento urbanístico e demográfico deu-se no final do século XIX, o número de habitantes multiplicou-se em 20 vezes entre 1890 - 1920 (Quadro – 1).

Ano	População	Período	Percentual
1872	26.020	1872 – 1890	124,78%
1890	64.934	1890 – 1900	200,20%
1900	260.000	1900 – 1910	60,38%
1910	314.000	1910 – 1920	92,58%
1920	581.435	——————	——————

QUADRO 1 – Evolução percentual de população – São Paulo (1872 – 1920).

Fonte: Relatório do crescimento populacional da cidade 1872 – 1920. Secretaria dos Negócios Metropolitanos, p.171 apud SANTOS, 2003, p. 33.

Esse fenômeno social e demográfico se explica pelas intensas transformações que o Brasil vivenciava desde a segunda metade do século XIX. A época da derrocada do sistema escravista coincidiu com o aumento da inserção do industrialismo nas cidades brasileiras e a ascensão do mercado de trabalho livre. Diante de tal configuração socioeconômica, não havia mais espaço na nova sociedade industrial e burguesa para instituições arcaicas como a escravidão. Contudo, o processo de libertação da população negra e mestiça em 1888 não veio acompanhado de plena cidadania, essa população será apartada dos processos produtivos, sociais e políticos, sendo relegados a uma situação de marginalização socioeconômica e urbana. “Nessa época em que a “ciência” passa a ocupar o trono do saber, comanda também mais de perto uma série de submissões: a do negro escravo ou recém-liberto, (...).” (SCHWARCZ, 1987, p. 68). O crescimento industrial impulsionou a expansão urbana da cidade, antes a participação das indústrias na economia era incipiente, porém o aumento na virada do século foi significativo. O desenvolvimento industrial trouxe a modernização da cidade de São Paulo, um sentimento de reformismo urbano e cultural dominou toda a sociedade com as novidades tecnológicas da época: iluminação elétrica, o rádio, o bonde elétrico, telégrafo, automóveis, linhas telefônicas e novos edifícios sendo construídos, etc. São Paulo respirava modernidade e progresso (Imagem – 1).

Imagem 1 – Detalhe da fotografia de Aurélio Becherini: Rua João Bricola, centro da cidade de São Paulo (1910). Acervo: Instituto Moreira Salles, São Paulo – SP.

Com o advento da industrialização paulista, houve a necessidade de uma grande quantidade de mão-de-obra operária nas indústrias, assim como para o trabalho nas lavouras cafeeiras no interior do Estado em substituição dos escravos recém-libertados, a solução encontrada foi à imigração europeia, principalmente italiana, para São Paulo. Essa preferência pelos europeus para serem os trabalhadores das fábricas agradavam a sociedade paulista não apenas por motivos econômicos, havia também uma intensa campanha pela introdução do elemento branco na matriz étnica da população, em detrimento dos negros e mestiços. "A substituição do escravo negro pelo imigrante livre foi acompanhada por um discurso que difundia a solução como alternativa progressista, (...) "civilizados e laboriosos" trariam sua cultura para desenvolver a nação." (ROLNICK, 1997, p. 69). Esse discurso enfatizava a purificação racial e cultural da sociedade, onde negros e mestiços eram visto como obstáculo há ser superado. Sendo assim, tanto governo quanto a sociedade não mediram esforços financeiros e estruturais para trazerem a maior quantidade possível de imigrantes europeus para o Estado. (Imagem – 2).

Imagem 2 – Fotografia de Guilherme Gaensly: Imigrantes no pátio central da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo (1890). Acervo: Fundação do Patrimônio da Energia de São Paulo - Memorial do Imigrante. São Paulo – SP.

A vinda massiva dos imigrantes europeus, especialmente os italianos para a cidade de São Paulo mudou profundamente o perfil demográfico e étnico da capital paulistana conforme mostra o quadro abaixo (Quadro – 2).

Contingentes Demográficos	Censo de 1886	Censo de 1893
Brancos nacionais	24.249	44.748
Brancos estrangeiros	12.085	70.978
Negros	3.825	5.920
Mulatos	6.450	8.639

Quadro 2 – Grupos de cor da população de São Paulo (1886 – 1893).

Fonte: FERNANDES, 2008, p. 79.

A mentalidade da superioridade da raça branca em contraste com a inferioridade da raça negra e mestiça será a pedra angular das políticas públicas e sociais dos governos da Primeira República, onde os ex-escravos e libertos terão que carregar o estigma da escravidão, demonstrando que ser liberto não significava necessariamente ser cidadão. "Indolência, nomadismo, desperdício, (...), larga margem de ócio, falta de disciplina, muita dança, fumo, bebida: (...) A figura do ex-escravo fica assim associada ao malandro/vadio/maloqueiro, figura que povoa até hoje nossa mitologia política." (ROLNIK, 1997, p. 71). Diante de tal difamação, a população negra e mestiça ficou apartada das melhorias urbanísticas, sociais e culturais da modernização da cidade de São Paulo, sendo relegados

a viverem distante dos melhores bairros, empurrados para as periferias. “As oportunidades para os negros em São Paulo eram limitadas. O impacto da imigração no lugar dos negros no mercado de trabalho foi devastador, tanto ideológica quanto quantitativamente.” (ROLNIK, 1997, p. 73). Restavam para eles os piores trabalhos, os serviços mais pesados: carroceiros, limpeza de bueiros e coleta de lixo, além de atividades informais, como vendedores ambulantes. (Imagem – 3).

Imagem 3 – Vincenzo Pastore: Vendedor de vassouras em rua do centro da cidade, provavelmente na Rua Direita, entre as ruas São Bento e Quintino Bocaiúva, 1910. Acervo: Instituto Moreira Salles. São Paulo – SP.

Mas, não eram apenas sobre os negros, pardos e mulatos que as autoridades políticas e a intelectualidade paulista desferiram seus ataques cientificistas, todo e qualquer

tipo racial legitimamente nacional entrava na categoria da inferioridade: o caboclo e o caipira (individuo típico do interior do Estado) eram taxados como preguiçosos e indolentes. "(...) os nacionais sempre foram encarados como vadios, inaptos para o trabalho (...). Dai a vida errante, utilizando-se dos recursos naturais da terra, (...) Dai a mendicância e indigência de um povo (...) ferrado pela desclassificação social (...)." (ROLNIK, 1997, p. 102). Essas políticas sociais e ideias científicas sobre inferioridade racial colocaram os nacionais numa péssima posição na sociedade. "Considerar vagabundos os que não estivessem assalariados, ou agregados a alguma pessoa ou família era também uma maneira de (...) marginalizar a experiência social e cultural dessa parcela despossuída da população." (SANTOS, 2003, p. 147). Em todo o percurso da modernização de São Paulo, os negros e mestiços vão ser considerados cidadãos marginalizados.

2 I A MODERNIZAÇÃO URBANÍSTICA E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO NACIONAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

Foi visto pelos exemplos e dados estatísticos apresentados que houve uma intensa política de distinção social na cidade de São Paulo do início do século XX com relação à população imigrante e nativa incentivada pela sociedade. Todavia, essa diferenciação não ficava limitada as ocupações profissionais, mas também através de uma nítida delimitação geográfica dos bairros e espaços públicos. "Este movimento é fruto de uma das faces dos conflitos urbanos gerados na cidade capitalista: a segregação sócio territorial." (ROLNIK, 1988, p. 79). Na medida em que a cidade de São Paulo desenvolvia-se urbanisticamente foi incorporando as tendências e aspirações reformistas dos grandes centros europeus, principalmente Paris, onde a sua influência arquitetônica era evidente, especialmente pela "haussmannização" [1] dos espaços urbanos. "(...) se costuma chamar de haussmannização, essa operação conjunta de política e higiene que consiste em desafogar o centro da capital (...) pelo duplo movimento das aberturas de vias de circulação e alta dos aluguéis, gerado pelas demolições." (PERROT, 1988, p. 119). A modernização de São Paulo solapava os antigos vestígios da antiga vila provinciana do início do século XIX, destruindo antigas casas e casarões, demolindo bairros inteiros, ampliando ruas e avenidas, reformulando o desenho urbanístico e expulsando seus moradores para as periferias. "São Paulo possuía a feição de uma cidade em obras, passando por constantes remodelações, (...) continuo clima de alterações que contribuiu para a criação de imagens como a cidade que mais cresce no mundo e São Paulo não pode parar." (SANTOS, 2003, p. 67 – 68). A política de separação das áreas da cidade em espaços bem estruturados para a elite enriquecida pela cafeicultura, os bairros operários ou os cortiços para os trabalhadores imigrantes e as áreas degradadas habitadas pelos nacionais subempregados formaram a tônica desse

1 O termo haussmannização vem da atuação politica do prefeito de Paris Georges-Eugène Haussmann (1853 – 1870) onde durante a sua gestão implantou uma reforma urbanística na cidade parisiense, abrindo largas avenidas e bulevares, demolindo e reformulando cortiços e bairros perigosos.

período. Segundo Carlos José Ferreira dos Santos:

> Ruas, praças, becos, igrejas desapareciam e/ou eram remodelados. Costumes e pessoas eram prescritas, presas e/ou excluídas. Aparentemente, ao findar do século passado e início deste, quase todos os espaços urbanos paulistanos mais centrais vivenciavam essa espécie de "cruzada" em nome de uma eventual civilização, seguindo os modelos europeus contra uma suposta "barbárie" dos não europeus e dos quase não europeus. (SANTOS, 2003, p. 119).

A essência dessa política de segregação sócio espacial da cidade de São Paulo era remodelar e modernizar o centro nos moldes das capitais europeias e redefinir socialmente as regiões urbanas onde habitariam as classes elitizadas nos seus bulevares, as classes trabalhadoras nas vilas operarias e os marginalizados nas periferias. (Imagem – 4) Essa política de segregação urbanística e social pode ser definida por Raquel Rolnik:

> A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona, portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, (...) ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada. (ROLNIK, 1997, p. 13).

Imagem 4 – Fotografia de Guilherme Gaensly: Implantação dos trilhos de bonde na Rua Direita no centro da cidade de São Paulo (1900). Acervo: Instituto Moreira Salles, São Paulo - SP.

O reformismo urbanístico do início do século XX, especialmente na gestão do prefeito Antônio da Silva Prado [2] não visavam apenas o embelezamento arquitetônico da cidade, mas também a sua higienização. "A eugenia era ideia corrente entre teóricos e autoridades e a profilaxia social era praticada cotidianamente." (SANTOS, 1999, p. 213). Além do discurso hegemônico do cientificismo antropológico e sociológico, que relegava o estigma da inferioridade social e racial as populações negras e mestiças, ainda classificavam-nas como infecciosas ou contagiosas, havendo a necessidade de diagnosticá-los, enquadrá-los e vigiá-los. Segundo Foucault foi nesse período que ganhou força o termo salubridade nas politicas púbicas sanitaristas:

> Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública (...) é o controle político-científico deste meio. (FOUCAULT, 1978, p. 93).

Nas primeiras décadas do século XX a cidade São Paulo se transformou numa verdadeira arena de disputas e conflitos por espaços e territórios entre as classes sociais, onde prevaleceram aqueles privilegiados que tinham maior poder político e econômico. "O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos (...), isolá-los, individualizá-los, vigiá-los (...) fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente (...) de todos os fenômenos." (PERROT, 1988, p. 273). Raquel Rolnik explica essa divisão socioespacial na cidade de São Paulo:

> Os espaços da cidade são política e socialmente diferenciados de acordo com os grupos sociais que nela habitam, de tal modo a definir "territórios" distintos. A grosso modo os pobres amontoam-se em bairros precários e os ricos espalham-se em espaços monumentais. Ao mesmo tempo que há separação e recorte, ocorre um processo de identificação e reconhecimento internamente a cada região. Confinados em determinadas zonas da cidade, os grupos sociais acabam de certo modo controlando seus respectivos territórios e, sobretudo identificando-se com eles. Assim o bairro segregado não é apenas um lugar no espaço da cidade, mas é o próprio grupo social que o ocupa e com ele se identifica. (ROLNIK, 1988, p.79).

Os desajustados do processo civilizador eram condenados há habitarem em áreas afastadas do centro. "Na sociedade industrial conquistadora, não há lugar para os marginais." (PERROT, 1988, p. 273). Pois a presença dessas populações degeneradas poderia ocasionar epidemias ou o desvirtuamento da moralidade, da ordem publica e dos

---

2 Antônio da Silva Prado (1840-1929) tomou posse (...) no dia 7 de janeiro de 1899, sendo o primeiro a receber o título de prefeito e permaneceu doze anos no cargo, até15 de janeiro de 1911, (...). Procurou modernizar a cidade, através da construção de pontes e o aterramento de várzeas (...). Foi responsável, em seu mandato, pela implantação do sistema de energia elétrica na cidade, em 1900.

bons costumes da sociedade. “Doença, imoralidade e pobreza se enredaram numa trama maldita de tal modo que as condições de moradia precárias eram imediatamente associadas à imoralidade e a doenças, demarcando um território rejeitado na cultura urbanística da cidade.” (ROLNIK, 1997, p. 41). A associação entre pobreza, imoralidade e doença era o senso comum das autoridades e condicionaram as políticas públicas e sanitaristas desse período.

O reformismo e a modernização urbanística de São Paulo atuavam principalmente nas áreas consideradas mais degradadas e decadentes, como um corpo ou organismo vivo que precisava se curar de uma moléstia e precisava retirar as partes doentias. “A cidade com suas principais variáveis espaciais aparece como um objeto a medicalizar.” (FOUCAULT, 1978, p. 201). As regiões dos bairros frequentados especialmente pelos negros e mestiços e os cortiços habitados pelos imigrantes operários eram as mais difamadas “(...) os cortiços são vistos tanto como um problema de controle social dos pobres quanto como uma ameaça às condições higiênicas da cidade.” (CHALHOUB, 2001, p. 31). Essa seleção se dava pelos altos índices de imoralidade, criminalidade, mendicância e de prostituição. Certas localidades eram bem conhecidas por serem de alta periculosidade e pelas suas mal afamadas atividades ilícitas, como as zonas de meretrício. (Imagem – 6).

Imagem 6 – Fotografia de Vincenzo Pastore: Casario da Rua da Esperança, esquina com a Travessa do Quartel, zona do baixo meretrício, região da atual Praça da Sé. São Paulo (1910). Acervo: Instituto Moreira Salles. São Paulo - SP

É interessante observar que a cruzada pela modernização e higienização urbana

concentrou-se mais intensamente nas áreas onde predominava o elemento nacional. Por exemplo, o Largo do Rosário, Vale do Anhangabaú e Sul da Sé, considerados degradados e perigosos pelas autoridades políticas. “De maneira geral, (...), nota-se, a partir dessas imagens do Sul da Sé, que essa região deveria ser frequentada e habitada por uma população no geral pobre e com uma significativa presença da parcela nacional, desde os tempos da escravidão.” (SANTOS, 2003, p. 130). Essa população nacional encontrava nessas áreas um local para suas manifestações sociais e culturais, principalmente atividades de batuque e capoeira negra, que infelizmente destoavam dos compromissos de mudanças urbanísticas. “A delimitação de espaços coletivos, pelo contrário, pode ser vista como uma restrição e uma exclusão, como o fim de um direito costumeiro.” (PERROT, 1988, p. 124). Esforçavam-se em manterem vivos seus costumes, sua cultura e hábitos de vida numa cidade em intensa mutação. “(...), as classes populares opõem uma resistência viva ou surda contra a especialização progressiva e a delimitação de espaços funcionais.” (PERROT, 1988, p. 122). Foi na gestão de Washington Luiz [3] que a politica de remodelação e limpeza do centro da cidade intensificou-se, retirando os “inconvenientes” do processo de urbanização da cidade (Imagem – 7). “Era uma velha crença do século XVIII que o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, (...) Daí a necessidade de abrir longas avenidas no espaço urbano, para manter o bom estado de saúde da população.” (FOUCAULT, 1978, p. 90).

Imagem 7 – Fotografia de Aurélio Becherini dos trabalhos de demolição dos prédios desapropriados para o alargamento da Rua Líbero Badaró. São Paulo, 1912. Acervo: Instituto Moreira Salles. São Paulo – SP.

3 Foi atribuída a Washington Luís quando presidente do Estado de São Paulo a lapidar frase das oligarquias brasileiras: “Questão social é questão de polícia”.

Segundo Carlos José Ferreira dos Santos a política de demolições e reurbanização de regiões consideradas decadentes e perigosas, e a expulsão de moradores para áreas periféricas desarticulavam a cultura existente:

> A Igreja foi então transferida, por volta de 1903, do Largo do Rosário para o Paissandu, existindo até hoje numa das regiões também tachada como perigosa pelas autoridades, em decorrência dos que a frequentavam. Percebe-se deste modo que, apesar da mudança, a Igreja e seus arredores continuaram sendo um ponto de encontro e de crença da parcela nacional pobre da população. O antigo Largo do Rosário, por sua vez, foi reurbanizado e rebatizado com o nome de um dos prefeitos que mais se empenharam nessa modernização europeizante: Conselheiro António Prado. Agentes da modernização optaram pela destruição não só física, mas também de valores historicamente construídos, buscando a reconstrução sem contradições e procurando oferecer um novo significado àquele espaço. Novamente é possível discutir que a procura pela remodelação arquitetônica de São Paulo esteve relacionada à formulação de uma nova percepção do que deveria ser a cidade e seus lugares, à tentativa de eliminação de tradições inconvenientes e à marginalização dos indesejáveis. (SANTOS, 2003, p.126)

A política de urbanização e modernização da cidade de São Paulo prosseguiu em sua cruzada de higienização dos bairros antigos e populares da Paulicéia durante toda a Primeira República, segregando e isolando regiões inteiras e marginalizando sua população. Paradoxalmente ao movimento de reforma eugênica e urbanística, foi durante esse mesmo período histórico que houve um aumento sem precedentes da construção de aglomerados habitacionais precários e superlotados, conhecidos como cortiços.[4] Localizavam-se principalmente no centro histórico da cidade (Santa Efigênia, Bixiga e Bom Retiro) ou nas regiões industriais (Brás, Mooca, Barra Funda) concentrando as classes trabalhadoras das indústrias. (Imagem-8). "Estima-se que a terça parte das habitações existentes em São Paulo era composta de cortiços." (PINHEIRO & HALL, 1981. p.42). Segundo Lucio Kowarick:

> O cortiço é a modalidade de habitação proletária mais antiga em São Paulo. (...), está ligado aos primórdios da industrialização que se iniciou nas últimas décadas do século XIX. A partir desta época, a população da cidade que, em 1890 tinha 65.000 habitantes, aumenta vertiginosamente em decorrência do grande fluxo de imigrantes. (...). Assim, o cortiço desponta e expande-se em decorrência de uma nova relação de exploração, na qual o trabalhador precisa adquirir, com o salário que aufere, os meios de vida para sobreviver. (...). Mão-de-obra sub-remunerada, não tem condições de adquirir ou alugar uma casa, pois o custo da mercadoria habitação transcende em muito o preço da força de trabalho. Desta forma, (...), o cortiço, subdivisão de cómodos em maior número possível de cubículos, aparece como a forma mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a classe trabalhadora, a baixos custos. (KOWARICK, 1988, p. 49 – 50).

---

4 Os cortiços também eram uma problemática social na cidade do Rio de Janeiro, tanto que o livro do escritor naturalista Aluízio de Azevedo narrando às características estruturais e sociológicas dos habitantes de um cortiço carioca, foi um enorme sucesso literário no final do século XIX.

Imagem 8 – Fotografia de Geraldo Horácio de Paula Souza: Moradores do cortiço localizado na Rua Conselheiro Ramalho, 232, Bixiga (1920). Acervo: Arquivo da Biblioteca Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo.

Pelas descrições de Kowarick, percebesse que o surgimento dos cortiços no final do século XIX estava inserido na lógica do capitalismo: o aumento da produção industrial e a reprodução do proletariado. Sendo assim, atendia uma demanda habitacional para os imigrantes trabalhadores da indústria paulista. Entretanto, as acomodações eram péssimas e as condições higiênicas eram muito precárias. “O cortiço é a longa fila de cómodos geminados, que dão para um pátio ou corredor comum e que tem banheiro, cozinha e tanque coletivos.” (ROLNIK, 1988, p. 80). Apesar de ser o elemento hegemônico, os imigrantes não eram os únicos a constituírem a população dos cortiços, havia também partes das famílias dos nacionais, tornando-se um ambiente bastante heterogêneo. “Alta intensidade de vida social em espaço exíguo. Nele se misturam trabalhadores e vagabundos, famílias e solteiros, negros, brancos e mulatos nascidos no Brasil, bem como portugueses, espanhóis, italianos.” (ROLNIK, 1988, p. 80). Na contramão das construções desses aglomerados habitacionais para o alojamento dos imigrantes, o governo implantou leis que proibiam a construção de cortiços em São Paulo, ironicamente, não eram cumpridas e as autoridades sanitaristas faziam visão grossa, pois se as ditas leis fossem seguidas rigorosamente, os cortiços nem existiriam na cidade de São Paulo.

Evidentemente que nenhumas dessas regras foram obedecidas, pois os cortiços continham todos os aspectos proibitivos mencionados no Código Sanitário, enfim, era uma lei de letra morta. Mas, como pode ser explicada a indulgencia do governo e da sociedade em relação aos cortiços, se comparado à demolição e reformulação urbanística dos outros bairros empobrecidos de São Paulo? Possivelmente o fato de a população imigrante ter se fixado nesses lugares tenha sido um dos fatores determinantes, o povo italiano não aceitava passivamente as intervenções do Estado sobre o território deles, sobre sua cultura

e comportamento. Apesar de não terem sofrido intervenções tão radicais como aconteceu nos bairros mais populares, os cortiços também eram alvos de intervenções através da Policia Sanitária. “Uma das formas de ação sobre o cortiço é a instituição da Polícia Sanitária, órgão criado na última década do século XIX e ligado à Secretaria do Interior, órgão cuja função é penetrar neste local sempre que necessário.” (ROLNIK, 1988, p. 81). A escritora Zélia Gattai em Anarquistas graças a Deus descreve os italianos habitantes dos cortiços como pessoas perigosas e encrenqueiras, que expulsavam os servidores públicos de seus domínios urbanos:

> Passei a admirar seus moradores desde que soube terem eles destruído uma carrocinha de cachorro, pondo os laçadores a correr debaixo de tabefes e pontapés. Nunca mais voltaram. Polícia não circulava na Caetano Pinto, os habitantes faziam suas próprias leis. Não havia soldado que por ali se aventurasse. População extremamente religiosa, profundamente patriota, de sangue quente. (GATTAI, 1984, p. 85).

Além disso, os italianos formavam a força de trabalho das indústrias paulistas, foram eles, especialmente os anarquistas, que se organizaram e criaram os primeiros sindicatos operários e assim conseguiam barganhar politicamente com o patronato e o governo, algo impossível para os nacionais. Sendo assim, o Estado e a sociedade tinham que intervir nesses territórios “italianos” de forma mais branda e sutil do que ocorrera nas regiões populares citados acima. Com o passar dos tempos, esses cortiços se converteram em bairros italianos tradicionais da Paulicéia, contudo os problemas sociais continuavam, mas o governo não chegou a intervir nesses espaços urbanos. Tanto imigrantes quanto os mestiços eram igualmente pobres, porém, na mentalidade das autoridades políticas e da sociedade paulistana, os italianos eram social e culturalmente mais toleráveis. Munidos desses preconceitos, a população nativa continuará sendo segregada a espaços urbanos cada vez mais distantes dos serviços públicos, relegados a habitarem nas periferias.

Toda cidade moderna teve em algum momento de seu processo histórico uma fase de reestruturação urbana, na qual as classes sociais entram em conflitos para reforçarem suas posições e seus espaços nas cidades. Foi durante as primeiras décadas do século XX que esses conflitos socioculturais e urbanísticos fundamentaram e definiram a configuração populacional e o perfil urbanístico da cidade de São Paulo na atualidade.

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª edição. Campinas, SP Editora da Unicamp, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

GATTAI, Zélia. **Anarquistas, graças a Deus**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.

KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e cidade**: São Paulo passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil** (1889 – 1930): condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. Campinas, Brasiliense, 1981.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottman. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (Coleção Oficina da História).

ROLNICK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo. Studio Nobel: Fapesp, 1997.

_______________. São Paulo - início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio. **As lutas sociais e cidade**: São Paulo passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza 1890 - 1915. São Paulo: Anablume/ Fapesp, 2003.

SANTOS, Marco A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAPÍTULO 4

INHOTIM: UM RETRATO NA PAREDE?

Data de aceite: 24/08/2021

Webert Fernandes de Souza
Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável - UFMG
Mestrando em Educação e Docência – UFMG

RESUMO: O presente trabalho pretende abordar as transformações no povoado de Inhotim, no município de Brumadinho, que resultaram na paisagem cultural do Instituto Inhotim, famoso museu de arte contemporânea e jardim botânico, mostrando ainda quais foram as rupturas e resistências dos habitantes locais, uma vez que a criação do Instituto Inhotim implicou em uma desapropriação territorial e histórica do antigo povoado de Inhotim. O texto faz alusão ao poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade que aborda a destruição de um edifício cuja memórias e lembranças permaneciam vivas na vida dos moradores. O principal elemento de recordação dos moradores eram os retratos na parede, assim como a comunidade de Inhotim.
PALAVRAS-CHAVE: Inhotim – Brumadinho – Retrato – Parede.

ABSTRACT: The present work intends to approach the transformations in the town of Inhotim, in the municipality of Brumadinho, which resulted in the cultural landscape of the Inhotim Institute, famous contemporary art museum and botanical garden, also showing what were the ruptures and resistance of the local inhabitants, since the creation of the Inhotim Institute resulted in a territorial and historical expropriation of the former village of Inhotim. The text alludes to the poet Carlos Drummond de Andrade from Minas Gerais, who addresses the destruction of a building whose memories and memories remained alive in the lives of the residents. The main element of memory for the residents were the portraits on the wall, as well as the community of Inhotim.
KEYWORDS: Inhotim – Brumadinho – Portrait - Wall.

INTRODUÇÃO

A comunidade do Inhotim

Se não tivesse história
se não tivesse estórias
se não tivesse famílias
se não tivesse festas
se não tivesse artes
e não tivesse dança
senão tivesse luta e lutos
se não tivesse nomes
e não tivesse laços
se não tivesse gente
se não tivesse tristeza
se não tivesse memória
bastava um trator para esquecê-la.

Valdir de Castro Oliveira, ex-morador do povoado de Inhotim.

O poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), no poema “Edifício

Esplendor", aborda a destruição de um edifício cuja memórias e lembranças permaneciam vivas na vida dos moradores. O principal elemento de recordação dos moradores eram os retratos na parede, onde segundo Drummond *havia um retrato na parede / um espinho no coração, / uma fruta sobre o piano / e um vento marítimo com cheiro de peixe, tristeza, viagens* (2003, p.96). Em outra obra de Drummond, "Confidência de Itabirano", o poeta mineiro mais uma vez faz alusão a relação memória e a fotografia onde ao retratar a saudades da sua cidade Itabira, diz que naquele momento Itabira é apenas uma fotografia na parede /Mas como dói. (2003, p.68).

Nesses poemas a visão a fotografia está ligada com a relação memória e tempo vivenciado: tanto o tempo quanto a memória são vistos como elementos que transfiguram a experiência vivenciada em um processo da construção dialética da história dessas pessoas. Conforme defende o filósofo e historiador francês Paul Ricoeur (1913-2005), "não temos outro recurso a respeito de referências ao passado, senão a própria memória" (RICOEUR. 2007, p.40). Conforme o autor, a memória está intimamente ligada à História, às experiências coletivas e às vivências individuais; indissociáveis e permeáveis pelas relações do tempo e do espaço; mutáveis, pois vivas, e imanentes, uma vez que representa o caráter daquilo que tem em si a sua própria essência e significado.

A expressão *Retrato na Parede*, de Drummond, foi utilizada como título da série de reportagens publicadas no jornal Tribuna da ASMAP[1], durante os anos de 2005 a 2009, a fim de noticiar e questionar o desvanecimento da comunidade de Inhotim, situada no distrito de Conceição de Itaguá, também conhecido como Brumado, no município de Brumadinho, em Minas Gerais, no Brasil. Inspirada nos poemas, a série jornalística pretendia fazer um registro memorial do espaço que estava sendo transfigurado, principalmente a partir da abertura do Centro de Arte Contemporânea de Inhotim (CACI), em 2004, posteriormente nomeado Instituto Inhotim. Na reportagem, as fotografias encontradas do povoado de Inhotim foram consideradas elementos ativadores da memória, trazendo lembranças naqueles que vivenciaram a localidade no passado, determinando uma relação intrínseca entre memória e imagem, por meio do registro dos espaços que já não temos mais a disposição do nosso olhar.

---

1 O jornal Tribuna da ASMAP ou Tribuna circulou mensalmente em Brumadinho de 2005 a 2012 com tiragem média de 5.000 exemplares. Editado pela ASMAP – Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Vale do Paraopeba. Caracterizou se por representar um projeto editorial independente e por discutir publicamente questões ambientais e projetos de desenvolvimento para a região, além de registrar e interpretar, através de reportagens e notícias, o cotidiano cultural e político do município, aumentando assim a disponibilidade informacional para a população

Pagina 12 **Especial**

Fio da memória

Retratos na parede

Parapoetando Drummond

Veldir de Castro Oliveira

Inhotim hoje são as fotografias na parede,
cruzamento de falas,
murmúrios,
lembranças,
elos rompidos
e muita arte contemporânea.
Como dói!

Não percam a derradeira(?) festa de Santa Cruz no Inhotim

Em um esforço extraordinário para manter o fio da memória, os ainda moradores e ex-moradores do Inhotim promovem a Festa da Santa Cruz que ali era comemorada desde a década de 1920.

Dia 7 de junho, domingo, no Cruzeiro, a partir das 9h
Haverá reza, almoço de confraternização, jogos de truco,
contação de causos e reencontros lavrados nas marcas do tempo.

Grupo dos rapazes do Inhotim - década de 50 no rio paraopeba. Da esquerda para direita: Novato, Vicente da Irene, Sebastião, Djalma e Piabo

Seu Chico e D. Odete faziam parte da mais antiga família que povoou a região do Inhotim. Foram dois grandes líderes comunitários e atualmente moram em Brumadinho

IMAGEM 01 - Reportagem da série "Retratos na parede". Fonte: Jornal Tribuna, Edição nº 49, 2009, p.12.

Conforme nos relata Boris Kossoy:

> O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e, portanto, a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. A cena registrada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. (KOSSOY, 2001, p. 155)

O presente trabalho tem como objetivo rememorar a extinta comunidade de Inhotim, localizada em Brumadinho/MG, tendo como premissa o silenciamento acerca do desaparecimento da comunidade de Inhotim e de sua memória coletiva, outrora ocupante daquele espaço. Como afirma Ricoeur: *a busca da lembrança comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à "rapacidade" do tempo* (RICOEUR. 2007, p. 48).

A consolidação da proposta desta investigação iniciou-se a partir dos diálogos produzido no âmbito de ações realizadas pelo programa de educação patrimonial denominado "Redescobrindo Brumadinho", um programa institucional de educação patrimonial de Brumadinho/MG. Criado no ano de 2015, esse programa, desenvolvido a partir de um projeto de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural da cidade, teve como um dos seus pilares reencontrar um novo olhar para distintos lugares de memória,

manifestações culturais e tradições, para além da identidade unívoca de reconhecimento local forjada a partir da fundação do Instituto Inhotim, em 2004.

A expressão “além dos muros do Inhotim” formou-se inicialmente a partir das visitações nas escolas municipais, onde nas conversas com alunos e professores apontava para a necessidade de se conhecer e redescobrir Brumadinho como algo muito além do Instituto. Apesar de reconhecer a importância cultural, econômica e turística do centro de arte contemporânea para com a cidade, diversas vozes da comunidade começaram a problematizar as questões de identidade local impostas pelo nivelamento da localidade a partir de um discurso unificado acerca de sua existência, nivelado apenas pela referência do Instituto Inhotim enquanto marco espacial e conceitual da localidade.

Os espaços transformam-se em lugar à medida que adquire definição e significados (TUAN,1983), porém, esses sentidos não são fixos ou congelados, mas sujeitos às alterações inerentes ao tempo e às próprias transformações de uso. No entanto, a degradação ou o aniquilamento de lugares, paisagens naturais ou construídas, ou ainda espaços comunitários, denominado topocídio (PORTEUS, 1988), não pode ser desconsiderado no processo de compreensão, resgate ou reconstrução da memória das cidades, fundamental para a preservação das identidades locais. Por oposição e contraste, os conceitos de topocídio, de Porteus, e topofilia de Tuan (1980, 1983), serão utilizados como fundamentos conceituais para a análise das relações entre o povoado de Inhotim e o Instituto. Assim, este trabalho intenciona gerar uma análise acerca das relações possíveis entre a memória do povoado de Inhotim e a presentificação do centro de arte contemporânea e jardim botânico, o Instituto Inhotim, considerando a tensão dos fios que unem ambas histórias, bem como as articulações, ajustes e conflitos inerentes a esse processo. Conforme afirma Ricoeur (2007), as relações que se estabelecem a partir da busca da lembrança comprovam uma das finalidades principais do ato de memória, ou seja, a luta contra o esquecimento. A expressão “Retratos na Parede”, inspirada nos poemas de Carlos Drummond de Andrade, representa um registro memorial do espaço que foi transfigurado, mas cuja memória mantem- se viva na memória dos seus antigos moradores.

O presente trabalho buscou, por meio de matérias de jornais e fotografias, mostrar o processo topocídico de destruição da comunidade de Inhotim e a forma como os ex-moradores viam e veem o desvanecimento desse espaço. Uma das maneiras de demonstrar todo esse processo foi organizar as fotografias dos moradores e aquelas publicadas nos jornais locais.

> Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e se continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (KOSSOY, 2001, p.54).

Em suma, toda fotografia é objeto de um passado, pois cada momento vivido não se repete ou volta atrás. Sobre esse aspecto, o historiador Boris Kossoy relata que *a fotografia funciona em nossas mentes como uma espécie de passado preservado, lembrança imutável de certo momento e situação, de uma certa luz, de um determinado tema, absolutamente congelado contra a marca do tempo* (2001, p.44). As fotografias da comunidade de Inhotim nos fornece subsídios para que o passado seja atualizado e reutilizado no presente. Quando os ex-moradores veem as fotografias do espaço transformado, essa foto se torna objeto de construção social, mediação e fonte histórica. Nesse sentido, as fotografias da extinta comunidade são uma importante fonte documental que nos servem enquanto documento para auxiliar na construção e reconstrução da memória coletiva local.

> As imagens que contenham um reconhecido valor documentário são importantes para os estudos específicos nas áreas da arquitetura, antropologia, etnologia, arqueologia, história social e demais ramos do saber, pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural. (KOSSOY, 2001, p.54).

Esse trabalho de rememoração da comunidade de Inhotim, procurou associar a relação entre as fotografias e o processo de evocação da memória. Nesta ação, acreditamos que a conexão estabelecida entre a imagem e o registro oral não ocorre sem que o retrato não seja retocado. Retocar a memória não é falsear a memória, mas entender o quanto este elemento existe apenas a partir de questões subjetivas, impostas pela afetividade. Não permitir o esquecimento de lugares e de pessoas não significa congela-las nas paredes de um museu a partir da exposição de suas fotos ou depoimentos, mas permitir que o ato de contar e recontar, bem como vivenciar e revivenciar espaços mantenha esse processo vivo e presente no tempo e no espaço. Com base nesta pesquisa, procuramos compreender como ocorreu a série de acontecimentos que levaram ao sentimento de apagamento do povoado de Inhotim, e de que forma os registros fotográficos reacenderam uma perspectiva de não-apagamento, deslembrança, esquecimento:

> As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou (KOSSOY, 2001, p.21).

Metaforicamente, mostramos que a comunidade de Inhotim, se converteu em um retrato na parede, uma lembrança na memória do ex-moradores. Ainda que estejam simbolicamente nas paredes, essas fotografias mentais ou físicas contam muitas histórias, e as lembranças são revividas, os lugares que não existem mais podem ser revisitados e a pessoas reencontradas. As fotografias de Inhotim anterior ao Instituto eternizaram a extinta comunidade. Na sua obra *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*, o antropólogo francês Mac Augé, define duas categorias de espaços:

os “lugares antropológicos” e os “não lugares”. Este “lugar antropológico”, apontado por Augé, é fomentador de identidades e são relacionados e reconhecidos por seus moradores, enquanto espaço social, cultural e memorial de determinado grupo. Sendo:

> Necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma identidade mínima. Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não tem de ser objetos de conhecimento (AUGÉ, 1994, p.53).

Já, o “não lugar” seria um espaço sem relação com seu espaço exterior de forma:

> Vê-se bem que por ‘não-lugar’ designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. Se as duas relações se correspondem de maneira bastante ampla e, em todo caso, oficialmente (os indivíduos viajam, compram, repousam), não se confundem, no entanto, pois os não-lugares medeiam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não-lugares criam tensão solitária (AUGÉ, 1994, p.87).

O que seria então o Inhotim? Um lugar ou um não lugar? O Instituto Inhotim, ainda que resulte do fim da comunidade, *guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser captado pela memória, através dos sentidos e do corpo* (CARLOS, 2007, p. 14). O atual lugar Inhotim foi construído sobre a destruição de uma memória, mas isso não implica dizer que ele seria um não lugar sem significado para todas as pessoas. Esse novo lugar, que tem sido construído nos últimos quinze anos, é representado por relações estabelecidas de vivências, de saberes, de experiências, de contrastes e de conflitos. Esse lugar, que para muitos brumadinhenses ainda se torna distante no entendimento, na compreensão e nas relações, é algo muito significativo para o público de jovens que realizam atividades educacionais no espaço e dezenas de trabalhadores empregados.

Inhotim é um território de disputas. Para a construção da concepção da memória e de identidade, não há espaços que não sejam *disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente com conflitos que opõem grupos políticos diversos* (1992, p. 205). Lembrar e esquecer são estratégias utilizadas pelos grupos em disputa, como também aponta Ecléia Bosi (1994). Ainda que predomine entre os brumadinhenses um estranhamento diante do que é o Instituto, há um antagonismo por uma parcela da população que vê nesse novo lugar um espaço de novos e significativos valores e impressões. E é justamente na narrativa dos moradores locais que esse discurso dicotômico aparece. Se perguntarmos apenas para os ex-moradores do extinto povoado o que o Instituto significa, um determinado retrato será desenhado, baseado em suas experiências pessoais relacionadas à expulsão do lugar; para grande parte da população da zona rural do município, encontraremos uma narrativa do “não lugar” Inhotim, pois o Instituto não produz significados palpáveis para esta população, ainda mais no que tange a compreensão acerca da arte exposta nesse

lugar; se perguntarmos para os jovens de Brumadinho, os moradores da região central e os empresários do ramo de turismo, "lugar" Inhotim se estabelece como um impulsionador econômico; para os visitantes externos, o Instituto estabelece um conexão diferente, própria do turismo cultural, mas que, eventualmente, desconhece a realidade local. Cabe pontuar que, muitos turistas, acreditam que a cidade de Brumadinho se chama Inhotim, numa inversão de identidade territorial. Quando nos remetemos ao lugar Inhotim não podemos pensar a construção da identidade como algo puramente individual ou coletivo, mas como uma permanente negociação entre indivíduo e sociedade. E não podemos pensar em algo pronto e definido; todo lugar é resultante de múltiplas identidades e, como afirma Stuart Hall (2005), a identidade torna-se uma 'celebração móvel, formada e transformada continuamente em relações às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

> Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. (HALL, 2005, p.39)

Dessa forma, entende-se que a identidade formada nesse lugar é elaborada através de momentos históricos, dos símbolos, das tradições e das memórias, em um conjunto de elementos que representam experiências partilhadas pelo grupo (HALL, 2005, p. 31). O que implica em compreender que interagimos com o mundo que nos cerca, alterando nossa identidade e a identidade do mundo, pois esta não é fixa, imóvel ou estável; nem permanente, nem unificada, mas sempre em construção cultural e social. (HALL, 2005).

Historicamente, Instituto resultou da extinção da antiga comunidade e, por isso e pela identidade artística, ele foi definido como sendo a "estética do fim". Da narrativa comunitária anterior, uma nova narrativa vinculada ao circuito das artes vem sendo construída, criando uma nova memória e gerando uma memória transfigurada em relação à memória anterior.

Na busca da compreensão desse lugar visto do outro lado da ponte, as reportagens, os textos e as entrevistas reorganizaram o território imaginário desta dissertação, com o intuito de tornar evidente uma memória que subsiste. Sua fragilidade, porém, não deve ser desprezada. Diante das grandes narrativas, os discursos subterrâneos nem sempre são ouvidos e, por essa razão, esta pesquisa se posiciona do lado da comunidade. Não há isenção no recorte e na metodologia proposta, nem tampouco na maneira que destacamos as vozes de nosso objeto de pesquisa, a população de Inhotim. Tal postura, não invalida, porém, os pressupostos e as análises apresentadas nesta pesquisa. Ao contrário, se valendo da ideia de narrar a história à contrapelo, expõe questões relacionadas à instalação do Instituto no município de Brumadinho que ainda não foram resolvidas; descontrói a ideia hegemônica de uma fundação pacífica e permite a audição de vozes sociais dissonantes,

para além do mundo restrito da arte contemporânea.

Em *Território e pessoa: a identidade humana*, do geógrafo francês Augustin Berque, o autor relata uma experiência pessoal a partir de uma visita em do Marrocos, já adulto, onde passou alguns anos de sua infância. Ainda que ele tivesse passado muitos anos em regiões asiáticas, aquelas paisagens de infância do Marrocos nunca saíram da sua memória. Berque relata que, ao voltar à região, foi acometido por um forte sentimento topofílico, onde os espaços o conduziam a várias lembranças e sensações, e que, para ele, naquelas montanhas do Marrocos, o seu próprio pai tinha se tornado paisagem. Esse simbolismo de Berque mostra o quanto ele e seu pai tinham desenvolvido uma relação afetiva com aquele espaço e que, nem mesmo o tempo e a distância os fazia esquecer. Para ele, a paisagem se transforma em território humano e afetivo. Metaforicamente, Berque comparou seu pai com aquela paisagem, tornando visível os laços que as sociedades humanas estabelecem com os seus territórios (BERQUE, 2010, p. 15). Ampliando o sentido dessa metáfora, Berque usa o ideograma chinês *xian*, que significa "imortal". Segundo a cultura chinesa, um imortal é um ermitão que se retira nas montanhas e estando lá se confundi com ela, tornando-se invisível, tornando-se também uma paisagem. O autor afirma que poderemos encontrar alguns vestígios do ermitão, mas não o encontraremos mais, já que, imortal, ele se tornará, doravante, invisível, fundindo-se com a paisagem.

Pensando na metáfora literária de Berque, podemos associar a comunidade de Inhotim como aquele ermitão da montanha chinesa, cujos vestígios que encontrarmos provam a sua existência, embora, devido ao Instituto, já não o vemos mais. O povoado de Inhotim tornou-se invisível e imortal. De fato, a comunidade não faz mais parte da paisagem concreta de Inhotim, mas se faz presente nos vestígios ainda presentes, nas falas, nos retratos das paredes, cheio de sentidos, memórias e histórias.

Dentre as várias discussões feitas sobre os "Inhotins", a pergunta que sempre se faz presente é: *Que Inhotim almejamos? O que fazer agora, há mais de dez anos da fundação do Instituto Inhotim? Há algum Inhotim possível?*

Como todo a discussão proposta no presente trabalho permeia sobre a rememoração da extinta comunidade de Inhotim, temos que discutir o que fazer agora com o Inhotim que está posto, distinto do espaço anterior, mas permeado por ele.

Acreditamos que não é na busca de algum culpado (se é que há algum culpado), mas em uma construção permeada pelo diálogo entre a Instituição, a comunidade e o poder público local, que poderemos de fato estabelecer uma interlocução e uma interação entre os distintos atores. Esse lugar chamado Inhotim se apresenta como o palco da (re) produção das recordações enquanto reconhecimento ativo da memória coletiva e dos lugares de memória que, mesmo sem vestígios, são capazes de demonstrar conteúdos históricos, culturais e sociais incorporados nas paisagens urbanas ao longo do tempo. Negligenciar essa memória é apagar o passado construído nesse lugar.

Segundo Ricoeur (2007), ao abordar as narrativas historiográficas, relata que *o*

dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si (RICOEUR, 2007,p. 101). Narrar as ações dessa comunidade é retirar do esquecimento sua memória. Diante disso, fica evidente que ao discutir um Inhotim possível temos que possibilitar aos ex-moradores um espaço da fala. Neste espaço, ainda hipotético, seria possível promover o encontro entre o "antigo" e o "novo" Inhotim, e o que se formou a partir das rupturas e das permanências. Considerando que *os Centro de Arte possuem o caráter educacional vinculado à sua própria origem, uma vez que, desde o início, se configuravam como espaços de pesquisa e ensino* (FALCAO, 2009, p.14), tornando-se necessário promover o contato do público com esses espaços, pois, *por meio dos objetos, o visitante pode se sensibilizar e se apropriar dos conhecimentos expostos, assim como compreender os aspectos sociais, históricos, técnicos, artísticos e científicos envolvidos* (MARANDINO, 2008, p.20). Essa relação dos Centros com a educação nos faz pensar na possibilidade de articulação do Instituto com os ex-moradores do povoado. Contudo, como exposto anteriormente, nenhuma ação deve congelar esta memória, esvaziando-a de sentido, É imprescindível a construção de uma ação interativa e não hierárquica, pautada pela interlocução, geradora de um processo educativo, de viés artístico e histórico, pautado pela problematização desse espaço e das suas memórias. Conforme afirma Marandino:

> Do ponto de vista educacional, os Centros são espaços valiosos para a discussão de elementos relacionados à educação não formal, como a elaboração de estratégias de ensino e de divulgação da ciência e os processos de aprendizagem. Podem ser, assim, grandes parceiros para trabalhos direcionados à formação do professor e aos processos de ensino aprendizagem. (MARANDINO, 2003, p.76).

Acreditamos que o lugar atualizado Inhotim, enquanto um espaço museológico, pode promover o exercício da cidadania ao estimular a discussão com a cidade, trazendo contribuições para o ensino e pesquisa em Brumadinho. Visando uma aproximação com seu entorno, o Instituto criou em 2007 uma diretoria denominada "Diretoria de Inclusão e Cidadania (DIC)", com *o compromisso com o desenvolvimento social da população de Brumadinho* (LOPES, 2013, p. 60). Ela "surgia como expressão do objetivo de fomentar projetos e programas que garantissem a acessibilidade, a interação e a inclusão social da população de Brumadinho e seu entorno" (LOPES, 2011, p.92). Segundo Rosalba Lopes, uma das ex-diretoras do setor de inclusão e cidadania, as reflexões e questionamentos gerados por esta diretoria, visavam conectar o CACI com seu entorno, tendo *como tarefa levar o Centro para a comunidade e trazer a cidade para dentro do Centro* (LOPES, 2013, p. 63). A mesma diretoria de inclusão e cidadania propôs, no ano de 2008, a criação de um centro de memória:

> Com a ampliação do conceito, pensar a preservação do patrimônio cultural da região de Brumadinho em um Centro de Memória significa forçosamente contemplar todas suas variantes de suporte: edificações, espaços, documentos, imagens e palavras. Esses pressupostos conferem sentido à

> construção do Centro Inhotim de Memória e Patrimônio como parte das ações desenvolvidas pela Diretoria de Inclusão e Cidadania e, ao mesmo tempo, representam uma singularidade do Centro de Memória em processo de implantação no interior do Instituto Inhotim (LOPES, 2013, p. 70).

Ainda segundo Rosalba Lopes, havia uma necessidade de se recuperar a memória de pessoas anônimas, sendo essa uma das atitudes fundamentais do centro de memória de Inhotim:

> Nesse sentido, recuperar a memória das pessoas mais carentes, por vezes anônimas e escondidas nas comunidades rurais de Brumadinho é uma atitude fundamental para o Centro de Memória, que busca trabalhar com o conceito ampliado de patrimônio cultural, em que a noção de cultura ultrapassa a chamada cultura erudita e engloba também as manifestações populares ... Centro de Memória busca cumprir os objetivos do projeto inicial que pretendia avançar além da guarda e da preservação da documentação interna e **abarcar um conceito mais amplo de acervo que engloba as informações sobre a história e a cultura do lugar onde se edificou um Centro de arte contemporânea que não abriu mão de se integrar a seu ambiente** (LOPES, 2013, p. 70). Grifos nossos.

Um outro objetivo do Centro de Memória seria trazer informações sobre a história do lugar onde se edificou o Centro Inhotim. *Como discutir com comunidade e seu entorno o desaparecimento do povoado? O apagamento das memórias? Estaria o Instituto disposto a discutir seu papel em Brumadinho? Ouvir os ex-moradores?*

O Instituto precisa ser questionado e revisto enquanto lugar, o seu papel no entorno, pois como diria Lopes:

> Inhotim é um centro de cultura que espalha arte contemporânea, produzida no mundo todo, por seus jardins e galerias, **mas e a cultura do lugar? O quê buscar sobre a cultura do lugar que abriga um Centro do porte do Inhotim? Onde buscar? Como registrar, incorporar, preservar?** (LOPES, 2013, p. 70). Grifos nossos.

Infelizmente, o caminho que poderia ser visto e discutido com CACI por meio da sua diretoria de inclusão e cidadania não foi realizado e não mais será, pois, o Instituto resolveu extinguir essa diretoria. E com ela suas ideias e propostas como o Centro de Memória, em 2014. O espaço que poderia atuar como articulador de discussão do lugar do Instituo com seu entorno, com os ex-moradores da comunidade e com os moradores da cidade de Brumadinho não mais existe.

Um *Inhotim possível* demandaria a rearticulação desta diretoria, onde a comunidade de Inhotim e os poderes públicos de Brumadinho pudessem discutir sua memória no local. Mesmo findada a diretoria, o estabelecimento de um centro de memória a necessidade de se discutir o lugar Inhotim é fundamental pois, *para se entender o impacto do Inhotim na cidade de Brumadinho, é preciso conhecer sua história e suas características.* (LOPES, 2013, p.62).

Para os ex-moradores de Inhotim esse lugar e desperta mais relações topofilicas do

que topofóbicas, isso nos faz acreditar na possibilidade de assumir a ideia de construção de uma ponte que ligue o Instituto à cidade não mais como delimitação de espaços de oposição ou lugares antagônicos, mas, na própria acepção de sentido, ligação e trânsito.

A discussão sobre que lugar de fato é Inhotim sempre vai passar pela questão de olhar e sentir o espaço, não sob ângulos unilaterais e reducionistas, mas sim por meio do estabelecimento e da criação de relações que, em que cada momento e a partir de cada elemento, assumem significados próprios, às vezes distintos e, muitas vezes, complexos.

Para alguns ele será um “lugar” cheio de sentidos e significados para outros ainda continuará sendo um “não-lugar” ... Fato é que: *Inhotim hoje são fotografias na parede / cruzamento de falas / múrmuros / lembranças / elos rompidos / pela arte contemporânea* (OLIVEIRA, 2010, p. 104).

REFERÊNCIAS

AMORIM, F. ***Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais.*** In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de. (Orgs.). Percepção ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

ANDRADE, Carlos Drummond de. ***Poemas***. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

ANDRADE, Carlos Drummond de. ***Poesia Completa***. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003.

AUGÉ, Marc. ***As formas do esquecimento.*** Trad. Ernesto Sampaio. Almada: Íman Edições, 2001.

AUGÉ, Marc. ***Os não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade***. Trad.: Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.

BENJAMIN, Walter. ***Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e crítica cultural.*** Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERQUE, A. ***Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural.*** In: CORRÊA, Roberto. Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p.84-91.

BERQUE, A. ***Território e Pessoa: a identidade humana.*** Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, n. 06, p. 11-23, jan./jul. 2010.

BERQUE, A.; CONAN, M.; DONADIEU, P.; LASSUS, B. et ROGER, A. (Org.). ***Cinq propositions pour unethéorie du paysage.*** Paris: Editions Champ Vallon, 1994. Trad. Maria Clara Collasius Malta, 2009.

BIDOU ZACHARIASEN, Catherine Bidou. (Coord.) ***De volta à cidade. São Paulo***: Annablume, 2006.

BORGES, Luiz C. ***O Inhotim que o outro Inhotim engoliu:*** Centro, silêncio e transfiguração de memórias. Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação. V. 8 N. 2. 2015. p.1-20.

BOSI, Ecléa. ***Memória e sociedade: lembranças de velhos***. 3a edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. ***(Re) Produção do espaço urbano***. São Paulo: EDUSP, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. ***Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos***. São Paulo: Annablume, 2009.

CIRCUITO NOTÍCIAS. ***O passivo de Souza Noschese***. Jornal Circuito Notícias. Brumadinho, edição 110, dez. de 2003a, p. 3.

CIRCUITO NOTÍCIAS. ***Estrada nova no Inhotim***. Jornal Circuito Notícias, Brumadinho, edição 107, set. de 2003, p. 9.

CIRCUITO NOTÍCIAS. ***O projeto Inhotim***. Jornal Circuito Notícias, Brumadinho, edição 108, out. de 2003b, p. 5.

CIRCUITO NOTÍCIAS. ***Os Inhotins que se misturam: Associação comunitária do Inhotim discute reforma da igreja com Carlos Vergara***. Jornal Circuito Notícias, Brumadinho, edição 125, de dez. de 2005, p. 8.

CONNERTON, Paul. ***Como as sociedades recordam.*** Oeiras: Celta, 1999.

FALCÃO, A. ***Centro como lugar de memória***. In: Salto para o Futuro. Centro e escola: educação formal e não-formal. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação a Distância, Ano XIX – Nº 3 – Maio/2009.

HALBWACHS, Maurice. ***A memória coletiva.*** São Paulo: Vértice Editora, 1990.

HALL, Stuart. ***A identidade cultural na pós-modernidade***. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

INHOTIM. Disponível em: www.inhotim.org.br. Acesso em: 10 de Maio de 2016.

INHOTIM. Disponível em: www.inhotim.org.br/blog/3-milhoes-de-visitantes/. Acesso 16 de agosto de 2018.

JORNAL ESTADO DE MINAS. ***Economia / "Brumadinho pode ganhar aeroporto".*** 16 de fevereiro de 2013. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/02/16/internas_economia,350818/brumadi nhopode-ganhar-aeroporto.shtml. Acesso em: 04 de maio de 2014.

KOSSOY, Boris. ***Fotografia e História***. 2ª Ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. ***Fundamentos de metodologia científica***. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LE GOFF, Jacques. ***História e Memória***. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LOPES, Lucas; VASCONCELOS, Décio de. ***Central Elétrica do Fecho do Funil: anteprojeto.*** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1946. v.1.

LOPES, Rosalba; MARQUES, Rita de Cássia. ***Centro Inhotim de Memória e Patrimônio – CIMP.*** Cadernos de História, v. 14, n. 20, p. 59-80, 2013.

LOPES, Rosalba; OLIVEIRA, Juliana Gazzinelli. ***A dimensão identitária e a promoção da cidadania.*** Anais do VII Congresso português de Sociologia. Universidade do Porto, p. 1-14, 2012.

LOPES, Rosalba; OLIVEIRA, Juliana Grazzinelli de; SENA, Roseni. ***Desenvolvendo um território com inclusão e cidadania.*** Inc. Soc., Brasília, DF, v. 4, n. 2, p.91-102,

LORENTE, Jesus Pedro. ***The Centroms of contemporary art: notion and development.*** England: Ashgate, 2011.

MARANDINO, Martha. (Org.). ***Educação em Centros: a mediação em foco***. São Paulo, SP: Geenf / FEUSP, 2008.

MARANDINO, Martha. ***A formação inicial de professores e os Centros de Ciências***. In: Selles, S.E. e Ferreira, M. S. (orgs.). Formação docente em Ciências: memórias e práticas. Rio de Janeiro: EdUFF, p. 59-76, 2003.

MARANDINO, Martha. ***Centro como lugar de cidadania***. In: Salto para o Futuro. Centro e escola: educação formal e não-formal. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação a Distância, Ano XIX – Nº 3 – Maio/2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. ***"Patrimônio Cultural: Dentro e Fora do Centro".*** In: Seminários de capacitação museológica. Anais. Belo Horizonte, ICFG., 2004b.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. ***O Centro de cidade e a consciência de cidade***. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos Guimarães: GUIMARAENS, Cêça (org.). Centros & Cidades. Livro do Seminário Internacional "Centros e Cidades". Rio de Janeiro: Centro Histórico Nacional, p. 255-282, 2004a.

MENEZES, Anna Thereza do Valle Bezerra de. ***Arte contemporânea no Centro: um estudo de caso do Instituto Inhotim.*** Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Centro de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2012.

NORA, Pierre. ***Entre memória e história: a problemática dos lugares***. Tradução de Yara A Koury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. ***Mídias locais, memória e comunidade: um estudo sobre as mídias locais e sua cobertura sobre a história e o desvanecimento da comunidade do Inhotim-MG***. In: Anais da Jornada Científica Internacional da Rede Franco- Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação - MUSSI, 2, 2012. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 438-451.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. ***Réquiem para o Inhotim***. São Paulo: All Print, 2010.

POLLAK Michael. ***Memória, esquecimento silencio***. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. ***Memória e identidade social.*** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTEOUS, J.D. ***Topocide: the annihilation of place***. In: ohn Eyles & David Marshall Smith (eds.), Qualitative Methods in Human Geography. Barnes & Noble. pp. 75-93 (1988).

RICOEUR, Paul. ***A memória, a história, o esquecimento***. Trad. Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

TRIBUNA. ***O Inhotim que vai: retratos na parede***. Jornal Tribuna, Brumadinho, edição 18, maio de 2007. p. 11.

TRIBUNA. ***Inhotim de minhas saudades***. Jornal Tribuna, Brumadinho, edição 61, fevereiro de 2011, p. 7.

TRIBUNA. ***Brumadinhenses ficam indignados com reportagem da revista Globo***. Jornal Tribuna, Brumadinho, edição 29, maio de 2008. p. 6.

TRIBUNA. ***Inhotim faz Festa de Santo Antônio***. Jornal Tribuna, Brumadinho, edição 31, junho de 2008. p. 10.

TRIBUNA. ***Revista Veja ataca Brumadinho e o Inhotim.*** Jornal Tribuna, Brumadinho, edição 52, abril de 2010, p. 9.

TUAN, Yi-Fu. ***Espaço e lugar: a perspectiva da experiência***. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. ***Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.*** São Paulo: Difel, 1980.

CAPÍTULO 5

ANÁLISIS ESPACIO TEMPORAL DE CAMBIOS DE USO Y COBERTURA DE LA TIERRA EN LA CIUDAD DE MOQUEGUA Y EL PUEBLO DE SAMEGUA DE 1955 Y 2018

Data de aceite: 24/08/2021
Data de submissão: 04/08/2021

Osmar Cuentas Toledo
Universidad Nacional de Moquegua
Moquegua - Perú
https://orcid.org/0000-0003-3612-1309

Maryluz Cuentas Toledo
Universidad Nacional Micaela Bastidas de Apurímac
Abancay - Perú
https://orcid.org/0000-0003-2001-2642

Marco Alexis Vera Zúñiga
Universidad Nacional del Altiplano
Puno - Perú
https://orcid.org/0000-0002-2014-2845

Maribel Pacheco Centeno
Universidad José Carlos Mariátegui
Moquegua - Perú
https://orcid.org/0000-0001-8448-2315

Bedoya Justo Edgar Virgilio
Universidad José Carlos Mariátegui
Moquegua - Perú
https://orcid.org/0000-0001-7846-7469

RESUMEN: Los estudios de cambios de uso y cobertura de la tierra son imprescindibles para comprender los procesos de cambios naturales y antrópicos, además de analizar integralmente el medio ambiente y la sociedad, constituyéndose en la actualidad una importante herramienta de orientación para la toma de decisión en el ordenamiento territorial y ambiental. El objetivo del presente estudio es realizar un análisis espacio temporal de cambios de uso y cobertura de la tierra en la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua de 1955 y 2018, emplazadas en una zona de 13 200 hectáreas, utilizando técnicas de geoprocesamiento y análisis espacial, con información tecnológica de percepción remota diferente en cada año, para 1955 se utilizó aerofotografías y para el 2018 se utilizó imágenes satelitales de Google Earth, con la finalidad de cartografiar cinco categorías de uso y cobertura de la tierra identificadas de acuerdo a la metodología *Corine Land Cover* adaptada por el Ministerio del Ambiente del Perú; para detectar los cambios de uso y cobertura de la tierra se utilizó la metodología de la matriz de tabulación cruzada, identificando gran disminución en la categoría "Sin/Poca Vegetación" con 3 882,59 hectáreas cuya tasa de variación es -0,57 % por año.

PALABRAS CLAVE: Espacio-tiempo, cobertura, geoprocesamiento, teledetección, SIG.

TEMPORARY SPACE CHANGES ANALYSIS IN LAND USE AND LAND COVER IN THE CITY OF MOQUEGUA AND THE TOWN OF SAMEGUA OF 1955 AND 2018

ABSTRACT: Studies of changes in land use and land cover are essential for understanding the processes of natural and anthropogenic changes, they analyze comprehensively the environment and society, currently becoming an important tool for orientation in decision making in the territorial and environmental planning. The objective of this

study is to analyze the temporal space of changes in land use and coverage in the city of Moquegua and the town of Samegua in 1955 and 2018, located in an area of 13 200 hectares, using geoprocessing techniques and spatial analysis, with different remote sensing technology information in each year, aerial photographs were used for 1955, thus, for 2018 Google Earth satellite images were used for mapping five categories of land use and coverage identified according to the Corine Land Cover methodology adapted by the Ministry of the Environment of Peru; in order to detect changes in land use and land cover, the cross-tabulation matrix methodology was used, identifying a large decrease in the "No/Little Vegetation" category with 3,882.59 hectares whose variation rate is -0.57% by year.
KEYWORDS: Space-time, coverage, geoprocessing, remote sensing, GIS.

1 I INTRODUCCIÓN

Los estudios especializados sobre cambios del uso y cobertura de la tierra de una área determinada son esenciales para proporcionar subsidios al monitoreo ambiental (FACCO et al., 2017), aplicado a dinámicas espacio-temporales del paisaje (CABRAL; COSTA, 2017), expansión agrícola (RUKUNDO et al., 2018), sobreexplotación del recurso agua, destrucción de bosques (GAO et al., 2018), islas de calor urbano, cambio climático (WOLDESENBET et al., 2018) entre otros estudios, convirtiéndose en un componente importante en las estrategias de planificación territorial, ordenamiento ambiental, conservación de la biodiversidad (BONFIM et al., 2018), gestión de áreas protegidas (SAHAGÚN; REYES, 2017), planificación de energías renovables en áreas rurales (POGGI; FIRMINO; AMADO, 2018)para alcanzar un desarrollo sostenible y dominar la dinámica expansiva del uso de la tierra (BOVET; REESE; KÖCK, 2018).

Los estudios de la dinámica de uso y cobertura de la tierra en la cuenca hidrográfica alta del Rio Moquegua entre los año de 1973 y 2016, el área urbana creció en 14 veces su área original, aumento de áreas en minería metálica y no metálica en 1 092,77 ha y disminución de coberturas de glaciares en 93,3 % junto a las coberturas de bofedal que disminuyeron en 24,87 % (CUENTAS TOLEDO, 2017). En el departamento de Moquegua el 29 de agosto del 2018 "Aprueban el Reglamento Interno de la Comisión Técnica Regional de Zonificación Ecológica y Económica de la Región Moquegua", donde se establecerán la organización, estructura y funcionamiento de la Comisión Técnica Regional (D.R. Nº 002-2018-GR/MOQ, 2018).

Por lo mencionado anteriormente, se analizó, los cambio en espacio tiempo de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua de 1955 y 2018, lo que permitió: a) Identificar y cartografiar las categorías y distribución espacial del uso y cobertura de la tierra en la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua del año 1955 a partir de fotografías aéreas; b) Identificar y cartografiar las categorías y distribución espacial del uso y cobertura de la tierra en la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua del año 2018 a partir de imágenes satelitales de Google Earth; c) Cartografiar y analizar las áreas de cambio de uso y cobertura de la tierra en la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua entre 1955 y

2018 con técnicas de geoprocesamiento.

El área de estudio se localiza en la Provincia Mariscal Nieto del Departamento de Moquegua de la República del Perú, con una superficie de 13 200 hectáreas, geodésicamente se encuentra en la zona 19 del hemisferio sur entre los 288000 a 300000 metros al Este y 8092000 a 8103000 metros al Norte con referencia al sistema geodésico mundial de 1984 en proyección Universal Transversa de Mercator, como se observa en la figura 1.
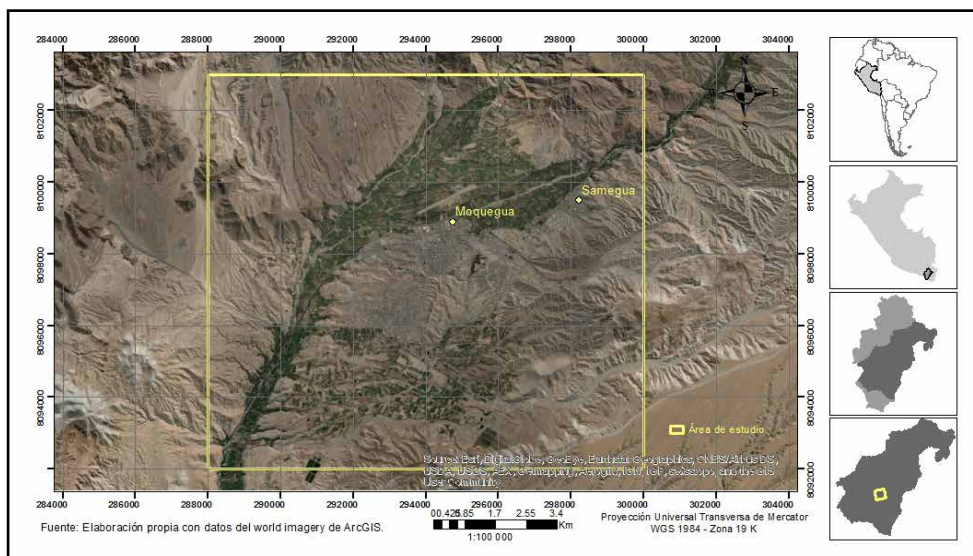
Figura 1. Mapa del área de estudio de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua.

Fuente: Elaboración propia con datos del World Imagery (ESRI, 2018).

2 | METODOLOGÍA

Para el presente trabajo se utilizó fotografías aéreas del Proyecto N° 7986 correspondiente a la zona de Toquepala – Quellaveco – Cuajone, con una escala promedio de 1:25 000, del mes de mayo del año de 1955, según índice grafico del Servicio Aerofotográfico Nacional (SAN) del Perú e imágenes de satélite de alta resolución de Google Earth Pro (LÓPEZ et al., 2013) versión 7.3.2.5491 compiladas del año 2018, desde el servidor kh.google.com.

La metodología para identificar las clases de uso y cobertura de la tierra fueron respecto al Nivel I de la Clasificación *Corine Land Cover* (CORINE LAND COVER, 2014), metodología adoptada por el Ministerio del Ambiente de Perú (MINAM, 2014), pero modificada en la cuarta clase, debido a que en nuestra zona no existe áreas húmedas, pero existe áreas de yacimientos arqueológicos de gran importancia, por lo que se presenta una clasificación *Corine Land Cover* modificada que se observa en la tabla 1.

Categorías de uso y cobertura de la tierra
1. Superficie Artificial
2. Zona Agrícola
3. Sin/Poca Vegetación
4. Yacimiento Arqueológico
5. Cuerpo Agua

TABLA 1. Categorías de la Clasificación Corine Land Cover modificada.

Fuente: (CORINE LAND COVER, 2014)

Para la identificación y cartografiado de las categorías así como la distribución espacial del uso y cobertura de la tierra para el año 1955 se emplearon fotografías aéreas, que fueron escaneadas con resolución de 600 DPI y georreferenciadas en ArcMap (Alinear la aerofotografía con puntos de control, transformación de la aerofotografía por 7 métodos seleccionando el método *spline* e interpretar el error cuadrático medio) y Georrectificación de la aerofotografía, seguidamente se prosiguió a la fotointerpretación y cartografiado de la aerofotografía con la finalidad de construir la base de datos en el sistema de información geográfica con herramientas de ArcMap.

Con respecto a la identificación y cartografiado de las categorías y distribución espacial del uso y cobertura de la tierra para el año 2018, se recurrió a imágenes de Google Earth Pro, iniciando con la obtención de imagen de Google Earth Pro desde el software SAS.Planet y unirlas con el software Global Mapper 20; georreferenciación de la imagen en ArcMap y georrectificación de la imagen, seguidamente se realizó la fotointerpretación y cartografiado de la imagen satelital de alta resolución para construir la base de datos en el sistema de información geográfica con herramientas de ArcMap.

Para analizar las áreas de cambio de uso y cobertura de la tierra en la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua entre 1955 y 2018, se utiliza la matriz de tabulación cruzada propuesto por Pontius, Shusas, & Mceachern (2004), esta matriz también es conocida también como matriz de transición que determinan un patrón de cambio de la tierra. La matriz se presenta en la tabla 2, donde cada fila representa la categoría del mapa en el tiempo 1 (T_1) y cada columna la categoría del mapa en el tiempo 2 (T_2), observándose que la diagonal principal representa los espacios que permanecen entre el T_1 y T_2, y los demás valores representan las transiciones acontecidas durante el T_1 y T_2 por cada una de las categorías. En la fila Total Tiempo 2 se suma el total ocupado en cada una de las categorías en el T_2 (P_{+n}), similar a ello en la columna Total Tiempo 2 se suma el total ocupado en cada una de las categorías en el T_1 (P_{n+}). En la última fila se muestra los valores de aumento que tuvieron cada una de las categorías entre T_1 y T_2 y la última columna muestra los valores de disminución que tuvieron cada una de las categorías entre T_1 y T_2.

	Tiempo 2				Total Tiempo 1	Disminución
	Categoría 1	Categoría 2	Categoría 3	Categoría 4		
Tiempo 1						
Categoría 1	P11	P12	P13	P14	P1+	P1+ - P11
Categoría 2	P21	P22	P23	P24	P2+	P2+ - P22
Categoría 3	P31	P32	P33	P34	P3+	P3+ - P33
Categoría 4	P41	P42	P43	P44	P4+	P4+ - P44
Total Tiempo 2	P+1	P+2	P+3	P+4	1	
Aumento	P+1 - P11	P+2 - P22	P+3 - P33	P+4 - P44		

TABLA 2. Matriz de tabulación cruzada.

Fuente: (PONTIUS; SHUSAS; MCEACHERN, 2004).

3 I RESULTADOS

El mapa de uso y cobertura del año 1955 con las 5 categorías se presenta en la figura 2 y en la tabla 3 las áreas que ocupa cada categoría expresada en hectárea y porcentaje, donde la mayor cobertura “Sin/Poca Vegetación” tiene 10 765,96 ha y la menor cobertura “Superficie Artificial” tiene 95,28 ha que representan el 81,56 % y 0,72 % respectivamente.

Categorías de uso y cobertura de la tierra de 1955	**Área (ha)**	**Porcentaje (%)**
Superficie Artificial	95,28	0,72
Cuerpo Agua	254,95	1,93
Yacimiento Arqueológico	268,51	2,03
Zona Agrícola	1 815,30	13,75
Sin/Poca Vegetación	10 765,96	81,56
Total	13 200,00	100,00

TABLA 3. Categorías de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua de 1955.
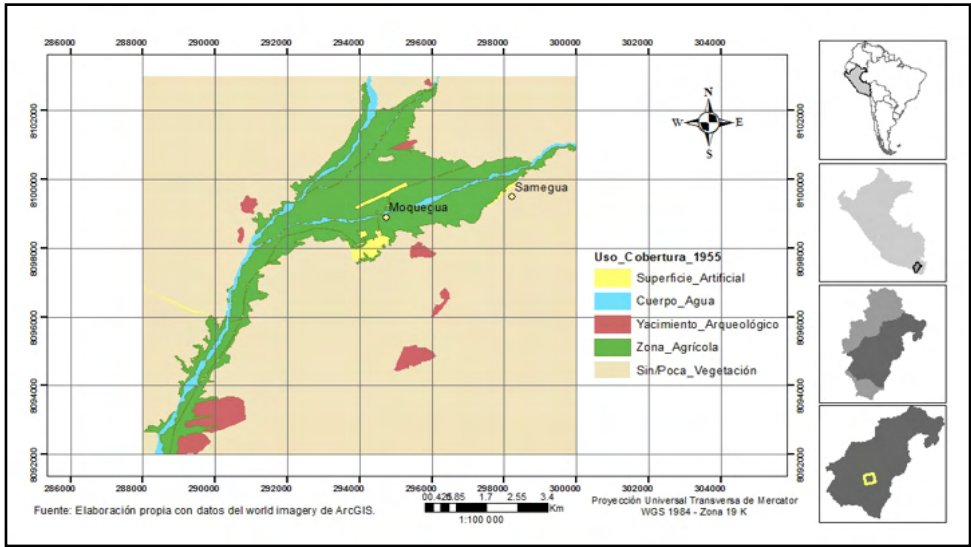
Figura 2. Mapa de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua del año 1955.

El mapa de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua del año 2018 con las 5 categorías se observa en la figura 3 y sus respectivas áreas expresadas en hectáreas en la tabla 4, donde la mayor cobertura "Sin/Poca Vegetación" tiene 6 891,53 ha y la menor cobertura "Cuerpo Agua" tiene 155.27 ha que representan el 52,21 % y 1,18 % respectivamente.
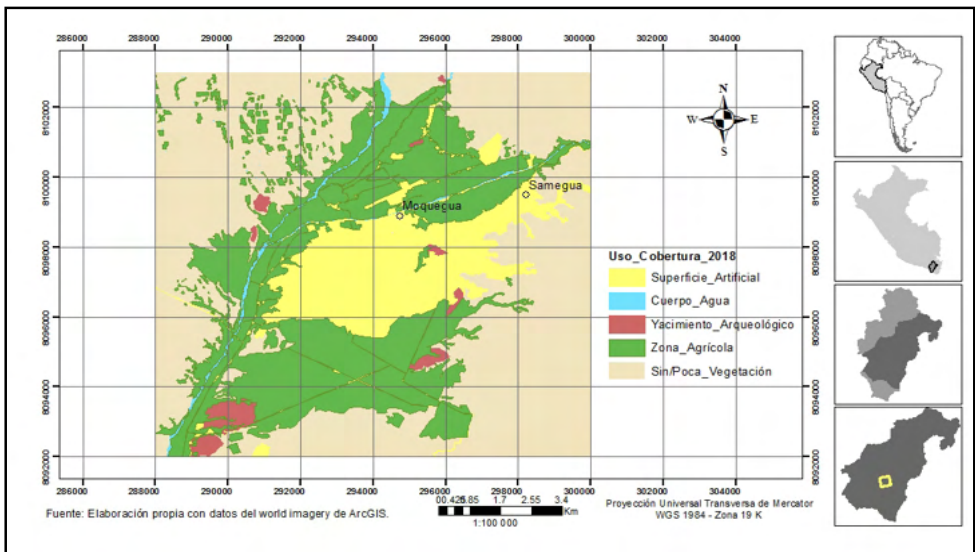
Figura 3. Mapa de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua del año 2018.

Categorías de uso y cobertura de la tierra de 2018	Área (ha)	Porcentaje (%)
Cuerpo Agua	155,27	1,18
Yacimiento Arqueológico	208,63	1,58
Superficie Artificial	1 927,72	14,60
Zona Agrícola	4 016,85	30,43
Sin/Poca Vegetación	6 891,53	52,21
Total	**13 200,00**	**100,00**

TABLA 4. Categorías de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua de 2018.

El mapa de cambios de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua entre 1955 y 2018 se presenta en la figura 4, con la distribución espacial de 14 zonas que cambiaron y 05 zonas que no cambiaron, cuyos datos se presentan en la tabla 5.
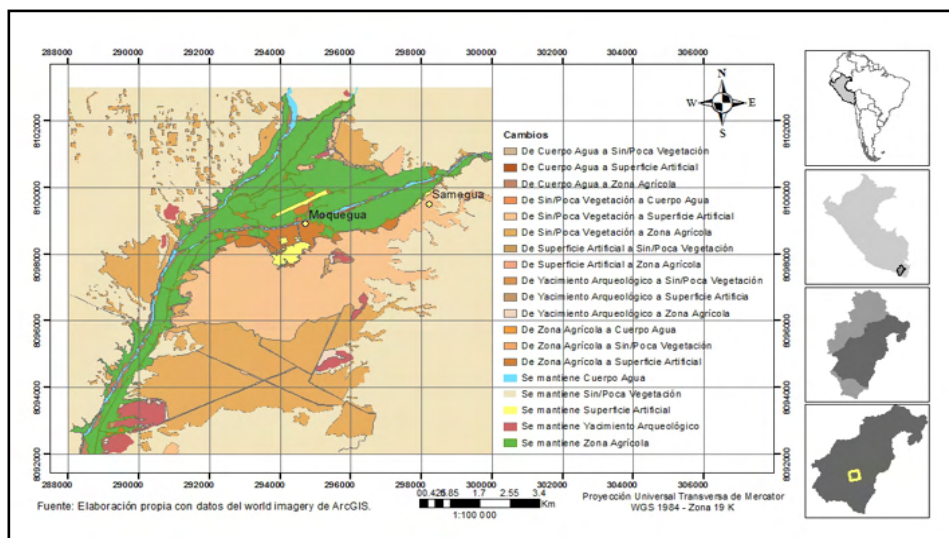
Figura 4. Mapa de cambios de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua entre 1955 y 2018.

Cambio de uso y cobertura de la tierra	Área (ha)	Porcentaje (%)
De Superficie Artificial a Sin/Poca Vegetación	0,67	0,005
De Cuerpo Agua a Sin/Poca Vegetación	0,79	0,006
De Yacimiento Arqueológico a Sin/Poca Vegetación	1,15	0,009
De Superficie Artificial a Zona Agrícola	2,00	0,015
De Zona Agrícola a Sin/Poca Vegetación	5,54	0,042

De Cuerpo Agua a Superficie Artificial	10,50	0,080
De Sin/Poca Vegetación a Cuerpo Agua	10,76	0,081
De Yacimiento Arqueológico a Superficie Artificial	14,80	0,112
De Zona Agrícola a Cuerpo Agua	16,45	0,125
De Yacimiento Arqueológico a Zona Agrícola	43,92	0,333
De Cuerpo Agua a Zona Agrícola	115,59	0,876
De Zona Agrícola a Superficie Artificial	246,20	1,865
De Sin/Poca Vegetación a Superficie Artificial	1 563,62	11,846
De Sin/Poca Vegetación a Zona Agrícola	2 308,21	17,486
Se mantiene Superficie Artificial	92,61	0,702
Se mantiene Cuerpo Agua	128,06	0,970
Se mantiene Yacimiento Arqueológico	208,64	1,581
Se mantiene Zona Agrícola	1 547,13	11,721
Se mantiene Sin/Poca Vegetación	6 883,37	52,147
Total	**13 200,00**	**100,000**

TABLA 5. Análisis de cambios de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua entre 1955 y 2018

Los análisis de las zonas de cambio en orden de ocupación de áreas de menor a mayor son:

1. De Superficie Artificial a Sin/Poca Vegetación: ocupa 0,67 hectáreas, esta zona ocupaba parte de la carretera antigua de Moquegua a Arequipa.
2. De Cuerpo Agua a Sin/Poca Vegetación: ocupa 0,79 hectáreas, son zonas que antes eran parte del cauce de Rio Tumilaca y por la reducción del cauce en algunos lugares, estas quedaron aisladas de ser parte del cauce.
3. De Yacimiento Arqueológico a Sin/Poca Vegetación: ocupa 1,5 hectáreas, se da en la zona de OMO debido a que se construyó la carretera, y fue segmentada la área arqueológica y parte de ella es ocupada por la cobertura Sin/Poca Vegetación.
4. De Superficie Artificial a Zona Agrícola: ocupa 2,00 hectáreas, estas zonas identificadas resultan de la ocupación de área que antes eran carreteras y fueron ocupadas para ser zonas agrícolas, al momento de ejecutar las vías de la Av, La Paz que conecta desde el Ovalo José Carlos Mariátegui hasta la carretera Moquegua Tacna, también se encuentras las áreas de la vía que une desde el Aeropuerto al Centro Poblado de los Ángeles.
5. De Zona Agrícola a Sin/Poca Vegetación: ocupa 5,54 hectáreas, son zonas pequeñas que se acumulan para formar este grupo, localizadas en la parte baja del valle de Moquegua, probablemente tuvieron escases de agua y optaron por otras zonas agrícolas.
6. De Cuerpo Agua a Superficie Artificial: ocupa 10,50 hectáreas, es la zona que

ocupa actualmente la carretera conocida como el malecón, lo que minimizo el cauce del río.

7. De Sin/Poca Vegetación a Cuerpo Agua: ocupa 10,76 hectáreas, son pequeñas zonas que fueron ocupadas por el cauce del rio y mayormente son zonas donde se construyeron reservorios de agua para cada parcela en las nuevas zonas agrícolas.
8. De Yacimiento Arqueológico a Superficie Artificial: ocupa 14,80 hectáreas, son las áreas que fueron invadidas para construcción de carreteras y viviendas.
9. De Zona Agrícola a Cuerpo Agua: ocupa 16,45 hectáreas, son zonas agrícolas que fueron ocupadas por los ríos durante eventos de inundación y actualmente quedaron como parte del cauce de rio.
10. De Yacimiento Arqueológico a Zona Agrícola: ocupa 43,92 hectáreas, áreas arqueológicas que fueron invadidas con fines agrícolas.
11. De Cuerpo Agua a Zona Agrícola: ocupa 115,59 hectáreas, son zonas de cauce rio que fueron invadidas para la actividad agrícola.
12. De Zona Agrícola a Superficie Artificial: ocupa 246,20 hectáreas, son zonas que fueron ocupadas para la construcción de carreteras y viviendas.
13. De Sin/Poca Vegetación a Superficie Artificial: ocupa 1 563,62 hectáreas, que fueron ocupadas por la construcción de carreteras y viviendas.
14. De Sin/Poca Vegetación a Zona Agrícola: es la última zona que tiene 2 308,21 hectáreas, que fueron ocupadas por la actividad agrícola.

Los análisis de las zonas que no cambiaron en orden de ocupación de áreas de menor a mayor son:

1. Se mantiene Superficie Artificial: ocupa 92,61 hectáreas, que es ocupada por los centros históricos de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua, el aeródromo Hernán Turque Podesta, y carreteras.
2. Se mantiene Cuerpo Agua: ocupa 128,06 hectáreas, ocupada únicamente por cauces de los ríos de Moquegua, Torata y Huaracane.
3. Se mantiene Yacimiento Arqueológico: ocupa 208,64 hectáreas, son las zonas que respetaron como patrimonios culturales, recocidos por el Instituto Nacional de Cultura del Perú.
4. Se mantiene Zona Agrícola: ocupa 1 547,13 hectáreas, corresponde a la zona agrícola del valle cercana a los ríos.
5. Se mantiene Sin/Poca Vegetación: ocupa 6 883,37 hectáreas, son zonas que en su mayoría corresponden a tierras eriazas del estado.

La evolución de los cambios y tasa de variación del uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua de 1955 al 2018 se muestra en la tabla 6, la matriz de tabulación cruzada de los mapas de uso y cobertura de la tierra de 1955 y 2018 en la tabla 7 y la síntesis de uso y cobertura de la tierra por categoría en la tabla 8.

Categorías de uso y cobertura de la tierra	Área en hectáreas (ha)			Tasa de variación (%)	Tasa de variación (%/año)
	1955	2018	Cambio 1955-2018	1955-2018	1955-2018
Superficie Artificial	95,28	1 927,72	1 832,44	1 923,22	30,53
Cuerpo Agua	254,95	155,27	-99,68	-39,10	-0,62
Yacimiento Arqueológico	268,51	208,63	-59,88	-22,30	-0,35
Zona Agrícola	1 815,30	4 016,85	2 201,55	121,28	1,93
Sin/Poca Vegetación	10 765,96	6 891,53	-3 874,43	-35,99	-0,57

TABLA 6. Evolución y tasa de variación de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua de 1955 al 2018.

	Año 2018					*Total*	Pérdida
	Superficie Artificial	Cuerpo Agua	Yacimiento Arqueológico	Zona Agrícola	Sin/Poca Vegetación	1955	
Año 1955							
Superficie Artificial	**92,61**	0,00	0,00	2,00	0,67	95,28	2,67
Cuerpo Agua	10,50	**128,06**	0,00	115,59	0,79	254,95	126,88
Yacimiento Arqueológico	14,80	0,00	**208,64**	43,92	1,15	268,51	59,88
Zona Agrícola	246,20	16,45	0,00	**1 547,13**	5,54	1 815,31	268,18
Sin/Poca Vegetación	1 563,62	10,76	0,00	2 308,21	**6 883,37**	10 765,96	3 882,59
Total 2018	1 927,72	155,27	208,64	4 016,85	6 891,53		
Ganancia	1 835,12	27,20	0,00	2 469,72	8,16		

TABLA 7. Matriz de tabulación cruzada general de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua de 1955 y 2018.

N°	Categoría de uso y cobertura	Permanente	Aumento	Disminución	Cambio Total
1	Superficie Artificial	92,61	1 835,12	2,67	1 832,44
2	Cuerpo Agua	128,06	27,20	126,88	-99,68
3	Yacimiento Arqueológico	208,64	0,00	59,88	-59,88
4	Zona Agrícola	1 547,13	2 469,72	268,18	2 201,54
5	Sin/Poca Vegetación	6 883,37	8,16	3 882,59	-3 874,43
	Total	**8 859,81**	**4 340,20**	**4 340,20**	

TABLA 8. Síntesis de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua de 1955 y 2018.

Observando el mapa de cambios totales de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua entre 1955 y 2018 en la figura 5, podemos indicar que la ocupación de la superficie que "No cambio" es mayor que la superficie que "Cambio",

ello se confirma con la tabla 4 y generada a partir de la figura 28, donde el área de "No Cambio" tiene 8 859,8 hectáreas y el área "Cambio" 4 340,2 hectáreas que expresados en porcentaje representan el 67 % y 33 % mostrados en la tabla 10.

Cambios totales de uso y cobertura de la tierra	Área (ha)	Porcentaje (%)
Cambio	4 340,20	33
No Cambio	8 859,80	67
Total	13 200,00	100

TABLA 10. Cambios totales de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua entre 1955 y 2018.
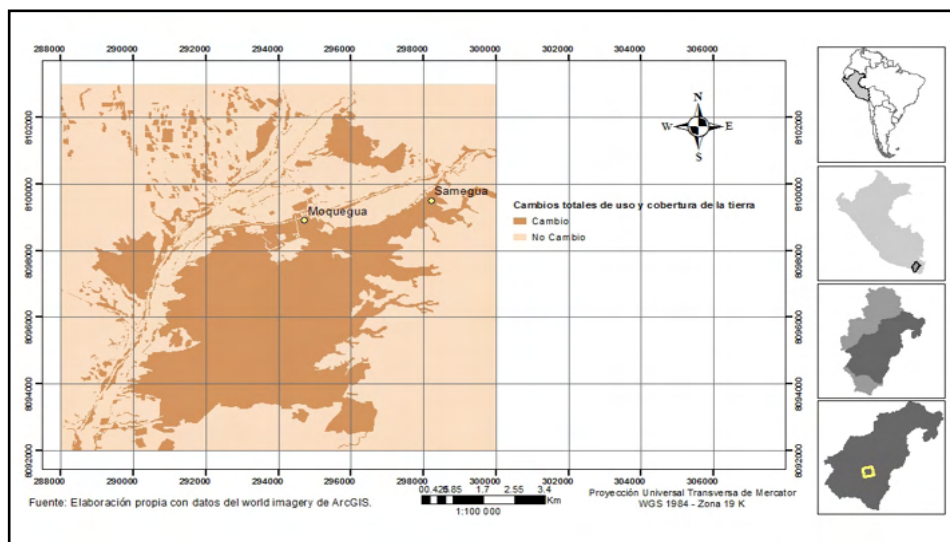
Figura 5. Cambios totales de uso y cobertura de la tierra de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua entre 1955 y 2018.

4 I CONCLUSIONES

Con base en los resultados obtenidos por el empleo de las técnicas de geoprocesamiento para alcanzar los objetivos de esta investigación, se concluye, que las prácticas de uso y cobertura de la tierra en la zona de la ciudad de Moquegua y el pueblo de Samegua se alteraron significativamente en 63 años, este cambio de uso y cobertura de la tierra fue de 33 %, donde disminuyeron grandemente las zonas sin o con poca vegetación, que fueron ocupadas en su mayoría por las zonas agrícolas y el área de superficie artificial por causa de la urbanización.

A partir del geoprocesamiento de las fotografías aéreas del año 1955, se clasifico cinco categorías de uso y cobertura de la tierra por la metodología Corine Land Cover, donde el 81 % (1 0765,96 ha) de la superficie en estudio (13 200 ha) era ocupada por la

categoría “Sin/Poca Vegetación”, formada por terrenos mayormente naturales, y las cuatro categorías ocupan el 19 % (2 434,04 ha), las mismas que fueron ocupadas de la siguiente manera: categoría “zona agrícola” con 13,75 % (1 815,30 ha), categoría “Yacimiento Arqueológico” con 2,03 % (268,51 ha), categoría “Cuerpo Agua” con 1,93 % (254,95 ha) y categoría “Superficie Artificial” que con 0,72 % (95,28 ha).

Con el geoprocesamiento de las imágenes satelitales de alta resolución de google earth del 2018 y las aerofotografías de 1955, permitieron identificar que el 52,21 % (6 891,53 ha) de la superficie en estudio (13 200 ha) actualmente es ocupada por la categoría “Sin/Poca Vegetación”, son terrenos mayormente naturales, y las demás categorías están ocupadas por la “zona agrícola” con 30,43 % (4 016,85 ha), “Superficie Artificial” con 14,60 % (1 927,72 ha), “Yacimiento Arqueológico” con 1,58 % (208,63 ha), y “Cuerpo Agua” con 1,18 % (155,27 ha).

Las técnicas de geoprocesamiento fueron imprescindibles para elaborar la cartografía y la base de datos de cambios de uso y cobertura de la tierra de 1955 y 2018 en la zona de estudio. La matriz de tabulación cruzada propuesta por Pontius et al., (2004) es una metodología importante para este tipo de análisis, que permitió detectar los cambios de aumento, disminución y permanencia en el uso y cobertura de las cinco categorías, Concluyendo que la cobertura que tuvo mayor aumento es “Zona Agrícola” aumento 2 469,72 hectáreas, sumadas al área de permanencia de 1547.13 hectáreas tiene 4 016,85 hectáreas y seguida de la cobertura “Superficie Artificial” por el aumento de 1 835,12 hectáreas, sumadas a las zonas de permanencia de 92,61 hectáreas, actualmente tiene 1 927,72 ha. Cabe resaltar que el cuerpo de agua tiene una pérdida de 126,88 ha, por la ocupación de la “Zona Agrícola” en 115,59 ha y la “Área Artificial” en 10,50 ha que corresponde a la construcción de la vía el malecón principalmente. La mayor tasa de variación es la de “Superficie Artificial” que tuvo un incremento anual de 30,53 %, seguida de la “Zona Agrícola” que tuvo un incremento de 1,93 % por año; datos que deben ser considerados en el ordenamiento territorial, ambiental y la planificación urbana, respetando las fajas marginales naturales de los ríos y protegiendo las áreas de invalorable patrimonio arqueológico.

REFERENCIAS

BONFIM, F. C. G. et al. Combining modeling tools to identify conservation priority areas: A case study of the last large-bodied avian frugivore in the Atlantic Forest. **Global Ecology and Conservation**, 2018.

BOVET, J.; REESE, M.; KÖCK, W. Taming expansive land use dynamics – Sustainable land use regulation and urban sprawl in a comparative perspective. **Land Use Policy**, v. 77, p. 837–845, 1 set. 2018.

CABRAL, A. I. R.; COSTA, F. L. Land cover changes and landscape pattern dynamics in Senegal and Guinea Bissau borderland. **Applied Geography**, v. 82, p. 115–128, 1 maio 2017.

CORINE LAND COVER. CORINE land cover Part One - Methodology. In: PROGRAMME, C. (Ed.). . **CORINE land cover**. 2014. ed. Copenhagen: CORINE land cover, 2014. p. 1–94.

CUENTAS TOLEDO, O. **ANÁLISE ESPAÇO TEMPORAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO ALTO DO RIO MOQUEGUA NO PERU**. [s.l.] Universidade Estadual de Feira de Santana, 2017.

D.R. Nº 002-2018-GR/MOQ. **Reglamento Interno de la Comisión Técnica Regional de Zonificación Ecológica y Económica de la Región MoqueguaEl Peruano**Lima, Perú, 2018. Disponível em: <https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/aprueban-el-reglamento-interno-de-la-comision-tecnica-region-decreto-no-002-2018-grmoq-1692400-1/>. Acesso em: 17 out. 2018

ESRI. **World Imagery (WGS84)**. Disponível em: <http://www.arcgis.com/home/item.html?id=898f58f2ee824b3c97bae0698563a4b3>. Acesso em: 28 out. 2018.

FACCO, D. S. et al. Avaliação da dinâmica do uso e cobertura da terra no município de Faxinal do Soturno no estado do Rio Grande do Sul. In: **Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento**. [s.l.] INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - UNICAMP, 2017. p. 6846–6855.

GAO, L. et al. General laws of biological invasion based on the sampling of invasive plants in China and the United States. **Global Ecology and Conservation**, p. e00448, 2018.

LÓPEZ, A. A. et al. El potencial de Google Earth aplicado al análisis espacial en geografía. In: CATÓLICO», I. «FERNANDO EL (Ed.). . **Innovación en la enseñanza de la geografía ante los desafíos sociales y territoriales**. Institució ed. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 2013. p. 179–194.

MINAM. **Informe Final del Proyecto: Análisis de las Dinámicas de Cambio de Cobertura de la Tierra en la Comunidad Andina**. Primera ed. Lima: Ministerio del Ambiente, 2014.

POGGI, F.; FIRMINO, A.; AMADO, M. Planning renewable energy in rural areas: Impacts on occupation and land use. **Energy**, v. 155, p. 630–640, 15 jul. 2018.

PONTIUS, R. G.; SHUSAS, E.; MCEACHERN, M. Detecting important categorical land changes while accounting for persistence. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v. 101, p. 251–268, 2004.

RUKUNDO, E. et al. Spatio-temporal dynamics of critical ecosystem services in response to agricultural expansion in Rwanda, East Africa. **Ecological Indicators**, v. 89, p. 696–705, 1 jun. 2018.

SAHAGÚN, F. J.; REYES, H. impactos por cambio de uso de suelo en las areas protegidas. **CienciaUAT**, v. 12, n. 2, p. 6–21, 2017.

SIMWANDA, M.; MURAYAMA, Y. Spatiotemporal patterns of urban land use change in the rapidly growing city of Lusaka, Zambia: Implications for sustainable urban development. **Sustainable Cities and Society**, v. 39, p. 262–274, 1 maio 2018.

WOLDESENBET, T. A. et al. Catchment response to climate and land use changes in the Upper Blue Nile sub-basins, Ethiopia. **Science of The Total Environment**, v. 644, p. 193–206, 10 dez. 2018.

CAPÍTULO 6

O ESPORTE E AS NARRATIVAS SOBRE A NAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CRÔNICAS ESPORTIVAS DE JUCA KFOURI

Data de aceite: 24/08/2021
Data de submissão: 06/07/2021

Euclides de Freitas Couto
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
São João del-Rei, Minas Gerais
http://lattes.cnpq.br/5671551351862535

Alan Castellano Valente
Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Belo Horizonte, Minas Gerais
http://lattes.cnpq.br/8935300019735652

Pesquisa financiada com recursos da FAPEMIG.

RESUMO: Este texto trata da ambivalência presente nas crônicas de autoria de Juca Kfouri, publicadas no jornal *Folha de S.Paulo*, nos períodos de cobertura jornalística dos megaeventos esportivos realizados no Brasil nos anos de 2014 (Copa do Mundo – FIFA) e 2016 (Jogos Olímpicos). Tentamos demonstrar, por meio da análise do conjunto das publicações, que a perspectiva analítica do autor transita entre os pressupostos da mestiçagem difundidos por Gilberto Freyre na década de 1930 e do jornalismo engajado das esquerdas.

PALAVRAS-CHAVE: Crônica esportiva; nacionalismo; Juca Kfouri; ambivalência.

SPORT AND NARRATIVES ABOUT THE NATION: AN ANALYSIS OF JUCA KFOURI'S SPORTS CHRONICLES

ABSTRACT: This text deals with the ambivalence in Juca Kfouri's sport articles, published in Folha de S. Paulo, in periods of media coverage of large sport events held in Brazil in 2014 (FIFA Wolrd Cup) and 2016 (the Olympic Games). We try to demonstrate that the point of view of the author moves between the assimilation of Gilberto Freyre's miscegenation in the 1930s to an engaged journalism perspective.

KEYWORDS: Sports articles. Nationalism. Juca Kfouri. Ambivalence.

> [...] O nosso estilo de jogar futebol me parece contrastar com o dos europeus por um conjunto de qualidades de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e, ao mesmo tempo, de brilho e de espontaneidade individual em que se exprime o mesmo mulatismo de que Nilo Peçanha foi até hoje a melhor afirmação na arte política. Os nossos passes, os nossos pitus, os nossos despistamentos, os nossos floreios com a bola, o alguma coisa de dança e de capoeiragem que marca o estilo brasileiro de jogar futebol, que arredonda e às vezes adoça o jogo inventado pelos ingleses e por eles e por outros europeus jogado tão angulosamente, tudo isso parece exprimir de modo interessantíssimo para os psicólogos e os sociólogos o mulatismo flamboyant e, ao mesmo tempo, malandro que está hoje em tudo que é afirmação verdadeira do Brasil.[1]

1 FREYRE. *Foot-ball* mulato.

Publicada por Gilberto Freyre após a vitória da seleção brasileira de futebol sobre a Checoslováquia, em partida válida pela Copa do Mundo de 1938, "*Foot-ball* mulato" se tornou, na crônica esportiva, um dos ícones do mito da brasilidade. Embora o texto esteja contaminado pela euforia do autor no momento, já que foi redigido após uma vitória dramática no tempo de prorrogação sobre um adversário fortíssimo, suas linhas revelam, com detalhismo, a construção da "dialética da malandragem" que se incorporava ao estilo de jogo brasileiro. Nessa formulação, de fundo essencialista, a articulação dos traços prototípicos do herói macunaímico à perícia corporal do mulato confere ao mestiço brasileiro poderes capazes de subverter a estética do jogo inventado pelos ingleses, tornando-o mais belo e adaptado aos trópicos. Munidos de um repertório infindável de dribles e improvisações, os brasileiros estariam prontos para parear forças com o jogo frio e calculista dos europeus.

Ademais, o que está latente nessas linhas é o projeto de nação a favor do qual o autor militava: a superação das mazelas históricas (o passado escravocrata e a consequente formação de uma raça "inferior"), conduzidas pelas forças sobrenaturais e telúricas da miscigenação. A virada cultural arquitetada por Freyre dependia dos intelectuais daquela geração: uma vez que os interesses ideológicos dos homens das letras iam ao encontro da política estado-novista, estava aberto o caminho para a aproximação entre a intelectualidade e o povo. A linguagem acessível da música, da dança e do futebol fornecia o arsenal simbólico para que a sociedade compartilhasse tradições, ritos e emoções, canalizando-as em direção ao projeto de nacionalidade que se erguia.

Por mais hiperbólicas que fossem as formulações freyreanas, elas ganharam eco entre cronistas e jornalistas e, simultaneamente ao desenvolvimento do rádio esportivo e do alargamento social do campo futebolístico ao longo da segunda metade do século 20, se enraizaram profundamente no imaginário social, assumindo formas discursivas simplificadas, conhecidas como "freyrismo popular". A internalização do mito nacional pelas pessoas comuns se deve, essencialmente, ao fato de que seu corpo discursivo ocupa o terreno das sensibilidades afetivas pessoais. Nesse caso, a tradição só se reproduz se os anseios individuais coincidirem com os interesses públicos.[2] Em sintonia direta com uma suposta *hexis* corporal do brasileiro, a exaltação de um estilo singular de jogar futebol, formulada nos anos de 1930, parece ter encontrado no terreno do lúdico as condições necessárias para cimentar as bases da solidariedade coletiva, tão rarefeita desde os tempos da independência.

No horizonte da hipótese levantada por Antônio Jorge Soares de que "tais reproduções representam, em certo sentido, a continuidade da tradição freyreana na interpretação da cultura",[3] no percurso deste texto buscaremos demonstrar o alcance e os limites desta interpretação. Movendo-nos no espaço simbólico em que se constitui a

---

2 Sobre essa teoria, cf. SOUZA. A construção do mito da brasilidade, p. 34.
3 SOARES. Futebol brasileiro e sociedade: a interpretação culturalista de Gilberto Freyre, p.146.

relação de homologia entre os campos do futebol e da cultura política,[4] visamos ampliar o debate sobre o conteúdo das crônicas esportivas contemporâneas. O objetivo é demonstrar a ambivalência presente no corpo discursivo desses textos, tomando como foco aqueles publicados pelo jornalista Juca Kfouri.

Aqui, tratamos a crônica esportiva como um gênero híbrido, ou seja, que poderia transformar fatos em ficção ou mesmo o contrário – utilizar personagens fictícios para compor uma narrativa que tem como referência o cotidiano do público a que ela se destina –, sem deixar de lado a perspectiva do tempo, afinal, a palavra crônica é derivada do latim *chronica* e do grego *khrónos* (tempo). No caso das crônicas analisadas, é possível perceber o tom opinativo do autor, com viés de ironia e bom humor, o que nos leva mais uma vez ao caráter híbrido do gênero: nem tanto jornalismo argumentativo e opinativo, nem tanto literatura, mas de tudo um pouco. O texto de Juca Kfouri enquadra-se nesse hibridismo, como bem definiu uma vez o maior de nossos cronistas, Rubem Braga, quando inquirido a definir o gênero: "Quando não é aguda, é crônica." Dos textos de Kfouri trataremos do seu lado agudo tanto quanto do crônico, bem como de suas recaídas freyreanas.

Assim, observamos com atenção os discursos sobre a nação que abarcam o estilo de jogo brasileiro, as características psicológicas e as habilidades esportivas dos futebolistas, mobilizados recorrentemente pelo cronista em foco aqui e por outros em tempos de megaeventos esportivos. Isso nos ofereceu um rico material para compreender as estratégias discursivas pelas quais o mito nacional é reavivado pela crônica esportiva e apropriado pela sociedade, visto que esse mito fornece ao imaginário social o repertório simbólico que abastece as dramatizações do sentimento nacionalista.

Para atender aos propósitos dessa tarefa, o *corpus* documental cotejado agrupou crônicas veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo* nos períodos de disputa da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, quando, inevitavelmente, o tema da identidade nacional assumiu destaque na crônica esportiva brasileira. A seleção dos textos de Juca Kfouri decorreu da sua popularidade e do seu *status* alçados no campo jornalístico. Embora sua produção escrita esteja diluída em diversos espaços midiáticos, os textos veiculados na *Folha S. Paulo* possuem a regularidade e o enquadramento no formato jornalístico necessários à sua avaliação nesse campo.

ENTRE UM VIRA-LATA E OUTRO, O SHOW TEM DE CONTINUAR...

Como já anunciado, presenciamos, desde os tempos do Estado Novo, uma conjugação de esforços empreendidos pelo Estado, por intelectuais, radialistas esportivos e jornalistas que visava integrar o *futebol espetáculo* ao sentimento de nacionalidade, que se formulava a partir dos pressupostos da *mestiçagem*. Difundido nas obras de Gilberto

4 Cf. DAMO. O espetáculo das identidades e alteridades: as lutas por reconhecimento no espectro do clubismo brasileiro, p.30.

Freyre, especialmente em *Casa-grande & Senzala*, o mito nacional, ancorado no discurso da mestiçagem, ganhou coro entre os jornalistas da época. Nas crônicas assinadas por Mário Filho, percebemos, explicitamente, a sintonia dos seus argumentos com o pensamento de Gilberto Freyre, com quem, a propósito, mantinha uma relação de amizade. Na obra de Mário Filho, os componentes da mestiçagem abasteciam os textos veiculados em jornais ao longo das décadas de 1920/30 e, posteriormente, sua obra-prima: *O negro no futebol brasileiro*, publicada pela primeira vez em 1947, e que seria reeditada em versão ampliada, em 1964. Atualmente, sua produção é objeto de intenso debate intelectual: nota-se, de forma genérica, que as críticas, formuladas por historiadores, são direcionadas à constatação de que sua obra superdimensiona os atributos da racialidade, destinando ao futebol a função de equilibrar as tensões sociorraciais no Brasil. Ao constatarem o caráter instrumental da sua produção literária, que estaria diretamente associada às diretrizes da política cultural varguista, a maioria dos seus críticos o considera um dos "intelectuais orgânicos" do Estado Novo. No outro polo, entre os intelectuais vinculados à tradição culturalista,[5] a obra de Mário Filho é situada na vanguarda da literatura esportiva brasileira, pois, além de representar a renovação estética e conceitual da crônica futebolística, seus textos – abastecidos por relatos orais, tornaram-se paradigmáticos para a apreensão da história do futebol brasileiro – ao incorporar elementos ficcionais a essa realidade.

Nesse universo dialógico e conflitante do qual emergiu a crônica esportiva brasileira, o "mito fundador" da tradição freyreana, explorado exaustivamente pelos estudiosos, encontra-se reproduzido nas obras de Mário Filho, de seu irmão Nelson Rodrigues, nas crônicas de José Lins do Rego como também em alguns dos poucos textos futebolísticos assinados pelo próprio Gilberto Freyre.

Conforme demonstrado alhures,[6] a crônica esportiva especializada, como também aqueles intelectuais que esporadicamente são convidados a escrever nas páginas esportivas, cada qual à sua maneira, se apropriam do arsenal simbólico freyreano, transformando os períodos que cercam as Copas do Mundo em momentos de plena exaltação nacionalista.[7] As narrativas produzidas pela grande imprensa, especialmente aquelas publicadas nos períodos dos megaeventos esportivos, constituem, atualmente, importante manancial de fontes históricas, visto que promovem a exaltação da nacionalidade, tomando como pano de fundo a *performance* esportiva, o cenário político nacional e eventos circunstanciais que, no Brasil, de modo particular, estimulam as releituras freyreanas sobre a nação.[8]

Com efeito, essas constatações são amplamente potencializadas quando nos

5 Entre eles podemos citar: LOPES. A vitória do futebol que incorporou a pelada: a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro; SILVA. *Mil e uma noites de futebol*: o Brasil moderno de Mário Filho.

6 COUTO. *Da ditadura à ditadura*: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978).

7 A exceção a essa regra ocorreu nas décadas 1960 e 1970, quando intelectuais filiados à tradição marxista elegeram o futebol espetáculo como um dos instrumentos de alienação das massas, uma vez que seu capital simbólico estaria a serviço dos grupos hegemônicos. Publicadas em jornais alternativos, essas críticas constituíram-se em um contraponto à interpretação culturalista (COUTO. *Da ditadura à ditadura*: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978), p. 118).

8 DAMATTA. *Esporte na sociedade*: um ensaio sobre o futebol brasileiro.

deparamos com a cobertura jornalística da Copa do Mundo FIFA de 2014, considerada pelo historiador Flávio de Campos "a Copa da política em um país do futebol".[9] Um ano antes do início do mundial, às vésperas da Copa das Confederações, o evento teste realizado no país-sede da Copa do Mundo, as ruas brasileiras foram tomadas por manifestações expressivas que, embora tenham sido desencadeadas pelo aumento das tarifas do transporte público em algumas capitais, foram engrossadas por uma pauta extensa e difusa de demandas sociais represadas que, notadamente, se valeram da exposição midiática do megaevento esportivo para exteriorizar os descontentamentos com os governantes e, especialmente, com o modelo de gestão de recursos públicos em voga no país. Munidos de *slogans* como "Copa para quem?", "Queremos saúde / educação / segurança padrão FIFA", os manifestantes, oriundos de diversos segmentos sociais, colocaram em xeque a agenda de prioridades do governo diante dos excessivos gastos com a realização da Copa do Mundo, um evento promovido por uma entidade com fins lucrativos, mas que demanda investimentos públicos.[10]

Em meio às vaias direcionadas à presidenta do país no jogo de abertura da competição e ao clima de polarização que contagiou a cobertura midiática do megaevento esportivo, notadamente, a grande imprensa se posicionou de forma ambígua: ora ressaltando o discurso falacioso do "legado" da Copa do Mundo para o futuro do país, ora criticando o atraso no cronograma, a precariedade e o superfaturamento das obras de infraestrutura destinadas à realização da competição.[11]

O clima de ceticismo e revolta relacionado ao gasto de recursos públicos com a Copa de 2014, materializado nas manifestações de junho de 2013, foi claramente canalizado pela grande imprensa brasileira no sentido de desgastar a imagem do Governo Federal, enquanto buscava-se salvaguardar o interesse popular pelo evento esportivo, cujo sucesso estaria relacionado aos propósitos econômicos de diversos agentes, especialmente aos das próprias empresas de comunicação.

Dessa forma, a Copa de 2014 marcou também o entrelaçamento das agendas política e esportiva cujos desdobramentos levaram a grande imprensa a emitir posicionamentos dúbios; os cronistas parecem ter assimilado o agenciamento que envolveu os megaeventos e seus *players*. O melhor exemplo dessa ambivalência presente na crônica esportiva contemporânea pode ser aferido nos textos do jornalista Juca Kfouri. Conhecido por sua militância à esquerda, desde a época em que era ativista político na Aliança Libertadora Nacional (ALN), nos tempos de luta contra a ditadura militar, é considerado um dos mais eficientes e reconhecidos intérpretes do jornalismo investigativo e esportivo.[12] Sua produção jornalística iniciada há mais de 40 anos é amplamente reconhecida pela seriedade e pela

9 CAMPOS. *A Copa da política em um país do futebol*.

10 Uma análise acurada sobre o entrelaçamento dos interesses entre a FIFA e os governos dos países-sede das Copas do Mundo foi realizada por Arlei Damo, em "O desejo, o direito e o dever: a trama que trouxe a Copa ao Brasil".

11 Cf. MARTÍ. Opinião: na festa de abertura da Copa, prevalece sensação de obra inacabada.

12 Cf. ALENCAR. *Juca Kfouri*: o militante da notícia.

qualidade, visto que suas crônicas revelam acuidade crítica sobre as diferentes dimensões que envolvem o futebol. Além de sua vasta experiência em programas televisivos, atualmente Kfouri é um jornalista multimídia: é colunista da *Folha de S. Paulo*, na qual publica duas vezes por semana, mantém um *blog* e ainda possui um programa na rádio CBN. Nos últimos anos, Kfouri vem colecionando uma série de reportagens investigativas que, em sua maioria, denunciam esquemas de corrupção envolvendo dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Em decorrência da sua trajetória de luta contra os grupos hegemônicos que comandam as estruturas de poder e também o futebol no país, nota-se que, em muitos momentos, o jornalista se vê em posição desconfortável para publicar suas análises, uma vez que elas podem levantar suspeição sobre a legitimidade das competições, das arbitragens e até ferir a idoneidade dos futebolistas, como ocorreu no episódio da "máfia da loteria esportiva".[13]

Se considerarmos os fundamentos do raciocínio praxiológico desenvolvidos por Pierre Bourdieu,[14] é possível conjecturar que a deslegitimação do campo futebolístico na sociedade levaria à ruína todos os agentes que o conformam, inclusive a própria imprensa esportiva. A manutenção econômica do futebol espetáculo, depende, entre outros aspectos, do engajamento incondicional dos clubes, dos atletas e, sobretudo, da credibilidade das instâncias administrativas e da participação das empresas de comunicação. Assim, no universo das crônicas, Kfouri é também um agente ambivalente, que milita e que possui, portanto, compromissos tácitos nas disputas simbólicas com os demais agentes. Embora ele seja considerado voz dissonante na imprensa esportiva, sua luta por reconhecimento e por credibilidade no interior do campo jornalístico, necessariamente, interfere na sua produção escrita, cujo teor, circunstancialmente, é direcionado pela agenda midiática.

Durante a Copa do Mundo de 2014, entre os meses de maio e agosto, foram publicadas por Kfouri, na versão *on-line* da *Folha*, um total de 98 crônicas, das quais 50 abordavam temáticas relacionadas à seleção brasileira. Entre os temas mais recorrentes, estão as críticas direcionadas à CBF, ao desempenho técnico dos jogadores, ao sistema tático adotado pelo treinador e às possíveis causas para o fracasso da seleção no mundial. Nada muito diferente dos outros cronistas de plantão, que primavam por resguardar a imprensa dos fracassos do nosso futebol, atribuindo os problemas da seleção a instâncias particulares e conjunturais: falta de treino, falta de tempo para assimilação da "filosofia" dos treinadores, calendários muito apertados etc. O circo midiático tentaria a todo custo reforçar a identidade desgastada da brasilidade futebolística. No entanto, ao se observar a cronologia das publicações, nota-se que, com a aproximação do início da competição, o tom crítico que preponderava nas argumentações do mês de maio deu lugar à inclusão de

13 *Idem*.
14 Sobre a análise praxiológica da realidade social e a formulação do conceito de campo, cf. BOURDIEU. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação.

temas como a dimensão técnica e aos apelos nacionalistas. Nesse sentido, é emblemática a crônica “Torcer ou não torcer”, publicada no dia 5 de junho de 2014, uma semana antes do início da competição.

> Imagino que já tenha contado aqui o que contarei de novo. Corria o ano de chumbo de 1970 e a seleção brasileira enfrentaria a romena pela Copa do México, em Guadalajara, à noite no horário daqui. Eu cursava ciências sociais na USP e dois dias antes do jogo o professor de Sociologia, inigualável mestre Gabriel Cohn, marcou uma prova que coincidiria com o jogo. Levantei o braço e reclamei, com todo respeito. A classe inteira me vaiou. Democrático, o professor criticou a vaia e levou a decisão de adiar o teste a voto. Naquela noite me dei conta que minha classe tinha 21 alunos: foi 20 a 1 pela manutenção da sabatina. [...] O final da história todos sabem: a seleção ganhou o tri, trouxe a Jules Rimet definitivamente para o Brasil e a História registra que os heróis da conquista foram Pelé, Tostão, Gerson, Rivellino, Jairzinho e não o general de plantão, Garrastazu Médici, o da tortura. Doze anos mais tarde, com o país no caminho da redemocratização, num reencontro com o mestre, ouvi dele a frase que mais gosto de repetir: Não acredito em sociólogo no Brasil que não tenha as calças puídas pelas arquibancadas. Lá atrás, como agora, politizar a torcida na Copa do Mundo, mais que bobagem, é inútil. Porque no primeiro gol brasileiro a emoção suplantará qualquer cálculo, como então. Ainda bem.[15]

Ao rememorar seus tempos de estudante, Kfouri recorre a uma situação-limite, ocorrida às vésperas de um jogo da Copa de 1970. Naquela época, entre os militantes de esquerda – maioria absoluta entre seus colegas do Curso de Ciências Sociais da USP – a seleção de Pelé e companhia era vinculada aos símbolos do poder ditatorial. Assim, entre o conjunto de códigos do repertório simbólico da “juventude engajada”, o ato de torcer para a seleção representaria, no mínimo, um ato de alienação. A despeito do seu engajamento político, a batalha travada com os colegas para assistir ao jogo do escrete brasileiro representaria seu amor incondicional às cores nacionais encarnadas pela seleção. Na estrutura latente da crônica, a percepção daqueles que, assim como ele, indignaram-se contra a corrupção da CBF e opuseram-se à realização da Copa no Brasil, deveria superar a frieza do mundo empírico e, como num ritual agonístico e mimético, em que a fidelidade coletiva à nação supera a racionalidade das ideologias, o povo deveria apoiar seus onze representantes.

No entanto, o furor nacionalista rapidamente perdeu fôlego: após o fatídico jogo da semifinal da Copa, quando a seleção brasileira foi goleada por 7 a 1 pelos alemães, os apelos ufanistas se esmoreceram completamente, cedendo lugar às costumeiras críticas à CBF, regadas com muita ironia:

> Alois Alzheimer era alemão, como Müller, Klose, Kroos, Khedira e Schürrle. Não era jogador de futebol como os autores dos sete gols alemães na semifinal da Copa do Mundo no Brasil. Era psiquiatra e descobridor da terrível doença neurodegenerativa, causadora do apagão (lembra de já ter ouvido o termo recentemente?) da memória. A doença tem o nome de quem a identificou pela

15 KFOURI. Torcer ou não torcer.

> primeira vez e a cartolagem da CBF adoraria vê-la contaminar o Brasil para o país esquecer a goleada. Até convocar Dunga a pretensa esperteza da dupla *Marin$Nero* convocou, certa de despertar rejeição e eventuais escândalos para sair de cena de fininho. Pois não sairá. Se Marin foi praticamente invisível durante a Copa, apesar de trajar chamativa gravata amarela – imitação de Paulo Machado de Carvalho e sua gravata marrom do bicampeonato mundial –, nem por isso assim permanecerá no pós-Copa. Nem ele nem Nero. A goleada germânica impediu a criação de nova história sobre gravatas e superstições e permitiu apontar os responsáveis pela humilhação. Marin prometeu ir ao inferno em caso de derrota e não cumpriu. Cumprirá a nós, sobreviventes e testemunhas da catástrofe, lembrar sempre dele e de seu parceiro Nero – este, não satisfeito em reduzir o futebol do interior paulista a cinzas vai em busca de botar fogo também no futebol brasileiro.[16]

O humor político, traço marcante da crônica kfouriana, caracteriza-se, entre outros aspectos, pela ironia, ridicularização e zombaria, estratégias que visam, simultaneamente, denunciar os desmandos e as fraudes, como também deteriorar a imagem pública dos poderosos. Observe-se o sinal do cifrão entre os nomes dos dirigentes. Isso nos leva a entender que a dupla citada é pautada somente por interesses econômicos, diferentemente dos interesses da nação verde-amarela, que vislumbrava mais uma Copa de glórias. Em função do fracasso do futebol brasileiro em 2014, a dupla José Maria Marin e Marco Polo del Nero, respectivamente, presidente e vice da CBF, sofreu reiteradas críticas por grande parcela da mídia nacional. Kfouri, por sua vez, que havia formulado as primeiras denúncias sobre a conduta de Marin, em 2012, quando ele assumiu o cargo de Ricardo Teixeira na presidência da entidade, ao longo de 2014, não poupou esforços no sentido de publicizar as falcatruas e a corrupção que permeavam os bastidores da cena futebolística brasileira.

Nesse contexto, o período de "trégua" à CBF, demarcado nas crônicas kfourianas publicadas nos dias em que se realizaram os jogos da Copa do Mundo, evidencia que, contraditoriamente, o maior evento do futebol mundial organizado pela CBF, alvo de interesses políticos e econômicos da mídia brasileira, deveria ser preservado em nome do clima de confraternização e do apelo à esportividade que o evento alentava.

Em 2016, quando se realizaram os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, as turbulências no cenário político que levaram à polarização da sociedade também afetaram a cobertura midiática do megaevento. Genericamente, ao contrário do que havia ocorrido há dois anos, a grande mídia procurou supervalorizar as obras de infraestrutura e o trabalho de organização dos jogos. Em decorrência do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, conduzido por um golpe arquitetado nos bastidores políticos, com o apoio dos principais veículos de comunicação, grupos progressistas passaram a ocupar os estádios de futebol com faixas de protesto endereçadas ao presidente interino Michel Temer, como também à Rede Globo de Televisão, considerada por eles como um dos veículos responsáveis pela legitimação do golpe.

No bojo desses acontecimentos, entre os meses de julho e agosto de 2016, Juca

16 KFOURI. Ei, Marin, e os 7 a 1?, grifo nosso.

Kfouri publicou em sua coluna da *Folha de S. Paulo* um total de 27 crônicas, que abordaram assuntos relacionados aos jogos do Campeonato Brasileiro, Taça Libertadores da América, até mesmo sobre as tensões políticas redimensionadas no campo esportivo.[17] Além de a análise comparativa dos dados extraídos da Copa de 2014 revelar a superioridade do apelo midiático que possui o evento FIFA, a seleção temática feita pelo autor evidencia a centralidade que o futebol assume em suas narrativas: das dezenove crônicas que contemplaram os temas olímpicos, apenas sete delas não abordaram o futebol. Nesses textos, a interpretação do futebol em tempos olímpicos pode ser uma pista de como esse esporte, como nenhum outro, assume a função de metaforizar a alma brasileira, como é possível constatar em “As seleções masculina e feminina precisam acreditar em si”:

> Reproduzo aqui o texto de Nelson Rodrigues em que ele cita pela primeira vez o complexo de vira-latas [...]: “A pura, a santa verdade é a seguinte: qualquer jogador brasileiro, quando se desamarra de suas inibições e se põe em estado de graça, é algo de único em matéria de fantasia, de improvisação, de invenção. Em suma: temos dons em excesso. E só uma coisa nos atrapalha e, por vezes, invalida as nossas qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de ‘complexo de vira-latas’. [...] Por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos ‘os maiores’ é uma cínica inverdade [...] Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários [...] Pois bem: e perdemos da maneira mais abjeta. [...]” Só falta alguém aplaudir a imbecilidade dita agora pelo ministro interino do Esporte, Leonardo Picciani, ao declarar que festa é local impróprio para um jovem nadador americano, já de folga, frequentar.[18]

Publicada às vésperas das partidas válidas pelas semifinais do torneio olímpico de futebol, a crônica sintetiza, como poucas peças, a forma pela qual o mito da brasilidade assume contornos estruturais na narrativa kfouriana, como que por atavismo do modelo institucionalizado por Gilberto Freyre ainda nos anos de 1930. Impulsionado por finalidades explicitamente didáticas, a recuperação do texto clássico de Nelson Rodrigues retoma o texto de Freyre em uma estratégia que viabiliza a “presentificação do passado”. Assimilam-se na memória coletiva os ingredientes que, supostamente no presente, encorajarão os atletas a lutarem pela nação. Assim como se verifica na crônica de Nelson Rodrigues, o caldo cultural freyreano imputa aos jogadores, agora também às jogadoras, a responsabilidade por dirimir, nos campos de futebol, os dilemas brasileiros. Desprezando todos os parâmetros da historicidade do desenvolvimento esportivo, nos quais a *performance* é definida por critérios objetivos, como o desenvolvimento técnico, os padrões táticos e a preparação física, Kfouri, conhecido por sua “fina objetividade”, de forma ambígua, recorre ao arsenal de atributos essencialistas cultivados pela tradição freyreana. Paradoxalmente, nas linhas finais da crônica, ao criticar o ministro interino dos esportes, vale-se do espaço simbólico

---

17 Sobre esse aspecto é emblemática a crônica “Esporte desmontado”.

18 KFOURI. As seleções masculina e feminina precisam acreditar em si.

da crônica esportiva para dar continuidade à sua luta diária contra os grupos hegemônicos que assumiram o poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> [...] Quase o velho "rouba, mas faz" de sempre, mais aceito pela nossa elite do que o "rouba, mas distribui" do PT. É óbvio que do ponto de vista esportivo a Rio-16 foi muito melhor que a Copa, porque, ao invés do 7 a 1, vieram as medalhas de ouro nos dois últimos dias do futebol e do vôlei, fecho emocionalmente brilhante para o ânimo do torcedor. [...][19]

Na obra *La gestion des passions politiques*, o sociólogo francês Pierre Ansart observa que, no âmbito das emoções políticas, "[a] gama de nuances emocionais é tão rica e complexa que qualquer classificação é simplista".[20] Com efeito, estabelecer aqui rotulações para a crônica kfouriana seria um mero exercício de tautologia, visto que a escolha das temáticas e, por extensão, das estratégias discursivas, é direcionada pela simbiose entre dois tipos de engajamento: o político e o emocional. Ademais, os esforços empregados pelo autor em prol da simplificação das análises sobre o estilo de jogo brasileiro nos sugere que, em situações limite, seu engajamento afetivo de torcedor se sobrepõe ao papel de jornalista crítico. Encorajado pelo "salvo conduto" de "torcedor apaixonado", o discurso nacionalista kfouriano, embora sempre acomodado em uma roupagem crítica, assume feições conservadoras, uma vez que recorre à constelação de pressupostos essencialistas depositários da tradição freyreana.

Nessa direção, ao listarmos algumas *marcas interpretativas* presentes na cronologia das suas crônicas percebemos que, diante da proximidade das grandes competições esportivas, seu discurso vai perdendo o tônus crítico e adquirindo os contornos do freyrismo popular, prática discursiva hegemônica que ganhou corpo na grande imprensa. Contraditoriamente, ao se desprezar a dimensão afetiva das suas crônicas, Kfouri é considerado um dos mais destemidos e mais respeitados jornalistas investigativos.[21] Ao negligenciar a dimensão conservadora do seu pensamento, e superdimensionar o teor crítico dos seus textos denunciativos, as forças homólogas que se concentram entre o campo esportivo e jornalístico produzem os códigos de reconhecimento social do jornalista, pelos quais a ambivalência do seu pensamento passa sorrateiramente despercebida na opinião pública.

---

19 KFOURI. Como após Copa, Brasil se autoengana com o sucesso da Olimpíada. (Publicada quatro dias após o encerramento dos Jogos Olímpicos de 2016.)

20 "La gamme de ces nuances affectives est si riche et si complexe que toute classification est simplificatrice" (ANSART. *La gestion des passions politiques*, p.14, tradução nossa).

21 Consultar, a exemplo, a crônica "Não desiste" com a qual Tostão prefacia a obra *Por que não desisto: futebol, dinheiro e política*, de Kfouri.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Carlos. *Juca Kfouri*: o militante da notícia. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: Éditions L'Âge d'Homme, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. 8. ed. Campinas: Papirus, 2007.

CAMPOS, Flávio de. A Copa da política em um país do futebol. In: MARQUES, José Carlos (Org.). *A Copa das Copas?* Reflexões sobre o mundial de futebol de 2014 no Brasil. São Paulo: Edições Ludens, 2015. Livro digital.

COUTO, Euclides de Freitas. *Da ditadura à ditadura*: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978). Niterói: Editora da UFF, 2014.

DAMATTA, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: ______. (Org.). *Universo do futebol*: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DAMO, Arlei Sander. O desejo, o direito e o dever: a trama que trouxe a Copa ao Brasil. *Movimento*, Porto Alegre, ESEFID/UFRGS, v. 18, n. 2, p. 41-81, abr.-jun. 2012.

DAMO, Arlei Sander. O espetáculo das identidades e alteridades: as lutas por reconhecimento no espectro do clubismo brasileiro. In: CAMPOS, Flávio de; ALFONSI, Daniela (Org.). *Futebol*: objeto das ciências humanas. São Paulo: Leya, 2014.

FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1947.

FREYRE, Gilberto. *Foot-ball* mulato. *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 jun. 1938. Não paginado.

KFOURI, Juca. As seleções masculina e feminina precisam acreditar em si. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/jucakfouri/2016/08/1803364-as-selecoes-masculina-e-feminina-precisam-acreditar-em-si.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2016.

KFOURI, Juca. Como após Copa, Brasil se autoengana com o sucesso da Olimpíada. *Folha S. Paulo*, São Paulo, 25 ago. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/jucakfouri/2016/08/1806660-como-apos-copa-brasil-se-autoengana-com-o-sucesso-da-olimpiada.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2016.

KFOURI, Juca. Ei, Marin, e os 7 a 1? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 jun. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/jucakfouri/2014/07/1493585-ei-marin-e-o-7-a-1.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2016.

KFOURI, Juca. Esporte desmontado. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 maio 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/jucakfouri/2016/05/1772744-esporte-desmontado.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2016.

KFOURI, Juca. Torcer ou não torcer. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 jun. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/jucakfouri/2014/06/1465265-torcer-ou-nao-torcer.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2016.

LOPES, José Sérgio Leite. A vitória do futebol que incorporou a pelada: a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, USP, n.22, p.65-83, jun.-ago. 1994. Dossiê futebol.

MARTÍ, Silas. Opinião: na festa de abertura da Copa, prevalece sensação de obra inacabada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/06/1469325-opiniao-na-festa-de-abertura-da-copa-prevalece-sensacao-de-obra-inacabada.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2016.

SILVA, Marcelino Rodrigues. *Mil e uma noites de futebol*: o Brasil moderno de Mário Filho. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SOARES, Antônio Jorge. Futebol brasileiro e sociedade: a interpretação culturalista de Gilberto Freyre. In: ALABARCES, Pablo (Org.). *Futbologías*: fútbol, identidad y violencia en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2003.

SOUZA, Jessé. A construção do mito da brasilidade. In: ______. *A ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

TOSTÃO. Não desiste. In: KFOURI, Juca. *Por que não desisto*: futebol, dinheiro e política. Barueri, SP: Disal, 2009.

CAPÍTULO 7

"ZUMBI" PARA A GESTÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES NO GOVERNO BOLSONARO

Data de aceite: 24/08/2021

Andréia de Fátima de Souza Dembiski
Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia - Psicologia
Cuiabá - MT
http://lattes.cnpq.br/9543072005010370

Lucas Guerra da Silva
Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia - Psicologia
Cuiabá - MT
http://lattes.cnpq.br/4415803754977446

RESUMO: O presente estudo visa apreender um recorte histórico importante, correspondente ao momento de gestão da Fundação Palmares do Governo Federal de Jair Bolsonaro, presidido por Sérgio Camargo, personagem sob tensão ao longo de seu período de trabalho. O recorte aqui visa reconhecer a construção de Zumbi pela veiculação de textos da Fundação Palmares no dia da abolição da escravatura em 2020, bem como a repercussão de tais textos, e a tréplica da instituição. Para tanto foram lidos na íntegra os textos veiculados pela Fundação, e, posteriormente sintetizados, apresentados em sua síntese, e debatidos pela autora e pelo autor.
PALAVRAS-CHAVE: Zumbi; Fundação Palmares; Governo Federal; Instituições.

"ZUMBI" FOR THE MANAGEMENT OF THE 'FUNDAÇÃO PALMARES' IN BOLSONARO'S GOVERNMENT

ABSTRACT: The present study aims to apprehend an important historical perspective, corresponding to the management moment of the 'Fundação Palmares' in Federal Government of Jair Bolsonaro, presided by Sérgio Camargo, a character under tension throughout his period of work. The outline here aims to recognize the construction of Zumbi through the placement of texts by the Fundação Palmares on the day of the abolition of slavery in 2020, as well as the repercussions of such texts, and the institution's rejoinder. For this purpose, the texts published by the Foundation were read in full, and later synthesized, presented in their synthesis, and debated by the authors.
KEYWORDS: Zumbi; Fundação Palmares; Federal Government; Institutions.

1 | INTRODUÇÃO

Em "comemoração" aos 132 anos da Lei Áurea, em 13 de maio de 2020, foi publicada uma série de artigos da Fundação Cultural Palmares em sua página oficial na internet. A Fundação, instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira; no momento da publicação de tais artigos compunha a maquinaria institucional do Ministério do Turismo do Governo Bolsonaro; e era dirigida por Sérgio Camargo, que afirmou em algumas oportunidades que a escravidão foi benéfica ao Brasil, e que defende o fim do dia da consciência negra (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

O dia da abolição da escravatura não é data comemorada pelo Movimento Negro no Brasil, que tem em sua agenda o dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. No entanto, é comum que o dia 13 de maio, de todo modo, seja uma data de discussão de tal pauta, que envolve refletir o que significa admitir um documento imperial como o determinante da abolição, ou, por outro lado, o que significa valorizar movimentos de libertação das próprias pessoas escravizadas, como o de fato determinante.

O que a Fundação Palmares deseja fazer parecer a partir de seus artigos, é que está em jogo no campo da História o valor documental da Lei assinada pela Princesa Isabel, versus o valor dos documentos que já davam conta de registrar conformações de pessoas que se rebelaram contra sua situação de escravatura, e constituíram espaços de resistência às investidas de Senhores que desejavam o retorno deles a situação de escravidão; anteriores ao documento de Isabel. Mas, questionando a validade e qualidade de tais documentos, frente aquele que materializa de fato um evento histórico.

A batalha documental parece não fazer sentido, entretanto, se partirmos do entendimento de que não precisamos trabalhar com binarismos: "ou isso", "ou aquilo" configura o peso da realidade histórica. É verdade que não foi a Princesa Isabel que libertou alguém com um documento assinado; embora o documento represente algo em nível de contratos e normas da forja social da Instituição – e determina um marco para sempre recuperável enquanto texto político e administrativo. Pessoas alforriadas também tinham documentos produzidos sobre si, a partir da maquinaria do Império, e precisavam andar com o documento, que garantia seu livre trânsito. Também existiam documentos sobre compra e venda de pessoas escravizadas. Todos os documentos e seu conjunto de normas, denunciando as violações da vida, da integridade e da dignidade de pessoas, passíveis de execução por meio da própria manutenção da existência de tais normas documentais que conformavam o fenômeno de escravidão como legitimamente passível de acontecimento. A "liberdade" não estava "nas mãos" de Isabel, uma vez que organizações sociais como Palmares já garantia a "liberdade" dos seus e das suas, da situação de escravidão – e, assim como Palmares, tantos outros espaços de aquilombamento no Brasil. A pena estava em sua mão, e sua situação institucional representava a Coroa no Império Brasileiro; mas a liberdade não foi "dada" naquele momento, e não "por ela".

É interessante como muitas vezes é imprescindível tirar o óbvio do silêncio, e dizê-lo: a Lei Áurea foi assinada em um contexto, não é um documento perdido em um vácuo de tempo e espaço. Mesmo o documento, que teve sim impactos no que ocorreria em seguida "com força de lei" no território, esteve imerso em um contexto que desafia sua simplificação como instrumento libertário, embora a negligência do documental não permita, certamente, conduzir o pensamento a poderosa norma no campo da forma com que a maquinaria institucional se imporia a partir daí. O Brasil era o único país na América do Sul que ainda mantinha a escravidão como legal. Revoltas e fugas de pessoas escravizadas sempre foram cotidianas, e documentos deixam isso evidente ao apontar tentativas de captura

dos/as que fugiram, e também de criminosas e violentas sentenças de tortura, sobretudo nas lavouras (BRASIL, 1988). Pessoas escravizadas já exigiam e conquistavam por seus meios, modos de libertar-se das situações de escravidão, e se estabeleciam em outros modos de organização e exercício de existência. Embora até o determinado momento de publicização documental – exercício de controle de acesso –, a Lei Áurea de 1888, a norma na qual aquela relação estivera circunscrita permitia que um Senhor fosse atrás de tentar escravizar novamente pessoas que não desejavam a condição; até que não podia mais – aos olhos da poderosa norma, e não do pragmatismo, obviamente. Porque no campo do pragmático a escravidão sequer acabou de fato, em momento algum. Ela coabita o tempo todo relações de exploração, práticas e repercussões cotidianas.

O objeto de estudo aqui, no entanto, não é questionar as bases documentais do período de escravidão e abolição, profundamente abordados pelo campo científico da História, embora o conjunto de bases tenham produzido a própria tensão ao campo. O objeto aqui são dois dos quatro artigos publicados pela Fundação Palmares, ambos correspondentes justamente à narrativa que circunscreve Zumbi dos Palmares, personagem histórico que tem sua construção de imaginário questionada ao longo dos textos, apresentados na plataforma governamental durante a pandemia de Covid-19, na gestão do Governo Bolsonaro. Evidenciaremos a partir daí algumas das temáticas centrais que orbitam os argumentos dos textos; bem como sua repercussão que originou outros dois artigos publicados pela Fundação Palmares. Finalmente, traçaremos nossas considerações finais.

2 | ZUMBI “DESMASCARADO”?

O primeiro artigo é do autor Luis Gustavo dos Santos Chrispino (2020), apresentado como professor de história e jornalista que, segundo a Plataforma Lattes, não tem nenhum artigo científico publicado, nem capítulo de livro, e nem anais de eventos; e o último evento em que participou consta de 2007. Intitulado “Zumbi e a Consciência Negra – existem de verdade?”, o artigo diz que Zumbi é uma lenda construída e “endeusada”, que vem de encontro ao marxismo cultural de Gramsci, que produziu o “esquerdismo” que usou pessoas negras como massa de manobra. Ele afirma que o Movimento Negro se fortaleceu no Brasil com inspiração no movimento norte-americano, cujo contexto é “de longe” muito mais racista que o do nosso país. Segundo ele, isso reflete em como o esquerdismo se alia aos movimentos sociais e tenta separar a sociedade – a sociedade, que para ele, difere “completamente” da visão esquerdista, porque o povo brasileiro tem “índole”, “visão amistosa”, “pacata”, e é miscigenado entre brancos, negros e indígenas.

Diz ele que Zumbi para representar uma “suposta” consciência negra foi “introduzido” como ícone pela atual deputada Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Diz que os “grupos esquerdizantes” que “endeusam” Che, Stálin, Lenin, representam a narrativa de

heroísmo a guerrilheiros de movimentos de esquerda que “assolavam o país” ao longo da ditadura militar, para dizer que o comunismo é algo “bom e maravilhoso”.

Ele afirma também que, embora haja uma lei para qualificar o currículo com relação as questões étnico-raciais, não há nenhum compêndio bom o suficiente, e o que se apresentam nos livros didáticos de acadêmicos que estudam a questão tem viés mais racista do que educativo, porque supostamente mostra os negros como escória, e que seus inimigos devem ser destruídos.

Ele diz também que, a exemplo de um dia da consciência negra, deveria ter o dia da consciência branca, e indígena, pois todas deveriam pautar a população. Mas, para ele, o propósito de separação serve para tornar o Brasil um país comunista.

Diz que se ouve uma “gritaria” em torno do fato de que pobres e moradores da favela são majoritariamente negros, mas que não moram só negros em favelas, mas que o esquerdismo tenta dominar o país a partir desta população que ele diz “ingênua”.

E termina seu texto com um print de uma frase de Morgan Freeman, que diz “O dia em que pararmos de nos preocupar com consciência negra, amarela ou branca, e nos preocuparmos com consciência humana, o racismo desaparece”. E não apresenta sessão alguma de referências bibliográficas.

O segundo artigo é da autora Mayalu Moreira Felix (2020), doutora em letras, e que, conforme currículo Lattes, tem um livro publicado em parceira como organizadora em 2007, três trabalhos completos publicados em anais de eventos, sendo o último de 2005, e nenhum artigo científico. É professora na Universidade Estadual do Maranhão. Intitulado “A narrativa mítica de Zumbi dos Palmares”, o artigo começa com o questionamento de Todorov sobre quando “fidelidade para com o passado” e “utilidade para o presente” entram em conflito; para justificar Zumbi como “um dos maiores – se não o maior mito negro afro-brasileiro”. Invoca a teoria literária do mito que perfaz narrativa fantástica e simbólica, não condizente ao real, a partir da Poética de Aristóteles.

Diz ela que o Movimento Negro precisava de alguém que representasse “o povo negro” politicamente à esquerda, “esculpido em valores revolucionários”. Diz ela que Palmares existiu, e que Zumbi existiu, mas que “racialistas” exploram o mito como real; enquanto “não racialistas” veem sua falsa constituição.

Citando a “antropologia” no geral, e em seguida Carl Gustav Jung, Lewis e Eudoro de Sousa para referendar “o mito” como constitutivo, e, finalmente como “origem”, ela chega então Zumbi e o mito fundante do Movimento Negro. Diz ela que o documento da abolição, com “dia, mês, ano e assinatura” não tem validade perto do mito da morte de Zumbi, que dá a “origem” da Consciência Negra.

Em seguida ela invoca Lévi-Strauss para falar do sentido do mito, e Olavo de Carvalho para falar das “causas sagradas”; e sintetiza a partir do pensamento de Olavo, que as “causas” levam “qualquer vagabundo, farsante ou bandido” ao status de sagrado; discursando que Zumbi matou envenenado o tio, tinha escravos, queimava engenhos.

Diz ela que “comunismo”, “negritude” e “movimento gay” tem como virtude maior a adesão a sua causa, e como “pecado horrendo” o combate às suas pautas. Repete que Zumbi foi forjado “ao sabor das necessidades da esquerda brasileira”. Descreve documentos em que Zumbi aparece a partir de três versões diferentes, visto apenas em sua última versão como um herói. Narra que Zumbi foi morto, decapitado, castrado, e teve seu pênis enfiado em sua boca – o que para ela, representa uma humilhação a homossexuais, mas que o Movimento Negro mantém silêncio porque seu mito deve ser viril (e essa interpretação também oriunda de Olavo de Carvalho).

Narra brevemente uma história política de confronto entre o dia 13 de maio e 20 de novembro, e diz que é nesse contexto de século XXI, com esse Zumbi “dos oprimidos” que segue-se o imaginário da esquerda. Cita três personagens negros abolicionistas que, para ela, não atendiam ao “mito” que precisava ser construído pela esquerda – os três “vencedores por mérito”, e que nunca “deixaram-se vitimizar” – e cita novamente Olavo de Carvalho e seu pensamento de coluna de jornal “A verdadeira cultura negra”, em que raça é apenas algo biológico, e que agora o negro está dentro de uma cultura universal, e que é mais “honroso” vencer na nova “cultura mundial”, do que “ficar choramingando” de saudades de “culturas tribais extintas”.

Afirma ela a importância da Princesa “Dona” Isabel, dizendo que Zumbi como desconhecido que podia ter a história forjada, identificava mais os negros do que uma “branca da elite” como protagonista do processo. Diz que é “mentira histórica” ler Palmares como espaço socialista, que antes era uma espécie de monarquia, que inclusive para descendência do quilombo, dependia de sequestro de mulheres negras e indígenas.

Finalmente, diz ela que a criação da Fundação Palmares no governo do Presidente Sarney se baseou no mito de Palmares como um espaço socialista, e do mito do herói Zumbi, mistura de “Robin Hood e Zorro afro-brasileiro”. Que tal mitologia foi perpetuada em “TCCs, dissertações e teses” das ciências humanas, como parte de “políticas racialistas” com objetivo de “valorizar a identidade negra”. Cita as cotas, e fala do “draconiano revisionismo literário” que se fez sobre a obra de Monteiro Lobato. Finaliza dizendo que a esquerda conseguiu formar uma elite intelectual negra, enquanto a base da pirâmide continua “não liberta”. E também não apresenta ao final uma sessão de referências bibliográficas.

3 | A REPERCUSSÃO

No dia 29 de maio a Fundação Palmares foi obrigada pela justiça a retirar os dois artigos do portal, pois foram considerados ofensivos a identidade negra no Brasil, em função de ao falar da mitologia no entorno da figura de Zumbi, trata-a como doutrinação do marxismo cultural da esquerda. O autor de um dos artigos culpa, inclusive, Benedita da Silva do Partido dos Trabalhadores, por ter fomentado a inauguração da importância de Zumbi. A pena estabelecida era de R$1 mil por dia em que os artigos permanecessem na

plataforma.

Em 31 de maio de 2020 verificamos a repercussão da decisão judicial. Anteriormente, os artigos estampavam a capa da plataforma, e naquele momento era necessário entrar em "notícias". Anteriormente, ao clicar no título do artigo, já éramos remetidos ao PDF dos textos, enquanto que no dia 31 havia um hiperlink de "acesse aqui", dentro da página, para abrir os PDFs. Efetivamente, os textos continuavam sendo disponibilizados pela Fundação, embora não mais em forma direta de hospedagem. Além disso, em função da repercussão, como tréplica, outros dois artigos foram publicados sobre Zumbi (ou, pouco sobre Zumbi, mas a pretexto de continuar falando dele).

O primeiro, "Então... Zumbi tinha escravos? Ainda bem!", de Luiz Gustavo dos Santos Chrispino (2020 b), autor de um dos textos que precisariam ser retirados pela ordem judicial (destacado no tópico anterior), meramente reafirma o "esquerdismo" da figura de Zumbi. Dedica-se a se defender de não ter usado referências bibliográficas para sustentar argumentos. Diz ele que a vivência do final dos anos 70 lhe dá autoridade para escrever sobre.

Também se defende de supostamente ter sido lembrado "só" como professor escolar, pela jornalista Clara Balbi (2020), da Folha (que ele cita a reprodução no Portal Vermelho). Para finalizar, produz uma metáfora com a infeliz fala do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando disse que "ainda bem" que o coronavírus veio para provar a necessidade de existência do Estado; dizendo que Zumbi tinha escravos, mas que "ainda bem" que hoje pode-se ter liberdade de expressão para denunciar.

Assina o texto como "Mulato, Brasileiro, Jornalista e Professor Escolar, com muito Orgulho".

O segundo artigo é de Vera Helena Pancotte Amatti (2020), que não possui currículo Lattes para informar sua carreira acadêmica, mas que constava no site da Câmara dos Deputados como secretária parlamentar do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL) desde março de 2019. Válido lembrar que o referido deputado é trineto da Princesa Isabel, e se autodenomina "príncipe" do Brasil. A chamada do texto em "notícias", chamava-se "Enaltecer Zumbi não é missão legal da Palmares. A crítica é liberdade de expressão", no entanto, para entrar no texto era necessário clicar em um hiperlink de direcionamento "acesse aqui", e, então, encontrávamos o título verdadeiro do artigo: "Machado de Assis e Zumbi Noel".

O texto é uma defesa do professor Luiz Gustavo dos Santos Chrispino, que foi "carinhosamente apelidado" por ela de "Machado de Niterói", e de Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares.

O texto questiona o Movimento Negro, dizendo inclusive que no ano de 2019 havia realizado "um show de gritaria" em sessão solene sobre a assinatura da Lei Áurea na Câmara, e, questiona-se ela ironicamente se tal manifestação teria sido pela revogação da lei.

Também cita outros homens negros entendidos como "heróis" que precisaram "ser mortos" nas "memórias e corações" de negros brasileiros, a exemplo de Machado de Assis, que, segundo ela é "execrado pelos movimentos esquerdistas, assim como a Princesa Isabel, sua amiga".

Defende Sérgio Camargo, que, para ela, apenas convida a comunidade afro à reflexão de como vem sendo coagida [pela esquerda]. Para sustentar tal argumento, ela conta a história de São Nicolau, que a Coca Cola faria se popularizar como Papai Noel; para dizer então do "Zumbi Noel" que tem "entorpecido a consciência dos negros e gerado discriminação, separação, divisão, racismo".

Finaliza o texto invocando a figura de Deus para que proteja Sérgio Camargo. E assina o texto como escritora de um veículo chamado "Press Periódico".

4 | DISCURSO INSTITUCIONAL

Embora todos os pontos levantados até aqui sejam motivos suficientes para causar indignação coletiva, mobilizando inclusive a Justiça a exercer um papel de controle; o que gostaríamos de abordar neste ponto da discussão é o fato desses discursos terem sido produzidos por agentes que representam instituições. Estamos habituados a associar instituições a equipamentos públicos comunitários, e não poderia ser diferente se considerarmos a falta de conhecimento por grande parte da sociedade sobre o que significam esses conceitos, e, principalmente com relação a importância em diferenciá-los. Para a população de maneira geral diferenciar conceitos pode não fazer diferença em seu dia-a-dia. A questão é que pessoas que ocupam cargos de poder podem fazer uso desse lugar, e a partir de seus discursos induzir que as pessoas pactuem com suas ideias.

As sociedades ao longo da história desenvolveram mecanismos para tornar a convivência possível. Sem algum tipo de conjunto de normas, regras e/ou valores seria praticamente impossível chegarmos neste modelo social que nos encontramos. Subdivisões foram construídas e pactuadas para uma melhor organização das comunidades, povos e territórios. No Ocidente globalizado, Família, Religião, Justiça, Educação e Estado são instituições que reproduzem práticas características da atribuição de cada uma, com elas emerge a criação de equipamentos que desempenham determinadas funções. Pode parecer confuso mas, os equipamentos aos quais nos referimos são as escolas, hospitais, igrejas, fóruns de justiça, entre outros: espaços físicos que atendem a população a partir das competências atribuídas às instituições as quais pertencem.

Muitos autores se dedicaram à compreensão das instituições e poderiam nos auxiliar nesta discussão. Marlene Guirado (1997) afirma que as instituições são práticas socialmente construídas, cada uma com seus discursos e características próprias, e que são reproduzidas por agentes institucionais.

Para uma melhor compreensão dos motivos que fazem com que os discursos

que estamos analisando sejam problemáticos seria preciso realizarmos uma separação dos discursos institucionais presentes nos artigos. O primeiro, cujo autor é Luiz Gustavo dos Santos Chrispino (2020), questiona (de forma talvez até irônica) toda a luta de uma pluralidade de povos, para que sua história seja a história contada e considerada a partir de sua versão (infelizmente compartilhada pela própria Fundação Palmares que faz coro com aquilo que veicula como narrativa). Tudo que conhecemos até entao sobre como os negros chegaram e sobreviveram no Brasil é contada a partir de uma versão branca que se enaltece e apresenta argumentos que justificam seu papel neste processo de estruturação da sociedade.

Como já dito, a problemática que envolve o discurso produzido por Chrispino está também no lugar social que ocupa: representa o Estado, uma instituição responsável por zelar e tomar decisões em nome da coletividade. De acordo com a Constituição Federal (1988) em seu artigo 3º um dos objetivos fundamentais que constituem a República Federativa do Brasil é:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; O Estado tem como objetivo propiciar o bem estar, a **harmonia social** e a qualidade de vida, garantindo que a democracia seja exercida. Visa a um modelo de **igualdade** de oportunidades entre as pessoas.

O destaque dado às palavras no parágrafo acima são no intuito de refletirmos sobre o quanto o material produzido tanto por Luiz Gustavo Chrispino quanto por Vera Helena Pancotte Amatti (2020) contrariam o artigo 3º da constituição. Como uma sociedade com tantos problemas estruturais principalmente relacionados ao racismo pode manter a harmonia enquanto uma instituição invalida a luta de séculos por igualdade? Uma igualdade tolhida justamente por quem interferiu e impactou histórias ao redor de todo o globo terrestre em processos coloniais, genocidas e escravocratas, diga-se. Gostaríamos de ressaltar que nossa intenção não é a de romantização. Temos plena consciência de que não nos tornaremos uma sociedade unida e "feliz", até porque existem jogos de poder ativos no momento histórico em que vivemos, em um sistema socioeconômico produtor de desigualdades sociais, que tornam esse ideal praticamente impossível; mas, quando nos deparamos com discursos institucionais que violam artigos da Constituição, precisamos nos posicionar.

A sociedade brasileira passou e ainda passa por muitos processos de mudanças estruturais. Torna-se impossível para o contexto deste trabalho discorrer sobre esses processos de forma mais ampla, e não é nosso objetivo para essas poucas linhas. No entanto, pode-se ponderar a partir do que foi exposto até aqui que mesmo a passos lentos a sociedade civil brasileira adquiriu novos comportamentos políticos que foram essenciais para novos padrões de associações no Brasil. A existência da Fundação Palmares, por exemplo, como uma instituição de Estado, é algo que consideramos absolutamente positivo ao objetivo que carrega. O país passou por várias transições difíceis, com um forte e habitual senso de privatismo, ainda que de forma árdua, conseguiu instaurar tradições

de associações que envolviam a sociedade civil independente; do autoritarismo para uma difícil instauração de democratização limitada, que passou a ser mais participativa após o processo constituinte; e essas novas associações lutam para que violações de direitos sejam minimizadas. E discursos como os dos artigos analisados impedem que essas lutas sejam consideradas legítimas.

É preciso levar em consideração que as separações que fazemos são de cunho didático, na prática, quando esses discursos chegam até a população estão “misturados” com discursos de outras instituições, dificultando ainda mais as reflexões críticas acerca do que está sendo dito. O que temos então são discursos de agentes institucionais (Luiz Gustavo Chrispino, Vera Helena Pancotte Amatti, e o próprio Sérgio Camargo) que representam a instituição Estado e reproduzem falas racistas. Dizer a população que a escravidão foi benefica, que Zumbi é de alguma forma uma criação que pode ser diminuída, afirmar que homens negros e mulheres negras são usados como massa de manobra politica é induzir o povo a acreditar nesta versão embalada com a força institucional, e também reproduzir esses discursos.

Nossa história não pode mais ser contada a partir de uma versão (branca e colonial). Não podemos nos voltar uns contra os outros sem que haja discussões fundamentadas a respeito, e a fundamentação apresentada para a formulação das críticas na construção de imaginários foi bastante precária. Para finalizar, não podemos deixar de citar o uso do discurso religioso como uma forma de apelo ao que está sendo reproduzido. Discursos religiosos correspondem às instituições religiosas, reproduzidos por líderes religiosos e fiéis e que não devem incitar violências e violações de direitos. O Estado é (ou ao menos deveria ser) laico, ou seja uma instituição que deveria se manter neutra em relação à religião. A crença dos agentes institucionais não deve interferir no cargo que ocupam, muito menos serem utilizadas como justificativa para o posicionamento racista que apresentam. Infelizmente somos uma sociedade pouco estimulada a refletir criticamente sobre nossos problemas, isso porque falham outras instituições. Não há dúvidas de que existe um jogo de forças que nos faz acreditar no mito da democracia racial, na fantasia de que somos um povo amistoso, feliz e capaz de superar qualquer dificuldade a partir de nossos esforços. A luta para desconstruir a reprodução desses discursos precisa ser contínua.

Realizar uma discussão crítica acerca de discursos institucionais que envolvam o momento político, social e econômico do qual nos encontramos é certamente um desafio. Somos constantemente induzidos pelas narrativas institucionais a reproduzir discursos que invisibilizam e invalidam o sofrimento de uma pluralidade não homogênea de povos que sofrem literalmente na pele as consequências da estrutura social racista a qual pertencemos. Embora tenhamos citado alguns nomes no decorrer de nossa discussão, gostaríamos de ressaltar novamente que a questão não é pessoal, essa é uma dificuldade bastante presente e que tem gerado conflitos entre a população. Os responsáveis pelos artigos publicados representam instituições que em tese deveriam desenvolver ferramentas,

planos de ação para minimizar as violências e violações de direitos na sociedade.

As comparações entre Zumbi dos Palmares e São Nicolau, por exemplo, não apresentam argumentos que possam ser embasados cientificamente, são discursos generalistas que não contextualizam a história social, econômica e política da qual cada um pertence, além de assimétricos em absoluto. Uma forma de falsas simetrias. Não entraremos nas questões da representação capitalista de São Nicolau, mas, não há dúvidas de que são contextos radicalmente diferentes. As publicações que representam institucionalmente os objetivos da Fundação Palmares, a exemplo dos veiculados sobre Zumbi, precisam ser feitas com responsabilidade, e o contrário é inadmissível.

NOTA DA AUTORA E DO AUTOR

Os textos investigados, anteriormente publicados e disponíveis no site oficial da Fundação Palmares, não mais estavam disponíveis quando no fechamento deste texto para publicação, à exceção do texto “Machado de Assis e Zumbi Noel” de Amatti (2020). No entanto, os demais textos são facilmente encontrados em sites da internet, que acabaram por hospedar tais narrativas. Os links na sessão de referências, em seguida, apontam os novos lugares de hospedagem.

REFERÊNCIAS

AMATTI, Vera Helena Pancotte. Machado de Assis e Zumbi Noel. **Fundação Palmares**. Brasília - DF, 2020. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Machado-de-Assis-e-Zumbi-Noel.pdf> Acesso em 06 jul 2021.

BALBI, Clara. Saiba quem foi Zumbi dos Palmares, novo pivô da guerra cultural bolsonarista. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/05/saiba-quem-foi-zumbi-dos-palmares-novo-pivo-da-guerra-cultural-bolsonarista.shtml> Acesso em 06 jul 2021.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

CHRISPINO, Luiz Gustavo dos Santos. Zumbi e a consciência negra - existiram de verdade?. **Fundação Palmares**. Brasília - DF, 2020. Disponível em: <https://dunapress.org/2020/05/13/zumbi-e-a-consciencia-negra-existem-de-verdade/> Acesso em 06 jul 2021.

CHRISPINO, Luiz Gustavo dos Santos. Então… Zumbi tinhas escravos? Ainda bem!. **Fundação Palmares**. Brasília - DF, 2020. Disponível em: <https://dunapress.org/2020/05/27/entao-zumbi-tinha-escravos-ainda-bem/> Acesso em 06 jul 2021.

FELIX, Mayalu Moreira. A narrativa mítica de Zumbi dos Palmares. **Fundação Palmares**. Brasília - DF, 2020. Disponível em: <https://guerreirosmonarquistas.com.br/wp-content/uploads/2020/05/a-narrativa-mitica-de-zumbi-dos-palmares.pdf> Acesso em: 06 jul 2021.

FOLHA DE S. PAULO. ‘Negro de direita’, presidente da Fundação Palmares disse que escravidão foi benéfica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/presidente-da-fundacao-palmares-nomeado-por-bolsonaro-diz-que-brasil-tem-racismo-nutella.shtml> Acesso em: 06 jul 2021.

GUIRADO, Marlene. Vértices da pesquisa em psicologia clínica. **Psicol. USP**. v. 8, n. 1, p. 143-155. São Paulo, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/Sy9BbKk6CbGkV8fj6mLnjXB/?lang=pt > Acesso em 06 jul 2021.

CAPÍTULO 8

FUTEBOL E RESISTÊNCIA: O PAPEL DOS COLETIVOS DE TORCEDORES NA RESSIGNIFICAÇÃO DOS MODOS DE TORCER (2013-2018)

Data de aceite: 24/08/2021
Data de submissão: 06/07/2021

Guilherme Pontes Silveira
São Paulo - São Paulo
http://lattes.cnpq.br/9873174704288956

RESUMO: Este artigo teve por finalidade expor o surgimento de novos sujeitos torcedores presentes nas arquibancadas e, sobretudo, nas redes sociais. Justificou-se a escolha deste tema, considerando um cenário em que o futebol é, cada vez mais, visto como palco privilegiado para manifestações de discursos socialmente construídos e historicamente mantidos que são responsáveis pela construção de subjetividades dos sujeitos sociais. Ademais, o futebol vem sendo transformado em um espetáculo midiatizado alinhado a políticas neoliberais que buscam aprofundar o discurso deste esporte como apolítico. Esses novos torcedores, denominados aqui como "coletivos torcedores", são responsáveis por uma série de manifestações contrárias à discursos preconceituosos presentes no cotidiano deste esporte como homofobia, racismo, machismo e também contra a elitização do esporte. Além disso, são responsáveis pela inauguração de um novo modo de torcer via *fanpage* em redes sociais, sobretudo no Facebook. Para ilustrar a teoria, vamos expor o Coletivo Democracia Corinthiana, coletivo de torcedores do time do Sport Club Corinthians Paulista. Por meio de entrevista com um membro do grupo, foi possível notar que se enquadra nas novas formas de organização da sociedade civil, ou seja, com forte atuação na internet e com uma forma horizontal de organização, mesmo que tenham ressalvas nessas estruturas. Ademais, se mostra como espaço de sociabilidade de minorias sociais que não são bem-vindas nas arquibancadas, pois constroem discursos contrários aos encontrados na estrutura do futebol. Por fim, é um grupo que busca politizar espaços que são construídos como neutros.

PALAVRAS-CHAVE: Coletivos; Facebook; futebol; LGBTfobia; Corinthians.

FOOTBALL AND RESISTANCE: THE ROLE OF THE FANS' COLLECTIVES IN THE RE-SIGNIFICATION OF THE WAYS OF CHEERING (2013-2018)

ABSTRACT: This article aimed to expose the emergence of new fans present in the stands and, especially, in social networks. The choice of this theme was justified, considering a scenario in which football is increasingly seen as a privileged stage for manifestations of discourses socially constructed and historically maintained that are responsible for the construction of subjectivities of social subjects. In addition, football has been transformed into a media show aligned with neoliberal policies that seek to deepen the discourse of this sport as apolitical. These new fans, called here as "collective fans", are responsible for a series of demonstrations contrary to the prejudiced discourses present in the everyday of this sport as homophobia, racism, machismo and also against the elitization

of sport. In addition, they are responsible for the inauguration of a new way to cheer via fanpage on social networks, especially on Facebook. To illustrate the theory, we will expose the Collective Corinthian Democracy, collective of fans of the team of Sport Club Corinthians Paulista. Through an interview with a member of the group, it was possible to notice that it fits into the new forms of civil society organization, that is, with strong performance on the Internet and with a horizontal form of organization, even if they have reservations in these structures. In addition, it is shown as a space of sociability of social minorities who are not welcome in the stands, because they build discourses contrary to those found in the structure of football. Finally, is a group that seeks to politicize spaces that are built as neutral.
KEYWORDS: Collective; Facebook; football; Lgbtphobia; Corinthians.

1 | INTRODUÇÃO

Antes de tudo, é preciso destacar que o presente artigo é um fragmento de minha pesquisa de mestrado em História Social. A pesquisa contou com a análise e exposição de quatro interlocutores, sendo eles: Palmeiras Livre, Ocupa Palestra, Punk Santista e Coletivo Democracia Corinthiana. E buscou responder à seguinte pergunta: como os coletivos de torcedores fazem uso dos espaços urbanos e digitais para manifestarem-se politicamente.

Com a pesquisa concluída, foi possível notar o surgimento de uma nova categoria de torcedores que ressignificaram os modos de torcer ao se inserirem em um espaço-híbrido de atuação, ou seja, nos espaços urbanos e digitais. Essa atuação vai muito além do torcer, pois mistura também a luta por um esporte mais justo para todos, sobretudo as ditas minorias sociais que acabam esbarrando nos preconceitos presentes na estrutura do futebol. Além disso, esses coletivos torcedores quebram o discurso do futebol como "ópio do povo" ao se manifestarem sobre assuntos que vão além das quatro linhas, mas que atingem diretamente o futebol por se tratar de um produto social.

A metodologia empregada para a escrita deste artigo esteve intimamente ligada com as entrevistas realizadas com o membro do coletivo escolhido. O registro da entrevista encontra-se na Plataforma Brasil sob o CAAE: 13706519.4.000.5482, com aprovação no dia 23/05/2019. A entrevista foi de grande valor pois permitiu conhecer melhor as particularidades do grupo, algo que documentos escritos não revelam. Com isso, o artigo será divido em pequenas sessões onde na primeira sessão abordaremos a influência dos movimentos de 2013, sobretudo as Jornadas de Junho, para a formação de novas organizações da sociedade civil. Em seguida, na mesma sessão, vamos expor o Coletivo Democracia Corinthiana (CDC) e suas principais características organizacionais e de ação. Por fim, realizaremos um debate acerca do termo "coletivo" que ronda as teorias dos movimentos sociais e é de suma importância para entender as particularidades de cada movimento. Algumas características dos "coletivos" já serão apresentadas na sessão anterior quando iremos abordar o Coletivo Democracia Corinthiana (CDC), mas o aprofundamento do debate será realizado nesta última sessão.

2 I NOVAS ORGANIZAÇÕES TORCEDORAS

O ano de 2013 foi um ano decisivo para o cenário político local. Segundo Perez (2019), foram as Jornadas de Junho, com sua série de manifestações em todo o país, que incentivaram novos atores a se organizarem politicamente fornecendo repertórios e discursos encontrados nas novas organizações. Ademais, esses novos atores buscavam distanciar suas práticas, repertórios de mobilização e estruturas organizacionais dos movimentos e partidos mais tradicionais. De forma geral, os novos sujeitos/organizações detém características organizacionais mais autônomas, sem líderes. Além de serem apartidários e com forte atuação no ambiente on-line. (ALONSO, 2017).

Essa relação entre os protestos e a formação de novos atores se deu, segundo Melucci (1989), devido ao momento de visibilidade dos movimentos sociais que renovaram sua solidariedade, facilitando, dessa maneira, a criação de novos grupos e o recrutamento de novos membros, havendo, além disso, o surgimento de uma nova identidade coletiva a partir das interações entre os atores durante os protestos. Com isso, criam-se laços baseados numa história de memórias compartilhadas durante os atos (PEREZ, 2017).

Além de novos atores, novos espaços de atuação surgiram e, com isso, o espaço da internet revelou-se uma alternativa viável para que diversos grupos socialmente excluídos pudessem se manifestar de alguma forma. Assim, começaram a surgir grupos de torcedores que se posicionam politicamente, sobretudo nas redes sociais, contra discursos que acompanham o futebol e a sociedade em geral e, embora os repertórios vindos das Jornadas de Junho tenham sido sobretudo a corrupção, o aparecimento desses novos grupos na esfera futebolística permitiu que novos temas fossem explorados e debatidos. Temas impregnados na estrutura do futebol, começaram a ser questionados e entre os mais comuns podemos citar a homofobia, o sexismo, o machismo e o racismo.

Dentre esses grupos temos as torcidas *Queer* e Livre, que levantam o debate sobre gênero e sexualidade, e as torcidas antifascistas, que tem como pauta principal a luta contra o avanço de um fascismo por via políticas institucionais e discursivas. Além disso, foi possível notar a reinvindicação de coletivos que abrangiam o direito à cidade, principalmente após a construção das novas Arenas, entre outros movimentos contestatórios.

Embora não sejam os pioneiros da cultura contestatória nas arquibancadas e nem tenha essa cultura crítica de torcedores surgido em 2013, esses novos movimentos de torcedores inauguraram novos modos de mobilização, ação e de torcer, inserindo-se sobretudo no ambiente virtual das redes sociais. A grande maioria tem em sua atuação a ocupação dos dois ambientes: virtual e urbano, mas, infelizmente, ainda é notável que a violência contra esses sujeitos limite suas atuações apenas ao virtual, principalmente por parte de grupos que possuem em sua pauta principal questões de gênero e sexualidade.

Um exemplo de grupo que surgiu nesse contexto, não necessariamente nesse ano, é do Coletivo Democracia Corinthiana (CDC). Sendo um dos grupos com maior presença

nas arquibancadas e ruas, o Coletivo Democracia Corinthiana surgiu em meados de março de 2016 trazendo o nome do notório movimento da época da ditadura militar. Assim como o movimento da década de 80, o recente grupo surgiu em um contexto de conflito político-social. Walter Falceta Jr., de 57 anos, paulistano e jornalista, explica como se deu o início do coletivo.

> Ocorreu em março de 2016, quando percebemos que vários corinthianos pretendiam estar presentes em um ato na Avenida Paulista contra o Golpe de Estado. Sabendo disso, mandamos confeccionar uma faixa (Democracia Corinthians Contra o Golpe) e marcamos o ponto de encontro, na frente do Banco Safra. Pensávamos que umas 15 pessoas apareceriam por lá. No fim, mais de 100 companheiras e companheiros se aglutinaram na manifestação. Descobrimos que tínhamos algo em comum, a paixão pelo Corinthians, o respeito por seus princípios originais e o desejo de lutar por um país mais justo, igualitário e solidário. A receita dos operários do Bom Retiro, de 1910, servia para os tempos atuais. (Falceta)

Após esse dia, Falceta e outras pessoas foram responsáveis pela criação de um dos mais influentes coletivos de torcedores atuante no país. Um grupo que ajuda a carregar a mística do Sport Club Corinthians Paulista como um clube do povo, logo, um clube que abriga e representa a diversidade das camadas sociais mais baixas desde sua fundação, em 1910. É impossível falar em futebol e não citar o time do Corinthians. Um clube de sucesso internacional, que possui no currículo grandes títulos e por onde passaram grandes jogadores é também um clube que é ligado à gente humilde, trabalhadora, à classe proletária da cidade de São Paulo. E essa ligação histórica, automaticamente, cria a consciência do clube como um símbolo da luta contra opressões, injustiças e desigualdades presentes na sociedade.

O Coletivo Democracia Corinthiana se põe como um dos mais completos movimentos de resgate de memória do clube e de combate às desigualdades e preconceitos sociais. Segunda Falceta, o coletivo tem por objetivo

> [...] resgatar os valores de igualdade, solidariedade e justiça que marcaram a fundação do Sport Club Corinthians Paulista, em 1910. A luta de hoje agrega também o combate ao racismo, ao machismo e à homofobia. Defendemos a democracia e acreditamos que atividades culturais e educativas podem ajudar a difundir esses valores na sociedade, de modo especial entre a grande massa corinthiana. (Falceta)

Em diversas falas do entrevistado, é possível notar a exaltação do "ser corinthiano" e do resgate constante das origens do clube. O próprio Corinthians cunhou, em uma campanha realizada no de ano de 2019, um termo denominado "corinthianismo", visto como uma religião do clube paulista. Segundo Hilário Franco Jr., o futebol deve ser visto como uma metáfora religiosa onde os clubes representam diversos valores a serem seguidos por seus torcedores.

> Se o futebol é religião e cada clube divindade, toda partida é rito, [...] isto é, conjunto de atos repetitivos que se supõe estabelecer ou recuperar certa

> ordenação cósmica ou humana. [...] A missa é a mesma na Notre-Dame de Paris ou na igreja paroquial de uma pequena cidade do interior de Honduras. [...] O futebol é o mesmo, jogado no Maracanã ou no campinho de um time amador de qualquer canto do mundo. [...] Quando se está no santuário/estádio, o futebol é sem dúvida atividade sagrada. Fora dele, torna-se atividade literalmente profana: pro ("diante de", "no exterior de") e fanum ("templo"). Ou seja, excetuados os fanáticos ("pertencentes ao templo"), aqueles cegados pela paixão, o torcedor fora do estádio recupera a consciência individual e racional – sem negar, é claro, sua adesão ao clube do coração – e convive perfeitamente com fiéis de outros clubes. (FRANCO JR., 2007, p. 270-280)

Entre os valores da religião "corinthianismo", estão dez mandamentos que devem ser seguidos fielmente pelos torcedores alvinegros: (1) "Amar o Corinthians acima de qualquer resultado, partida e jogador"; (2) "Nada é mais importante do que o jogo do Corinthians"; (3) "Aqui é Corinthians. Aqui é na raça"; (4) "A Fiel não vaia. A Fiel apoia os 90 minutos"; (5) "Nossas glórias mil são contra tudo e contra todos"; (6) "O bando grita mais forte quando o Timão está perdendo"; (7) "Sofredor hoje. Sofredor amanhã. Sofredor pra sempre. Graças a Deus"; (8) "Este time só tem um dono. Este time é do povo"; (9)"Eu nunca vou te abandonar. Porque eu te amo"; (10) "Vai, Corinthians!".[1]

Além disso, a torcida do clube é conhecida como "Fiel Torcida" e o santo padroeiro é São Jorge, o santo das causas impossíveis. Sabemos que o futebol invoca, a todo momento, o irracional através de superstições e através da religião em si, mas a torcida do Corinthians eleva isso a um outro nível de comprometimento.

Além do resgate e exaltação a memória do clube, o coletivo também busca combater o racismo, o machismo e a homofobia na sociedade e, sobretudo, no espaço futebolístico. Com isso, nota-se a diversidade de pautas presentes no cotidiano de luta do grupo. Ademais da inspiração do movimento de jogadores da década de 1980, o coletivo conta com outras inspirações que formam a sua base de militância. Falceta destaca essas influências.

> Antes da fundação do CDC, já tinham sido criados proto-movimentos dessa natureza, como a Resistência Corinthiana, a Brigada Miguel Battaglia e o grupo Barbearia Battaglia (ainda existente no Facebook), que já realizavam atividades de preservação da memória corinthianista. Outra inspiração foi o trabalho pastoral de Dom Paulo Evaristo Arns, corinthiano que foi cardeal de São Paulo. [...] Em 2015, já havia sido criado o Núcleo de Estudos do Corinthians (NECO), instância ligada ao Departamento Cultural do clube. Vários de seus membros engrossaram, já em 2016, as fileiras do CDC. (Falceta)

Com essa fala, podemos notar a existência de diversos outros grupos anteriores, com intuito, principalmente, de conservar a memória do clube, e também, o contato dessas pessoas com diversos outros movimentos, construindo dessa maneira uma rede ampla de ação.

As características organizacionais do grupo, apesar do nome, são as que menos

1 Acesso dos mandamentos em: https://www.torcedores.com/noticias/2019/02/dez-mandamentos-do-corinthians.

se assemelham às de um coletivo. Há um conselho diretivo e grupos especializados para organizar e realizar as tarefas. O próprio entrevistado foi o primeiro presidente eleito pelos outros membros. Embora se coloquem como mais horizontais e autônomos, tais características, muitas vezes, não são apresentadas de forma integral (PEREZ, 2019).

> Fui eleito o primeiro presidente do CDC, em gestão dividida com a professora Juliana Felício. [...] Hoje, o CDC tem um conselho diretivo, eleito por todos os associados, com quotas proporcionais para negros, mulheres e LGBTQIA+. Todos os membros, no entanto, são livres para assumir e realizar projetos nos campos cultural, esportivo e educativo. (Falceta)

Com isso, é possível notar um exercício que mistura democracia direta onde todos possuem direito de participar efetivamente em projetos, e democracia representativa, onde os membros fazem votações para escolher seus representantes em determinadas áreas de atuação. Além disso, existe uma política de inclusão social de grupos taxados como "minorias sociais". Interessante notar que além de encontrarem barreiras no contexto social, esses grupos, como veremos, não deixam de sofrer com a omissão e preconceitos pela sua existência também no contexto futebolístico.

Além de fomentar essa inclusão social desses grupos minoritários no contexto futebolístico e social, o movimento busca atuar com jovens em situação de vulnerabilidade social.

> Há quatro anos, o CDC atua em projetos de reinserção social de jovens em conflito com a lei, promovendo atividades em Medidas Socioeducativas (MSEs). Promove dinâmicas de debates com os jovens, torneios esportivos e cursos para assistentes sociais e psicólogos, de forma a permitir que o esporte seja um instrumento efetivo de reinclusão social. (Falceta)

E, embora não se enquadrem nas características presente no termo coletivo, a ideia de rede de contatos, muito presente nesse tipo de organização, aparece na fala do entrevistado sobre o que é ser um coletivo para o grupo.

> É utilizar a mística gregária corinthianista para aprimorar a sociedade. É atuar em parceria com movimentos e instituições em atividades de conscientização, emancipação e educação das massas. (Falceta)

Foi possível também notar essa rede de contatos quando se questionou se há um diálogo com outras torcidas e coletivos do clube e de outros times.

> [...] participamos eventualmente de debates com organizadas. Ajudamos na composição do memorial dos Gaviões da Fiel. Desfilamos no Carnaval com a Camisa 12, no enredo crítico que tratava do descaso com a educação e a figura do professor. Temos relação cooperativa com a Coringão Antifa. (Falceta)

Entretanto, não há um diálogo com a atual diretoria do clube, apenas com o ex-presidente. Falceta aponta que a razão disso está no desinteresse do presidente – atual ex-presidente –, Andrés Sanchez, para com os movimentos com essas características não

convencionais.

> Não. Porque o grupo de Andrés Sanchez nunca reconheceu a importância de movimentos dessa natureza. Hoje, temos diálogo aberto com o ex-presidente Mario Gobbi (2012 – 2015), candidato na eleição que ocorrerá em 28 de novembro de 2020. (Falceta)

Além disso, se fazem presentes no movimento, o apartidarismo e a mistura ideológica por parte dos membros.

> O CDC se situa no campo progressista, misturando diversas tendências de pensamento. Há anarquistas convictos, comunistas, socialistas, adeptos da social-democracia e pessoas sem filiação ideológica, empenhadas somente em trabalhar por uma sociedade mais justa, igual e inclusiva. [...] psolistas, adeptos do PCdoB, seguidores da social-democracia e pessoas sem partido. (Falceta)

Outra característica presente nas novas organizações surgidas em 2013 e que foi possível notar no CDC é o fato de não possuírem uma sede, frisando uma autonomia diante de espaços fixos de atuação. O que ocorre, no entanto, com o CDC é a realização de atividades no Espaço Cultural Latino Americano (ECLA), além, claro, dos espaços das ruas, estádios e os ambientes virtuais.

Acerca da relação da quantidade de membros, não possível saber de forma exata. Por questões de segurança, o coletivo resolveu não revelar. Entretanto, Falceta relatou que o grupo de Facebook possui 2,1 mil membros, além da fanpage que possui, até o momento de escrita desta pesquisa, 25.080 usuários que acompanham as publicações do coletivo. Segundo Falceta, homens e mulheres possuem participação proporcional e, além disso, foi possível notar uma variedade no perfil socioeconômico dos membros.

> [...] há gente das "quebradas", operários de fábrica (como da subsedes do ABC), uberistas, empacotadores de supermercado, desempregados, programadores de computadores, jornalistas, advogados e médicos. (Falceta)

A respeito do uso das redes sociais, o coletivo destaca o importante uso dessas como meio de difundir um conteúdo crítico, analítico e informativo acerca das questões encontradas no cotidiano da sociedade. Além disso, Falceta destaca que as redes sociais são importantes para que pessoas de diversas partes do país e do mundo possam ter contato com as ideias e, eventualmente, participar ativamente e fisicamente do movimento.

> As redes sociais são forma fundamental de comunicação com os diversos públicos do CDC. A ideia é vincular sempre os valores corinthianistas à análise dos fatos cotidianos e dos eventos políticos. Normalmente, o comitê gestor e a equipe de comunicação definem as pautas, sempre associadas a acontecimentos nos campos do esporte, da política e das lutas sociais agregadas. [...] Muitas pessoas se aproximam do CDC pela internet e depois se agregam presencialmente. Até o início da pandemia, havia um encontro semanal numa pizzaria do Centro de São Paulo, nas proximidades da Praça Roosevelt. Outros eventos, como o CDC Escola (ação educativa em instituições de ensino públicas) e o Cine CDC (filmes seguidos de debates)

> permitem esse contato pessoal. (Falceta)

No entanto, questionado se consideram as redes sociais como principal ferramenta de atuação do grupo, Falceta destacou se tratar apenas de um mecanismo de comunicação. Isso se dá, podemos afirmar, sobretudo, pelo grupo não focar apenas em uma pauta para defender.

> As redes sociais são apenas uma ferramenta de comunicação. As ações realmente transformadoras do CDC ocorrem nas ruas, nas escolas, em instituições que acolhem jovens, em reuniões em entidades coirmãs, como o Barão de Itararé. (Falceta)

Há a questão da violência sofrida pelo grupo. Contudo, ela se encaminha mais para o lado ideológico. Falceta relata que os responsáveis pelos ataques não conhecem a própria história do clube na luta contra a opressão e desigualdades sociais ao longo de sua história.

> Sim, há sempre quem diga que o CDC é um “bando de comunistas” tentando aparelhar o clube. Normalmente é uma crítica que surge de setores reacionários da torcida. Muitos desconhecem a história de lutas do corinthianismo de raiz, aquele que esteve presente na Greve de 1917 e na luta pela redemocratização, na década de 1980. Muitos nem sabem que muitos dos torturados e mortos pela Ditadura Militar, como Eremias Delizoicov, eram corinthianos. Esse jovem, aliás, foi remador do clube. (Falceta)

Acerca das ações fora do ambiente virtual, o CDC destaca-se pela numerosa promoção de eventos culturais, como por exemplo: o CDC Escola, que são ações educativas em instituições de ensino públicas e o Cine CDC, onde são passados filmes com o intuito de debate-los. Além disso, Falceta destaca o uso do espaço do ECLA para promover de outros eventos.

> No ECLA, já produzimos inúmeras atividades, como, por exemplo, no dia da Consciência Negra. Regularmente, promovemos uma aula sobre a história popular do Corinthians. Lá, tivemos também um simpósio sobre a Revolução dos Cravos, em Portugal. (Falceta)

Além de eventos culturais, o coletivo já realizou outras notáveis ações, como por exemplo:

> O grupo já se organizou para levar um refugiado africano a um jogo do Corinthians. Também atuamos em apoio às famílias das vítimas da chacina de Paraisópolis. Mediamos a homenagem do clube, em dezembro de 2019, ao garoto Dennys Guilherme, morto nessa ação policial, membro da Fiel Torcida. (Falceta)

E, como visto anteriormente, foi um ato de rua na Avenida Paulista que deu impulso para a criação do coletivo, assim que, é comum ver o grupo em inúmeros atos de protesto, como promotor ou apenas de participante, seja nas ruas ou arquibancadas. Falceta destacou alguns atos promovidos pelo grupo desde 2016.

> No caso do clube, por exemplo, participamos ativamente da organização do ato em protesto contra a retirada, do Memorial do Clube, da camisa usada pelo craque Gustavinho na final da Liga Ouro de Basquete. A camisa tinha a inscrição: “quem matou Marielle?”. Foi sacada do Memorial depois de protestos de conselheiros ligados a movimentos de direita. Na ocasião, organizamos um evento diante do Parque São Jorge e uma réplica gigante da camisa foi reposta no Memorial. (Falceta)

E outra forma de ação do movimento se enquadra na reinserção social de jovens em conflito com a lei, por meio de Medidas Socioeducativas (MSEs). Com isso, Falceta destaca que o coletivo

> Promove dinâmicas de debates com os jovens, torneios esportivos e cursos para assistentes sociais e psicólogos, de forma a permitir que o esporte seja um instrumento efetivo de reinclusão social. (Falceta)

Por fim, podemos concluir que o CDC se assemelha bastante em sua forma de organização e ação com as novas formas de mobilização da sociedade civil contemporânea. Além disso, o movimento é o mais estruturado dos grupos analisados na pesquisa e possui um poder de ação e diálogo maior com instituições sociais – no entanto, não possui um diálogo com a cúpula diretiva do Sport Club Corinthians Paulista. Com isso, além de serem praticadas e promovidas no “espaço-híbrido”, on-line e off-line, as ações promovidas pelo grupo conseguem atingir grupos sociais menos beneficiados pelas políticas públicas governamentais (CASTELLS, 2017).

3 | A QUESTÃO DO “COLETIVO”

Pensar o surgimento e as formas de atuação de uma torcida, de um movimento de torcedores, jogadores, ou, até mesmo, de um movimento social, é buscar compreender, sobretudo, o contexto histórico no qual essa organização emergiu. A sociedade sofreu diversas mudanças nas últimas décadas, o que deve ao esforço de inúmeras organizações da sociedade civil que reivindicam diversas causas sociais em suas lutas.

Nos anos 1990 e início dos anos 2000, no contexto da América Latina, ocorreram inúmeras mudanças políticas e conjunturais e, a partir disso, houve uma renovação das teorias utilizadas por aqui. Discursos culturalistas são expandidos e os pós-coloniais começam a ganhar terreno e, também, a questão da inclusão social volta à tona nas pautas dos movimentos sociais.

> [...] a discussão sobre os movimentos sociais na contemporaneidade insere-se num campo mais amplo, o da crise da modernidade e emergência de novas formas de racionalidade. [...] o debate teórico nas ciências humanas tem dado destaque à crise do paradigma dominante da modernidade, às transformações societárias decorrentes da globalização, às alterações nos padrões das relações sociais, dado o avanço das novas tecnologias, e às inovações que têm levado ao reconhecimento de uma transição paradigmática. Isso tudo tem levado à rediscussão dos paradigmas explicativos da realidade

> e à crítica à produção científica do último século, fundada na racionalidade da razão e na crença no progresso e no crescimento econômico a partir do consumo. (GOHN, 2007, p. 41)

Ademais, lutas locais rapidamente se tornaram globais devido ao avanço dos meios de comunicação, principalmente com o uso da internet por esses atores sociais. A internet possibilitou tanto uma expansão mais rápida, dinâmica e em rede entre diversos movimentos sociais quanto o surgimento de novas organizações. Com isso, surge em evidencia termos como "Novíssimos Movimentos Sociais" e "Coletivos" (GOHN, 2017).

Com a incorporação às demandas contemporâneas por novas organizações da sociedade civil, tem-se o início de um debate acerca desses novos termos empregados. Para Maria da Glória Gohn (2011) os "Novíssimos" seriam a novidade do milênio:

> Novíssimos atores entraram em cena, tanto do ponto de vista de propostas que pautam para os temas e problemas sociais da contemporaneidade, como na forma como se organizam, utilizando-se dos meios de comunicação e informação modernos. Eles se preocupam com a formação de seus militantes, via experiência direta, e não tanto com a formação em escolas, com leituras e estudos de textos. (GOHN, 2011, p. 5)

Além dessa questão da comunicação direta realizada por "meios de comunicação modernos", ou seja, com uso das mídias sociais digitais para construção de redes de contatos e manifestações políticas, os "Novíssimos", segundo Augusto et al. (2016) atendem aos princípios do "apartidarismo, horizontalidade, autonomia e constituição de frente de luta para pressionar por um objetivo específico". A partir dessa descrição, o Movimento Passe Livre (MPL), pode ser caracterizado como um "Novíssimo".

No entanto, essas são características bastante semelhantes às empregadas aos "Coletivos", uma vez que, segundo Perez e Souza (2017), os coletivos "[...] seriam fluídos, fragmentados, sem liderança, diferenciados internamente, autônomos, com múltiplas pautas temporárias e forte presença na internet" (PEREZ; SOUZA, 2017, s/p). A partir dessa semelhança, diversos estudos teóricos buscam uma definição singular para cada termo.

Em estudo recente Oliveira (2019), pesquisou as práticas organizativas e de atuação, as identidades coletivas e os objetivos políticos de grupos de atuação política que se autodenominam "Coletivo", a fim de analisar elementos comuns que os caracterizam, bem como investigar as tensões e os limites que os atravessam nas suas relações internas e nas interfaces com a sociedade. A pesquisa foi realizada com cinco coletivos de diferentes temáticas da cidade de São Paulo. A autora constou em sua pesquisa que a autodenominação "Coletivo" está associada ao emprego de práticas de organização e de atuação mais horizontais e colaborativas. Devido a essas características mais autônomas, os "coletivos" seriam formas de organização mais presentes entre os jovens (MAIA, 2013).

> Abandonando a mediação das instituições e utilizando a estrutura dos Movimentos Sociais americanos dos anos 60 e 70, a organização dos grupos

> contemporâneos se manifesta de forma segmentada porque se compõe de diferentes grupos em modo celular; é policêntrica porque possui muitos centros de direção ou líderes; é integrada porque os líderes e os segmentos estão dispostos em um reticulado de sistemas ou rede através de vários vínculos estruturais, pessoais e ideológicos. (ANTOUN, 2005, p. 06-07 apud GUEDES, 2013, p. 44)

Além do mais, as ações dos "Coletivos" podem

> [...] agregar múltiplas demandas, e, por meio de debates periódicos, são definidas quais as pautas prioritárias, a partir da conjuntura política que é mantida em permanente análise. (MAIA, 2013, p. 69)

Portanto, os "Coletivos" possuem ações mais pontuais em cima de determinados assuntos. Acerca dessa multipluralidade de pautas e demandas, foi possível notar a presença do termo em diversas organizações sociais que atuam em diferentes locais e com diferentes objetivos. A partir de um breve levantamento realizado sobre estudos que possuem "Coletivo" como objeto de estudo, verificamos a existência de coletivos que abrangem questões estudantis (MESQUISTA, 2003; OLIVEIRA, 2019), além de questões envolvendo coletivos culturais e artísticos (GONÇALVES, 2010; BORELLI; ABOBOREIRA 2011; MEDEIROS, 2013; BASSANI, 2016; SILVA, 2018) e coletivos envolvendo questões de direito à cidade (HORI, 2017; OLIVEIRA, 2019).

Por fim, os autores Meirelles e Lima Neto (2018) apontam três características marcantes que diferenciam os "Coletivos" das demais organização da sociedade civil.

> A primeira delas é a primazia da participação sobre a representação. Os coletivos são fundados sob a ideia de participação direta na vida social e política, sem possuir pretensão de representação dos grupos dos quais são advindos. A esfera representativa também é deixada de lado na estrutura organizacional destes grupos que, diferentemente de partidos ou sindicatos, não possuem hierarquização formalizada. [...] A segunda característica dos coletivos é a mobilização da biografia dos integrantes para a legitimação da presença no espaço público. Isto é verificável, por exemplo, ao constatar-se que para atuar em coletivos identitários, é necessário pertencer à identidade em questão, a saber, ser negro para estar em coletivos de negritude ou ser mulher para participar de coletivos feministas. A terceira e última característica é a ausência de vínculos formais ou duradouros com outras instituições do Estado, mercado ou sociedade civil. Os coletivos se diferenciam de outras organizações por prezarem fortemente pela autonomia organizacional e política, consequentemente suas relações com outras organizações são incipientes ou inexistentes. (MEIRELLES; LIMA NETO, 2018, s/p apud OLIVEIRA, 2019, p. 52)

Em suma, como vimos, as diferenças são mínimas entre um termo e outro, e que essa nomenclatura, segundo Alcântara (2015), serve apenas para demarcar continuidades e descontinuidades de ação e das formas organizativas ao longo do tempo. No entanto, o que foi verificado ao longo deste artigo – e também da pesquisa – se enquadra mais nas características aqui apresentadas sobre os "coletivos", principalmente nas questões que

abrangem as inúmeras demandas – além do futebol em si, o grupo discute problemas sociais como racismo, machismo, homofobia e, também, problemas político-sociais mais profundos – e questões ligadas a identidade – no sentido de ser corinthiano (a).

No entanto, diante do exposto foi possível encontrar diversas nuances que nos impediram de cair em generalizações sobre o termo “coletivo”, particularidades que se dão principalmente no quesito estrutura organizacional. O discurso comum dos “coletivos” alude para uma estrutura horizontal e sem líderes, entretanto, isso não foi constatado durante as análises. Dessa forma, as características aqui apresentadas e que pertencem a esse debate sobre as novas organizações da sociedade contemporânea não necessariamente estão presentes no Coletivo Democracia Corinthiana e, sobretudo, nos outros grupos que surgiram a partir do contexto apresentado anteriormente.

Isso, definitivamente, contribui para a continuidade do debate pois, embora já hajam diversos estudos sobre as novas organizações da sociedade civil contemporânea, são estudos recentes, havendo muito a ser analisado diante de tantas experiências registradas e levando-se em consideração que as organizações civis são objetos de estudos permanentes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar, perante as análises, que o CDC possui um caráter político que problematiza a manutenção e reprodução de discursos ligados a preconceitos sociais como o machismo, racismo, LGBTfobia e de uma segregação social via medidas higienistas e econômicas. Como o futebol se mostra um reflexo social, a atuação desse grupo se dá sobretudo nos estádios, mas também nas redes sociais e nas ruas. Outro aspecto encontrado foi a tentativa de politização de espaços socialmente construídos como neutros, ou seja, espaços que onde não se debate política de forma geral (TAPIA, 2008).

Dessa maneira, o grupo promove o aumento da discussão sobre os grupos oprimidos, tornando-se espaço de sociabilidade e acolhimento e criando novas maneiras de torcer, agregando, ainda, outros elementos ao sentimento identitário pelo clube. Assim, é possível afirmar que esse movimento de torcedores muito além dos espaços internos do futebol – não apenas o CDC, mas os outros coletivos de torcedores abordados na pesquisa integral.

> [...] tendem a fazer do futebol uma arena privilegiada de lutas políticas e sociais mais amplas, ainda que questões ligadas ao clube e ao futebol também façam parte de sua agenda. (HOLLANDA; LOPES, 2017, p. 225-226)

Com isso, além dessa atuação em ambientes urbanos, o grupo possui uma forte atuação nas redes sociais, onde levantam debates, fazem críticas e comentam sobre futebol e problemas que assolam a sociedade. Além disso, o uso das redes sociais permite a construção de uma rede de ações com outros grupos de torcedores, inclusive de times rivais.

Concluindo, sendo o futebol um espaço privilegiado que expõem diversas mazelas sociais, é possível enxergar esse esporte de outra maneira se acompanharmos a luta de coletivos como o CDC. Fazendo uso da rápida conexão que a internet proporciona atualmente às manifestações políticas e buscando ocupar espaços nas arquibancadas e ruas, o grupo levanta diversas bandeiras sociais que mostram a complexidade e a diversidade que estão postas nesse microcosmo da sociedade que é o futebol.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **A política das ruas.** Novos Estudos, v. 37, n. 1, p. 49-58, 2017. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf. Acesso em: 16/03/2019.

CASTELLS, Manuel. **Rede de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

FRANCO JUNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimento sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011.

GONH, Maria da Glória. **Teoria(s) da ação social na análise dos movimentos sociais.** 31° Encontro Anual da AMPOCS, p. 1-38, 2007.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; LOPES, Felipe Tavares Paes. **Ódio eterno ao futebol moderno: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios da cidade de São Paulo**. Tempo, Niterói, RJ, v. 24, n. 2, p. 206-232, maio/ago. 2017.

MAIA, Gretha Leite. **A juventude e os coletivos: como se articulam as novas formas de expressão política.** Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, Santa Maria, RS, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8630. Acesso em: 20/05/2019.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 17, p. 49-66, jun. 1989.

OLIVEIRA, Marilia Jahnel de. **Coletivos na cidade de São Paulo: práticas organizativas, práticas de atuação e identidades coletivas.** 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo.

PEREZ, Olívia C. **Surgimento e atuação dos Coletivos que discutem clivagens sociais.** III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, Vitoria, v. 31, 2017.

PEREZ, Olívia Cristina. **Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho.** OPNIÃO PUBLICA, Campinas, vol. 25, nº 3, set-dez., p. 577-596, 2019.

TAPIA, Luis. **Movimientos sociales, movimientos societales y los no lugares de la política.** Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano, v. 11, p. 53-68, 2009.

CAPÍTULO 9

LIMBO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DA IMAGEM DAS *ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA* PELO *CORREIO PAULISTANO*

Data de aceite: 24/08/2021

Nicole Naomy Handa Nomura
Bacharel em História pela PUC-SP
São Paulo-SP
http://lattes.cnpq.br/0490522297032599

RESUMO: Esse artigo irá analisar a imagem que o jornal *Correio Paulistano* construiu sobre as *Escolas Práticas de Agricultura* em 1942, ano que o Brasil declara guerra aos países que integravam o Eixo. O objetivo desse artigo é descobrir quais foram as estratégias utilizadas pelo *Correio Paulistano* para construir a imagem de que as *Escolas Práticas de Agricultura* eram prestigiadas escolas, encobrindo as violências que os internos sofreram nessas instituições. Esse trabalho se justifica, apesar de ser um tema de enorme relevância no atual cenário político brasileiro e mundial, o tema ainda é pouco explorado pelos historiadores.
PALAVRAS-CHAVE: *Escolas Práticas de Agricultura*, *Correio Paulistano,* campo de concentração

ABSTRACT: This article will analyze the image that the *Correio Paulistano* newspaper constructed about the *Escolas Práticas de Agricultura*, the year in which Brazil declared war on the countries that made up the Axis. The objective of this article is to discover the strategies used by *Correio Paulistano* to build the image that the *Escolas Práticas de Agricultura* were prestigious schools, covering up the violence that the inmates suffered in these institutions. This work is justified, despite being a theme of enormous relevance in the current Brazilian and world political scenario, the theme is still little explored by historians.
KEYWORDS: *Escolas Práticas de Agricultura*, *Correio Paulistano,* concentration camp.

1 I INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo, apurar quais foram as estratégias usadas pelo *Correio Paulistano* para criar a imagem de que as *Escolas Práticas de Agricultura* eram renomadas instituições de ensino.

Para a realização dessa pesquisa , serão analisadas as 87 matérias publicadas no *Correio Paulistano* sobre as *Escolas Práticas de Agricultura* durante os seus três anos de funcionamento, entre 1942 e 1945.

Antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial, os imigrantes dos países que faziam parte do "Eixo" (Itália, Alemanha e Japão) que escolheram o Brasil para recomeçar viviam em um

> ... ambiente, na medida em que a Guerra se aproximava e o Estado Novo se tornava mais estável politicamente, tendia a tornar- se mais e mais tenso. A proibição das escolas e do comércio exercem suas atividades através do uso de língua estrangeira estendia-se agora a qualquer atividade. Ninguém deveria pronunciar-

> se publicamente em outra língua que não o português.[1]

Em 1942, quando a Segunda Guerra Mundial camiminhava para os seus momentos finais, o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Assim, os " súditos do Eixo" passaram a serem vistos como uma ameaça à segurança nacional.

A solução encontrada pelo governo varguista para eliminar essa ameaça foram os campos de concentração disfarçados de instituições como: presídios, colônias penais e escolas.

> ... destinados ao internamento de alemães, italianos e japoneses constituíram uma realidade nacional a partir de 1942, ano em que o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo. A partir deste momento, diversas ações foram implementadas visando a exclusão e o internamento desses estrangeiros, considerados suspeitos ou perigosos. Os locais de confinamento, espalhados por todo o país, possuíam características diversas, assim como os internos que neles foram aprisionados, pois as prisões baseavam-se, na maioria das vezes, na suspeição.[2]

Uma dessas intuições foram as *Escolas Práticas de Agricultura*, instaladas nas cidades paulistas de Amparo, Araçatuba, Bauru, Guaratinguetá, Itapetininga, Marília, Presidente Prudente, Pirassununga, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

Durante a ditadura do Estado Novo, a violência contra as pessoas consideradas indesejadas, não se restringiu aos inimigos estrangeiros. Em 1932, brasileiros também foram confinados em Fortaleza, visando manter a classe abastarda afastada do contingente de sertanejos que fugiam da fome que assolava o interior cearense.

2 I CORREIO PAULISTANO

O *Correio Paulistano* foi escolhido como fonte para essa pesquisa por ser

> ... um dos maiores jornais da imprensa brasileira e formou pessoal e tecnologia que permitiram o surgimento de outros jornais tão fundamentais quanto ele, mas não pioneiros, como o Diário Popular, hoje Diário de São Paulo; A Província de São Paulo, atualmente O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo, bem mais recentemente formada a partir da união entre Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite. O mais antigo deles – A Província – só foi lançado vinte e um anos depois do Correio Paulistano.[3]

O *Correio Paulistano* foi lançado em 26 de junho de 1854 em São Paulo por Joaquim Roberto de Azevedo Marques, proprietário da *Tipografia Imparcial,* e pelo redator Pedro Taques de Almeida Alvim.

O *Correio Paulistano* nasceu liberal, [4]mas ainda nos seus primeiros anos de vida se

---

1 CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: A Política da era Vargas*, p.146, 1994.

2 MACEDO, Janaina Santos de. *Campos de concentração em Santa Catarina e os conflitos envolvendo alemães e descendentes durante o Estado Novo*, p.185,2007.

3 THALASSA, Ângela. *Correio Paulistano: O primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna,* p.02, 2007.

4 De acordo com o historiador Daniel Gomes de Carvalho

tornou conservador, cedendo à pressão política do Partido Conservador. No final da década de 1860, liberais e conservadores romperam e o jornal se tornou definitivamente liberal.

> Nascido liberal, o jornal, segundo José Freitas Nobre, em pouco tempo tornou-se conservador: premido "por uma série de circunstâncias, especialmente as de caráter financeiro... teve que ceder à pressão política do Partido Conservador, a ele aderindo de maneira pública, perdendo um pouco do prestígio que conquistara na sua orientação independente". Em fins da década de 1860, entretanto, rompida a conciliação entre liberais e conservadores, a linha editorial do jornal optou pelos primeiros.[5]

Após a proclamação da República em 1889, o *Correio Paulistano* como porta-voz do PRP (Partido Republicano Paulista), veiculou os ideais das oligarquias paulistas, apoiando os principais líderes republicanos. Portanto o *Correio Paulistano* se tornou a voz das classes mais altas.[6]

Em outubro de 1930, o *Correio Paulistano* teve a sua oficina desapropriada, o jornal conseguiu retomar as atividades quatro anos depois, em 1934, como propriedade da *Sociedade Anônima Correio Paulistano*.

No segundo semestre de 1963, após uma nova pausa de dois meses, o *Correio Paulistano* deixa de ser editado definitivamente.

3 I ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA

As *Escolas Práticas de Agricultura* foram criadas em junho de 1942 por determinação do decreto-lei n.12.742, que decretou que

> Ficam criadas, no Estado, subordinadas á Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, "Escolas Práticas de Agricultura", localizadas nos municípios de Amparo, Araçatuba, Baurú, Guaratinguetá, Itapetininga, Marília, Presidente Prudente, Pirassununga, Ribeirão Preto e Rio Preto.[7]

De acordo com uma matéria publicada no dia 25 de março de 1942 no jornal *Correio Paulistano ,* as *Escolas Práticas de Agricultura* eram instituições de ensino no qual

> Os programas de ensino do aprendizado prático de agricultura, a serem fixados em regulamento especial, abrangerão o preparo e conservação do solo para culturas, máquinas agrícolas e seu trabalho, adubação e irrigação

---

...na segunda metade do século XIX, ganhou espaço um liberalismo distintamente conservador, o qual, fiel ao individualismo e à liberdade de consciência, era avesso ao pensamento democrático. Edmund Burke (1729-1797), exilado pela Revolução Francesa,tornou-se herói dessa geração. No contexto do Imperialismo nas últimas décadas do século XIX, alguns liberais chegaram ao extremo de adotar linguagem evolucionista e racista do darwinismo social. De acordo com Merquior, na Inglaterra, são expoentes do liberalismo conservador Hebert Spencer (1820-1903), Thomas Macaulay (1800-1859), Lord Acton (1834-1902) e Walter Bagehot (1826-1877). Na França, René-Chateaubriand (1768-1848), Rémusat (1797-1875) e Renan (1823-1892). O liberalismo conservador compreendeu a maior parte dos liberais germânicos da época e impactou latinos como Benedetto Croce (1866-1952), na Itália, Ortega y Gasset (1883-1955), na Espanha, e Alberto Sarmiento (1811-1888), na Argentina.

5 COHN, Amélia. *Correio Paulistano*. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*,p.01, 2001.

6 Idem.

7 SÃO PAULO(Estado). Decreto-lei n.12.742, de 3 de junho de 1942. **Dispõe sobre a criação de escolas práticas de agricultura**, São Paulo, SP, jun 1942. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1942/decreto.lei-12742-03.06.1942.html. Acesso em: 20 mai. 2020.

> e multiplicação de vegetais.
>
> Em agricultura especializada, serão ministrados conhecimentos práticos sobre culturas de café, cereais, plantas têxteis, sacarinas e oleaginosas, exploração das florestas, horticultura e fruticultura.[8]

Ou seja, a imagem criada pelo *Correio Paulistano* das *Escolas Práticas de Agricultura* era de instituições de ensino que preparavam os seus alunos para trabalharem na agricultura.

Segundo a pesquisadora Luciana Pelaes Mascaro as *Escolas Práticas de Agricultura* foram criadas em um momento que

> O aparecimento várias instituições de ensino e apoio à agroindústria no período em que Fernando Costa esteve no Ministério da Agricultura são indicadores que demonstram, além da necessidade de promover um sistema produtivo mais diversificado, a tendência política em expandir a ocupação do território e em potencializar a exploração de recursos naturais e agropecuários. Indica também investimento na educação agrícola (TELES & IOKOI, 2005), associada à educação nacionalista – característica do governo Vargas, como se sabe –, efetivada com a ajuda da linguagem arquitetônica. Várias das instituições federais, criadas e reformuladas naqueles anos, utilizaram a arquitetura neocolonial, como, por exemplo, a Escola Nacional de Agronomia.[9]

O contexto das *Escolas Práticas de Agricultura* é o governo de Getúlio Vargas que ao assumir o poder em 1930, colocou a educação como a mais alta prioridade do seu governo, assim o governo federal pôs em prática diversos planos para melhorar a educação brasileira.

4 | AS *ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA* E A IMPRENSA

A imprensa é uma fonte muito valiosa para o trabalho dos historiadores, pois revela qual o posicionamento que se desejou que a população assumisse sobre um determinado acontecimento.

> Quando, na metade do século XIX, aparece a imprensa de massa, surge um novo ator: a opinião pública, tal como a chamamos hoje. A imprensa faz, constrói, cria opinião pública. Como diz Pierre Bourdieu, " a opinião pública não existe, ela é o reflexo dos meios de comunicação"; se não existisse comunicação de massa, não haveria opinião pública, e sim pressupostos ou crenças...[10]

Entre 1942 e 1945, o *Correio Paulistano* publicou 87 artigos sobre as *Escolas Práticas de Agricultura.* A primeira reportagem sobre as *Escolas Práticas de Agricultura* publicada em 1942, foi na edição do dia 25 de março, defendendo que a implantação das *Escolas Práticas de Agricultura*, alegando que

8 *Correio Paulistano.* São Paulo: Sociedade Anônima Correio Paulistano, 1942.

9 MASCARO. Luciana Pelaes. *Difusão da arquitetura neocolonial no interior paulista,* 1920-1950, p. 98,2008.

10 RAMONET, Ignacio. *Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados?* In MORAES, Dênis de (org). *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica á democratização da informação*, p.65.

> ... virá beneficiar cerca de 55 por cento da população estadual disseminada pela zona rural: as escolas práticas de agricultura serão, igualmente, centros regionais de racionalização agrícola e centros disseminadores de práticas relativas a saneamento e profilaxia rurais.[11]

Nessa mesma edição, o *Correio Paulistano* publica uma reportagem sobre a repercussão em São Paulo do decreto que determina o confisco dos bens de imigrantes vindo dos países do Eixo.

> Participaram da reunião, que durou três horas e meia, todos os membros da referida comissão, srs. Roberto Simonsen e Carlos Pinto Alves, respectivamente, presidente e vice-presidente da Federação das Indústrias, representantes dos meios industriais:Carlos de Souza Nazaré, presidente da Bolsa de Mercadorias e Flávio Rodrigues, presidente da União dos Lavradores de Algodã representantes dos círculos agrícolas, e Gastão Vidgal, presidente da Associação Comercial de São Paulo, pelo comércio.[12]

O periódico nesse mesmo dia 25 de março, reproduz os comentários feitos pelo jornal "Washington Stars" sobre a espionagem japonesa, no qual classifica os japoneses como

> ... elementos desleais, sempre dispostos a servir de instrumento ao imperialismo nipônico que pretende implantar seu domínio sobre o mundo. De qualquer modo, as revelações que nos chegam do Brasil têm especial importancia, porque nesse país os japoneses demonstraram uma grande ingratidão.[13]

Ou seja, as matérias publicadas no *Correio Paulistano* a 25 de março de 1942, defendem a criação das *Escolas Práticas de Agricultura*, destacando a sua importância para a divulgação de conhecimentos essenciais sobre a agricultura racional e ataca os imigrantes japoneses que vivem em território brasileiro.

As demais reportagens publicadas até 1945 pelo *Correio Paulistano* continuam defendendo a importância do trabalho desenvolvido pelas *Escolas Práticas de Agricultura,* pois

> ... representa de utilidade num país no qual a agricultura representa papel importante: ou tratamos de formar agricultores, ou não teremos elementos com que desenvolver e melhorar a nossa produção vegetal.[14]

No dia 31 de março de 1942, o *Correio Paulistano* ataca novamente os japoneses que vivem no Brasil, publicando um reportagem que condena a prática do governo japonês de conceder aos brasileiros decedentes de imigrantes japoneses a dupla nacionalidade, pois

> O resultado dessa prática, que atenda fragrantemente não só contra os interesses do país, como contra os interesses do país, como contra o regime

---

11 *Correio Paulistano.* São Paulo: Sociedade Anônima Correio Paulistano, 1942.

12 Idem

13 Idem

14 Idem

da hospitalidade ampla, que mantemos para com os estrangeiros, é o mais disparatado possível, pois, se para o Brasil, o descendente é considerado brasileiro, para o Japão, ele é considerado japonês. É evidente que a criação desses casos de dupla nacionalidade, esconde, por parte dos seus promotores, intensões que se ha muito nossas autoridades já compreenderam e contra as quais se encontram convenientemente prevenidas.[15]

Analisando as matérias publicadas pelo *Correio Paulistano* entre 1942 e 1945,podemos concluir que através dos frequentes elogios ao trabalho feito pelas *Escolas Práticas de Agricultura* e da difamação da imagem dos "súditos do Eixo", o *Correio Paulistano* construiu a imagem de que as *Escolas Práticas de Agricultura* eram respeitáveis instituições de ensino ,onde os alunos apreendiam um ofício na agricultura.

Os documentos analisados pela historiadora Priscila Ferreira Perazzo confirmam que ocorriam graves violações dos direitos humanos nas *Escolas Práticas de Agricultura.*

... declarações do delegado regional de polícia a mesma escolta que acompanhou os alemães á cidade retornou á capital conduzindo 29 italianos que se encontravam internados naquele estabelecimento. [16]

Assim se formou duas narrativas conflitantes em relação as *Escolas Práticas de Agricultura*: uma de instituições de ensino de renome que preparavam os seus alunos para o trabalho na agricultura, construida pelo *Correio Paulistano* e outra de locais onde aconteciam graves violações dos direitos humanos.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa é uma fonte muito rica para a pesquisa histórica, pois reflete qual o posicionamento que se desejou que a população assumisse sobre um determinado fato.

O pesquisador que escolhe a imprensa como fonte deve estar atento para o fato do jornal defender uma visão de mundo e formar a opinião que os seus leitores tem sobre o mundo.

Na edição do dia 26 de março, o *Correio Paulistano* classifica as *Escolas Práticas de Agricultura* como

...institutos educacionais destinados á formação do produtor rural constituirão, realmente,centros de difusão de conhecimentos fundamentais da agricultura racional; centros de incentivo na região, de melhoria da produção e do aperfeiçoamento dos processos da industria agricola regional, e centros disseminadores de conhecimentos e praticas relativas a saneamento e profilaxia rural.[17]

O jornal *Correio Paulistano* ,através de duas estratégias: publicando matérias difamando os "súditos do Eixo" e os constantes elogios ao trabalho feito nas *Escolas*

15 *Correio Paulistano.* São Paulo: Sociedade Anônima Correio Paulistano, 1942.

16 PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da guerra: os "súditos do eixo" nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*, p.161,2009.

17 *Correio Paulistano.* São Paulo: Sociedade Anônima Correio Paulistano, 1942.

Práticas de Agricultura , construiu a imagem de que as *Escolas Práticas de Agricultura* são respeitadas instituições de ensino, que preparavam os seus alunos para trabalharem na agricultura.

Em relação as *Escolas Práticas de Agricultura*, há duas imagens conflitantes: uma de instituições de ensino que preparavam os seus alunos para trabalharem na agricultura, construída pelo *Correio Paulistano* e outra de locais onde aconteciam graves violações dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

CANCELLI, Elizabeth*. O mundo da violência: A Política da era Vargas.*2º ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

COHN, Amélia. Correio Paulistano. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

MACEDO, Janaina Santos de. *Campos de concentração em Santa Catarina e os conflitos envolvendo alemães e descendentes durante o Estado Novo.* Tese (Mestrado em História)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.2007.

MASCARO, Luciana Pelaes. *Escolas Práticas de Agricultura: arquitetura neocolonial no interior paulista*. Disponível em: https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01520.pdf. Acesso em : 17/04/2020.

MORAES, Dênis de (org). *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica á democratização da informação.*1ºedição. São Paulo. Boitempo Editorial, 2013.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *Prisioneiros da guerra: os “súditos do eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945)*. São Paulo: Associação Editorial Humanistas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2009.

THALASSA, Ângela. *Correio Paulistano: O primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna.* Tese (Mestrado em Comunicação e Semiótica) -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.2007.

CAPÍTULO 10

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MUSEU: A ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Data de aceite: 24/08/2021
Data de submissão: 04/06/2021

Cristiane Bartz de Ávila
Dra. em Educação-UFPEL e Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural/ UFPEL, integrante do grupo de pesquisa em Culturas, Cidades, Políticas e Fronteiras da UFPEL, do CEPE – Centro de Estudos em Políticas Educativas: Gestão, Currículo e Trabalho Docente sob a coordenação do Prof. Dr. Álvaro Moreira Hypolito e Professora da rede municipal de educação de Pelotas
Pelotas-RS
http://lattes.cnpq.br/8640096717244583

Ângela Mara Bento Ribeiro
Dra. em Linguística-Universidade Católica de Pelotas, Professora da Universidade Federal do Pampa- Curso tecnólogo em gestão de turismo-UNIPAMPA
Jaguarão-RS
http://lattes.cnpq.br/6514940869579869

Maria de Fátima Bento Ribeiro
Pós Doc em Sociedade, cultura e fronteira pela Unioeste. Dra. em História, UFPEL-ICH - Curso de Relações Internacionais-UFPEL e coordenadora do grupo de pesquisa em Culturas, Cidades, Políticas e Fronteiras da UFPEL
Pelotas-RS
http://lattes.cnpq.br/0180388827878343

O presente artigo foi publicado em sua versão original no evento: ANPUH - XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis-SC.

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo relatar uma experiência pedagógica que articulou alguns resultados da pesquisa de mestrado intitulada: **Entre esquecimentos e silêncios**: Manuel Padeiro e memória da escravidão no distrito de Quilombo, Pelotas, RS, com práticas pedagógicas em sala de aula e o trabalho de educação patrimonial no Museu etnográfico da Colônia Francesa, localizado no 7º Distrito de Pelotas- RS, na zona rural deste município.
PALAVRAS-CHAVE: História, memória, educação patrimonial e museu.

HERITAGE EDUCATION AND THE MUSEUM: THE ARTICULATION BETWEEN HISTORY, MEMORY AND PEDAGOGICAL PRACTICES

ABSTRACT: This paper aims to report a pedagogical experience that articulated some results of the master's research entitled: **Between forgetfulness and silence:** Manuel Padeiro and memory of slavery in the district of Quilombo, Pelotas, RS, with pedagogical practices in the classroom and the work of heritage education in the ethnographic Museum of the French Colony, located in the 7th District of Pelotas-RS, in the rural area of this municipality.
KEYWORDS: History, memory, heritage education and museum.

INTRODUÇÃO

O Museu Etnográfico da Colônia Francesa foi inaugurado em 14 de julho de 2007, e dois anos depois abriu suas portas ao público. O referido Museu, contou com o apoio

da Comunidade local para sua existência e hoje se encontra sob a administração da Universidade Federal de Pelotas.

Ao iniciar meu percurso profissional de professora na zona rural de Pelotas trabalhei no 7º Distrito de Pelotas, denominado Quilombo. A escola fica na localidade Vila Nova que se encontra dentro do referido Distrito. O educandário fica muito próximo ao Museu e uma das primeiras iniciativas foi agendar uma visita pedagógica com as bolsistas do Curso de Museologia da Universidade Federal de Pelotas, no intuito de levar meus alunos para conhecerem o local. Na ocasião não imaginava que minha trajetória profissional e acadêmica me levasse a estabelecer uma parceria com a Instituição e demais membros da equipe num projeto de educação patrimonial quando conclui o Mestrado na mesma instituição.

Após defender a dissertação de mestrado denominada: **Entre esquecimentos e silêncios**: Manuel Padeiro e memória da escravidão no distrito de Quilombo, Pelotas, RS, que versava sobre o provável motivo dos moradores da região. Em especial dos oriundos das Comunidades Negras Rurais próximas não discutirem assuntos pertinentes ao tema, fui convidada por um dos componentes da bancam, para fazer parte das reuniões do grupo de trabalho do Museu da Colônia Francesa da UFPel. Na ocasião em que me foi proposta a curadoria da exposição intitulada: “Patrimônio Cultural Quilombola” cujo um dos objetivos é utilizar a referida exposição para ações educativas com as escolas interessadas. Também propomo-nos a reflexão sobre o papel de professor e sua relação com Educação patrimonial através das ações ambientais e culturais para a formação do aluno como cidadão sensível às questões socioculturais, no ambiente em que vivem.

Durante as ações educativas no Museu, ao utilizarmos banners que continham as informações sobre a pesquisa de dissertação, pudemos perceber que as crianças se interessaram pela exposição. Houve interação e no final fizeram desenhos onde deveriam representar os indígenas do passado e da atualidade e os quilombolas do passado e as comunidades negras rurais da atualidade. Muitas questões foram discutidas e os alunos puderam aproximar-se da realidade das comunidades negras rurais, visto que no inicio do projeto eles não tinham claro as diferenças entre esses grupos e os representavam na maioria das vezes de uma única forma: homens nus com cocares e saias de penas, típicos nativos representados nos livros didáticos da época do Brasil colônia ou ainda alguns colocavam os quilombolas como escravos com bolas de ferro nos pés ou com algemas. Nesta linha de trabalho desenvolveu-se as ações educativas que contribuíram para debates e reflexões em torno do tema, reforçando o papel social dos alunos e das escolas na sociedade.

DESENVOLVIMENTO

O Local desta atividade foi no Museu da Colônia Francesa, localizado na Vila Nova, 7º Distrito de Pelotas denominado Quilombo, na cidade de Pelotas - RS. Nas fotos abaixo temos o acervo do museu, que é composto basicamente por objetos doados pelos

moradores locais. São tachos de cobre, barris de vinho, fotos de família, rótulos dos produtos agroindustriais (produzidos pelos próprios moradores), ferros de passar roupa, moedores de carne, etc. Observou-se que os alunos mostraram interesse pelos objetos, comparando-os com os que tinham em suas residências. Relataram que eram objetos do avô ou da avó e que muitas vezes estavam em algum galpão da propriedade. Alguns manifestaram admiração, pois não identificaram o prédio como museu o qual sempre tiveram em seu entendimento e compreensão outros locais como o Museu da Baronesa ou Museu da PUC-RS[1].

O Museu mantém uma exposição de objetos permanentes, neste dia, estava com duas exposições em forma de banners: Uma da Aeropostale[2], e a outra sobre o Patrimônio Cultural Quilombola[3]. Em primeiro momento levamos os alunos na sala principal onde estava localizada a exposição permanente e a exposição da Aeropostale. Ao iniciarmos as ações educativas as bolsistas deixaram os alunos bem à vontade para fazerem suas considerações e fizeram um breve relato da nova exposição. Após perguntas e considerações, passamos para uma sala menor, onde estava a segunda exposição. A referida sala que também é utilizada para reuniões e para atividades educativas.

Figuras: 01,02 e 03 sala de exposição e objetos.

Fonte: acervo da pesquisadora.

1 O Museu da Baronesa, é um dos mais conhecido na Cidade de Pelotas, pois foi a residência do Barão dos Três Serros, sendo um local de encontro da Comunidade, muitas pessoas vão ao local para fazer "pic-nic", jogar, brincar com as crianças, participar de atividades culturais e mais raramente visitar o museu. Quanto ao Museu da PUC, geralmente é um dos passeios culturais que os professores costumam organizar para suas turmas na região.

2 Pelotas fazia parte do roteiro que partia de Toulouse, na França, com escalas pela África do Sul, e entrava no Brasil por Natal, no Rio Grande do Norte e incluía as principais capitais e o Município antes de concluir a rota em Buenos Aires na Argentina. Os voos tiveram início em março de 1928, e a ligação Toulouse/Buenos Aires era efetuada em nove ou dez dias. Um de seus pilotos era o escritor Antonie de Saint-Exupéry, autor de clássicos como o "Pequeno Príncipe" e "Terra dos homens". A rota será reconstituída partindo de Buenos Aires, e passando em Pelotas no dia 4 de maio. A professora Mônica Cristina Correia, da USP, representante do projeto no Brasil, deverá estar em Pelotas no próximo mês para acertar os detalhes do projeto intitulado "Memória da Aeropostale- Raide Latécoère" conforme http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNC0wMi0yNw==&codnoticia=36165 acessado em 26/03/2015. A referida exposição ficou por um tempo no Mercado Central, centro da Cidade e após foi escolhido o Museu da Colônia Francesa por ser o museu étnico do município a trabalhar a referida temática. Consulte também o site: http://www.zeperri.org/aeropostale/pelotas-presenca-francesa/ acessado em 26/03/2015.

3 Sendo está última resultado da pesquisa de mestrado. Em sala de aula esta pesquisadora já estava trabalhando com o referido tema.

Visualizamos as atividades desenvolvidas nesse dia nas figuras abaixo: Na figura 04 temos a chegada dos alunos no museu, nas figuras 05 e 06 os alunos escutam as explicações da Professora Pesquisadora sobre a exposição intitulada: Patrimônio Cultural Quilombola.

Figuras 04, 05 e 06: Ação Educativa E.M.E.F. Ministro Arthur de Souza Costa no Museu da Colônia Francesa.

Fonte: Acervo da Pesquisadora.

Após exposição dialogada, tomando por base os banners expostos, os alunos participaram de atividades de educação patrimonial. Segundo Horta (2001, p.04) a Educação Patrimonial é *"... o mais poderoso instrumento, ou veículo, [...] para a ativação e o reforço da Memória Coletiva, através do processo educacional, permanente ou formal."* Ainda, conforme IPHAN, Educação Patrimonial é entendida como:

> Os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. (Educação Patrimonial – Programa mais educação- MEC, 2013, p.05)

Dessa forma, as atividades foram pensadas com o objetivo de chamar a atenção dos educandos para a valorização de nosso patrimônio local, dando ênfase à contribuição da etnia negra para a região, uma vez que ali formou-se no passado Quilombos, e no referido distrito até hoje é denominado Quilombo, e dentro do mesmo estar localizada a Vila Nova, região objeto deste texto. Ainda hoje, temos uma Comunidade Negra Rural neste mesmo Distrito e os demais imigrantes que vieram a partir da segunda metade do século XIX.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil que estabelece em seu artigo 216 :

> Patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticos-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."

Desta forma a constituição brasileira reconhece o patrimônio cultural (material e imaterial) faz parte da identidade e da diversidade cultural, e que diferentes grupos são formadores da sociedade brasileira. Assim investigar e disseminar a cultura para todos sem discriminação de qualquer espécie, em nome do bem comum e social, pode contribuir como fator de garantir a cidadania. A discussão que gerou as ações aqui exposta contribuirá para jovens mais conscientes do seu papel na história do país, no processo político, cultural e social. As informações e participação em conjunto despertou e sensibilizou os alunos das escolas que participaram ativamente nas intervenções.

Na visão de RIBEIRO E MACHADO (2014):

> "O PIBID-EP tem permitido um aprendizado à todos os envolvidos no projeto, buscando um trabalho para promover a proteção à cultura da cidade de Jaguarão." Nesse caso diz respeito à educação patrimonial, que é tema relevante para a sociedade, em que busca de toda forma a aproximação e o conhecimento os estudantes com o patrimônio cultural e Jaguarão". (Projeto EP-Compartilhando os Bens de Jaguarão, p.117, 2014).

Neste contexto a educação patrimonial é um instrumento que proporciona aos alunos e professores vivenciar novos modos de fazer pedagógico.

Outro objetivo que permeia o trabalho é o cumprimento da lei 11645/2008, que versa sobre o estudo das culturas indígenas e afro-brasileira nas escolas de ensino básico, principalmente nas disciplinas de história, artes, língua portuguesa e literatura.

Essas são as disciplinas citadas na referida lei, embora as outras disciplinas também tenham o dever de contribuir com esse trabalho que visa valorizar os elementos culturais da etnia negra. No caso da disciplina de história, é necessário que o educador deixe de lado a visão eurocêntrica contida na maioria dos livros didáticos. Uma visão onde geralmente a história do negro é vista nos capítulos referentes à escravidão. Rosa Margarida de Carvalho Rocha (2006) é uma dentre tantas autoras que desenvolve material didático-pedagógico sobre o tema. A autora traz ideias para os professores adaptarem em seu cotidiano em sala de aula. Nesse contexto, o professor deve procurar chamar atenção para o protagonismo da etnia negra em alguns momentos históricos estudados, tais como a África como berço da humanidade, quando se estuda a pré-história. Os reinos africanos que existiam antes da partilha da África, bem como os processos de resistência ao imperialismo e à escravidão. Também é muito importante que se enfatize sua contribuição cultural para a formação do patrimônio cultural brasileiro.

Em relação à disciplina de educação artística, a imagem como fonte histórica é demasiado importante. O professor deve ter o cuidado em mostrar imagens que traduzam os valores civilizatórios africanos, deixando de lado as famosas pinturas que retratam os maus-tratos sofridos durante a escravidão. Afinal que criança gostaria de saber que seus antepassados foram açoitados e estiveram numa condição de subserviência? Imagens desse tipo não contribuem para a constituição de uma identidade forte e positiva. Os

professores dessa disciplina podem usar o colorido das roupas africanas, as máscaras africanas como fonte de inspiração para trabalhos artísticos que tragam momentos prazerosos durante sua realização e em momentos de exposição para a comunidade escolar.

Já nas disciplinas de língua portuguesa e literatura, há um universo de possiblidades tendo em vista que as disciplinas podem utilizar várias fontes e várias metodologias. Citamos como exemplo, textos literários, publicações em jornais, romances e até mesmo textos históricos. Ao ler poemas, tanto de literatura brasileira com africana, os alunos podem produzir resenhas, histórias em quadrinhos, poemas, paródias e até mesmo peças de teatro. Cabe ressaltar que o conteúdo escolhido pelo professor deve trazer como tema assuntos que abordem a importância da contribuição do negro para a cultura de nosso país, numa tentativa de valorizar essa etnia com o objetivo de trabalhar o sentimento de identidade dos mesmos.

A partir dessa perspectiva, aliamos estudos acadêmicos e pesquisas sobre a comunidade local, utilizamo-nos de referenciais sobre educação patrimonial para orientar os estudos dos alunos sobre o patrimônio cultural local.

Dessa forma as figuras 07, 08 e 09 mostram os alunos participando das seguintes atividades:

Jogo dos 7 erros, sobre a fachada do museu, e encontro do caminho correto para chegar ao museu através de um mapa da região. Os alunos deveriam seguir o caminho de sua casa até o museu.

Após, eles lancharam e desenvolveram atividade ligada à segunda exposição. Os alunos deveriam desenhar como eles percebiam os nativos do passado e os nativos do presente, bem como desenhar os quilombolas do passado e as comunidades negras rurais do presente. Após, os que desejavam, iam mostrando seus desenhos e o grupo ia discutindo. Inicialmente, percebemos que os alunos tinham uma visão do índio caricaturado apresentado nos livros didáticos que abordam a história do Brasil colônia. A mesma coisa sobre os quilombolas, para os alunos, as imagens deveriam ser de escravos, então questões como resistência e lutas pelos direitos do ser humano foram trabalhadas. Após este breve diálogo, os alunos perceberam as diferenças e relacionaram as questões do passado com o presente concluindo que os nativos vivem de forma bem diferente do passado, geralmente limitados em pequenos espaços, reservas que não contemplam suas necessidades, com dificuldades de acesso à continuidade dos estudos, geralmente vendendo artesanato na beira da rodovia (situação visualizada por alguns alunos em relação aos indígenas). Quanto às comunidades negras rurais, estas estão inseridas junto aos outros colonos, geralmente caracterizadas em lotes de terras menores, em lugares de mais difícil acesso e em terras menos agricultáveis.

Abrimos aqui um parêntese para destacar que ao percebermos que os alunos não conseguiam representar as diferenças do passado e do presente sobre estas etnias,

problematizamos com eles algumas questões para que pudessem ter um entendimento dessas diferenças, tais como: onde eles moravam, como era a propriedade deles ou dos seus familiares. O que tinha lá? O que plantavam? Como plantavam e colhiam? Quais os maquinários utilizavam? Enxada, trator, arado, colheitadeira? Se com a renda da lavoura a família se sustentava? Se suas terras eram planas ou em declive? Se conheciam algum outro agricultor que tinha terras em declive e com muitas pedras? Quais eram as dificuldades enfrentadas na zona urbana? Quais seriam as dificuldades para quem tem pouca quantidade de terra e com muitas pedras nos terrenos? Como poderiam plantar essas pessoas e o que? Se essa plantação geraria renda suficiente para o sustento da família?

Essas questões foram sendo levantadas verbalmente, e surgiam conforme suas respostas, salientamos que não foi nada programado, surgiu da constatação da necessidade naquele momento, pois para a pesquisadora parecia claro que eles sabiam diferenciar passado do presente. Após esse diálogo, os alunos perceberam essas diferenças, nas turmas trabalhadas temos alunos filhos de pequenos, médios e grandes agricultores, alguns são filhos de caseiros de sítios ou de grandes propriedades, alguns pais têm pequenos sítios em que as mulheres exercem profissões como professoras, enfermeiras e assistentes sociais e os pais são caminhoneiros, outros são comerciantes da região. Muitos que se dedicam à agricultura migraram da cultura do pêssego para a do fumo por terem garantido o seguro, não tendo condições de escolher pelo bem-estar e a saúde da família. Assim, muitos dos problemas enfrentados pelos moradores da zona rural foram relatados, como as distâncias, dificuldades de transporte e saúde. Entretanto, os alunos conseguiram se colocar no lugar dos moradores das comunidades negras rurais, pois como fora demonstrado nos banners e ressaltado durante o diálogo, aos moradores destas comunidades restaram as terras menos agricultáveis, com pedras e pouco território de acordo com o processo histórico de ocupação desta região.

Assim, suas representações foram bem próximas de seu cotidiano, com cenas agrárias, onde representavam as pessoas usando enxadas e objetos manuais, sem as máquinas agrícolas utilizadas pelos outros colonos. Os alunos se identificavam como outros colonos, pertencentes à outras etnias, embora em seus comentários pudéssemos perceber que identificavam o modo de vida como próprio da região. Entretanto, compreenderam que pela dificuldade em plantarem as comunidades negras rurais tinham maiores problemas financeiros e não teriam à sua disposição os mesmos equipamentos que alguns deles dispunham como colheitadeiras e tratores.

Figuras 07, 08, 09. Atividades pedagógicas no Museu da Colônia Francesa.

Fonte:Acervo da pesquisadora.

Figuras 10, 11 e 12. Reconhecendo as proximidades do museu.

Fonte:Acervo da pesquisadora.

A proposta promoveu também saída externa ao Museu com caminhada no seu entorno, identificando a região e o patrimônio natural, além de alguns locais importantes como a igreja e a escola onde eles participam dos jogos rurais promovidos anualmente. a mesma em que esta pesquisadora iniciara sua caminhada profissional na região da zona rural. Neste local em 2010 despertou-me o interesse para atuar com atividades de aproximação da população rural com as políticas de educação patrimonial no viés cultural e ambiental. Naquele ano integrara-me ao projeto da escola intitulado Casa de Cultura, o qual trabalhava por etnias, sendo naquele ano a etnia francesa. As aulas eram em turno inverso onde eu trabalhava com história e a outra professora trabalhava culinária. Naquele ano a partir da história das famílias, objetos de família montamos um "mini-museu" com exposição durante o aniversário da escola. No ano seguinte trabalhamos com a etnia negra e fundamos um NEABI RURAL na escola, projeto este aprovado pela mantenedora e que até hoje está em funcionamento. Ao final do ano de 2011, pudemos expor na Semana da Consciência Negra vários trabalhos e realizar um Seminário integrando vários representantes e estudiosos da cultura afro-brasileira, a Comunidade Negra Rural do Alto do Caixão e a Comunidade Escolar.

Neste passeio no entorno do Museu os alunos ficaram contentes em reconhecer a

escola como lugar de integração, pois participam dos jogos rurais, cuja sede é neste local. Neste momento aproveitamos para falar da região e do relato oral da comunidade sobre ser aquele local um dos lugares por onde passavam os quilombolas do passado, inclusive de um conflito que ocorrera naquele local quando as autoridades procuravam pelos quilombolas que haviam fugido das charqueadas. Aproveitamos para mostrar um córrego que faz parte do Arroio denominado Quilombo, que segundo os moradores locais, formou-se por ser caminho dos Quilombolas para fugir para lugares de mais difícil acesso na Colônia. Também mostramos uma árvore denominada Jiribá que no passado era utilizada para fazer os abrigos dos Quilombolas e também trançar para fazer espécie de coberta para se agasalhar. Alguns perceberam como deveria ser dura a vida naquela época, o que pudemos perceber nos comentários que fizeram neste momento. Uma outra informação que as bolsistas nos passaram é que o Museu fora sede antiga da escola e depois a Comunidade Religiosa utilizou o prédio para finalmente ser sede do Museu, mas que até hoje a Comunidade quando necessita utiliza aquele espaço.

Por fim, em horário do projeto, solicitamos aos alunos que fizessem um trabalho que sintetizassem o que de mais importante eles haviam estudado sobre a história de Pelotas e a formação quilombola durante o século XIX. Eles decidiram em consenso que iriam fazer uma maquete da região. Fora uma atividade proposta por eles e como não tínhamos material, utilizamos aquela aula para planejar o que iríamos necessitar e para consultar fontes de como seriam as casas(chácaras) antigas, senzalas, etc. Durante a construção da mesma, eles consultaram livros com o objetivo de visualizar como seria uma fachada de uma “Casa Grande”, ou “Casa dos Senhores de Escravos”, utilizaram fotos que retratavam os Casarões da Cidade de Pelotas. Combinamos que a montagem da referida maquete ficaria para a aula seguinte, a qual traríamos o que necessitávamos para confeccioná-la.

A maquete foi dividida em duas áreas e o elemento utilizado nesta divisão foi o Arroio Quilombo:

No lado esquerdo do espectador foi retratada uma Casa de um proprietário de Chácara na Serra dos Tapes. Nesta casa houve o cuidado de colocar uma senzala doméstica na parte inferior da mesma. Os alunos também fizeram uma estrada e plantações de milho e feijão, produtos típicos que foram descritos na documentação da época. A professora/ pesquisadora já havia informado para os alunos que tais produtos eram cultivados na região no século XIX, durante as aulas teóricas e foi uma grata surpresa quando estes mencionaram tal informação.

Do lado direito, os alunos representaram o Morro do Quinongongo, o Morro dos Três Serros, plantações de feijão, um abrigo feito no mato, onde ficavam os quilombolas. Apontamos que na foto 12, localizada abaixo, a maquete ainda estava incompleta e os alunos preencheram o lado direito (dos quilombolas) de galhos de árvores o que caracterizou uma mata fechada. Esta ação deve-se ao relato que consta no Processo Crime de 1836 contra o quilombola Mariano. Segundo o documento, os quilombolas se escondiam na Serra dos

Tapes, em locais de difícil acesso, entretanto, circulavam por toda a região, inclusive pelas propriedades de seus antigos donos.

Nas figuras 13 e 14 podemos constatar o entusiasmo dos alunos na elaboração do trabalho.

Figuras 13 e 14: Confecção de maquete sobre a região da Serra dos Tapes no século XIX

Fonte: acervo da E.M.E.F. Ministro Arthur de Souza Costa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com educação patrimonial é uma importante ferramenta para motivar os alunos, principalmente, alunos do ensino básico cujos atrativos fora da escola concorrem com as aulas. Apesar de estarmos em uma era de globalização, os recursos os quais os professores dispõem são obsoletos diante das novas tecnologias. A era digital e a rapidez com que se processam as informações podem trazer mudanças no cenário atual que observamos que fazem com que o professor enfrente muitas dificuldades em manter os alunos interessados e participativos. De forma que, o uso das tecnologias aliem-se a propostas digitais como: fotografias, vídeo, jogos, blogs, que na verdade fazem parte do cotidiano desta geração de informações e tecnologias. Ora observamos durante a atividade que foi realizada mediante as tecnologias com a impressão de banners digitalizados. O trabalho envolveu os aspectos da cultura e do patrimônio local e tivemos como resultado o interesse e a motivação, que gerou a participação e sensibilizados com o tema proposto de maneira prazerosa. Trocando informações sobre aspectos da região, o que fez com que os adultos também aprendessem com a experiência. Como resultado, podemos perceber que esta vivência/ experiência marcou os alunos que nos deram o retorno através dos diálogos durante a elaboração da maquete. Observamos que isso nos permitiu (aos professores) um olhar mais atento para as atividades de EP de forma a contribuir para nosso trabalho como educadores.

REFERÊNCIAS

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. A educação Patrimonial- um processo em andamento. **Museu e Educação: conceitos e métodos**. São Paulo: USP Museu de arqueologia e etnologia, 2001.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Educação Patrimonial : Manual de aplicação : Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** – Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

MARTINS, Márcio André Rodrigues et al. –: Iniciação à docência: relatos de coordenadores sobre esperiências- no PIBID. **In: Subprojeto História _ Educação patrimonial: Compartilhando os Bens de Jaguarão. p.110-127.** São Leopoldo: OIKOS, 2014.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Almanaque Pedagógico Afro-brasileiro** – Uma proposta de intervenção pedagógica na superação do racismo no cotididano escolar. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

LEIS E DECRETOS

Lei 11645/2008. **Ensino da Cultura afro-brasileira e indígena na rede de ensino**, de 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm .

Constituição da República Federativa do Brasil. **Art. 216. Incisos I, II, III, IV em:** http//senado.gov.br/legislação/cosnt/con1988/CON1988 29.03.2012/art 216 , de 27 de março de 2015. Disponível em: Ministério da Cultura em: http://www.cultura.gov.br/site/

CAPÍTULO 11

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Data de aceite: 24/08/2021
Data de submissão: 04/06/2021

Luana da Silva Oliveira
Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Centro Universitário Geraldo Di Biase, Instituto de Educação e Desenvolvimento
Volta Redonda - RJ
http://lattes.cnpq.br/5715121592559360

RESUMO: O conceito de *segunda escravidão* e a bibliografia a ele relacionada abordam a discussão sobre a centralidade do Vale do Paraíba e sua conexão com a expansão do capitalismo industrial em escala atlântica. Desse modo, o artigo apresenta um estudo sobre o patrimônio cultural da região em questão através da associação do conceito de segunda escravidão e a configuração da região do Vale do Paraíba escravista e cafeeiro com a evidência de que esse período de cultivo do café deixou fortes traços culturais, a saber: arquitetônicos, artísticos, gastronômicos e manifestações culturais, tanto eruditas como populares. Com o objetivo de relacionar a memória dessa época através de um levantamento dos patrimônios culturais, materiais e imateriais, que configuram sua trajetória de apogeu e crise, auge e decadência. Assim, por meio de uma análise comparativa de bens culturais das duas dimensões, buscamos evidenciar a relação dialética da construção identitária dos patrimônios culturais do Vale do Café através de um estudo de caso sobre o município de Barra do Piraí.
PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural, segunda escravidão, Vale do Café.

CULTURAL HERITAGE AND SECOND SLAVERY: HISTORY AND MEMORY OF VALE DO CAFÉ

ABSTRACT: The concept of second slavery and the bibliography related to it address the discussion about the centrality of the Paraíba Valley and its connection with the expansion of industrial capitalism on an Atlantic scale. Thus, the article presents a study on the cultural heritage of the region in question through the association of the concept of second slavery and the configuration of the slavery and coffee productor Vale do Paraíba region with the evidence that this period of coffee cultivation left strong traces cultural, namely: architectural, artistic, gastronomic and cultural manifestations, both erudite and popular. Aiming to relate the memory of that time through a survey of material and immaterial cultural heritages which configure its trajectory of peak and crisis, peak and decay. Thus, through a comparative analysis of cultural assets from both dimensions, we seek to highlight the dialectical relationship of the identity construction of cultural heritage in Vale do Café through a case study on the municipality of Barra do Piraí.
KEYWORDS: Cultural heritage, second slavery, Vale do Café.

1 I INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste artigo é tecer uma breve articulação da construção do Império

do Brasil com a perspectiva regional do Vale do Paraíba Fluminense a partir da proposta de realizar um estudo de caso sobre o município de Barra do Piraí. Associar o conjunto de bens culturais do patrimônio material, por meio de uma análise do Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, com o patrimônio imaterial, através de pesquisa realizada para dissertação de mestrado sobre o jongo/caxambu, manifestação cultural de matriz africana que relaciona importante parte do passado escravista na região Sudeste.

Para tanto, buscamos situar como o conceito de segunda escravidão, categoria originalmente elaborada por Dale Tomich, vem se evidenciando como possibilidade de novas perspectivas para os estudos de escravidão. A partir dessa vertente historiográfica, a escravidão não é mais tratada como uma entidade abstrata e separada da conjuntura e do contexto da qual fazia parte. Por isso, é esclarecida a necessidade de sua ligação com a expansão do capitalismo no século XIX, uma vez que está diretamente relacionada à época de expansão do mercado mundial sob a primazia da Grã-Bretanha e ao marco da Revolução Industrial. (TOMICH, 2011)

O historiador Dale Tomich no livro *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial* fornece uma base argumentativa pautada nesse “conceito-chave”. Defende a ideia de que entre os séculos XVI e XIX a escravidão não foi sempre a mesma e que um conjunto de transformações relacionadas a uma nova configuração do cenário internacional e do mercado mundial, influenciou diretamente áreas específicas de escravidão colonial. Um grande desequilíbrio na demanda de determinados produtos industrializados e agrícolas levou ao declínio de determinadas áreas e à expansão de outras.

Para Tomich, o aumento da procura e interesse por produtos como açúcar, café e algodão explica a expansão da escravidão em Cuba, no Brasil e no Sul dos Estados Unidos. Assim, o sistema escravista do oitocentos foi transformado por “novas” forças políticas e econômicas, o que incluiu essas localidades à lógica de integração da produção industrial. O autor rompe com a ideia da inevitabilidade da abolição pelo avanço das questões morais e pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, defende que a segunda escravidão se constituiu exatamente no desenvolvimento do mercado mundial do século XIX sob a hegemonia britânica.

Enfatiza a necessidade de se repensar as lutas escravas, assim como as noções estereotipadas de *liberdade*, *trabalho livre*, *liberalismo*, *capitalismo* e *escravidão*. (TOMICH, 2011, p.37) Como síntese da proposição do que sustenta o conceito de segunda escravidão e argumentação de Tomich, citamos dois de seus principais correspondentes brasileiros, Marquese e Salles: “Trata-se, neste momento, de buscar análises que se voltem para as conexões, os nexos, e as contradições que compõem estes objetos enquanto totalidades estruturadas, ou parte delas, produzidas pelas ações humanas ao mesmo tempo em que as condicionam.”(MARQUESE e SALLES, 2016) Análises que considerem o diálogo da escravidão do oitocentos com a ideia de modernidade e liberalismo, fatores que consolidavam a formação do Estado nacional.

No mesmo sentido de uma revisão conceitual e historiográfica da escravidão, a questão patrimonial vem se destacando enquanto uma questão política atual, que envolve uma discussão maior sobre a identidade nacional e a diversidade cultural, sendo uma discussão historicamente construída. As delimitações que hoje conhecemos nos diferentes universos do patrimônio cultural resultam de processos de transformação que continuam em mudança, não sendo naturais e sim forjados.

Há assim, dentro desse campo uma tensão que, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, tem ocupado tradicionalmente a questão sociológica: entre o universal e o particular, entre o público e o privado, entre tradição e modernidade, entre cultura e política, entre Estado e sociedade. O que faz com que a autora entenda que a política de preservação seja uma prática bem mais ampla que um conjunto de atividades visando à proteção material de alguns bens. (FONSECA, 2005, p.28)

No mundo globalizado, fica evidente a existência de uma ligação entre as noções de patrimônio e nação, suas mudanças acontecem concomitantemente, e suas ampliações são um efeito da inserção dos países em uma comunidade internacional. Da mesma forma que o patrimônio cultural, a nação também foi redefinida, incluindo agora, o intercâmbio de culturas:

> O que concebemos como tal já não é unicamente o conjunto de bens e tradições surgidos e mantidos no território historicamente habitado por uma comunidade. A população originária se alimenta, se informa e se entretém com muitos bens e mensagens procedentes do estrangeiro, os quais, porém, vimos incorporando à nossa vida cotidiana. (CANCLINI, 1994, p.95)

Então, abordar os conceitos de segunda escravidão e patrimônio cultural, como componentes de um novo contexto em que passamos a falar em intercâmbio de culturas, direitos culturais e de memória, a partir da análise da configuração histórica de bens culturais do Vale do Paraíba cafeeiro e escravista, é retratar conexões e traçar um processo marcado por rupturas e continuidades. Tal processo é marcado pela consolidação do Império brasileiro, a expansão do cultivo do café no Vale do Paraíba e a ascensão política e econômica de uma classe senhorial formadora por uma hierarquia social pautada na propriedade de terras, escravos e títulos de nobreza.

Mariana Muaze[1] destaca que "a expansão do café pelo Vale do Paraíba se confunde com a história da expansão da própria classe senhorial no Império". (MUAZE, 2010, p.293) Dessa expansão origina-se a construção de imponentes casas, a valorização do luxo e de determinados hábitos e valores que vão nortear as relações sociais, políticas e econômicas da vida na região. É exatamente dessa conjuntura que:

> No interior desse reduzido grupo, muitos foram os casos das fortunas que se expandiram no rastro do café. Como forma de ostentá-las e de gozar de um estilo de vida próprio à sua classe, algumas famílias ergueram imponentes

1 Texto publicado no Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, disponível em: http://www.institutocida-deviva.org.br/inventarios/.

> casas de vivenda em suas terras e agregaram valor ao complexo cafeeiro de suas imensas fazendas. (MUAZE, 2010, p.318)

Esse complexo cafeeiro formado por diversas fazendas configura na atualidade um patrimônio cultural da região em questão. As casas e a estrutura das fazendas, enquanto herança de um passado de destaque na trajetória nacional proporcionam a continuidade de diálogos e inúmeros questionamentos sobre a construção histórica da identidade regional a partir do período de ascensão da produção do café. Assimilamos então, por meio da proposição de Muaze no texto *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial*, a incorporação da discussão oriunda da expressão “mundos de fazenda”:

> “mundos de fazenda” deve ser trabalhada de forma alargada a fim de problematizar não somente a diversidade da cultura material, construções, lugares de morada e ambiente natural que existiram nesses espaços, mas também as múltiplas relações de trabalho, formas de vida e experiências sociais estabelecidas entre os sujeitos históricos no interior das grandes propriedades cafeeiras. Tal tarefa é ambiciosa e não foi o objetivo esgotá-la no limite das linhas que compõem este texto. Ela envolve a busca de outras fontes históricas e teórico-metodológicos que ajudem a compreender melhor não só a história do Vale do Paraíba fluminense, mas o próprio Império do Brasil. Fica aqui um primeiro esforço de análise, além do convite aos interessados em pesquisar a região. (MUAZE, 2010, p.294)

De acordo com o objetivo do trabalho, abordamos a categoria dentro da perspectiva das formas de vida e experiências sociais, analisando a configuração atual dos patrimônios culturais do Vale do Café a partir de um estudo de caso sobre o município de Barra do Piraí.

2 I PATRIMÔNIO CULTURAL, VALE DO PARAÍBA E BARRA DO PIRAÍ: O JONGO/CAXAMBU E AS FAZENDAS DE CAFÉ

É relevante ressaltar que a divisão do conjunto de bens culturais patrimoniais considerados aqui como patrimônios materiais e imateriais está relacionada a uma *memória histórica* formalizada no processo de institucionalização oficial do patrimônio cultural no Brasil:

> Talvez a opção pela perpetuação da memória histórica que estabelece uma linha de continuidade dos anos 30 até hoje, por meio da atualização do mito fundador de Mário de Andrade, venha obscurecendo os antagonismos e dificultando a percepção das diferentes apropriações da noção de patrimônio cultural presentes na atualidade, assim como a proposição de projetos que articulem efetivamente uma noção integradora do patrimônio cultural. (CHUVA, 2011, p.162)

Nesse sentindo, a divisão entre patrimônio material e imaterial nos guiará num propósito crítico de avaliação das políticas e das ações das agências de preservação:

> A divisão entre patrimônio material e imaterial é, conceitualmente, enganosa, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade. Além disso, essa divisão artificial implica

uma política institucional que promove uma distribuição desigual de recursos. (CHUVA, 2011, p.162)

Consideramos então, a necessidade de desconstrução e a problematização da noção de patrimônio cultural por meio da discussão da artificial e enganosa divisão entre patrimônio material e imaterial. Ressaltamos, então, a relevante proposta de construção da noção de patrimônio cultural integral.

Assim, buscamos através de um estudo comparativo de bens culturais das duas dimensões, evidenciar a relação dialética da construção identitária dos patrimônios culturais do Vale do Café através de um estudo sobre o município de Barra do Piraí. A cidade situa-se na região Sul Fluminense, onde estão localizadas fazendas históricas do Vale do Paraíba, que se consolidaram em meados do século XIX, com a emergência do período do café.

No cruzamento dos limites territoriais dos municípios de Piraí, Vassouras e Valença, devido à presença de duas importantes redes ferroviárias, a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Rede Mineira de Viação, formou-se um destacado centro comercial que ganhava cada vez mais importância. Esse centro, localizado às margens do encontro dos rios Paraíba do Sul e Piraí, era formado pelos povoados de São Benedito e Nossa Senhora Sant'Anna, e acabou se tornando um município a partir da grande influência da família Pereira do Faro e seus barões, II e III Barão do Rio Bonito. O município de Barra do Piraí foi a primeira cidade emancipada no regime republicano, sua emancipação se deu em 10 de março de 1890.

Como foi dito, a localidade já se destacava por sua atividade comercial e com a abolição dos escravos, em 1888, tornou-se uma opção de trabalho e de permanência dos libertos na região. Por isso, até hoje Barra do Piraí é um dos municípios com maior população negra do Sul Fluminense. Recebeu libertos de todos os municípios vizinhos que se encontravam falidos devido ao fim da escravidão e ao declínio do café.

Para o estudo proposto, delimitamos como universo de bens culturais materiais as fazendas de café do município em questão listadas no Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense[2]. O Inventário reúne uma relevante pesquisa sobre a região, de acordo com Muaze: “As informações contidas na minuciosa pesquisa de campo aqui publicada, quando cruzadas com outras fontes históricas, permitem compreender os diferentes “mundos da fazenda” constituídos e experimentados no Vale do Paraíba durante o século XIX.” (MUAZE, 2010, p.293)

O inventário é dividido por áreas que contêm fichas de relatórios técnicos que reúnem: registro fotográfico, levantamento arquitetônico e histórico das fazendas de café. Listamos todas as fazendas e relatórios de Barra do Piraí para, a partir da leitura e apontamento de dados selecionados, produzir uma análise e perfil da situação atual das fazendas do município. Já o universo de bens culturais imateriais é delimitado pela

2 Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/.

constatação da existência de três grupos de jongo na cidade que trazem como marca uma heterogeneidade na sua formação em relação às origens de seus componentes. O que configura uma situação propícia para a análise de memórias que estão acompanhando a mudança de *status* do jongo, que deixou de ser apenas um *patrimônio familiar* quando recebeu o título de *patrimônio cultural brasileiro*.

A região do Vale do Paraíba tem sua história marcada pelo desenvolvimento cafeeiro que teve seu apogeu em meados do século XIX. O café representou a base da economia brasileira durante o oitocentos, o Brasil exportava noventa por cento do café que o mundo consumia e o Vale do Paraíba produzia noventa por cento do café produzido no Brasil. (MELLO, 2010) Grandes fazendas cafeicultoras se desenvolveram, e passaram a protagonizar a principal atividade econômica do país. Tratando-se do século XIX, não podemos perder o referencial do Império brasileiro que traz como marca, uma estrutura de sociedade patriarcal, fundamentada pelos valores e modos de vida europeia, principalmente portuguesa, fundamentada numa estrutura hierárquica dominada por uma classe senhorial de base escravista.

A historiadora Mariana Muaze apresenta um estudo bastante esclarecedor sobre a ocupação do Vale do Paraíba e a ascensão política e econômica das famílias pioneiras. Demonstra como o café não foi a única base na qual foram erguidas as fortunas da região, tendo relevância também: “comércio de grosso trato, tráfico de escravos, mineração, cultivo de cana de açúcar e empréstimo de dinheiro a juros – exercidas por muitos patriarcas.” (MUAZE, 2010, p.303) Entretanto, é inegável a importância da exploração do café para a expansão do enriquecimento dos fazendeiros, esse processo foi marcado por uma intensa ocupação do Vale por volta de 1820. A autora pontua dois elementos decisivos para essa ocupação:

> para se entender melhor o processo de ocupação do Vale que estamos descrevendo, é preciso que se entenda que o mesmo ocorreu, em primeiro lugar, num cenário de acirrada acumulação de terras e escravos por parte dos grandes proprietários e, em segundo lugar, num momento de crescimento da demanda internacional pelo produto, um dos fatores importantes para que a região se tornasse o maior polo mundial de produção de café e a rubiácea o principal gênero das exportações brasileiras. (MUAZE, 2010, p.316)

Este momento de crescimento da demanda internacional pela exportação do café trouxe mudanças fundamentais nas relações sociais, políticas e econômicas do Império brasileiro.

A sociedade imperial tinha sua estrutura ancorada em uma classe senhorial detentora de terras, escravos e prestígios, de acordo com Muaze:

> estava em jogo não somente a expansão do empreendimento produtivo através do maior acúmulo de propriedades, mas também a perpetuação da condição de senhor de terras e de escravos. Tal lógica legitimava as diferentes entre senhores, escravo, libertos e referendava a hierarquia no seio da própria classe de proprietários. Para ostentar a posição social conquistada, muitos

> desses grandes senhores adquiriam mercês, honrarias e títulos de nobreza, o que justifica a grande quantidade de baronatos na região. (MUAZE, 2010, p.315)

Dessa forma, o domínio e força das famílias das classes dirigentes não estavam limitados à região de plantio do café, suas alianças e rede de negociações chegavam até a corte e influenciavam na política do Império.

Essa influência baseada em uma lógica paternalista fica clara quando analisamos a centralização do Estado nacional e nos deparamos com valores europeizados e a manutenção da escravidão a partir de uma política permissiva e omissa diante à ilegalidade do tráfico de escravos. Uma grande ostentação de riquezas e a construção de suntuosas casas nas fazendas são observadas na legitimação da posição ocupada por algumas famílias que constroem imensas residências luxuosas que alteram o cenário e valorização da região: "Nesse processo, a fazenda não será mais vista somente como um lugar de trabalho e produção, mas também de moradia e representação. Seu senhor passava de simples agricultor escravista para membro da base social do novo Império." (MUAZE, 2010, p.321)

Por estes referenciais conjunturais da produção cafeeira do século XIX que compreende uma nova lógica de relações e envolve um contexto externo pautado na hegemonia inglesa, no desenvolvimento do capitalismo e do ideal liberal, emerge a importância destacada por Marquese e Salles de "considerar a escravidão oitocentista brasileira como uma nova escravidão". (MARQUESE e SALLES, 2016) Os autores tecem uma minuciosa e abrangente revisão historiográfica dos estudos de escravidão numa perspectiva crítica na intenção de resgatar pressupostos que articulam o sistema escravista brasileiro do século XIX com o cenário econômico mundial. Defendem assim, a ideia de segunda escravidão:

> Essa nova escravidão – a "segunda escravidão" – teve seu polo dinâmico e estruturador na grande propriedade rural produtora de commodities para o mercado mundial capitalista em expansão. Portanto, tratou-se de um sistema travejado pela plantation. A maioria das atividades voltadas para o mercado interno, realizadas em grandes, pequenas ou médias posses de escravos, girara em torno de núcleos exportadores, isto é, visavam atender às necessidades de um mercado interno definido pela dinâmica dos setores exportadores. Esse foi o caso clássico da região cafeicultora da bacia do rio Paraíba do Sul. (MARQUESE e SALLES, 2016, p.130)

A base da civilização imperial é o escravismo e o caráter de mercadoria presente no escravo configura uma escravidão moderna fundamentada nas condições internas e no contexto internacional de expansão do capitalismo.

Assim como a escravidão foi imbuída de características da modernidade, as fazendas de café foram organizadas como empresas agrícolas, tudo era pensado no sentido de otimizar o tempo, aperfeiçoar o trabalho e a produção. O processo de expansão do café foi

tão intenso que os grandes senhores de terras e escravos emprestavam dinheiro a juros para outros fazendeiros, o que fortalecia o aspecto capitalista das negociações.

A economia de livre mercado e o amplo direito de propriedade privada foram incorporas à escravidão moderna como fator econômico possível e ao mesmo tempo contraditório aos valores e pensamento da época. Salles retoma essa discussão em *E o Vale era o Escravo*, por meio de um diálogo com Ilmar Mattos em *O tempo Saquarema* e com as análises iniciadas em *Nostalgia Imperial*, para explicar a tensão existente entre os políticos do Estado imperial e os proprietários do Vale do Paraíba. O autor relaciona o contexto geral com a dimensão regional e esclarece como a classe senhorial exerceu seu domínio a partir de uma articulação da estrutura do Estado e da região.

Entretanto, o Período do Café na região Sul Fluminense não foi muito extenso, durou apenas cerca de quarenta anos; as plantações foram iniciadas por volta de 1830 e começaram a decair em 1870. Assim, muitas fazendas definharam e a maioria dos fazendeiros passou de uma situação de riqueza para uma situação de empobrecimento. A crise do escravismo estava estabelecida e pontos fracos do domínio senhorial passaram a fortalecer as relações entre os escravos. A intensidade desse período marcou decisivamente a ocupação e desenvolvimento da região. Este passado histórico deixou expressivos patrimônios culturais.

Barra do Piraí apresenta em sua história uma diferença na formação e desenvolvimento, se comparada às outras cidades da mesma região. O diferencial de Barra do Piraí foi a chegada da ferrovia em 1864. As cidades vizinhas que desde o início do século XIX haviam sido ricas e prósperas com suas grandes fazendas cafeeiras e seus poderosos barões se viram paralisadas diante da rápida decadência do café, a crise aconteceu apenas quarenta anos depois do início das plantações.

O território que hoje forma o município era formado por dois simples povoados, o povoado de São Benedito e o povoado de Nossa Senhora Sant'Anna. Os dois povoados eram separados pelo Rio Paraíba do Sul que corta a cidade e se encontra com o Rio Piraí, daí vem o nome do município, do encontro dos rios, a "Barra do Piraí". Os povoados eram ligados pelo transporte fluvial e por uma ponte de madeira que ficou conhecida como "Ponte dos Sete Vinténs", uma vez que era cobrado um pedágio para a travessia pela ponte, tanto por veículo, animal ou pessoa. A construção dessa ponte sob o Rio Piraí, representou uma integração territorial mais concreta para a população. Na margem direita do Paraíba o povoado de São Benedito pertencia à cidade de Piraí com domínio da família Breves, e na margem esquerda o povoado de Nossa Senhora Sant'Ana pertencia à Valença com o domínio da família Faro.

A chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II, construída para levar o café do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro, a construção dos ramais para São Paulo e Minas Gerais e a criação da Rede Mineira de Viação fizeram de Barra do Piraí o principal entroncamento ferroviário do país e o centro econômico do Vale do Paraíba. O pacato lugarejo ganhou

movimentação e uma dinâmica comercial, por ali passavam muitos negociantes e a localidade recebia uma nova população trazida pela e para a ferrovia.

Sua emancipação só se deu com a República, pois os políticos de Piraí e Valença usavam da sua influência e poder durante o Império, uma vez que as estradas de ferro davam muito lucro. A cidade só foi elevada a município em 10 de março de 1890, quando recebeu o desmembramento dos municípios vizinhos:

> De Valença foi desmembrada a Vila de Sant'Ana, na margem esquerda do Paraíba. De Piraí, a próspera Freguesia de Barra do Piraí, situada à margem direita do Paraíba, e de Vassouras, a Vila dos Mendes, que já possuía nessa época, uma fábrica de papel (CIPEC) e fábrica de fósforos, além de fazendas. Em 1890, Barra do Piraí possuía 4000 habitantes. (MUNIZ e ROTHE, 1997, p.85)

Ao analisar essa trajetória, vemos que esse município não pode ser caracterizado como uma "cidade imperial" ou como "terra de barões" como é o caso de Vassouras e Valença. Barra do Piraí, devido à presença da ferrovia e todo o desenvolvimento que essa trouxe em um curto período para o Brasil, representou "uma curiosa amostra de um Brasil industrializado", que não existia na época: "nossa cidade teve, com a estrada de ferro, a oportunidade única de servir como uma espécie de laboratório experimental para um novo Brasil que só muito depois surgiria com Getúlio, com o processo de industrialização." (MELO, 2010, p.4)

A estrada de ferro trouxe para Barra do Piraí muitos imigrantes e formou no município uma população diferenciada. Foi para a população negra, que trabalhou nas lavouras do café e que com a abolição, em 1988, se viu ainda mais desamparada, uma opção de permanência na região do Vale do Paraíba. Esses negros passaram a ocupar as regiões periféricas da cidade, onde ainda hoje encontramos os núcleos jongueiros do município. Esses núcleos são compostos por variadas famílias que se reuniam para fazer o jongo, também chamado de caxambu ou tambu, como forma de diversão, manutenção e transmissão da manifestação cultural. O jongo é uma herança familiar do tempo da escravidão e expressa através do seu canto uma história de resistência e luta.

Por muito tempo o jongo foi reprimido e esteve escondido nos terreiros dos quintais dos morros e áreas periféricas e rurais de Barra do Piraí. A memória dos jongueiros encontra materialidade do passado escravista na presença das fazendas de café na região. As casas de fazenda, as senzalas e a relação dos escravos com os senhores estão presentes nos seus relatos e nos pontos que cantam nas rodas de jongo. Neste estudo, abordamos as fazendas de café de Barra do Piraí através do Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense.

O Inventário compreende um grande banco de dados disponibilizado em publicações encadernadas e em um site pela internet, mantém a possibilidade de atualização e complementação das informações de modo geral. No texto de abertura da segunda edição

referente ao ano de 2010, Maria Regina Pontin de Mattos, Diretora Geral do INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – e Presidente do Conselho Estadual de Tombamento define a publicação:

> "Este Inventário consiste de um conjunto de fichas individuais para cada fazenda, elaboradas a partir de um levantamento arquitetônico e fotográfico das mesmas, com textos contendo a descrição física de suas edificações, o registro de sua localização geográfica e um histórico da propriedade. Acompanham o Inventário textos autorais de estudiosos de aspectos relacionados ao tema, que contribuem para a compreensão do processo de desbravamento e ocupação humana e econômica da região. E, também, um Caderno de Conservação Preventiva e Preservação Arquitetônica, baseado em observações feitas in loco sobre os problemas de manutenção recorrentes encontrados nas edificações históricas."

O projeto que deu origem ao inventário foi iniciado em 2007 e tem como marca a parceria estabelecida entre governo, representado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC; a iniciativa privada a partir do Instituto Light; e o terceiro setor, através do Instituto Cidade Viva.

Na página inicial é explicada a organização e apresentada a iniciativa, para então colocar os objetivos:

> Os objetivos do projeto são: o aprofundamento dos estudos relacionados à arquitetura rural fluminense do ciclo do café e de suas estruturas produtivas e sociais; o reconhecimento da sua importância histórica e sócio-econômica na ocupação do território e na conformação da paisagem cultural da região; a divulgação desse conhecimento e do seu potencial como elemento indutor ao fomento do turismo cultural; a disponibilização, neste sítio da Internet, de todo material produzido, das Fichas de Inventário ao Manual de Conservação Preventiva, passando por referências bibliográficas, iconográficas e arquivísticas.[3]

É possível, então, perceber a amplitude das dimensões abordadas no projeto que abrange a perspectiva de um estudo de preservação através da arquitetura, aspecto privilegiado e um dos focos principais da iniciativa tendo em vista a elaboração de um *Manual de Conservação Preventiva* e da organização das Fichas de Inventário privilegiando a descrição arquitetônica. Entretanto, também estão relacionados, não de forma tão detalhada, mas de forma alternativa e ainda assim relevante, as estruturas produtivas e sociais, tanto que no trecho acima citado há o uso da expressão "paisagem cultural".

A noção de paisagem cultural, assim como a de referência cultural[4], é apontada por Márcia Chuva como uma categoria que representa um dos principais avanços no sentido de se ultrapassar a enganadora divisão estabelecida entre patrimônio material e imaterial. Lançada pela Unesco, paisagem cultural introduz destaque para a relação do homem com o meio, principalmente associado à concepção de lugar, o que rompe com a ideia

---

3 Trecho extraído do site: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/; acessado em 10 de janeiro de 2015.

4 Formulada nos anos de 1970, a noção de referência cultural foi fundamental para a inclusão dos grupos sociais como sujeitos no processo de seleção do patrimônio, ver Chuva (2012).

apenas de patrimônio imaterial e cria um elo próprio para se construir o patrimônio cultural integral. (CHUVA, 2011, p.163) Desse modo, o reconhecimento da importância histórica e socioeconômica está presente no material disponibilizado de variadas formas e destaco a relevante produção configurada e disponibilizada no site por links específicos com textos autorais e referências bibliográficas, iconográficas e arquivísticas.

Entre os objetivos também se destaca a divulgação do conteúdo como elemento fomentador do turismo e a disponibilização via internet, aspectos que agregam visibilidade e a oferta de informação para o público. O parágrafo seguinte do texto da página inicial do site frisa os resultados esperados pelo desenvolvimento do trabalho elencando o seu púbico alvo: “aos **governos** em todas as instâncias, **pesquisadores**, **professores**, **alunos**, **moradores** e aos **profissionais de planejamento** traçarem planos embasados de desenvolvimento e crescimento desta importante região do estado do Rio de Janeiro.”[5] O público em questão e a composição variada reunida por ele pode ser associada às relações decorrentes das discussões do campo do patrimônio cultural, as legislações baseadas na noção de diversidade cultural e na formalização de demandas sociais e políticas por um passado e uma memória, pela valorização da história, por direitos de memória[6] e políticas de reparação.

Nesta conjuntura, a memória aparece como elemento de disputa e articulação de lutas políticas e culturais, por isso o passado e seus usos ganham um destaque por configurarem leituras e legitimarem a criação de regimes e identidades. Nesse sentido, ao mencionar nos objetivos o turismo cultural, o acervo que compõe o Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense evidencia conexões com os usos do passado das antigas fazendas cafeeiras através de seu patrimônio. Este conjunto patrimonial, entendido de forma plural, concebe então, expressões de culturas históricas:

> Memórias seletivas e leituras do passado atribuem significados positivos e/ou negativos a períodos, acontecimentos, personagens, obras, etc. Tais leituras e enquadramentos de memórias permitem associar uma dada cultura política a uma determinada cultura histórica, compreendendo esta última como o modo uma sociedade – ou uma parte dela – lida com seu passado. (GOMES, 2007, p.14-15)

É nessa perspectiva que Ângela de Castro Gomes define como cultura histórica a relação que uma sociedade mantém com o seu passado e a cultura política como um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar. Assim: “como as culturas políticas são plurais, pode-se pensar em mais de uma cultura histórica convivendo, disputando, enfim, estabelecendo vários tipos de interlocução entre si e com a produção historiográfica em determinado período.” (GOMES,

5 Trecho extraído do site: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/; acessado em 10 de janeiro de 2015.

6 Expressão que representa um lugar comum hoje na França. Sobre essa discussão ver HEYMANN, Luciana. O “devoir de mémorie” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro; CPDOC, 2006. p. 27

2007, p.49) A relação da sociedade com o passado encontra nos patrimônios culturais um elo e a possibilidade de diálogo entre o passado e o presente.

Barra do Piraí, município foco deste estudo, está na "Área II", junto com Piraí, Pinheral, Mendes, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira e Paty do Alferes. Entre as 45 fichas de fazendas listadas na área II, 18 são de propriedades localizadas em Barra do Piraí. Além dessas, foi incluída uma fazenda que está localizada em Vassouras, mas na divisa do município com Barra do Piraí, estando sua referência e memória mais associada à cidade em questão deste estudo. Soma-se, então, um total de dezenove, as fichas foram analisadas a partir dos tópicos que as organizam e estruturam: **denominação**; **códice**; **localização**; **município**; **época de construção**; **estado de conservação**; **uso atual/ original**; **proteção existente/proposta**; **proprietário**; **situação e ambiência**; **descrição arquitetônica**; **detalhamento do estado de conservação**; **representação gráfica**; **histórico**.

D**enominação**, **códice**, **localização** e **município** já foram estabelecidos no parágrafo acima. A **época de construção** de todas as fazendas remete ao *século XIX* de forma genérica, do total analisado apenas cinco relatórios trazem denominações diferenciadas, são elas: Fazenda São Joaquim das Ipiabas, *1820*; Fazenda da Floresta, *meados do século XIX*; Fazenda Monte Alto, *1875-1885*; Fazenda Santa Maria (Hotel Fazenda Arvoredo), *século XIX – 1858*; Fazenda Espuma, *início do século XIX*. A não padronização das nomenclaturas das datas pode ser entendida melhor com a leitura dos detalhamentos do estado de conservação e históricos.

O tópico **estado de conservação** direciona sempre o leitor para o detalhamento no corpo da ficha. O **uso atual** está colocado de forma mais variada, temos: uma fazenda em obras para atividades turísticas e criação de cavalos; uma com plantação de subsistência e criação de animais; duas como residência de veraneio; quatro com pecuária de gado leiteiro; uma com criação de gado de corte; uma como hotel fazenda; cinco como residência; duas como comércio; uma como abandonada; uma como agropecuária. Quanto ao **uso original**, todas eram fazendas de café.

Em seguida temos **proteção existente/proposta**, das dezenove, dez relatam "nenhuma", sete relatam "nenhuma/ tombamento", uma relata "nenhuma / tombamento estadual" e uma relata "tombamento estadual - provisório, 1978 e definitivo, 1987". É interessante associar que única tombada é exatamente a que se encontra em estado de abandando e em ruínas, a Fazenda do Pocinho, localizada em Vassouras, na Rodovia RJ 137, km 06, distrito-sede de Ipiranga, divisa com o município de Barra do Piraí.

Todas as fazendas são de **propriedade** "particular" e as fichas apresentam **situação e ambiência** e **descrição arquitetônica**, algumas possuem mais fotos, plantas antigas, imagens de acervo, porém, todas as fichas conseguem apresentar um panorama geral da condição da fazenda. Pela análise e resumo das informações do **detalhamento do estado de conservação**, chegamos a seguinte leitura: cinco estão em estado péssimo, três estão

em estado ruim, três em estado regular e oito em bom estado de conservação. Todas as fichas apresentam **representação gráfica** e apenas uma, a da Fazenda Bom Retiro, não apresenta **histórico**.

Os dados apresentados trazem a possibilidade de se esboçar um perfil desse conjunto patrimonial de Barra do Piraí. Primeiro, pelo número de fazendas de café na localidade, fica claro sua relevância histórica no período de produção cafeeira. Refletindo sobre os usos e estado de conservação, identificamos um quadro bem heterogêneo e complexo, há a evidência de usos variados e trajetórias marcadas pelo abandono e falta de preservação. Ao mesmo tempo em que temos uma fazenda tombada em ruínas, fazendas deterioradas, abandonadas, modificadas e adaptadas para subsistência, temos fazendas em bom estado de conservação sendo utilizadas como hotéis e com programação turística de luxo.

Esta heterogeneidade dos casos e o tópico **proteção existente/ proposta**, apontam para uma grande ausência de apoio e atuação das instituições públicas de preservação, o que permite verificar diversos contextos e realidades distintas. Verifica-se assim, que tanto o jongo como as fazendas de café encontram-se em processos que reivindicam apoio, investimento e valorização do patrimônio cultural. Entendemos que o campo patrimonial na contemporaneidade assume disputas e tensões:

> Na atualidade, a área do patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social. Anteriormente alheio a essa prática, hoje o patrimônio toma em consideração questões relativas à propriedade intelectual, ao meio ambiente, aos direitos culturais, aos direitos difusos, ao direito autoral, ao impacto cultural causados pelos grandes empreendimentos, além dos temas já tradicionais, como aqueles que envolvem questões de urbanismo e uso do solo, expansões urbanas sobre áreas históricas decadentes, questão habitacional em áreas históricas urbanas e, principalmente, os limites que o tombamento impõe à propriedade privada. (CHUVA, 2011, p.152)

Assim, a eleição dos bens como patrimônio cultural de uma nação é uma operação política relevante para a consolidação de uma determinada história, memória e cultura comuns. (ABREU, 2007) Memória e cultura são conceitos fundamentais ao se tratar de patrimônio cultural e quando colocadas em diálogo possibilitam análises que contribuem para o entendimento das permanentes construções identitárias.

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de toda a análise e reflexões apresentadas, buscamos caminhos para entender e ilustrar a construção histórica do Vale do Paraíba através dos patrimônios culturais de Barra do Piraí. A partir do conceito de segunda escravidão e de toda discussão historiográfica compreendida por ele, foi possível estabelecer um diálogo mais consistente com as estruturas sociais, políticas e econômicas fundamentadas no período imperial que

originaram o conjunto de bens patrimoniais que compreendem parte significativa da história da região.

É importante ter clareza de que não é possível pensar a história a partir de conceitos e uma lógica estática, precisamos sempre considerar as experiências sociais e os processos históricos. O passado assume significados diversos de acordo com os pontos de vista em questão e está relacionado aos valores que atribuímos a ele, valores relacionados ao nosso presente, por isso é indispensável analisar os contextos históricos. Como afirma E. P. Thompson: “todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar novas funções, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas.” (THOMPSON, 2001, p.243)

Assim, ao pretender associar bens materiais e imateriais numa perspectiva crítica sobre o campo patrimonial brasileiro e na defesa da ideia de um patrimônio cultural integral por meio da abordagem do jongo e das fazendas de café como parte de memória comum, salientamos os vínculos e laços existentes na história e na memória dos detentores dos patrimônios, pois entendemos que se estiverem unidos, juntos e não separados, podem ganhar mais força e trazer mais sentidos para a perspectiva histórica e para a construção de políticas públicas mais eficientes.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história.** Editora Civilização Brasileira, 2007.

_____________ e MATTOS, Hebe (orgs.) **Pelos Caminhos do Jongo/Caxambu: História, Memória e Patrimônio**. Niterói: UFF. NEAMI, 2008.

ARANTES, Antonio Augusto. Apresentação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32, p. 5–11, 2005.

________________________. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. *Resgate*. Revista de Cultura. Campinas: CMU/ Unicamp, nº. 13, p. 18, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 94–115, 1994.

_______________________. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FONSECA, Maria Cecília L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005. 2. ed. rev. ampl.

________________________. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.** Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4 ed, 2006.

________________________. Para além da Pedra e Cal In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.** *Rio de Janeiro*: DP&A, 2003.

GOMES, Angela de Castro. "Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo". In: Abreu, M., Soihet, R. e Gontijo, R. **Cultura Política e Leituras do Passado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

HEYMANN, Luciana. O "devoir de mémorie" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. *Estudos Históricos.* Rio de Janeiro; CPDOC, 2006. 27f.

MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. "O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café", em Grinberg, Keila & Salles, Ricardo. **O Brasil Imperial, v. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

__________________ & SALLES, Ricardo. "A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia", em MARQUESE, Rafael & SALLES, Ricardo **Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX: Brasil, Cuba e Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MATTOS, Ilmar Rollof. **O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial.** São Paulo, Hucitec, 1990.

MELO, Ovídio de Andrade. **Reflexões sobre a História de Barra do Piraí. Crônica de minha família e minha formação nesta cidade.** 2010.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa. Família e poder no Brasil Império***.* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_______________. "O Vale do Paraíba na dinâmica imperial", em sítio eletrônico do INEPAC, 2010. (http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/)

OLIVEIRA, Luana da S. "Barra do Piraí ainda é terra de jongueiros": patrimônio familiar e patrimônio cultural entre permanências e transformações do Jongo no Sudeste. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/ICHF/Departamento de História, 2011.

_____________________. 'Jongo no Sudeste': direitos de memória e patrimônio imaterial. IN: ABREU, Martha e PEREIRA, M Serva (org.) **Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2011. E-book.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX: senhores e escravos no Coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

____________. **Nostalgia Imperial - Escravidão e Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado.** *Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.*

THOMPSON, E.P. Antropologia e História Social. In: **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão. Trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

CAPÍTULO 12

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE NOS QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS PARÁ

Data de aceite: 24/08/2021

João Marinho da Rocha
Professor do colegiado de História da Universidade do Estada do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins, UEA/ CESP. Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas, UFAM. Pesquisador do Grupo de Estudos Históricos do Amazonas-GHEA e do Núcleo de Estudos afro-brasileiros-NEAB/ UEA/ CESP

RESUMO: Esta comunicação versa sobre as relações entre a produção, o enquadramento e o aprendizado da memória de si e os processos de lutas por reconhecimentos da Identidade étnica quilombola na Fronteira Amazonas/Pará. O faz a partir do caso do “Quilombo Trindade” que compõe um conjunto de cinco comunidades quilombolas do Rio Andirá, município de Barreirinha -AM, certificadas pelas Fundação Cultural Palmares-FCP em outubro de 2013, após oito anos de lutas. O texto produz tal reflexão pautado numa “história da memória”, construída com base em um arquivo de entrevistas de história oral de vida da família “Freitas de Castro”, constituídos localmente como “os filhos de Cristina”, umas das descendentes diretas de Manoel Benedito da Costa, o “preto carimbado” que seria angolano com passagens pela província do Pará e que teria adentrado a província do Amazonas em fins do século XIX, onde formou família com a indígena Gerônima Sateré-Mawé.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; História Oral; Identidade; Quilombos; Rio Andirá.

ABSTRACT: This communication deals with the relations between the production, framing and learning of the memory of ones and the processes of struggles for recognition of quilombola ethnic identity in the Amazonas/Pará Border. It does so from the case of the "Quilombo Trindade" which makes up a set of five quilombola communities of the Andirá River, municipality of Barreirinha -AM, certified by the Palmares-FCP Cultural Foundation in October 2013, after eight years of fighting. The text produces this reflection based on a "history of memory", constructed based on an archive of oral life history interviews of the family "Freitas de Castro", constituted locally as "the children of Cristina", one of the direct descendants of Manoel Benedito da Costa, the "stamped black" that would be Angolan with passages through the province of Pará and that would have entered the province of Amazonas at the end of the 19th century, where he formed a family with the indigenous Gerônima Sateré-Mawé.

KEYWORDS: Memory; Culture; Tradition; quilombos; Andirá.

INTRODUÇÃO

Este texto trata sobre algumas de nossas trajetórias de pesquisa junto aos “Quilombos do Rio Andirá”[1], fronteira Amazonas/Pará. Neste

1 A fundação Cultura Palmares através da Portaria Nº 176, de 24 de outubro de 2013 registrou no Livro de Cadastro Geral nº 16 e certificou, de acordo com a autodefinição e o processo em tramitação, junto à referida Fundação que as comunidades Comunidade

recorte, a partir dos registros audiovisuais, registramos os protagonismos dos “Freitas de Castro” junto ao movimento social quilombola. Os tais “Freitas de Castro”[2] que configuram o “Quilombo Trindade” são, segundo as memórias desse movimento social que vem lutando por diferenciação étnica no Rio Andirá, “os filhos de Cristina”[3]. Esta seria, segundo informa essa mesma memória do movimento quilombola, um dos muitos descendentes de Benedito Rodrigues da Costas. Benedito seria um ex-escravo que em fins da década de 1870 teria adentrado o Andirá em companhia com outros sujeitos, e ali constituído família com Gerônima Sateré-Mawé. Benedito viria da província vizinha do Pará, onde esse angolano, experiênciou os mundos do trabalho escravo.

Trazemos aqui uma reflexão acerca do protagonismo quilombola no movimento por diferenciação étnico-racial. Baseado em arquivos de fontes orais, identificamos, descrevemos e analisamos as ações sociais e políticas da Família “Freitas de Castro”, sujeitos inseridos nesse processo. As trajetórias e experiências individuais e familiares que conectadas a cenários, sujeitos e interesses variados, puderam tecer relações de poder, no e a partir do Rio Andirá. Tais comunidades quilombolas conseguiram nesse movimento, etinicizar e politizar memórias dos mais velhos e com isso, construir, juntos aos demais atores sociais das seis comunidades daquele rio, narrativas sobre si. Criam e acionam memórias que os ligaram às experiências dos mundos do trabalho na Amazônia, e assim (re) desenham práticas socioculturais, capazes de indicar fronteiras étnicas e demarcar territórios simbólicos de pertencimentos que lhes garantem diferenciação frente às demais comunidades do Leste do Amazonas.

Neste exercício, julgamos iluminar para o conhecimento das táticas desenvolvidas por tais movimentos sociais contemporâneos na Amazônia, palco de diversos impasses e lutas sociais por direitos de existências de povos e comunidades tradicionais como ocorreu/ocorre na Fronteira Amazonas/Pará. Dizemos isso por acreditarmos que não dá mais para ler a presença negra na Amazônia apenas pelo viés da quantidade numérica. Em nossas pesquisas buscamos não somente considerar os dados estatísticos em si, mas também os múltiplos significados da presença negra. Nos interessa perceber como os negros se articularam aos espaços e mundo amazônicos e aqui construíram novos espaços de liberdades e territorialidades específicas. As práticas socioculturais e memórias contemporâneas de tais comunidades, alargam os seus presentes, e com isso reconstroem aspectos de seu passado coletivo, a partir de suas demandas políticas presentes,

de Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Tereza do Matupiri, Trindade se definem como remanescentes de quilombo. Ver: Diário Oficial da União. Seção 1. Nº 208, sexta-feira, 25 de outubro de 2013. Já possuem relatório Antropológico publicado e aguardam processos finais de titulação de seu território.

2 Família envolvida nos processos socioculturais e Ações políticas para diferenciação étnico-racial e territorialidades quilombolas no Leste do Estado do Amazonas. Após intensas circulações, ao longo da segunda metade do século XX dado os intruzamentos constantes de suas terras tradicionalmente ocupadas. Transitaram por municípios do Leste Amazonense (Barreirinha Boa Vista do Ramos, Maués), referenciam-se contemporaneamente no “Quilombo Trindade”, (re)produzido a partir de seus protagonismos (dos “Freitas de Castro”), ao longo das mobilizações políticas do movimento social quilombola do Andirá.

3 Maria Amélia dos Santos Castro. **Entrevista.** Agosto de 2016. Parintins -AM.

objetivadas no movimento social.

Nessa “viagem das memórias” (ALBERT, 2011) do movimento social quilombola é que intentamos conhecer um pouco das histórias desses sujeitos, até pouco tempo classificados como “pretos do matupiri” (UGGÉ, 2016), mas que a partir de 2013 foram (re) classificados como “quilombos do Rio Andirá” (RANCIARO; ALMEIDA, 2014). Fato que segundo Maria Amélia dos Santos Castro, significa que terão “Outros Valores”[4], mais que isso, “seremos tratados diferentes”[5]. Tal assertiva é uma projeção futura, onde a liderança esperançosa anseia mais respeito, tanto por parte do Estado, como dos seus vizinhos.

DOS CAMINHOS DE LUTA

As comunidades quilombolas do Rio Andirá, como os “novos quilombos” (MATTOS, 2005) das demais partes do Brasil, conectam-se de alguma maneira aos processos produzidos e sistematizados no âmbito das mobilizações dos movimentos sociais das décadas finais do século XX. Mobilizações essas que dentre outras coisas, com suas ações sociais marcadas por protagonismos diversos, alargaram conceitos e significações de elementos que até então impossibilitavam olhares para realidades sociais de centenas de comunidades negras rurais espalhadas pelo território nacional. Muitas das quais, com existências de memórias e tradições que entre outras coisas, remetiam aos tempos do cativeiro e ou denunciavam as relações sociais tecidas por tais sujeitos por todo o pós abolição. Dentre os temas alargados, ressignificados e, portanto, que receberam novos olhares, estão a memória pública sobre a escravidão, sobre os sentidos da liberdade conquistada, sobre os marcos e datas comemorativas até então cristalizadas que passaram por reapropriações (MATTOS,2005). Tais revisões estiveram como pautas do movimento negro contemporâneo que a partir das décadas finais do XX, encampou a questão quilombola como símbolo de lutas do povo negro (MATTOS, 2005; DOMINGUES; GOMES, 2013).

Foi produzida nesse contexto de produção de direitos e de sujeitos políticos, uma série de questões, várias das quais atreladas às suas demandas contemporâneas. Nisso, produziram “cenários de direitos” (ROCHA, 2020), marcando lugares nos dispositivos legais que seriam depositados na Constituição Federal de 1988. Um exemplo disso está no artigo 68 dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT’s, tal artigo confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombo que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro (O’DWEYER, 2005). “Ali se nomeava e se atribuía direitos a um heterogêneo conjunto de comunidades de predominância negra que, salvo raras exceções, não se pensavam em qualquer medida como ‘remanescentes’ das comunidades de quilombos” (BRANDÃO et all,2010, p.78). Sua aprovação proporcionou uma “revisão histórica e mobilização política, que conjugava

4 Maria Amélia dos Santos Castro. *Entrevista.* Agosto de 2016. Parintins -AM.

5 Idem.

a afirmação de uma identidade negra no Brasil à difusão de uma memória da luta dos escravos contra a escravidão" (MATTOS, 2005, p 106).

A partir de então, os dispositivos estavam postos, sendo constantemente reordenados nas décadas de 1990 e início dos anos 2000. Como aliás ocorreu em 2003, quando o presidente Luís Inácio Lula da Sila, em decorrência de ações dos movimentos sociais, assinou o decreto 4.887, de 20/11/2003, que dentre outras coisas, pactuava sobre a auto identificação de povos indígenas e tribais. Estamos nos referindo a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT. Isto inaugurou novos espaços e caminhos para as lutas dos movimentos quilombolas. Somam-se a isso outras questões, pois, "além da referência étnica e da posse coletiva da terra, também os conflitos fundiários vivenciados no presente aproximavam o conjunto das 'terras de preto', habilitando-as reivindicar a enquadrar-se no novo dispositivo legal" (MATTOS, 2005, p.106). Vale destacar que "há situações históricas peculiares em que grupos sociais e povos percebem que há condições de possibilidade para encaminhar suas reivindicações básicas" (ALMEIDA,1998, p.17). Tudo isso, segundo o mesmo autor "para reconhecer suas identidades coletivas e mobilizar forças em torno delas e ainda para tornar seus saberes práticos um vigoroso instrumento jurídico-formal" *(*ALMEIDA,1998, p.17*).*

Foi no início da década de 1990 que ocorreram às chamadas "quebradeiras de coco babaçu". Em outras palavras, foi nos primeiros anos de implementação da "Constituição Cidadã" que os "quilombolas" colocaram as suas pautas de reivindicações, em meio a um ambiente de forte efervescência política e mobilização social. "Quebradeiras de coco babaçu" e os "quilombolas" que se colocaram na cena política constituída, consolidaram seus movimentos e articularam estratégias de defesa de seus territórios, juntamente com outros povos e comunidades tradicionais, tais como os "castanheiros" e os "ribeirinhos" (ALMEIDA,2012). Além destes sujeitos e grupos sociais, começaram a se consolidar no Brasil, as denominadas "comunidades de fundos de pasto" e dos "faxinais". Estes movimentos, "tomados em seu conjunto, reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais" (ALMEIDA,1998, p.19). As comunidades demandantes passam então, a se articular em torno de elementos que os unisse na busca de acessar seus direitos. Para isso acionam os mais variados elementos e entidades externas. Essa questão legal se consolidou quando o decreto 4.887, de 20/11/2003, regulamentou que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos seria atestada mediante auto identificação da própria comunidade. Tais comunidades, por sua vez, passam a ser compreendidas também como grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida (ALMEIDA, 1998).

Nisso, assistiu-se os inúmeros trabalhos de produção de processos sociais para acessar aqueles direitos, fazendo emergir centenas de comunidades negras rurais. Estas

passaram cada vez mais a trazer para suas pautas os discursos e as formas de lutas relacionadas ao novo ser quilombola, descrito nos tais dispositivos constitucionais e decretos presidenciais. Muitos desses caminhos foram produzidos nas interações entre realidades sociais referidas e parceiros externos (ONGs, Universidades e demais órgãos).

Para os casos amazônicos como o do Rio Andirá, destacamos os trabalhos de (re) constituições de memórias, suas sistematizações e oficializações por meio de órgão e entidades organizativas dos quilombos como foi o caso da Federação das Organizações Quilombolas do município de Barreirinha. Tais órgãos, como o da Federação, produziram mapeamentos e "procurações de negros"[6], identificando processos socioculturais, memórias e trajetórias individuais e familiares que aos poucos foram compondo desenhos que faziam sentido e contribuíam nos projetos étnicos e políticos do movimento social quilombola para conseguir produzir a diferenciação étnico-racial daquelas comunidades frente o Estado Brasileiro que os reconheceu como quilombolas em 2013.

Destacamos em seus processos de lutas os protagonismos femininos e trajetórias familiares que para este momento tomamos uma delas, a dos "Freitas de Castro". Muitas dessas trajetórias, como ocorre com esta família Freitas de Castro, são emblemáticas, no sentido de que delas apontaram caminhos para os passados dos mundos do trabalho, das relações sociais e de solidariedades, relações de poder, relações múltiplas no pós abolição no Amazonas, a partir dessa fronteira Amazonas/Pará. Com tais apontamentos, essas trajetórias, quando bem visualizadas acabaram contribuindo para fortalecer e formatar o que certas lideranças quilombolas chamaram de "sínteses da histórica"[7], ou seja, produção de conhecimentos sobre si. Isto nos parece fundamental, pelo fato de haver muitos desconhecimentos entre os próprios grupos locais acerca de suas histórias e memórias até o contexto das mobilizações do movimento quilombola adentrar de fato as águas do Rio Andirá. Anterior ao movimento quilombola, essas memórias pareceriam circular apenas intragrupos familiares. Não existindo um órgão que dela cuidasse e a fizesse extrapolar os quintais das famílias e fronteiras das comunidades. O que parece ter ocorrido com a constituição do movimento quilombola local e consequente produção de um órgão gestor, no caso a Federação. Então, a partir de suas atuações, as memórias familiares e histórias foram entrecruzadas e assim ampliaram-se cada vez mais.

Tal processo de produção da memória no âmbito do movimento social quilombola, atingiu por exemplo outras comunidades distantes fisicamente, mas que se descobriam parentes oriundos dos mesmos ancestrais que segundo as narrativas de memórias teriam ali chegados em fins do XIX. Foram, por isso, aproximadas pelas memórias e pelos processos históricos e socioculturais do pós abolição, reconstituídos cuidadosamente no curso do movimento social quilombola. O grande exemplo disso, a nosso ver, ocorre com a (re) construção do quilombo Trindade, a partir dos protagonismos dos "Freitas de Castro".

---

6 Maria Cremilda Rodrigues. **Entrevistas.** Agosto de 2015. Parintins-AM

7 Idem

Estes retomam antigas terras e reúnem parentes que foram “desautorizados” a existir em suas terras tradicionais pelas agro estratégias que intruzaram seus territórios ao longo do pós-abolição. Terras tornadas “passivos ambientais” nas linguagens dos engenheiros florestais do Incra, tornando “campo ‘prus’ gado”[8] nas linguagens locais que traduzem a seus modos os fenômenos que lhes afetaram/afetam.

DOS PROTAGONISMOS QUILOMBOLAS. O CASO DOS *“FILHOS DE CRISTINA”*

> (...) Papai contava que meu avô, veio de Angola, da África, como escravo dos portugueses. Então, esse meu avô, por parte de pai, era Benedito Rodrigues da Costa que veio nos navios africanos pra servir os portugueses. Ele tinha três irmãos, uma irmã, que era a tia Maria e mais dois irmãos: o tio Francisco e tio João. Tendo estes três partido para lugares ignorados, ninguém sabe pra onde!. Nessa época iam pro Pará e outros lugares; não sabemos pra onde eles foram(...)[9]

Ocorre que na primeira metade da década deste século XXI, a partir de movimentos sociais e de diálogos com outros estados da região amazônica e do país, (re) aparecem algumas dessas comunidades que começam a demandar reconhecimento Étnico, Social e Territorial como remanescentes de quilombos. No Estado do Amazonas, há presença reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares-FCP, desses “Novos quilombos” (Matos,2006), municípios de Novo Airão (quilombo do Tambor), Barreirinha (Quilombo do Andirá), Manaus (Quilombo do Barranco) e Itacoatiara (Lago Cerpa). As narrativas de uma das lideranças do Andirá, iluminam para processos iniciais de busca pelas diferenciações étnicas, a partir de processos de ressignificação de antigas memórias dispersas e, portanto, silenciadas e sem muito sentido aparente. Memórias e narrativas que no contexto dos primeiros anos do século XXI, encontraram motivações e cenários políticos para serem (re) constituídas.

> Olha meu avô era o seguinte. Nós morávamos ali, a casa do meu pai era do meu avô [...]. Meu avô chegou a dizer, contavam pra gente que o pai dele tinha vindo da África. Nós éramos negros porque o pai dele tinha vindo da África e chegou aqui e casou com indígena. Ai eles teve esses filhos e ficaram por aqui. Foi o tempo que o Benedito Rodrigues morreu e ficaram eles permanecendo aqui neste pedaço. Então, a gente era de família negra, mas só que a gente não tinha certeza, quando nós tivemos certeza nós procuramos a saber[10]

As análises do conjunto dos “arquivos orais” (RIOS; MATTOS, 2005) dão conta de que houve no movimento quilombola do Rio Andirá um processo constituído por algumas etapas do “aprender a ser” negros e quilombolas, muitas das quais marcadas por conflitos

8 Maria Engracia Rodrigues. *Entrevista*. Quilombo São Pedro. Julho de 2016.

9 Maria Amélia dos Santos Castos. *Entrevista.* Agosto de 2016.Parintins-AM.

10 Maria Amélia dos Santos Castro. *Entrevista.* Outubro de 2015. Quilombo Santa Tereza do Matupiri, Rio Andirá, Barreirinha/AM.

internos diversos acerca da memória herdada, dos procedimentos a serem realizados. Destacamos: ***A)*** Um despertar a partir de contatos com agentes externos que ali foram realizar estudo; ***B)*** As condições sociais precárias de tais comunidades e as possibilidades aventadas pelos agentes externos que lhes apresentaram as garantias postas no artigo 68 da Constituição de 1988 deram força a esse despertar; ***C)*** Procederam a institucionalização da luta por meio de uma associação, tornada Federação num segundo momento e que cuidaria dos processos, demandas e diálogos locais e extra locais; ***D)*** Esta entidade procedeu junto às comunidades um mapeamento das memórias do cativeiro.; .***E)*** Após o segundo mapeamento (ocorrido e em 2012), procedeu-se ao auto reconhecimento e certificação por parte da Fundação Cultural Palmares-FCP. Registra-se três etapas de investidas para a certificação: **1.** A primeira liderada por duas pessoas (uma de São Paulo e outra de Boa Fé); **2.** A segunda liderada pela Federação da Organizações Quilombolas, sob a liderança de Maria Cremilda Rodrigues e; **3.** A terceira também pela Federação Quilombola, já sob a liderança de Maria Amélia dos Santos Castro, "a Lurdes" como a chamam as vozes do Andirá; ***F)*** De posse da certidão como remanescente, procedeu-se ao processo de demarcação do território reivindicado como quilombola (em andamento no Incra).

Nos importa neste recorte considerações gerais acerca das Ações protagonistas dos "Freitas de Castro" – os tais "filhos de Cristina" - e suas relações com o movimento por diferenciação étnico-racial na fronteira Amazonas/Pará. Trindade, a mais recente das comunidades Quilombolas do Rio Andirá e Santa Tereza do Matupiri, a mais antiga delas, juntam-se, agregam-se a São Pedro (ex-núcleo de Santa Tereza), a Ituquara e a Boa Fé. Em 2015 após a "certificação da Palmares", quando dos processos de demarcação do território já haviam iniciado e por isso os quilombos recebiam pela primeira equipe do INCRA responsável, é que o Distrito de São Paulo do Açú, antigo núcleo de Ituquara, foi inserido nas lutas do movimento quilombola. Dado o adiantado de certas questões formais, e a já titulação por parte da Fundação Cultural Palmares, São Paulo ficou como "nucleação quilombola de Ituquara".

Análises de Trajetórias familiares iluminam para inúmeras questões de protagonismos negros no pós abolição no Amazonas. Neste texto, evidenciamos os protagonismos dos Freitas de Castro" e suas relações com o movimento quilombola do Andirá por diferenciação étnico-racial. Memórias familiares que dentre outras coisas foram fundamentais nas informações sobre os antigos espaços territoriais de usos comuns, as práticas e relações de trabalhos. Enfim, elementos que auxiliam aos órgãos que produziam seus relatórios técnicos para fins de delimitação do território tradicionalmente ocupados.

> O senhor sabe aquela senhora [engenheira florestal] tava fazendo aquele trabalho no computador. Sobre a revisão terra do chapeleiro e o povo não 'tava' entendendo. Essa área que muitas pessoas fizeram "caçuada" de mim ontem. Foi nessa área que nós fizemos um 'guarnazar'[...]. É área velha de quilombo. Nós fomos moradores velhos dali. Nós 'tinha' duas áreas, uma

> na frente da outra. É terreno grande que se fosse bater, eu não sei falar, mais vou dizer, no GPs pela área que tavam falando, que agora tem 1.000 quadros de campo.[...]São um povo muito rico e esse que toma conta agora tá escravizando o 'pessuar',[...]. Meu irmão, quando essas 900 equitárias pegou fogo aí o 'pessuar' do São João do Massauari pensou que ia se acabar o mundo, tava pretejando tudo de tanta fumaça. [..] Ele disse que quer ver tudo isso limpo. Nós não vamos mais pra lá. Já 'tamos' velhos. Ninguém vai trabalhar mais pros 'zutrus'. Vamos é trabalhar pra nós. Os novos ainda vão por que não tem pra onde trabalhar. Hoje a diária é trinta e cinco reais no terçado e na foice. Eu saí [das empreitas] por que hoje nos 'tamo numa área quilombola. Meus irmãos explicaram pra mim. Então, hoje em dia eu me sinto muito feliz por que eu tenho as coisas que é nossa. Quero trabalhar pra mim mesmo.[...]. Todas as coisas que nós temos aqui é pra nós. Depois de 'tudo' esses trabalhos é que nós ficamos tudo "baquiado". Nós nem tinha tempo de arranjar mulher naquela época[11]. Uma hora dessas [seis e trinta da manhã] nós já estava na mata de machado. Farinha não tinha ganho quase[12]

Dentre os trabalhadores dessas ações de "intruzamentos" dos "territórios tradicionalmente ocupados" (ALMEIDA, 2008, 2012, 2014) no Andirá, é claro, estavam os sujeitos locais. Também estavam nordestinos que reeditavam os processos migratórios do século XIX e início do XX e migravam por toda Amazônia, em busca das frentes de serviços propagadas naquele contexto em que "a política de desenvolvimento da agricultura, implementada pelo regime militar, privilegiava o latifúndio (concentração de terra) e a monocultura, o que causou grande impacto nas comunidades quilombolas" (DOMINGUES; GOMES, 2013, p. 14).

Alguns chefes de famílias do Andirá, por exemplo, iniciaram, nesses contextos, um processo drástico de transição dos extrativismos (pescas, caças e coletas), da pequena agricultura de subsistência, para tornar-se "diaristas" e "empreiteiros" das novas "agro estratégias" (ALMEIDA, 2014). Isso reatualizava na segunda metade do XX, práticas e relações sociais e de trabalho corrente por todo o pós-abolição. Objetivadas nas ações de patrões que se diversificaram na Amazônia e junto com eles, as relações de poder e consequentes lutas pela terra e os assédios aos "antigos", tornaram-se cada vez mais evidentes no sentido de ceder as suas terras ocupadas e utilizadas tradicionalmente há gerações. "Aqui só não foi vendido porque quando meu pai morreu só ficou minha mãe, meu irmão que depois também ele morreu. [...] Se ela negociasse aqui era um campo. Nós não sei nem por onde estava né![13]. O que move em parte esse e os demais processos de intruzamentos de terras na Amazônia são as possibilidades da especulação fundiária que têm nas "terras tradicionalmente ocupadas" empecilhos para os estabelecimentos dos novos empreendimentos. Nisso, parte de territórios quilombolas foram expropriados de formas violentas e também por meio de "convencimentos sutis", constrangimentos e/ou

---

11 Dos seis irmãos Freitas de Castro, apenas três deles constituíram família. Dada em certa media como atribui seu João Freitas de Castro, a vida dedicada aos mundos do trabalho no Andirá.

12 João Freitas de Castro. *Entrevista.* Julho de 2016. Quilombo Trindade, Rio Andirá, Barreirinha-AM.

13 Maria Engracia Rodrigues de Freitas, 56 anos. *Entrevista.* Julho de 2016. Quilombo São Pedro, Rio Andirá, Barreirinha-AM.

valores abaixo do mercado.

As memórias “dos Freitas de Castro” e de parentes como “os Rodrigues” do quilombo São Pedro, devidamente mapeadas pela Federação quilombola do Rio Andirá, em muito contribuíram para sistematizações como aquelas propostas por seu João. Segundo o qual, ao fim e ao cabo, são “ ‘tudinho’ galhos do Matupiri”[14]. Para trazermos as metáforas produzidas pelas memórias de “*poucas letras”* de seu João Freitas de Castro, o mais velho da Família Freitas de Castro – descendentes de Cristina, uma das filhas daqueles indicados pelas memórias locais com sendo os filhos de Manuel Benedito da Costa e de Gerômina Sateré. João é um personagem das dezenas de sujeitos descidos das cabeceiras como a do Chapeleiro. Dentre outras Ações, foi “provedor dos ranchos” para os trabalhos coletivos - “puxiruns” de derruba, capina do terreno onde se (re) estabeleceram em 2009, constituindo estrategicamente quilombo de Trindade, uma “Ação política” (ACEVEDO; CASTRO, 1998) em pleno movimento de mobilização por diferenciação étnica no Andirá. Entendemos esse protagonismo específico da família “Freitas de Castro”, na formação do quilombo Trindade, que também foi fruto de uma rede estabelecida com os agentes externos. Essas conexões que mobilizaram formas e processos de conhecimentos para dar a “força” étnica necessária ao dizer-se negros e quilombolas no Andirá; foram devidamente produzidos e utilizados no percurso do movimento quilombola e que auxiliou os sujeitos envolvidos nas lutas, a (re) constituirem e sistematizarem memórias familiares que os remeteram àqueles que chamam de “troncos velhos”, como é o caso de Cristina. Nisso, se ligaram também às memórias do cativeiro e do pós-abolição naquela fronteira Amazonas/Pará, marcada por trânsitos desde os tempos coloniais.

As comunidades negras rurais do Rio Andirá, portanto, passaram a construir ferramentas metodológicas e institucionais, como é o caso de uma “Federação”, capazes dentre outras coisas, de acionar, registrar, materializar e em alguns casos institucionalizar “memórias do cativeiro”, muitas das quais, remontadas ao final do século XIX. Sua atuação política foi importante nos processos de produção, enquadramentos das memórias do “novo grupo étnico” no Andirá; pois, “além do trabalho de enquadramento da memória há também o trabalho da própria memória em si, ou seja, cada vez que uma memória está relativamente constituída ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade da organização” (POLLACK 1992, p.205). Todo esse projeto de memória, que passou por uma certa produção de identidade coletiva e territorialidades quilombolas, acabaram por ser uma espécie de luta pela possibilidade de mudanças de seus quadros sociais de exclusão, aos quais estavam submetidos historicamente.

Se as características fenotípicas de São Pedro nos anos 1980 eram sinônimos de estigmas e negações de suas existências e direitos a escola e ou socialização em núcleos maiores como Santa Tereza, onde eram chamados de “búfalos”, como nos lembra Maria Engrácia, e ou “pretos do curupira”, como rememora Mateus Cruz. O oposto, ao menos no

14 João de Castro Freitas Rodrigues. *Entrevista.* Julho de 2016. Quilombo Trindade, Rio Andirá, Barreirinha/AM.

sentido do proveito político no movimento quilombola, ocorreu nos anos 2000 com a formação do quilombo Trindade. As aparências fenotípicas e marcas de linguagens, especialmente dos Freitas de Castro do recém-criado Quilombo Trindade, parece terem acolhido muito bem aos “projetos de memória” da Federação Quilombola, haja vista que os líderes da nascente comunidade (João, Adelso, Nicanor, Tiniel, Nezinha e Luís Carlos), raramente desciam para os demais núcleos comunitários em constante romanização (ação missionários católicos) e cercados pelo agro negócio. Seja como for, uma marca das comunidades quilombolas “galhos dos pretos Matupiri”, principalmente as mais recentes, foram/ são formadas entre outras coisas, “a partir dos deslocamentos das famílias, algumas já desapropriadas de suas posses, viabilizaram-se a formação de pequenos agrupamentos em áreas que até então eram praticamente de posse e uso familiar” (SIQUEIRA, 2016, p. 18)[15]

Tais comunidades do Andirá produziram, processos de aprendizagem e de formação de novas lideranças e aperfeiçoamento dos discursos das lideranças já existentes, passando de duas para três, depois para quatro e, por fim, para seis comunidades, acrescidas de mais três núcleos menores que foram agregados às comunidades demandantes em curso. Estava em questão também as expectativas pelos poderes a serem assumidos, quando tivessem as comunidades, as certificações como quilombolas e também as titulações dos seus territórios.

> [...] se nós fizesse a comunidade, aí ser organizado a terra, se não ia organizar a terra, que os “homi” “butarum” pra lá pra.pro Matupiri. Não ! , a comunidade “chefe” que tem dos quilombolas é Santa Tereza É, pois é!. Mas é o centro, é o centro, [...]. É aqui que é o centro!. Por que essa aqui [Trindade] “fui” feita, aquela lá já tava pronta. Essa aqui tem...aí delá, os delá que “tenhum” mais saber do que nós, diz que tá no centro. É, que tem sabedoria, eles “pegarum” que tem mas sabedoria do que nós eles butarum o centro pra lá. [...][16]

Verifica-se nesses e em outros discursos, que muitos dos conflitos produzidos e nem sempre administrados no curso do Movimento Quilombola, giravam em torno desses “horizontes expectativas” sobre o que fazer com o novo estigma e classificação social que buscavam por entender o que lhes seria bom. Em sua família, Luís Carlos é o único dos Freitas de Castro que teve acesso formal “às letras”. Dessa forma, foi tornado uma das principais lideranças da comunidade de Trindade quando esta precisava da interlocução com o mundo externo para além das redes de poderes locais. É tido como tal por ser o sujeito “das letras” dos irmãos Freitas, que, aliás, segundo as memórias coletivas das demais comunidades, “são aqueles que falam feio”, de quase nenhuma letra, como bem assevera Nicanor, gêmeo de Tiniel, os “pescadores” da família Freitas de Castro. Família quase sempre estabelecida no alto das cabeceiras, os Freitas de Castro, desde há muito tempo subiram o Andirá grande, se estabeleceram nas cabeceiras do Chapeleiro. Foram para o São João do Rio Massauari, estabeleceram contatos econômicos, de solidariedades

15 Relatório Antropológico do Território Quilombola do Rio Andirá.

16 Adelson Freitas de Castro. *Entrevista***.** Quilombo Trindade. Julho de 2016, Rio Andirá, Barreirinha-AM.

e casamentos com municípios de Boa Vista do Ramos e principalmente Maués, onde já moravam seus avós paternos, saídos do Andirá na primeira metade do século XX. Em Maués eram mais respeitados, e isso significava ter dinheiro em espécie, não apenas pelas trocas de produtos, como faziam os regatões do Andirá. Sobre isso, acusa Luís, o filho mais novo e o único que pode encontrar as letras e assim aprender a contar os palmos de madeiras, "vendidos" pela família Freitas no chapeleiro e em Maués, onde nasceu. Luís, por isso, tornou-se o articulador dos negócios da família Freitas de Castro, que "somo sete por tudo: meu irmão João, o 'Aderson', o Nicanor, 'Tinier', 'Anerzine' e Dulcilene"[17].

> [...] a gente se deu pra lá mesmo!. .Acho que por causa do movimento da Cidade. Porque de Maués era muito mais trabalho do que Barreirinha. Chegava lá na Cidade mesmo lá tinha trabalho. Papai dizia: -Eu tenho 10 homens pra limpar o guaranazal. -bora lá!. Já tinha gente que nós procurava. Eles ficavam nos procurando. Já conheciam já. Tantos tempos já trabalhamos em 'empeleita', tantos de roça que plantaram, tanto de guaranazal assim iam fazendo pra nós, aí fazia dava o dinheiro. O período de Janeiro a Fevereiro de lá mudava de Setembro a Dezembro. Com o tempo nós tivemos condições por lá. Tinham casa fizemos um comércio lá. Compramos o terreno, aí compramos casa na cidade, já tinha os comércios já em Maués. Quando colocamos o comércio. Mamãe: - meu filho, não me acostumo aqui porque eu gosto do Andirá!. Vamos voltar pro Andirá. Meu irmão disse:- não mano, vamos ficar por aqui mesmo, não quis sair de lá mais. Bagunçavam muito com nossa cor aí no Chapeleiro. Na verdade ficamos só um pouquinho em Maués, melhoram praticamente se sentindo barão. Tinha mais trabalho, ou mais melhor mesmo o dinheiro que circulou muito. Era guaraná, farinha. Todo sábado aquela feira lotava de gente tarde não tinha mais, muita farinha de 10, 12 sacos (vocês levavam pra lá) levava todo sábado por semana 20 sacos de farinha. Lá também conseguimos. Lá era patrão já. Já tínhamos um negócio grande já lá. A coisa que a mamãe dizê: - meu filho, 'bora' mudar daqui. - mamãe não falta pra nós nada!. - Não meu filho, eu quero ir lá pro Andirá mesmo!. Exatamente, fizemos a vontade dela. Viemos embora pro Andirá memo. Ela já tinha os 65 anos e também estava meio adoentada[18].

A família então obedeceu a um pedido da Matriarca Inês de Castro, gravemente adoentada, que queria retornar para próximo dos seus antigos parentes. Inês nos faz lembrar das realidades observadas também em outras partes da Amazônia, como as referenciadas por Acevedo; Castro (1998), sobre o Rio Trombetas. Ao tratarem "dos quilombos às comunidades dos seus descendentes", estas pesquisadoras fizeram questão de ressaltar os protagonismos femininos ali observados e amplamente reificados nas práticas sociais das comunidades mocambeiras, das quais tem nos domínios de parentesco "o epicentro das relações sociais". As mesmas autoras nos informam que tais realidades sociais afro-amazônicas, são "formas familiares chefiadas por mulheres, seus papéis organizadores e as dominâncias das relações em sistemas matrilineares" Acevedo; Castro (1998, p. 121). Dizem os Freitas de Castro que, "Com essa doença, aí no outro dia ela morreu, minha

17 Luís Carlos Freitas de Castro. *Entrevista.* Agosto de 2016. Quilombo Trindade, Rio Andirá, Barreirinha-AM.
18 Idem.

mãe!. E ai ficamos praticamente acostumado com nossa mãe, mas mesmo com essa idade ficamos sem mãe. Ficamos sem direção"[19]. Continua, "ela [apontado para a esposa Esmeraldina] e eu. Nós que direcionamos nossos irmãos. - É já vamos lá pra Trindade! [terreno onde se formaria a comunidade]. Vamos lá pra aquele terreno"[20]

Com o falecimento da Matriarca Inês de Castro, restou aos Freitas de Castro, imprensarem-se entre pastos e matas, até não resistir aos assédios e "vender" as terras do Chapeleiro. Então, retornaram de Maués ao Chapeleiro que, no entanto, já completamente tomado pelo pasto para gado, e de lá desceram para formar o quilombo Trindade. Caracterizando "[...] deslocamentos para fora, cuja maior parte dos casos se deu de forma forçada, podem ser descritos com base em dois movimentos" (SIQUEIRA, 2016, p. 16). Após os muitos trânsitos e experiências dos Freitas de Castros, a essa altura já haviam perdido "a direção" lhes dada por aquela mulher Inês de Castro, protagonista e testemunha dos tempos antigos. Um dos "galhos de Cristina", filha das primeiras gerações dos "pretos do Matupiri". Na segunda metade do século XX, viam-se seus descendentes das "fala feias", continuamente ameaçados pelos intruzamentos de seus territórios tradicionalmente ocupados, como denuncia Adelso Freitas de Castro, " 'Estu' tudo torto 'sumano'. Peso de trabalho!"[21]. Sujeitos que tem sua trajetória de vida e o corpo marcado pelos trânsitos entre os rios Andirá, Chapeleiro, Massauari, entre os municípios de Barreirinha, Maués e Boa Vista do Ramos.

> [..] ele [fazendeiro] cortava a nossa cerca pra ele 'cabar cum' nossa agricultura né Nicanor! [...] . Aí a "ente"[gente] fazia como que é?, a cerca. A 'ente' endireitava a cerca, 'ente'[gente] num tinha boi. Endireitava a cerca. E ele continuava cum esse negócio, cortava a cerca. Quando era de manhã "ente" [gente] endireitava, quando era aquela hora ele só [gestos indicando os cortes do arame]. Ai "fui", a 'ente' se 'injuu' de tá brigando, brigar cum vizinho. - Bora vender pra ele, tudo tempo ele dizia: - 'não rapaz eu quero terreno, quero o terreno'!. Ele falava. É, 'quero o terreno!', aí fui pra nós .... Ai, o meu, esse meu irmão pegou uma micharia dele. Quanto?, 'Num' sei nem quanto ele pegou, que eu num tava aí, eu tava pra Boa Vista. Três mil. Três mil reais. O terreno aí era, acho que, esse de lá fui, uma 'basia'[base] de, de 600 de frente. É!. E mil de fundo mais ou menos né, [...][22]

Como bem reconhece seu João Freitas, o mais velho dos descentes de João Elias e Inês de Castro, que descende de Cristina, dos muitos filhos do "quilombola, do puraca mesmo. [...] O 'avu' deles [dos seus pais João Elias e Inês de Castro] que é o Manuel Benedito. É, nós 'temo' 'tudu' essa história aí (na associação de moradores). o Luiz tem!"[23]. Como se observa nesse trecho da fala de seu João, a expressão "o Luís tem" parece evocar uma espécie de autorização dada ao grupo a Luís Carlos. Apresentado ali na Trindade como o homem e sujeito das letras, sobre o qual depositaram suas demandas iniciais.

19 Luís Carlos Freitas de Castro. *Entrevista.* Agosto de 2016. Quilombo Trindade, Rio Andirá, Barreirinha-AM.
20 Idem.
21 Adelson Freitas de Castro. *Entrevista.* Julho de 2016. Quilombo Trindade. Rio Andirá, Barreirinha-AM.
22 Adelson Freitas de Castro. Agricultor. *Entrevista.* Julho de 2016. Quilombo Trindade Rio Andirá, Barreirinha-AM.
23 João Freitas de Castro. *Entrevista.* Julho de 2016. Quilombo Trindade. Rio Andirá, Barreirinha-AM.

Apesar de ser o mais novo dos Freitas de Castro, foi tornado o “guardião da memória” (GOMES, 2003) e um dos sistematizadores da síntese histórica de Trindade.

Tais processos sociais e Ações políticas protagonizados a partir de Trindade, tendo a Família Freitas como personagem central, a nosso ver acabou, ao fim das contas, por fortalecer e dar a pretensa força étnica com suas “falas feias”, aos quilombolas do Matupiri ou do Andirá como um todo. Nas palavras de Luiz Carlos Rodrigues de Castro, Trindade“é de onde vem a Força” do movimento quilombola do Rio Andirá. Essa força emana especialmente da Família Freitas de Castro, os “Filhos da Cristina. A Cristina, filha de Benedito Rodrigues, é a, os filhos, netos dela é que formaram a comunidade de Trindade” [24]. Esta, um dos muitos descentes de Manuel Benedito da Costa. Nisso, evidenciamos que cada comunidade, espalhada ao longo dos furos, paraná, ilhas e lagos do Rio Andirá, foram, ao longo do movimento quilombola, sistematizando suas memórias territoriais e afetivas, oficializadas nas suas sínteses históricas. Aos poucos foram, tais comunidades, dando-se conta que no fundo, por meio das memórias, dos lugares de usos comuns do território, das tradições orais e das práticas socioculturais as religavam e as faziam, ao fim e ao cabo “tudinho galhos do Matupiri”[25]*,* como já asseverou seu João Freitas de Castro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As emergências étnicas e territorialidades quilombolas no Amazonas, implicam realidades e produções de novos agentes sociais e políticos que, em seus respectivos movimentos por reconhecimentos, mapeiam, sistematizam, produzem sínteses históricas. Etnicizam suas memórias, (re) qualificando-as frente aos seus opositores, para acessar direitos constitucionais, que lhes eram distantes até então. Por esses elementos, tais realidades sociais quilombolas, se apresentam como desafios teóricos e metodológicos para a história. Nesse movimento teórico-metodológico, para olhar as emergências étnicas, as experiências registradas contemporaneamente no MSQA, iluminam também para as existências e protagonismos daqueles “antigos” sujeitos quilombolas ali estabelecidos. Por consequência, apontam as respectivas conjunturas em que suas experiências estiveram inseridas no pós abolição no Amazonas. Casos emblemáticos são visualizados em trajetórias quilombolas como as de *Martinho, Madá, Lúdia, Manuel Eugênio, Clarício, Adelino, Brasilina*, *João Freitas,* apenas para citar alguns dos mais idosos e seus descendentes, com os quais, dialogamos para produção dos “arquivos de memória”. Personagens, metaforizados em “*sementes”* que politicamente operam viagens da memória até os “troncos velhos”. Burlaram um tempo, onde “branco tinha mais valor que nós. Agente não tinha letra”[26] , talvez por isso eram enganados nas relações de trabalho, operada segunda a matemática

---

24 Maria Amélia dos Santos Castro. Presidente da Federação das Comunidades Quilombolas de Barreirinha (2012-2014 e 2014-2016), quando trata da Genealogia, apontando onde estão os descendentes de cada um dos “Antigos”, indicando para as comunidades atuais.

25 Metáfora utilizada por João de Castro. *Entrevista.* Julho de 2016. Comunidade Trindade, Rio Andirá, Barreirinha-Am.

26 João Freitas de Castro. 68 anos. *Entrevista.* Julho de 2016. Quilombo Trindade.

da exploração, onde "mil palmos de madeira serviam para trocar por uma rede. Uma lata de castanha por dois quilos de açúcar. Dois palmos de madeira, para comprar um anzol. Dois anos de trabalho para pagar um rádio"[27].

Homens e mulheres que (re) produzem seus discursos e conhecimentos sobre si, e nisso, se ligam de alguma forma, àqueles "tempos do cativeiro". Referenciado como tempo dos tetravôs, também alegoricamente chamados pelos sujeitos contemporâneos de "*troncos velhos"*. Isto tudo, sem os desconectar dos "cenários de direitos" dos tempos presentes, em torno dos quais, aliás, instruem, organizam, etnizam e politizam suas pautas e (re) ordenam tradições diversas para (re) qualificações várias e seus projetos de memória. Além disso, apontam para a nova identificação étnica e territorialidades específicas, como quilombolas, auto declarados em 2013 e que ainda lutam pela publicação da demarcação do território tradicional.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO-MARIN, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do Trombetas* - Guardiões das matas e rios. Ed. Cejup/UFPA-NAEA, Belém, 1998, 2ª edição.

ALBERT, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas.* 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombolas e novas etnias* / Alfredo Wagner Berno de Almeida. – Manaus: UEA Edições, 2011.

BRANDÃO, André; DALT, Salete da; GOUVEIA, Victor Hugo. *Comunidades quilombolas no Brasil:* características socioeconômicas, processos de etnogênese e políticas sociais. Niterói.:EDUFF, 2010.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. A Amazônia e o pensamento brasileiro contemporâneo. In: BASTOS, Élide Rugai; PINTO, Renan Freitas (ORGs.). *Vozes da Amazônia:* investigação sobre o pensamento social brasileiro. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

MATTOS, Hebe. Cativeiro e Políticas de reparação no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n.68, Dezembro/ Fevereiro 2005-2006. p.104-11.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. - *TOMO,* São Cristóvão- SE Nº 11 jul./dez. 2007

PEREIRA, Amilcar Araújo. *"O mundo Negro".* A constituição do Movimento Negro no Brasil (1970-1995). Tese de Doutorado em História, Uff. Niterói, 2010.

PIZARRO, Ana. *Amazônia:* as vozes do rio: imaginário e modernização. Tradução Rômulo Monte Alto. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos.* Rio de Janeiro, RJ. vol.05, n.10, 1992, p. 2000-2012.

27 João Freitas de Castro. 68 anos. *Entrevista.* Julho de 2016. Quilombo Trindade.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. *Memória do cativeiro*: família, trabalho e cidadania no Pós-Abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O Pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas**.** *TOPOI,* V.5, 8, Jan. 2004, pp.170-198.

SIQUEIRA, João. *"TAMBOR DOS PRETOS":* processos sociais e diferenciação étnica no rio Jaú, Amazonas. Tese em Antropologia Social. Uff, Niterói, 2012.

UGGÉ, Henrique. Uma partida de futebol. In: *Os pequenos Fatos da Vida.* V.1 São Paulo: Editora mundo e missão, 2016.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. [Et Al] Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais: *Quilombolas do rio Andirá*: Santa Tereza do Matupiri, São Pedro, Trindade, Boa Fé e Ituquara/Barreirinha-Amazonas, 4/. - Manaus: UEA, 2014.

CAPÍTULO 13

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Data de aceite: 24/08/2021
Data de submissão: 28/05/2021

Dayane Santos Silva
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPE
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Maringá-PR
https://orcid.org/0000-0002-3913-9830

Lucas Santos Macedo
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras – PPL
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Maringá-PR
https://orcid.org/0000-0002-1464-1445

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo compreender qual é o papel atribuído à educação na disseminação da concepção de desenvolvimento rural para o combate à pobreza e à fome na América Latina, presente na proposta da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO. Para tanto, este trabalho propõe-se identificar a relação entre a educação e desenvolvimento rural, como estratégia para o combate à fome e à pobreza. Nesse sentido, faremos a análise de alguns documentos produzidos pela FAO no período de 2000 a 2012, e também de documentos anteriores, que tratam especificamente do desenvolvimento rural, no sentido de compreender quais foram as razões que levaram à (re)formulação da concepção de desenvolvimento rural, baseada nos princípios do desenvolvimento econômico. Também discutiremos qual é o papel da educação na proposta da FAO, foco desse estudo, para o desenvolvimento rural na América Latina.
PALAVRAS-CHAVE: FAO; Educação; Desenvolvimento Rural; América Latina.

FAO: EDUCATION AS A STRATEGY FOR RURAL DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA

ABSTRACT: The present study aims to understand the role attributed to education in the dissemination of the concept of rural development to combat poverty and hunger in Latin America, as proposed by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). For this reason, this work proposes to identify the relationship between education and rural development as a strategy to fight hunger and poverty. In this respect, we will analyze some documents produced by FAO in the period from 2000 to 2012, and also previous documents that deal specifically with rural development, in order to understand what were the reasons that led to the (re)formulation of the concept of rural development, based on the principles of economic development. We will also discuss the role of education in the FAO proposal, the focus of this study, for rural development in Latin America.
KEYWORDS: FAO; Education; Development rural; Latin America.

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas para

Alimentação e Agricultura – FAO[1], é uma das agências especializadas da ONU, criada no pós-guerra em 1945, com o objetivo promover o crescimento econômico mundial por meio da elevação dos níveis de produção agrícola e nutrição alimentar (FAO, 2004).

A FAO trabalha em parceria com as agências do Sistema da Organização das Nações Unidas[2] e com outros organismos internacionais, a citar: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, Grupo do Banco Mundial - BM, Missão Europeia, Fundo Global para o Desenvolvimento - GEF, Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, entre outros, que desenvolvem ações conjuntas ou isoladas de cooperação técnica agrícola em países em desenvolvimento.

Cabe salientar que, a partir de 1990, especialmente, após 2000, com os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (2000), a FAO, o IICA e a CEPAL vêm desenvolvendo várias ações conjuntas de cooperação técnica agrícola para os países da América Latina e outros países em desenvolvimento, ações estas que visam promover o desenvolvimento rural em países latino-americanos, sendo a educação uma via de disseminação de seus projetos.

Nesse sentido, as discussões realizadas neste estudo, será norteada pela educação proposta pela FAO, para atingir seus objetivos e metas para o desenvolvimento rural na América Latina. Para tanto, faremos um breve histórico da atuação e da reconceitualização do paradigma de desenvolvimento rural na América Latina, no sentido de compreender quais foram as razões que levaram à (re)formulação da concepção de desenvolvimento rural, baseada nos princípios do desenvolvimento econômico. Também discutiremos qual é o papel da educação na proposta da FAO, foco desse estudo, para o desenvolvimento rural na América Latina.

FAO: AMÉRICA LATINA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A FAO se estabeleceu na América Latina em 1949. Entretanto, sua formalização ocorreu somente em 1955, com a criação do escritório regional em Santiago do Chile. Nesse período sua principal função era de cooperação técnica em atividades de silvicultura, agricultura, pesca e nutrição (FAO, 2004).

Atualmente, 33 Estados da América Latina e Caribe são membros, e suas ações estão centradas na cooperação técnica para a disseminação de programas e projetos de desenvolvimento rural, segurança alimentar, combate à pobreza e à fome, sendo a educação, uma de suas estratégias de propagação.

A concepção de desenvolvimento rural presente nos documentos da FAO é

1 A sigla FAO corresponde ao nome a agência em inglês: Food and Agriculture Organization.
2 Organograma do Sistema das Nações Unidas com os Órgãos Principais da ONU. Disponível em: http://nacoesunidas.org/organismos/organograma/.

apresentada como: "agricultura, educação, infraestrutura, saúde, fortalecimento das capacidades em função do emprego agrícola, das instituições rurais e das necessidades de grupos vulneráveis." (FAO, 2004a, p. 18, tradução nossa)[3]. Para a FAO, o desenvolvimento rural não é compreendido apenas como produção agrícola, mas como "[...] melhora das condições de vida da população rural, de maneira equitativa e sustentável, [...] acesso aos bens (naturais, físicos, humanos e de capital social) e serviços: controle do capital produtivo [...], que fazem o possível para melhorar sua subsistência [...]." (FAO, 2004a, p. 18, tradução nossa)[4].

É possível identificar em alguns documentos produzidos pela FAO, que a concepção de desenvolvimento rural passou por um processo de redefinição teórico-prática nos últimos anos. Na sua criação em 1945, o desenvolvimento rural era concebido enquanto segurança e nutrição alimentar, entretanto, a partir de 1970, e mais nitidamente após 1990, organismos e agências internacionais ligadas ao setor agrícola, redefiniram o conceito de desenvolvimento rural. Para Alves e Guivant (2010) o processo de reconceitualização justifica-se porque:

> Inicialmente (na década de 1950) o crescimento e o desenvolvimento agrícola eram vistos principalmente em termos de segurança alimentar, e essa ideia era reforçada pela experiência europeia durante a Segunda Guerra Mundial. Contudo o processo de reconceitualização do desenvolvimento agrícola permitiu reconfigurar o setor, de modo que a modernização da agricultura não só permitisse aumentar a disponibilidade de alimentos, mas também de se constituir como um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico ao possibilitar a ligação de uma enorme cadeia de ***inputs*** e ***outputs*** com o setor não agrícola ao servir de vaso receptor para os insumos industrialmente produzidos e fornecer matérias primas para a indústria e alimentos baratos para as populações urbanas (ALVES e GUIVANT, 2010, p. 90).

Conforme apresentamos anteriormente, a concepção de desenvolvimento rural na FAO, principalmente a partir dos anos de 1990, foi ampliada. Ou seja, o foco deixou de ser relacionado apenas à segurança e à nutrição alimentar, e passou a contemplar questões relacionadas ao "bem estar" da população rural, com vistas ao desenvolvimento econômico dos países mais pobres. Em outras palavras, o desenvolvimento rural proposto pela FAO está atrelado a um macro projeto de desenvolvimento econômico, que caracteriza-se como estratégia para aliviar a pobreza e a fome, problemas historicamente e estruturalmente causados pelo avanço do capitalismo.

A convergência entre as propostas dos organismos e agências internacionais se dá em função de acordos estabelecidos mundialmente, como é o caso dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (2000), em que agências da ONU e organismos internacionais

---

3 Desarrollo rural: comprende agricultura, educación, infraestructura, salud, fortalecimiento de las capacidades en función del empleo no agrícola, las instituciones rurales y las necesidades de los grupos vulnerables.

4 El desarrollo rural persigue la mejora de las condiciones de vida de la población rural, de manera equitativa y sostenible, tanto desde el punto de vista social como del medioambiente, gracias a un mejor acceso a los bienes (naturales, físicos, humanos, tecnológicos y al capital social) y servicios; y al control del capital productivo (en sus formas financiera o económica) que hacen posible mejorar su subsistencia de manera sostenible y equitativa.

trabalham em conjunto, na forma de colaboração interinstitucional para aumentar a eficiência e responder mais rapidamente aos Estados membros, os problemas causados pelas crises econômicas.

O desenvolvimento rural entre os anos de 1960 e 1970, começou a abordar e considerar as pequenas propriedades agrícolas “como motor do crescimento e do desenvolvimento” econômico (ALVES e GUIVANT, 2010, p. 92).

Com a disseminação das técnicas e práticas da *Revolução Verde*, “também conhecida como modernização conservadora que, mediante o estímulo ao uso de maquinário e novos insumos agrícolas, concentrou a terra e impulsionou o êxodo rural “ (NUNES, 2014, p. 17), iniciada em meados da década de 1960 na Ásia, e mais tarde se estendeu para os países da América Latina, a pequena propriedade passou a ser vista como meio para alavancar o desenvolvimento rural, e consequentemente, o desenvolvimento econômico dos países mais pobres. De acordo com Ellis e Biggs (2001, *apud* ALVES e GUIVANT, 2010), as principais mudanças nos paradigmas do desenvolvimento rural nesse período foram:

> 1) os pequenos agricultores são considerados agentes econômicos racionais, capazes de tomar decisões eficientes; 2) os pequenos agricultores são tão capazes como grandes agricultores, de produzirem variedades vegetais, uma vez que as combinações de ***inputs*** necessários a produção são agentes neutros (sementes, fertilizantes, água); 3) existe uma relação inversa entre a dimensão das explorações e da eficiência econômica, de tal forma que os pequenos agricultores são mais eficientes do que os grandes agricultores, em combinação com as pequenas explorações baixos requisitos de capital; 4) a combinação desses três fatores levam em direção a uma estratégia agrícola que favorece as pequenas propriedades familiares, em vez de uma estratégia que apostava na força de um setor agrícola moderno composto de várias fazendas e finalmente, 5) a crescente produção agrícola nas pequenas propriedades estimula o crescimento da mão de obra em atividades não agrícolas nas zonas rurais. Este último fator seria fundamental na estratégia de diminuição da pobreza, que se constituiria em um dos elementos chave da proposta de desenvolvimento endógeno nas décadas seguintes. (ELLIS e BIGGS, 2001, ***apud*** ALVES e GUIVANT, 2010, p. 92).

Na América Latina essa mudança de paradigma ficou latente em decorrência das políticas de incentivo e financiamento público para insumos agrícolas (inserção de máquinas, sementes, adubos e defensivos químicos), com o objetivo de “modernizar” e ampliar a produção agrícola dos governos nacionais.

Cabe salientar que, o desenvolvimento rural proposto pela FAO e outras agências e organismos, almejado pelos governos nacionais em desenvolvimento, como é o caso dos países da América Latina, ocorreu de forma desigual e limitada. Isto ocorreu porque “o desenvolvimento desigual é produto do desenvolvimento capitalista [...] premissa para a exploração das desigualdades geográficas para determinados fins econômicos e sociais” (SAQUET e SPOSITO, 2008, p. 21).

Dessa forma, podemos considerar que, embora o desenvolvimento rural na América

Latina tenha passado por um processo de mutação no campo conceitual, o mesmo não ocorreu de forma massiva na prática. Isso resulta de um processo histórico, político e econômico em que relações de dominação imperialistas, que mantêm o desenvolvimento rural sob tutela dos interesses do capital.

Verifica-se ainda, que "o processo de mundialização da agricultura, são vistos como respostas ao declínio da capacidade dos Estados-nação de regular os seus setores agrícolas e alimentares cedendo lugar a uma regulação global." (ALVES e GUIVANT, 2010, p. 96). Alves e Guivant (2010), constataram que o paradigma de desenvolvimento rural apresenta características exógenas e endógenas. Exógenas no sentido de que as propostas e modelos de desenvolvimento rural vem de fora, ou seja, de origem externa, assim como ocorre nos projetos de cooperação técnica de agências e organismos internacionais, paradigma adotado até 1990; e endógenas, que parte de um modelo em que valoriza o conhecimento local e participação dos atores em todos os processos do desenvolvimento. O paradigma endógeno de desenvolvimento rural, é marcado pela descentralização, modelo este que foi amplamente difundido após a década de 1990.

Atualmente, Alves e Guivant (2010), consideram que não existe um modelo padrão de desenvolvimento rural, e que há uma congruência entre os dois paradigmas (endógeno e exógeno), apontado por Ward (2005, apud ALVES e GUIVANT, 2010, p. 98) como *neoendógeno*, que "se inspira em teorias que sustentam que a chave para o desenvolvimento local é a construção de uma capacidade institucional local, simultaneamente capaz de mobilizar recursos internos e lidar com forças externas [...]."

Esse paradigma de desenvolvimento rural apontado por Ward (2005, apud ALVES e GUIVANT, 2010) como *neoendógeno*, demonstram como se inserem as propostas e os projetos de agências e organismos internacionais, como a FAO, em países da América Latina, ou seja, esse processo ocorre na forma de consenso e colaboração entre países e instituições. Ao mesmo tempo em que são feitos acordos externos, são levados em consideração os aspectos da tradição e dos saberes locais.

Alves e Guivant (2010, p. 102), observam que existe uma "heterogeneidade de atores que atuam na disputa pelo domínio do espaço rural", ou seja, essa disputa é marcada por interesses antagônicos. De um lado existem forças do capital que visam a manutenção e reprodução do sistema, de outro temos os movimentos sociais que lutam pela superação e extinção do capital. Esse processo também é marcado pela contradição, pois ao mesmo tempo em que as agências e organismos internacionais como a FAO, atuam em função dos interesses do capital, também visam o desenvolvimento rural como meio de proporcionar o bem estar da população rural, em outras palavras, buscam humanizar o capital.

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

A educação é compreendida pela FAO como uma "alavanca" para o desenvolvimento dos países pobres e famintos. A educação vista como instrumento necessário para o desenvolvimento não apenas rural, mas também econômico, social e cultural (FAO, 2004b).

A atuação da FAO em países latino-americanos, deu-se pela grande extensão de terras agricultáveis e pouco produtivas, e principalmente, pelos altos índices de pobreza e fome. Nesse contexto, a FAO compreende que a baixa produtividade está relacionada à ausência de modernização do campo e a falta de integração do pequeno agricultor ao mercado (FAO, 2004a).

De acordo com a FAO (2004a), para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, previsto para o período de 2000 a 2015, e não amplamente alcançados, era necessário haver mudanças de estratégias entre organismos e agências internacionais, via sistema de parcerias, para "alcançar mediante novas alianças e associações multissetoriais e interdisciplinares entre especialistas em assistência que trabalham em educação e querem trabalhar com o desenvolvimento rural e com a agricultura." (FAO, 2004a, p. 22, tradução nossa)[5].

Nessa perspectiva, em 2002, a FAO em parceria com a UNESCO lançaram um novo programa, considerado marco da *Educação para Todos*, com foco na educação básica[6] da população rural. Esta parceria veio reafirmar os compromissos tratados na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* (1990), na tentativa de incluir propostas e metas para educação da população rural.

Para a FAO (2004a, p. 21, tradução nossa)[7] "a pobreza em áreas rurais está estreitamente vinculada ao analfabetismo", e a pobreza e o analfabetismo estão relacionados a falta de modernização do campo. Nesse sentido, a FAO e a UNESCO propõem redefinir a concepção de educação agrícola, e apontam como solução:

> - revisão dos planos de estudos técnicos e profissionais em escolas agrícolas e formação com o objetivo e incrementar a preparação de pessoal técnico; - melhora da formação dos educadores técnicos; - educação agrícola que considere as habilidades e competências, tanto fora quanto dentro do campo, como importantes para as populações rurais; - educação agrícola que leve em consideração as mudanças tecnológicas, as cadeias produtivas globais, os desafios relativos ao mercado e a saúde, o emprego fora e dentro do campo, as mudanças climáticas e o desenvolvimento das empresas. (FAO, 2012, p. 13).

Verifica-se que, as mudanças na concepção de educação rural ocorridas no final da década de 1980 e início da década de 1990, é resultado do processo das reformas

5 [...] lograr mediante nuevas alianzas y asociaciones multisectoriales e interdisciplinarias entre especialistas en asistencia que trabajan en educación y quienes trabajan en el desarrollo rural y de la agricultura.

6 A educação básica é compreendida pela UNESCO como Ensino Fundamental e Ensino Médio.

7 La pobreza en las áreas rurales está estrechamente vinculada al analfabetismo [...].

neoliberais, em que “o capital impõe a reestruturação produtiva e com ela e a afirmação ideológica, segundo a qual, haveria uma importância da educação básica para a formação profissional dos indivíduos.”. Nesse sentido, a educação básica é vista com maior relevância, “sobretudo porque a esta caberia a formação da força de trabalho, desenvolvendo as “competências” para atender as necessidades do mercado.” (BATISTA e ALVES, 2009, p. 3).

Segundo a FAO (2004), a educação básica permite que os agricultores tenham mais possibilidades de utilizar tecnologias, e com isso participar mais ativamente da economia, e sobretudo, contribuir para o desenvolvimento:

> Reconhecemos que os agricultores com educação básica têm mais possibilidade de adotar novas tecnologias e ser mais produtivos. Com a educação básica estão melhor equipados para tomar decisões, melhor informados para suas vidas e suas comunidades, assim como para ser participantes ativos na promoção das dimensões econômica, social e cultural do desenvolvimento (FAO, 2004, p. 28, tradução nossa)[8].

A nova perspectiva adotada pela FAO e outras agências que atuam conjuntamente no combate à pobreza e a fome, está no enfoque “multissetorial” e “multidisciplinar”, para o combate à pobreza e o desenvolvimento nas áreas rurais, sendo a educação uma de suas principais estratégias. Para a FAO (2004, p. 29, tradução nossa)[9], “a educação e a formação são os dois mais poderosos instrumentos de luta contra a pobreza rural em favor de desenvolvimento rural.” A FAO defende ainda, que a educação básica ajuda a romper com o ciclo da pobreza:

> Embora haja exceções locais, a pauta de educação básica em áreas rurais em países de baixa renda, descrito anteriormente, as oportunidades de aprendizagem básica são geralmente inadequadas para ajudar os habitantes das áreas rurais a romper com o círculo viciosa da pobreza. Esta falta de oportunidades de aprendizagem básica é tanto causa como efeito da pobreza rural. [...] A educação básica, por si só, não pode romper com o círculo vicioso, porém deve ser um elemento chave de uma estratégia de redução da pobreza em zonas rurais (FAO, 2004a, p. 112, tradução nossa)[10].

O discurso da educação como panaceia dos problemas sociais, estão muito presentes nos discursos da FAO e de outras agências e organismos internacionais, para o desenvolvimento rural. Entretanto, cabe salientar que esse discurso ideológico, omite, ou em alguns momentos, minimiza os efeitos do avanço do capital nos países periféricos.

---

8 Se reconoce que los agricultores con educación básica tienen más probabilidades de adoptar nuevas tecnologías y ser más productivos. Con la educación básica están mejor equipados para tomar decisiones mejor informadas para sus vidas y sus comunidades, así como para ser participantes activos en la promoción de las dimensiones económica, social y cultural del desarrollo.

9 La educación y la formación son dos de los más poderosos instrumentos en la lucha contra la pobreza rural y en favor del desarrollo rural.

10 Si bien existen excepciones locales a la pauta de educación básica en las áreas rurales en los países de bajos ingresos descrita previamente, las oportunidades de aprendizaje básico son generalmente inadecuadas para ayudar a los habitantes de las áreas rurales a romper el círculo vicioso de la pobreza. Esta falta de oportunidades de aprendizaje básico es tanto una causa como un efecto de la pobreza rural. [...] La educación básica, por sí sola, no puede romper este círculo vicioso, pero debe ser un elemento clave de una estrategia de reducción de la pobreza en las zonas rurales.

Contudo, podemos considerar que, com o avanço da mundialização do capital, aumentou-se a concentração de riquezas, e consequentemente, o desemprego, a pobreza e a fome nos países em desenvolvimento. Nessa perspectiva, os organismos internacionais atuam no sentido de amenizar e/ou humanizar os processos destrutivos que são inerentes ao capital. No entanto, suas ações representam um efeito placebo, ou seja, em que não se materializam, pois não é a educação que as impedem de participar efetivamente dos processos políticos, sociais e econômicos e culturais, mas sim a pobreza, condição necessária para a reprodução do capital.

Para Frigotto e Ciavatta e Ramos (2005), a transformação dessas relações historicamente construídas, implicam na ruptura de todas as formas de colonização e subalternidade, inclusive com as organizações internacionais, na qual a América Latina é um caso exemplar. Portanto, a superação dessas relações se dará nas profundas transformações estruturais e conjunturais desta sociedade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, consideramos que a educação é apresentada pela FAO como uma importante estratégia para desenvolvimento rural, e que a mesma, desempenha uma função significativa para o combate à fome e a pobreza.

A educação ocupa um papel fundante nas propostas de desenvolvimento rural apresentadas pela FAO a partir de 1990, principalmente após os anos 2002, ano em que a FAO estabeleceu parceria com a UNESCO. A atuação conjunta entre as agências especializadas da ONU – FAO e UNESCO, resultaram em uma produção intensa de estudos e documentos sobre a educação como estratégia de desenvolvimento rural em países da América Latina e Caribe, bem como, para países da África e Ásia.

A partir da análise de alguns documentos produzidos pela FAO a partir de 2000, podemos considerar que a reestruturação produtiva e a mundialização do capital, levaram a (re) formulação da concepção de desenvolvimento rural, bem como, a mudança de paradigma de desenvolvimento rural. Nesse sentido, a educação ocupa um papel central na formação desses sujeitos, colocada pela FAO como formação de habilidades e competências necessárias as demandas do mercado.

De acordo com Frigotto e Ciavatta e Ramos (2005, p. 11), uma educação pautada nas habilidades e competências não nos ajudam “a compreender o processo histórico da produção de desigualdade entre as nações e no interior delas”, pelo contrário, elas reforçam as relações de subalternidade e alienação. Portanto, a transformação dessas relações historicamente construídas, implicam na ruptura de todas as formas de colonização e subalternidade, inclusive com os organismos internacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. F.; GUIVANT, J. S. O que há além do endógeno e exógeno nas pesquisas sobre desenvolvimento rural? (p. 89 – 106). In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BATISTA, R. L.; ALVES, G. **A ideologia da educação profissional no contexto do neoliberalismo e da reestruturação produtiva do capital.** Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". Dermeval Saviani, José Claudinei Lombardi. (org) - Campinas, SP: FE/UNICAMP : HISTEDBR, 2009.

CEPAL; FAO, IICA. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural em las Américas:** uma mirada hacia América Latina y el Caribe. São José, C.R: IICA, 2009. Disponível em: http://www.fao.org/docrep/019/i3702s/i3702s.pdf. Acesso em: mai/2021.

FAO. **Educación para el desarrollo rural:** hacia nuevas respuestas de política. 2004a. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001329/132994so.pdf. Acesso em: mai/2021.

______. **Educación para la población rural em Brasil, Chile, Colombia, Honduras, México, Paraguay y Perú.** 2004b. Disponível em: http://www.fao.org/docrep/009/y5517s/y5517s00.htm. Acesso em: mai/2021.

______. **Carta do Campesino**: DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E PROGRAMA DE AÇÃO da Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Roma. 1979. Disponível em: http://repiica.iica.int/DOCS/B0428P/B0428P.PDF. Acesso em: mai/2021.

______. **Educación para la población rural:** El papel de la educación, la formación y el desarrollo de capacidad para la reducción de la pobreza y la seguridad alimentaria. Roma, 2012. Disponível em: http://www.fao.org/fileadmin/templates/ERP/docs2012/ERPBookSpanish2012.pdf. Acesso em: mai/2021.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **Vocational Educatión ande Development**. In. UNESCO. Internacional Handbook of Education for Changing World of Work. Bom, Germany, UNIVOC, 2009. p. 1 307-1319. - Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, como patrocínio da UNESCO. Berlim, 2005.

NUNES, S. P. (org.). **Agroecologia uma abordagem crítica.** – Ijuí: ed. Unijuí, 2014.

ONU. **O Sistema das Nações Unidas**: organograma, 2011. Disponível em: http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/organograma-do-sistema-onu/. Acesso em: mai/ 2021.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território, territorialidade e desenvolvimento: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. (p. 15 – 31). In: ALVES, A. F.; CARRIJO, B. R.; CANDIOTTO, L. Z. P. (org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**.1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAPÍTULO 14

OS TENTÁCULOS DO CAPITAL E OS SENTIDOS DA CIDADE: URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

Data de aceite: 24/08/2021
Data de submissão: 30/06/2021

André Luiz Rodrigues Carreira
Universidade de São Paulo
Santos/SP
http://lattes.cnpq.br/1638255760268755

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo central analisar o processo de transformação urbana ocorrido na cidade de Santos entre o final do século XIX e o início do século XX pelo mundo do trabalho e por um dos elementos culturais fundamentais da classe trabalhadora, o futebol. Pretendo ainda analisar os conflitos inerentes à formação de tais iniciativas voltadas predominantemente para o recreio, em parte resultantes do choque entre as propostas culturais formuladas para os trabalhadores por anarquistas e militantes sindicais e outras formas de lazer de classe rapidamente popularizadas. Por fim, a pesquisa procura compreender o espaço ocupado pelas agremiações dedicadas ao futebol nas tensões e contradições entre capital e trabalho e entre as diferentes nacionalidades (mitigando ou reforçando oposições e rivalidades) representadas na população de Santos do período citado.
PALAVRAS-CHAVE: Cidade; Futebol; Trabalho.

THE TENTACLES OF CAPITAL AND THE MEANINGS OF THE CITY: URBANIZATION, WORK AND FOOTBALL IN THE CITY OF SANTOS (1892 – 1920)

ABSTRACT: This article aims to analyze the process of urban transformation that occurred in the city of Santos between the end of the nineteenth century and the beginning of the twentieth century by the world of work and one of the fundamental cultural elements of the working class, football. I also want to analyze the conflicts inherent in the formation of such initiatives that are predominantly for recreation, partly as a result of the clash between the cultural proposals formulated for the workers by anarchists and trade union militants and other forms of class leisure that are rapidly popularized. Finally, the research tries to understand the space occupied by the associations dedicated to football in the tensions and contradictions between capital and labor and among the different nationalities (mitigating or reinforcing oppositions and rivalries) represented in the population of Santos in the mentioned period.
KEYWORDS: City; Football; Labor.

INTRODUÇÃO

Parece desnecessário, por sua notória onipresença, reafirmar que os esportes ocupam um lugar de incontestável destaque no mundo contemporâneo. Em suas atuais estruturas, a vida urbana abriga inúmeros espaços destinados à prática esportiva, seja ela de caráter profissional, apresentada como

espetáculo, seja ela uma atividade de caráter mais informal, disseminada pelo tecido urbano em escolas, praças, ruas e praias.

Para atingir esse patamar de inserção na dinâmica espacial de uma cidade, os esportes cumpriram historicamente um longo e complexo percurso, do qual analisaremos aqui uma etapa que julgamos crucial. Trabalhamos com o pressuposto básico de que o momento decisivo de construção desse amplo cenário guarda importantes conexões com o advento da modernidade urbana.

Nesse sentido, este trabalho se estrutura a partir de um objetivo central: analisar o papel da Companhia Construtora de Santos, capitaneada por Roberto Simonsen, e da Companhia Docas de Santos no processo de transformação urbana ocorrido na cidade de Santos no início do século XX e a relação dessas empresas com um dos elementos culturais fundamentais da classe trabalhadora no período, o futebol.

O espaço urbano, no seu processo de transformação, é simultaneamente registro e agente histórico (BRESCIANI, 2018). Nessa direção, deve-se destacar a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, vivências e memórias. Espaços que, além de sua existência material, são também codificados num sistema de representação que deve ser focalizado pelo pesquisador, em um intenso trabalho de investigação sobre as significações dos processos urbanos.

Estudar a cidade implica estabelecer conexões de tipo variado com a própria experiência de viver em cidades. Conexões objetivas de moradia e trabalho, laços afetivos tecendo espaços nos quais as lembranças compõem um acervo especial, nós intrincados que relacionam expectativas e imagens, idealizadas em grande parte e resistentes à passagem do tempo.

O período abarcado pela pesquisa é marcado por duas ideias que norteiam a atuação do poder público em relação à cidade: civilizar, interferindo no espaço urbano e nos hábitos cotidianos, e higienizar, através do saneamento urbano. O ato de civilizar era visto como tentativa de impor à cidade padrões urbanos e comportamentais ditos modernos e similares aos das capitais europeias. Foi essa, em larga medida, a perspectiva da reforma urbana santista conduzida no período, especialmente através dos projetos desenvolvidos e comandados por Saturnino de Brito.

A reorganização do espaço urbano teve como objetivo consolidar a inserção do Brasil no modelo capitalista internacional – no caso de Santos, através do escoamento da produção da grande riqueza nacional, o café –, facilitar a circulação de mercadorias e construir espaços simbólicos que afirmassem os valores de uma elite cosmopolita. Havia, entretanto, um obstáculo a ser removido para a concretização da *Belle Époque* tropical: os pobres – imigrantes de origem ibérica, em sua maioria – que habitavam aos milhares as ruas centrais da cidade e moravam majoritariamente em habitações coletivas como os cortiços. Do “bota-abaixo” às imposições do Código de Posturas e das comissões de

saneamento, a normatização, a segregação e a exclusão da numerosa e empobrecida população trabalhadora ditava o ritmo de crescimento e transformação citadina. A reforma resolvia uma série de problemas e contradições da cidade e gerava uma indagação: o que fazer com os homens e mulheres que os governos definiam como “elementos das classes perigosas’’, que habitavam as regiões centrais e que eram obstáculos à concretização da desejada e idealizada modernidade?

A relação das elites e do poder público com os pobres era paradoxal. Os “perigosos’’ – e aqui é curioso notar a rápida desconstrução de certa idéia de civilidade associada aos imigrantes de origem europeia que logo se transformariam em “agitadores” pelo pertencimento em larga escala à combativa classe operária local – maculavam, do ponto de vista da ocupação e reordenação do espaço urbano, o sonho da cidade cosmopolita. Ao mesmo tempo, eram os trabalhadores urbanos que sustentavam — ao realizar o trabalho braçal que as elites não cogitavam fazer — a viabilidade desse mesmo sonho: operários, empregadas domésticas, estivadores, ensacadores, canteiros, marceneiros, policiais, pedreiros, carpinteiros, pintores, funileiros, carregadores de café, tecelões, jornaleiros, mecânicos, coveiros, motoristas, etc.

Nesse espaço em formação e transformação, de tensão e construção de novas sociabilidades, uma rica atividade esportiva, caracterizada pela introdução e multiplicação de novas modalidades e pela proliferação de associações a agremiações criadas para esse fim se consolida nas primeiras décadas de vida republicana. Procuramos inserir tal movimento de disseminação – do futebol, em especial – no contexto da dinâmica sócio-espacial urbana de então, sugerindo hipóteses que a articulem ao movimento geral da sociedade e substancialmente à espacialidade da cidade pretensamente moderna que se configurava.

Procuraremos demonstrar que o futebol não foi conseqüência e sim parte constituinte do processo de transformação urbana santista nos primeiros anos do século passado.

Em síntese, foi esse o cenário sobre o qual nos debruçamos quando da realização da pesquisa sobre a cidade de Santos. Uma cidade que se vê abruptamente solapada pelo incessante movimento de pessoas e de interesses que se aglutinavam. Uma cidade que velozmente se metamorfoseava no cais de pedra, nos canteiros de obras, nos cortiços, nos morros, nos canais, nas largas avenidas, nas greves, nas lutas, nas areias, nos gramados, enfim, na bola que rolava e que nunca mais deixou de rolar.

OS TENTÁCULOS DO GRANDE CAPITAL E O MUNDO DO TRABALHO: ENTRE A LUTA E O LÚDICO

Grande parte da história da moderna cidade de Santos está relacionada Ao preponderante papel exercido no seu espaço urbano por duas grandes empresas: a Companhia Docas de Santos, presente desde fins do século XIX, e a Companhia Construtora de Santos, fundada, como o Santos Futebol Clube, em abril de 1912.

As duas empresas tiveram intensa participação nas profundas transformações urbanas, econômicas e sociais ocorridas em Santos no período, alterando de forma marcante tanto a paisagem urbana como as relações sociais vinculadas ao mundo do trabalho – o cada vez mais popular e disseminado futebol incluso.

Comecemos pela mais jovem das duas empresas: a Companhia Construtora de Santos, fundada por Roberto Simonsen. Simonsen freqüentou a Escola Politécnica na cidade de São Paulo, onde se tornou engenheiro em 1909. Pouco tempo depois, trabalhou como diretor geral e como engenheiro chefe da Comissão de Melhoramentos de Santos. Após deixar a administração municipal santista, funda, em 1912, como principal acionista e diretor-superintendente, a Companhia Construtora de Santos. A trajetória familiar e profissional de Simonsen não pode ser desprezada na análise da empresa que se formava. Roberto era neto de Ignácio Wallace da Gama Cochrane, engenheiro fiscal da construção da ferrovia Santos-Jundiaí e fundador da Companhia de Melhoramentos de Santos, mais tarde adquirida pela The City of Santos Improvements Company, empresa por sua vez responsável pela exploração de serviços públicos como abastecimento de água, iluminação e transportes.

As relações entre Roberto Simonsen e a administração pública local não se esgotavam no fato do mesmo ter sido funcionário da Prefeitura nos anos anteriores à fundação da empresa. Coraly Gará Caetano (1994, p. 29) afirma que:

> "observando os estatutos da Cia. Construtora de Santos, é possível verificar que a criação desta empresa contou com o apoio e favores dos poderes públicos. Segundo a Lei Orgânica dos Municípios, lei 1.038, foi concedida a primazia por cinqüenta anos para esta empresa dirigir as obras públicas, com a isenção de impostos industriais, prediais e profissionais. Não sendo preciso, ainda, a abertura de concorrência pública. Estes privilégios permitiram inferir que, neste caso, o poder público colaborou diretamente na implantação da grande indústria na cidade e, em especial, para o crescimento da empresa de Simonsen."

O "apoio" citado no texto encontra ressonância na íntima relação existente entre Simonsen e o então prefeito, Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva. Belmiro, prefeito municipal entre 1910 e 1914 e novamente entre 1917 e 1920, era um dos acionistas da recém-criada Companhia Construtora de Santos. A proximidade permaneceria nos anos vindouros. A Companhia Construtora de Santos, agora atuando sob a denominação de uma de suas subsidiárias, a Companhia Santista de Habitações Econômicas, seria responsável pela construção do bairro que eternizaria o seu nome, a Vila Belmiro, e pelo estádio – como veremos em detalhes mais adiante – do Santos Futebol Clube que, embora leve o nome de Urbano Caldeira, é mundialmente famoso pela denominação de seu bairro de origem.

A empresa de Simonsen, beneficiando-se das íntimas relações com o poder público, crescia e expandia suas funções rapidamente. Já em 1913, a Companhia dispunha de 70 engenheiros e 18 mil empregados (SILVA e GITAHY, 1996, p. 95). Com uma estrutura desse

porte, a empresa passou a atuar em áreas bastante diversas no setor de construção: obras diretamente relacionadas à urbanização, como arruamento, calçamento e abastecimento de água; edificação de prédios públicos, residências populares, armazéns, teatros, bancos, igrejas e praças esportivas. Em menos de três anos de existência, a empresa explorava pedreiras onde eram preparadas diversas peças de cantaria utilizadas nos serviços urbanos – de calçamento, por exemplo – da cidade (SILVA, 2003, p. 66).

A proximidade da empresa com o poder público local incidiria também sobre os projetos de habitação popular. Desde fins do século XIX, trabalhadores amontoavam-se nas chamadas "casas de cômodos", os populares cortiços. Mesmo após as campanhas de saneamento, os cortiços não tardariam a proliferar novamente. Característicos da região central da cidade e habitada sobretudo por trabalhadores de baixa renda, essa modalidade de moradia seria alvo de intensa política de intervenção. Seguindo uma lógica sanitarista que buscava regular as condições de habitação na cidade e expandir as possibilidades de investimento das grandes empresas capitalistas – como a empresa de Simonsen – organizadas para a construção de moradias populares, a prefeitura atacava as habitações coletivas através da política do "bota-abaixo".

A perspectiva do "embelezamento", tão característica das reformas urbanas da época, vinha acompanhada de uma política de extermínio dos cortiços e outras construções populares que fugissem aos padrões tidos como aceitáveis. A população desalojada acabava sendo atirada à rua, e as prometidas vilas e habitações operárias não chegaram a ser construídas nem pelo governo do Estado, nem pela municipalidade ou pelas empresas de capital privado como a empresa de Simonsen. Arranjando-se como podiam, os "desalojados" foram progressivamente empurrados para os morros e bairros menos valorizados, ficando segregados na moderna cidade que se formava.

Entretanto, apesar de gozar de situação favorável mesmo em conjuntura de crise econômica, a empresa não deixou de enfrentar, desde a sua fundação, a classe trabalhadora local. A posição destacada da empresa no setor e a rápida ampliação de suas atividades na cidade encontravam no organizado movimento operário da construção civil o seu contraponto. O até então consolidado controle do mercado de trabalho pelos trabalhadores qualificados, os "artistas" da construção civil, encontrou na Companhia de Simonsen um adversário capaz de redefinir os termos do confronto capital/trabalho. Exemplo disso é a inflexibilidade da empresa diante da greve dos canteiros de 1913. Vitoriosa em todas as pedreiras de Santos, a greve foi duramente reprimida pelas forças policiais nas regiões sob controle da Companhia Construtora de Santos, provocando a prisão de 75 trabalhadores e o estabelecimento de estado de sítio na cidade (SILVA, 2003). Sobre esse contexto, Silva e Gitahy (1996, p. 119) afirmam:

> "A força do movimento operário dos trabalhadores da construção civil durante a *belle époque* residia no controle do mercado de trabalho pelas suas organizações. Para trabalhar, os "artistas" atestavam a sua condição de

> membros da Federação Operária Local de Santos que, desde 1912, reunia todos os sindicatos operários da cidade. Foi esta legitimidade, crucial nos momentos de greve, que os grandes construtores buscaram destruir na conjuntura da Primeira Guerra Mundial. Observava-se no setor, até então, uma união dos trabalhadores, concretizada pela existência da ***closed shop*** e, por outro lado, uma nítida divisão no interior do campo patronal. Os grandes construtores, via de regra, mostravam-se mais inflexíveis às reivindicações de seus empregados e, durante as greves, utilizavam os recursos do ***lock-out***, das demissões e da repressão policial. Os pequenos mestres de obras, por sua vez, revelavam-se mais sensíveis aos acordos com os trabalhadores. Foi essa situação que Roberto Simonsen encontrou no momento da criação da Companhia Construtora de Santos, procurando revertê-la."

Em meados de 1916, os trabalhadores da construção civil de Santos voltam a se organizar e reativam o Sindicato de Pedreiros, Carpinteiros, Pintores e Serventes e a Federação Operária Local de Santos. Como resposta e por iniciativa de Simonsen, o setor patronal funda o Centro de Construtores e Industriais de Santos. Entre as medidas idealizadas por Simonsen através do Centro estavam a criação de um cadastro obrigatório para trabalhadores locais e a criação de uma Câmara de Trabalho, proposta supostamente conciliatória que buscava intermediar as relações entre capital e trabalho, esvaziando a influência dos sindicatos e organizações de classe. Em ambas as iniciativas, apesar de fracassadas, "caberia aos empresários a tutela de todas as esferas do mundo do trabalho" (SILVA e GITAHY, 1996, p. 120)

As estratégias do patronato, tendo no setor de construção a proeminência de Roberto Simonsen e de sua companhia, não se esgotariam nas propostas citadas, tampouco nas relações estabelecidas com a então Prefeitura Municipal. O auxílio de membros do poder público não se resumiria na participação acionária de Belmiro Ribeiro na empresa. O então Delegado Regional de Polícia em Santos, Bias Bueno, era advogado e conselheiro da empresa, "cabendo-lhe a função de manter a ordem e proteger a propriedade, além de controlar a seleção dos trabalhadores e arbitrar nos processos de demissão" (CAETANO, 1994, p. 31). A existência de uma mesma pessoa atuando como funcionário da empresa e como responsável pelas forças policiais naturalmente facilitava a perseguição a operários considerados "indesejados". Curiosamente, uma das justificativas para a criação do Centro de Construtores e Industriais de Santos foi a suposta violência contra a propriedade dos grevistas da construção civil (SILVA, 2003, p. 72).

Apesar da estratégia de repressão policial conjugada a posições pretensamente conciliatórias, as greves não cessariam. Em 1917, por exemplo, os trabalhadores da construção civil paralisariam suas atividades com adesão de ferroviários, canteiros, trabalhadores do Saneamento, carroceiros e ensacadores de café (idem, p. 84). O Centro, capitaneado por Simonsen, denunciava a "intransigência" dos grevistas ao mesmo tempo em que reforçava a proposta de criação da Câmara de Trabalho, medida de negação da idéia de representação pelo sindicato embora apresentada como veículo de diálogo entre

patrões e trabalhadores.

As malogradas iniciativas de Simonsen no campo conciliatório não escondem o fato de que as greves de 1916 e 1917 foram, para os trabalhadores, pouco efetivas. Entretanto, durante as ondas grevistas de 1919 e 1920, os trabalhadores ligados ao setor da construção civil teriam, novamente, papel de destaque.

A greve dos canteiros, categoria profissional que, como veremos, teria destaque na proliferação do futebol santista, desencadeada em dezembro de 1920, foi amplamente vitoriosa, sendo responsável pela retomada dos níveis salariais anteriores a 1913 (GITAHY, 1992, p. 95).

Se os trabalhadores da construção civil e os trabalhadores portuários eram as duas categorias consideradas mais organizadas e combativas da cidade de Santos, a Companhia Construtora de Santos e Companhia Docas de Santos foram, durante as décadas mais intensas de transformação do espaço urbano santista, os representantes do grande capital privado.

A Companhia Docas, com apoio do governo federal – importante lembrar que a empresa criada por Guinle e Gafreé tinha sua sede na cidade do Rio de Janeiro – logo monopolizaria todas as operações de carga e descarga realizadas em terra no porto de Santos. Depois da greve pela jornada de oito horas, em 1908, apenas os estivadores – que operavam no interior dos navios – não foram totalmente absorvidos pela Companhia Docas na região do cais (SILVA e GITAHY, 2012, p. 24). Embora o contrato firmado em 1888 com o governo imperial não especificasse o monopólio, a empresa foi, paulatinamente, controlando o processo de trabalho, mantendo, inclusive, um corpo permanente e bastante numeroso de trabalhadores, como motorneiros, maquinistas, foguistas, marinheiros, carpinteiros, pedreiros, serventes, vigias e zeladores (SILVA, 2003, p. 175).

Foi no porto que, até meados dos anos 1910, as greves tiveram maior visibilidade e impacto. Em uma economia voltada primordialmente para a exportação de café, os transportes tornavam-se definitivamente um setor estratégico.

Em Santos, a iniciativa privada foi inequivocamente amparada pela proteção estatal. Assim como no caso de Simonsen e sua Companhia e a Prefeitura Municipal, a proximidade da Docas com o governo federal trouxe à empresa diversos benefícios. A Companhia rapidamente expandiria seus tentáculos para outras atividades, como produção de energia elétrica, armazenagem e exploração de pedreiras, gozando de isenções fiscais e vantagens na desapropriação de terrenos, apesar das pressões das administrações municipais santistas no sentido contrário (Idem, p. 176)

A enorme sombra exercida pela Companhia Docas e que se manifestava regularmente no padrão inflexível da empresa no trato das paralisações de seus trabalhadores, no entanto, encontrava limites na própria natureza do trabalho portuário. A cultura de trabalho e as redes de sociabilidade extrapolavam o universo meramente laboral. Sobre essa questão, é importante ressaltar que:

> “a vastidão do porto e certo anonimato nele existente implicavam familiaridade e formação de redes informais, de cujos vínculos podiam depender a sobrevivência dos trabalhadores e o aprendizado de formas secretas de resistência. As relações sociais também preexistiam àquelas estabelecidas no trabalho. Laços pessoais e familiares eram acionados desde o momento da contratação da força de trabalho, criando múltiplas lealdades e tradições de trabalho transmitidas de geração em geração, de modo que muitas famílias foram socializadas no porto, criando verdadeiras linhagens de militância e experiência sindical. Em suma, esses fatores de solidariedade criavam terreno propício à ação coletiva, no âmbito estritamente laboral ou fora dele.” (SILVA e GITAHY, 2012, p. 25)

O senso de pertencimento associado a experiências comuns foram constituindo, entre os trabalhadores da cidade, uma forte cultura associativa. O trabalho ocasional estreitava a proximidade entre moradia e fontes de emprego, fazendo com que os trabalhadores do porto fossem muitas vezes vizinhos e habitassem nas localidades contíguas ao cais, como os bairros do Macuco, Vila Mathias, Paquetá e a região central da cidade. Para além dos sindicatos e organizações operárias, diversas associações mutualistas, aproximadamente quarenta em Santos entre 1891 e 1920 (LUCA, 1990, p. 20), sociedades beneficentes, jornais e, enfim, clubes e times de futebol, foram se formando.

A BOLA ROLA NOS CAMINHOS DA CIDADE: CAPITAL, TRABALHO E FUTEBOL NA SANTOS DOS ANOS 1910

A expansão portuária, as intervenções urbanas de caráter sanitarista e a instauração de uma rede de serviços públicos se constituíram em elementos fundamentais nas modificações do espaço urbano santista e da sociabilidade urbana no último quarto do século XIX e primeiras décadas do século XX. O conjunto de obras e melhorias urbanas implantadas nesse período significou a integração da cidade portuária às transformações que estavam ocorrendo em âmbito nacional no final do século XIX – e que incluíam uma política de desobstrução, reorganização e reordenação dos espaços urbanos. A remodelação urbana era parte essencial nessa tarefa e modernizar o porto e as ruas para permitir livre acesso das mercadorias era problema fundamental que o desenvolvimento do novo capital privado requeria.

Pensando a cidade como expressão dos padrões de uma classe que se projetam em seus espaços físicos (SCHORSKE, 1988), essas transformações criaram novas formas desejáveis de viver na cidade; na casa ou na rua, esse foi um momento de inserção e de consolidação de novos valores. Por outro lado, as oportunidades de emprego produzidas pelo crescimento do porto, e como desdobramento, da cidade de Santos no final do século XIX atraíram um grande número de trabalhadores, em geral bastante empobrecidos. As formas de compreender e lidar com essa “nova ordem social” caracterizada tanto pelo crescimento demográfico quanto pelo aparecimento e disseminação dos cortiços se traduziram em intervenções urbanas que acabariam por definir as cidades como espaços

que dividiriam as funções de moradia, de trabalho e de lazer:

> "Se a expansão da cidade e a concentração de trabalhadores ocasionaram inúmeros problemas, a segregação social impedia que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana, garantindo às elites áreas de uso exclusivo, livres da deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos." (BONDUKI, 1998, p.20)

A expansão urbana delineava novos espaços e usos da cidade. O acesso a serviços públicos e os benefícios da modernidade que se pretendia instaurar não eram para todos:

> "O delineamento classista dos bairros era claro já no início do século [XX], talvez até mais evidente do que em nossos dias, quando tais limites muitas vezes parecem borrados. Distinção geográfica que não transparecia somente nas fachadas das casas. Era igualmente denunciada pela diferente topografia e saneamento do solo, pela distribuição desigual dos serviços urbanos (iluminação, calçamento, água, esgoto, gás, coleta de lixo, bonde, telefone, ajardinamento e correios) e pelas distâncias guardadas em relação a indústrias e ferrovias. [...] O mesmo processo que introduzia melhoramentos públicos, elegia os excluídos desses benefícios." (GAMBETA, 1991, p.25)

Desde o início do novo século se acentuou, em decorrência das reformas, o incessante deslocamento involuntário da população nas áreas urbanas santistas. Consolidavam-se os traços originais da futura constituição da cidade, com a formação de distintas redes sociais de apropriação do espaço, com repercussões na fragmentação e na setorização de Santos.

Santos expandiu-se, primordialmente, para leste na direção do Atlântico, graças às linhas de bondes, à abertura de novas avenidas e à construção da rede de canais. As antigas chácaras ali existentes foram loteadas e considerável parte dos moradores das regiões centrais, em virtude de processo sanitarista já mencionado, foi deslocado para a região dos morros ou para novos bairros que estavam sendo formados, como o Macuco, a Vila Mathias, o Gonzaga e a Vila Belmiro. Segundo Maria Carolina Mazeviero, o crescimento urbano da cidade pode ser explicado através de dois vetores distintos:

> "de um lado, o vetor da exclusão ao qual pertenciam os trabalhadores, os imigrantes e os ex-escravos que passaram a ocupar a região central da cidade, as encostas dos morros e os chamados arrabaldes mais próximos ao perímetro urbano. (...) De outro lado, o vetor da valorização fundiária seguia os investimentos imobiliários ao longo das avenidas Conselheiro Nébias e Ana Costa seguindo em direção à praia da Barra, onde surgiam os primeiros casarões e palacetes da elite, além de hotéis e clubes de luxo que transformavam a orla em núcleo de lazer da nova e moderna cidade. Portanto, a expansão urbana de Santos foi marcada pela cisão da cidade em dois núcleos sociais pelas reformas urbanas, pois, na medida em que estas empurravam a população pobre para a periferia também criavam condições de ocupação e valorização da orla. Estas transformações que ocorreram na cidade foram conduzidas por agentes estatais e patrocinadas pelo capital privado." (MAZEVIERO, 2008, p. 47)

O capital privado não apenas patrocinava, mas pavimentava os caminhos da cidade "moderna" que surgia.

A área à beira-mar passou a ser ocupada pelas famílias de posses da região, onde moravam ou passavam temporadas de veraneio em chácaras e onde foram sendo construídos hotéis e espaços destinados ao lazer. Essa área contrastava com a zona central, onde se concentrava a área comercial, de funcionamento do porto, de habitação de trabalhadores ligados ao porto, à ferrovia, aos diversos armazéns e depósitos ali instalados e também onde havia o maior número de cortiços devido ao grande número de trabalhadores que vieram para Santos. As praias para o lazer, o Centro para o comércio, o estuário para o embarque do café e as áreas próximas a serra para as indústrias. A reordenação dos espaços na cidade de Santos do início do século XX promoveu intenso processo de segregação sócio-espacial (LANNA, 1996, p. 102). Se, como demonstra Matos (2005), as condições habitacionais da população pobre santista eram caracterizadas pelo predomínio de cortiços erguidos em pátios e quintais – sem acesso a água, esgoto ou iluminação – localizados em becos e vielas das regiões centrais da cidade, a ocupação da região das praias pelas elites locais, seguindo uma lógica de evolução urbana caracterizada por grandes vias, linhas de bonde e ampliação dos serviços urbanos, ditava os rumos do desenvolvimento citadino.

O deslocamento das elites do centro de Santos em direção às praias reorientou o sentido de expansão da cidade. A construção, ainda no final do século XIX, de grandes hotéis na via costeira e de inúmeros estabelecimentos voltados ao lazer para aqueles que o podiam consumir, acabou por romper com a antiga lógica de centralidade da cidade.

A expansão da cidade rumo à orla trouxe consigo o surgimento de uma variedade de atividades de lazer – como cinemas, cassinos, rinques de patinação, salas de jogos e danças e a descoberta do footing à beira-mar. A construção desses inúmeros empreendimentos modificou significativamente os usos da cidade. O predomínio da esfera privada avançava à medida que diversos estabelecimentos comerciais das mais variadas ordens eram inaugurados, alterando os padrões do consumo de parte da população e introduzindo novos costumes e hábitos. Esse processo, que parecia ser para todos, já indicava as distinções sociais que recortavam a sociedade santista. Indicando as mudanças de Santos na época, diversos memorialistas destacaram o surgimento de uma vida urbana movimentada, de teatros, cassinos, lojas com vitrines que exibiam uma diversidade de produtos, bares, restaurantes, clubes e hotéis. As ruas, agora com calçadas, permitiam à população passear e tomar contato com as novidades do comércio sofisticado que surgia para atender às suas novas demandas. O espaço da rua e das praças tornou-se mais agitado, com maior trânsito de pessoas, veículos e lojas, mas era cada vez menos "na" rua que estava a vida da cidade. O divertimento cada vez mais veio a se associar ao recebimento de uma renda ou do salário, principalmente a partir da última década do século XIX. As festas e espetáculos – de futebol, inclusive – aconteciam cada vez menos nas ruas e cada vez mais em clubes, onde se pressupunha a condição de sócio ou de convidado para participar, o que implicava uma seleção da convivência. A própria ocupação dos espaços nos espetáculos – como

veremos mais adiante – era mediada pela possibilidade de se pagar por ela.

As festividades já não mais se passavam nas ruas, e quando ainda aconteciam era sob uma nova forma, caracterizada por certa concepção de anonimato. Essas mudanças transformaram o espaço da rua em local de espetáculo, de fruição pelo olhar, de local de trânsito disciplinado de mercadorias e pessoas, afirmando a concepção burguesa do viver em cidades. Com suas antigas funções esvaziadas, ao passo que outras surgiam, a rua, segundo Lanna (1996, p.106):

> "deverá guardar no seu contorno os elementos desta nova sociedade. Simbolizar enquanto linearidade vista como vitória da racionalidade. E ao seu redor vão aparecendo os elementos indicativos da nova rua formando a nova cidade: a calçada que separa o trânsito dos pedestres e dos veículos; as lojas com vitrines simbolizando o mundo fascinante e fetichizado da mercadoria e do anonimato; os espaços semi-públicos ou essencialmente privados de lazer como consumo do tempo livre."

Entre os espaços de consumo do tempo livre, os dedicados exclusivamente aos espetáculos de futebol. Se a expansão da cidade era tratada pelo grande capital privado como oportunidade de negócios, o cada vez mais popular futebol seria parte constituinte desse processo de transformação.

Em uma cidade em formação e transformação, marcada pelos intensos conflitos entre capital e trabalho e por acentuado processo de segregação sócio-espacial, o futebol se traduzia em experiência cultural compartilhada, complexa, contraditória como o espaço urbano que o abrigava.

O ano de 1912 é, como vimos anteriormente, fundamental para a análise das transformações ocorridas em Santos nos anos e décadas subseqüentes. A tênue linha divisória entre público e privado encontraria no futebol em expansão um de seus elementos constitutivos.

No campo esportivo, a fundação do Santos Futebol Clube, em meados de abril. No campo empresarial, curiosamente no mesmo mês de abril, a fundação da Companhia Construtora de Santos por Roberto Simonsen.

De um lado, o surgimento do clube que representaria o ponto de inflexão do processo de popularização do futebol na cidade. De outro, o surgimento da empresa que seria responsável por profundas mudanças no espaço urbano santista, reorganizando a paisagem, criando novos bairros e, conseqüentemente, alterando padrões de sociabilidade e modos de viver.

A atuação da empresa de Simonsen, como visto no decorrer desse capítulo, era bastante diversificada e se espraiava por quase todos os segmentos do setor de construção: obras diretamente relacionadas à urbanização, como arruamento, calçamento e abastecimento de água; edificação de prédios públicos, residências populares, armazéns, teatros, bancos, igrejas, etc.

A inserção efetiva de Simonsen e de sua Companhia no campo de jogo não tardaria

a acontecer. Novamente, as trajetórias da Companhia Construtora de Santos e do Santos Futebol Clube se cruzariam.

Em abril de 1915, três anos após a sua fundação, o então presidente do Santos Futebol Clube, Agnello Cícero de Oliveira, solicitou a formação de uma comissão de sócios do clube tendo em vista a "necessidade urgente da construção de um campo de football com todas as acomodações e instalações que se fazem precisar aos nossos jogadores e aos nossos apreciadores."

O primeiro terreno analisado pela comissão era de propriedade de Oswaldo Sampaio, negociante do ramo de café. Localizado na região conhecida na época como Campo Grande, o espaço encontrava-se, nas palavras dos sócios e membros da comissão Luiz Suplicy e Sebastião Arantes, "edificada com pequenas casas de madeira", o que poderia trazer ao clube, caso o negócio fosse concretizado, "grande prejuízo além do custo para desalojar os indivíduos do terreno". Apesar das pendências referentes ao espaço, o negócio, no início de 1916, era dado como certo por diversos membros da administração do clube. A situação se modificaria quando, em abril, curiosamente na data do aniversário de quatro anos da agremiação, Luiz Suplicy comunica à diretoria que a Companhia Construtora de Santos – através de sua subsidiária Companhia Santista de Habitações Econômicas – havia proposto ao clube fornecer um campo completo, vendendo-o em prestações mensais (PIERIN, 2011, p. 75). Pouco mais de um mês depois do comunicado, o vice-presidente Álvaro de Oliveira Ribeiro informa aos sócios em reunião extraordinária as seguintes considerações sobre as possibilidades aventadas pela diretoria sobre a compra de um terreno para a construção de um campo de jogo. O documento abaixo é parte da ata da reunião e encontra-se disponível no centro de documentação localizado na atual sede do clube:

> "Valor do terreno da Construtora (Cia. Santista de Habitações Econômicas): 72:000$000, com 16.000 metros quadrados. Valor do terreno de Oswaldo Sampaio: 40:000$000, com 18.000 metros quadrados. A venda do terreno de Oswaldo Sampaio depende da anuência dos condôminos – venda sujeita a embargos do condômino que não estiver de acordo. Construtora: O campo será entregue dentro de quatro meses no máximo. Oswaldo: Necessita seis meses para despedir os inquilinos, podendo ainda segundo informa o advogado do mesmo, haver desmanda do inquilino, o que demoraria a questão. O terreno da Construtora é alto, setenta centímetros acima no nível da rua, com luz elétrica, água e esgotos, bonde e bairro familiar. O de Oswaldo por sanear e para conseguir o saneamento é necessário abrir valas, sem esgotos, sem luz e bonde muito distante. Construtora: paga -se o terreno em dez anos em prestações mensais de novecentos mil réis e juros de 8% a 10% ao ano. O terreno de Oswaldo só terá valor de quarenta contos durante dois anos. Daí em diante será a vontade do mesmo. A opção dará lugar caso o terreno nessa ocasião esteja valorizado e o sr. Oswaldo não sujeitar -se a aceitar o preço combinado e pagar ao clube a importância dispendida na construção das benfeitorias: caso não se possa comprar o campo, o clube terá de pagar (...) 50 anos a quantia de quinhentos mil réis mensais o que importa em dezoito contos de réis. A Construtora ainda empresta ao clube a quantia de trinta contos de réis com juros de 12% ao ano, pagando em

> cinco anos e em prestações mensais, para a construção das benfeitorias. Com o sr. Oswaldo não se tem onde haver essa quantia devido as condições atuais da Praça e ao clube, sem fundo de reserva, o que deixará problemática a construção de arquibancadas etc, e até o fim do ano corrente onde será disputado o campeonato? Com a Construtora, com os três primeiros anos, o clube terá gasto a importância de cinqüenta e sete contos de réis. Com o sr. Oswaldo, o clube, nos três primeiros anos, terá de arranjar a quantia de quarenta contos de réis para a compra do campo, mais trinta contos para pagamento das benfeitorias, e, mais doze contos dos aluguéis dos campos, o que soma oitenta e dois contos de réis."

Em menos de duas semanas, no dia 10 de junho de 1916, o presidente Agnello Cícero de Oliveira encerrou as negociações e assinou contrato de compra do terreno e construção do campo de jogo – incluindo aterro, colocação de gramado e ligação com a rede de esgoto e saneamento – com a Companhia Santista de Habitações Econômicas. Interessante notar o destaque dado no documento à existência de água, rede de esgoto, luz elétrica, linhas de bonde e demais serviços urbanos no contrato oferecido pela Companhia, empresa responsável, em parceria com o poder público local, por amplo projeto de urbanização do incipiente bairro depois chamado de Vila Belmiro.

As negociações entre Santos Futebol Clube e a empresa de Simonsen revelam aspectos interessantes do processo de configuração do espaço urbano santista.

A construção de habitações populares em uma cidade caracterizada por crescimento populacional vertiginoso era tema amplamente discutido desde fins do século XIX. Saturnino de Brito, por exemplo, em texto de 1909 já propunha para Santos a construção de "lares operários destinados às famílias pobres", tendo por objetivos a melhoria das condições de salubridade e o conseqüente combate às epidemias e o "estabelecimento de uma nova ordem moral e social pela elevação correlata dos sentimentos e conduta do proletariado". (BRITO, 1943, p. 155-56 e p. 162) Na mesma obra, Saturnino indica inclusive as especificações que as moradias populares, destinadas aos trabalhadores, deveriam ter: quarto, cozinha, quintal, gabinete e precisariam ser bem ventilados e servidos por rede de esgoto. Na pedagogia sanitarista de Brito, a conservação da casa e da vida em família seria o lugar primordial de formação de um novo e bom trabalhador.

Na primeira metade da década de 1910, o tema volta à baila por ocasião da fundação da Companhia Construtora de Santos em 1912 e pela criação de uma de suas subsidiárias, a Companhia Santista de Habitações Econômicas, em 1914. Esta última, envolvida diretamente na construção do campo de jogo do Santos Futebol Clube, surgiu, segundo consta do contrato então firmado com a municipalidade, "com o objetivo de construção e revenda de lotes urbanos e construção e exploração de habitações operárias". A Companhia, no entanto, após três anos de contrato – em 1917, portanto – havia construído apenas quatro das quinhentas moradias operárias previstas no acordo com a administração municipal (LANNA, 1996, p. 129). O período coincide com a proposta feita pela empresa ao Santos Futebol Clube para a construção de uma praça esportiva na

mesma Vila Operária, posteriormente denominada Vila Belmiro, que deveria ter recebido as habitações destinadas à classe trabalhadora.

Nas palavras de um de seus diretores, em passagem citada por Lanna (1996), a Companhia afirma ter desistido da construção de habitações populares no local devido ao fato de o capital empregado não ter "justa remuneração".

O traçado das linhas de bonde e dos canais de saneamento dos projetos de Saturnino de Brito ia definindo a paisagem dos bairros explorados, loteados e comercializados pela empresa de Simonsen. A ocupação dos novos bairros respondia à lógica de mercado aplicada à habitação. No lugar de moradias populares, confortáveis casas com jardins sendo ocupadas, ainda nas palavras do diretor da Companhia citado anteriormente, por "operários de casaca", típicos elementos da classe média. De um lado, a classe trabalhadora vai sendo empurrada para as adjacências da região central e para os morros, espaços desprovidos, em larga medida, das benesses das reformas urbanas e das obras de saneamento. De outro lado, a expansão do capital privado, articulado ao poder público, na exploração e loteamento dos novos bairros que surgiam.

Os estádios de futebol surgiam como desdobramento da expansão e das transformações urbanas, consolidando os espetáculos de futebol como possibilidades de investimentos e de obtenção de lucro.

As relações da Companhia Construtora com o futebol continuariam estreitas. No início da década de 1920, a empresa seria a responsável pela construção da praça esportiva da Associação Atlética Americana, também no bairro da Vila Belmiro. Em reportagem publicada no dia 15 de março de 1925, o jornal *A Tribuna* relata as festividades de inauguração e afirma:

> "Confiada à Companhia Santista de Habitações Econômicas a respectiva construção, o campo da Americana oferece, logo ao primeiro golpe de vista de seu visitante, a mais agradável impressão, pela sua beleza, conforto e segurança, o que vem demonstrar que a empresa a quem foi confiado o trabalho soube desempenhar-se de modo a satisfazer as exigências do esporte. (...) A nova praça de esportes está situada à Rua D. Pedro I, n. 50, em Vila Belmiro, e ocupa uma área de terreno de 130 metros por 97, sendo as seguintes as dimensões do campo: 109,60 metros de comprimento por 72,12 de largura. A arquibancada mede cerca de 40 metros, dispondo, também, de casa para mordomo, botequins para arquibancadas e para gerais, dos vestiários, com alojamentos indispensáveis para 66 jogadores, pavilhão para a imprensa, bilheterias e outras dependências."

As poucas informações existentes no diminuto acervo do clube sobre o contrato estabelecido com a Companhia Santista de Habitações Econômicas indicam semelhanças com a operação realizada anos antes nas negociações da empresa com o Santos Futebol Clube. A Americana, hoje restrita a uma pequena sede social no bairro do Gonzaga (o campo de jogo não existe desde o início dos anos 1950), firmou contrato com a empresa de Simonsen ainda em 1919 em que esta se comprometia a "fazer o aterro e realizar obras

de construção das dependências da praça esportiva" do terreno localizado no bairro que, no período, já era conhecido como Vila Belmiro.

A ampliação dos campos de jogo e a ocupação de espaços urbanos pelo futebol evidenciam a apropriação da prática por setores sociais mais diversificados. Essa constatação, no entanto, deve ser vista com cuidado. Embora relevante, a popularização dos espetáculos de futebol precisa ser entendida dentro de seus limites, limites esses impostos pela lógica do capital aplicada ao controle dos espaços e pelas barreiras econômicas existentes para a inserção efetiva de determinados setores sociais à vida cotidiana de alguns clubes.

O estádio do Santos Futebol Clube, por exemplo, possuía, em seus primeiros anos, capacidade para pouco mais de dois mil espectadores. No mesmo período, o clube possuía pouco mais da metade desse número em sócios pagantes. Se as mensalidades em equipes como o *Hespanha* giravam, até o final da década de 1910, em torno de 1$000 (SILVEIRA, 2002, p. 18) e na Portuguesa, no mesmo período, correspondiam a cerca de 4$000 (SILVEIRA e ROGÉRIO, 2017, p. 19), no Santos as mensalidades ficavam entre 8$000, nos anos anteriores à construção do estádio, e em 10$000, nos anos de construção de sua praça esportiva. Embora a inauguração do estádio, como já citado por Pierin (2011), tenha dado certo impulso ao número de sócios do clube, ela não foi suficiente para que o clube pudesse prescindir de não-sócios pagantes em partidas disputadas em casa pela agremiação.

O ainda acanhado estádio, dividido em uma arquibancada coberta, geralmente ocupada pelos sócios, e uma cerca em volta do campo, ocupado por não-sócios que haviam adquirido ingressos, trazia em sua própria arquitetura e concepção espacial a divisão entre os que podiam pagar por certos espaços e os que deveriam assistir aos espetáculos de maneira adequada à suas condições financeiras.

A disseminação de praças esportivas dedicadas à prática do futebol nas décadas de 1910 e 1920 teve nas iniciativas de Roberto Simonsen um de seus vetores. Ela, entretanto, não se restringiu às suas ações.

Durante o final do século XIX e início do século XX, a Companhia Docas de Santos exercia forte controle sobre diversas atividades econômicas na cidade, extrapolando as funções meramente portuárias e explorando setores diversificados como pedreiras e serviços urbanos. Um de seus diretores e, posteriormente, superintendente, teve papel fundamental na compreensão das relações entre a exploração de loteamentos urbanos que caracterizaram a cidade no período e a disseminação do futebol.

Ulrico de Souza Mursa, natural de Niterói (RJ), foi um engenheiro civil especializado em hidráulica, fundador e funcionário de carreira da Companhia Docas de Santos. Durante a juventude, Ulrico Mursa estudou engenharia em três universidades alemãs – Karlsruhe, Hannover e Braunschweig. Na volta, com pouco menos de 30 anos de idade, participou da construção e modernização do porto de Santos, tornando-se rapidamente superintendente

da empresa. A década de 1890, justamente a primeira de Mursa como diretor da Docas, marca o início dos loteamentos visando a ocupação de espaços fora do perímetro da região central da cidade de Santos. Como já abordado anteriormente, à expansão da rede de transportes urbanos, os loteamentos eram explorados pela iniciativa privada, muitos deles comprados por uma crescente camada de servidores públicos, negociantes ou funcionários qualificados dos quadros da Companhia Docas (HONORATO, 1997, p. 88).

A dinâmica de especulação em torno dos loteamentos geralmente respondia à mesma lógica: o terreno era adquirido por particulares que se beneficiavam financeiramente da urbanização de seus terrenos. Esses particulares eram responsáveis por alguns serviços básicos de melhoramentos – especificados através de contratos com a municipalidade – e recebiam honorários do poder público em decorrência dos investimentos realizados. Além disso, lucravam com a venda de moradias, exploração do comércio local e revenda de terrenos no perímetro do lote adquirido. O bairro atualmente chamado de Macuco, por exemplo, surgiu nesse contexto. As terras do Macuco, próximas ao cais do porto, pertenciam ao Tenente José Apolinário da Silva, marido da dona Luiza Macuco. Suas terras foram divididas entre seus herdeiros, os quais cederam à Prefeitura para abertura de novas ruas. Além disso, lotearam quadras e construíram residências para venda na região próxima à Avenida Conselheiro Nébias (SANTOS, 1937, p. 55).

Ulrico Mursa também se encaixava nesse perfil: segundo documentos da Prefeitura Municipal de Santos, o então superintendente adquiriu terrenos em cinco regiões da cidade, algumas ainda não caracterizadas como bairros. A localização exata desses terrenos não está especificada, exceção feita a um terreno no bairro do Paquetá.

O terreno de Mursa no Paquetá deu início ao seu vínculo mais estreito com o futebol. Em 1914, o engenheiro firmou contrato de cessão do espaço ao Brasil Futebol Clube – clube criado por funcionários da Companhia Docas –, fundado no ano anterior. O clube recém-criado construiu ali, mais especificamente na Avenida Conselheiro Nébias nas proximidades da região portuária, seu primeiro campo de jogo, utilizado até o princípio da década seguinte não apenas pelo Brasil, mas por grande parte das agremiações santistas do período. Poucos anos depois, Ulrico Mursa seria também responsável pela concessão e regularização do terreno que hoje recebe estádio com seu nome. Nas proximidades da Santa Casa de Santos, o espaço cedido por Mursa em 1919 – e, segundo registros do clube, já utilizado de forma irregular pela agremiação desde o ano anterior – seria utilizado para a instalação do campo da Associação Atlética Portuguesa. Nos poucos documentos existentes sobre a concessão – acessíveis no acervo mantido pela Fundação Arquivo e Memória de Santos em seu Arquivo Permanente –, existe a indicação de que Mursa pretendia “proporcionar lazer para os habitantes da cidade, em especial os de origem portuguesa”.

O estádio da Associação Atlética Portuguesa foi inaugurado em dezembro de 1920 em partida da agremiação contra a equipe do Palestra Itália da cidade de São Paulo.

A disseminação de praças esportivas acompanhava o ritmo do desenvolvimento urbano da cidade. Às largas avenidas, canais, linhas de bonde e demais serviços urbanos somavam-se agora os estádios de futebol e o crescente público que para eles afluía.

Seja para o estádio do Brasil Futebol Clube, na larga e pioneira Avenida Conselheiro Nébias através do bonde elétrico de número cinco, seja para a praça esportiva do Santos Futebol Clube, nas proximidades do canal de saneamento de número dois através do bonde 27, seja para o estádio Ulrico Mursa da Portuguesa Santista, em frente ao canal de número um idealizado por Saturnino de Brito através do bonde dezessete, centenas de pessoas circulavam pelos caminhos da cidade a cada partida de futebol, criando novas redes de sociabilidade e um novo modo de viver a urbanidade.

As praças esportivas de fins dos anos 1910, desdobramento das reformas urbanas iniciadas ainda na transição do século XIX para o XX, marcariam a consolidação de certa ideia de modernidade e pujança associadas ao espaço urbano santista. Saneada, expandida, higienizada, civilizada. À cidade das praias, canais, porto, empresas, circulação de capital, o seu avesso: entre 1919 e 1920 estouram na cidade duas grandes greves. No primeiro, treze categorias entram em greve em decorrência de paralisação deflagrada no porto por funcionários da Companhia Docas. No segundo, canteiros, entre eles muitos a serviço da Companhia de Simonsen, cruzam os braços. Prisões, invasões de sindicatos, demissões de trabalhadores, deportações.

Falta de moradia, pobreza, segregação sócio-espacial.

À proliferação de times, estádios e espetáculos de futebol, a cidade constituída na saca de café, no saco de cimento, na ponta da picareta, no suor escorrendo pela testa.

Na luta e no lúdico.

Prática social e cultural fundamental na compreensão das tensões entre capital e trabalho, o futebol constituiu elemento primordial de articulação na disputa pelos sentidos da cidade.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil***:* Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**.** São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. **Da cidade e do urbano**: experiências, sensibilidades, projetos. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. “Projetos e Relatórios. O Saneamento de Santos”. In: **Obras Completas de Saturnino de Brito***,* Vol. VII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

CAETANO, Coraly Gará. **Desvendando mistérios***:* Roberto Simonsen e a luta de classes. 1994. Tese (doutorado) – IFCH/UNICAMP, Campinas/SP.

GAMBETA, Wilson. **A bola rolou**: o Velódromo paulista e os espetáculos de futebol (1895 – 1916). 2013. Tese (Doutorado) – FFLCH USP, São Paulo.

GITAHY, M.L.C. **Ventos do Mar**. São Paulo, Editora UNESP, 1992.

HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto:* a Companhia Docas de Santos (1888 – 1914). São Paulo: Prisma, 1997.

LANNA, A. L. D. **Uma cidade na transição***:* Santos (1870 – 1913). São Paulo: Hucitec, 1996.

LUCA, Tânia de. **O sonho do futuro assegurado**: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 30, p. 9-27, 2005.

MAZEVIERO, Maria Carolina. **Memória e identidade urbana em Santos**: usos e preservação de tipologias arquitetônicas da Avenida Conselheiro Nébias. 2008. Dissertação (Mestrado) – FAU USP, São Paulo.

PIERIN, Gabriel Davi. **Santos Football-Club***:* o nascimento de um gigante. Santos/SP: Realejo Livros, 2011.

SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos**: 1532-1936. 2 vols. São Paulo: Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1937.

SCHORSKE, Carl. **Viena Fin-De-Siècle**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA. F. T. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, F. T. da e GITAHY, M.L.C. "O movimento operário da construção civil santista durante a Primeira Guerra Mundial" In*:* **História Social***.* Campinas, IFCH/UNICAMP, 1996.

SILVEIRA, Álvaro dos Santos, ROGÉRIO, Paulo. 100 Anos **Sou Mais Briosa**. Santos/SP: Realejo Livros, 2017.

CAPÍTULO 15

ENSINO DE HISTÓRIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Data de aceite: 24/08/2021

João Carlos da Silva
Doutorado em Educação pela Faculdade de educação/UNICAMP. Pós-doutorado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Atualmente é professor no Colegiado de pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Cascavel. É membro do Grupo de pesquisa HISTEDOPR- História, sociedade e educação no Brasil - GT Oeste do Paraná, Cascavel. Atua na área de Educação, com ênfase em História da Educação, nos temas: questões teórico-metodológicas da história da educação, história da escola pública, instituições escolares, fontes e arquivos
http://lattes.cnpq.br/0234527171754099

Elisângela Batista
Formada em Pedagogia. Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na UNIOESTE, Campus Cascavel
http://lattes.cnpq.br/9552253838813194

RESUMO: O presente artigo examina o ensino de História na perspectiva da emancipação humana, a partir dos aportes teóricos em Kosik (1986), Alves (2001), Saviani (2002), Mészáros (2004) e Duarte (2016). Discute a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), como um movimento educacional que se expressa na perspectiva da mudança, no processo de apropriação do conhecimento científico, patrimônio da humanidade, produzido pelos homens, como superação dea educação burguesa. A PHC emerge da realidade concreta, possibilitadora da transformação social por meio da socialização do conhecimento científico. A Pedagogia Histórico-Crítica surge a partir da necessidade de compreender essa realidade, buscando caminhos para a superação da mesma. Partindo do materialismo histórico-dialético e dos seus fundamentos teóricos, defende o conteúdo científico como o bem maior produzido na história da humanidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de história. Emancipação humana. Escola pública.

TEACHING HISTORY AND HUMAN EMANCIPATION: CONTRIBUTIONS TO THINKING ABOUT CONTEMPORARY PUBLIC SCHOOLS

ABSTRACT: This article examines the teaching of History from the perspective of human emancipation, based on theoretical contributions in Kosik (1986), Alves (2001), Saviani (2002), Mészáros (2004) and Duarte (2016). It discusses Historical-Critical Pedagogy (PHC), as an educational movement that expresses itself in the perspective of change, in the process of appropriation of scientific knowledge, heritage of humanity, produced by men, as an overcoming of bourgeois education. PHC emerges from the concrete reality, enabling social transformation through the socialization of scientific knowledge. The Historical-Critical Pedagogy arises from the need to understand this reality, seeking ways to overcome it. Based on historical-dialectical materialism and its theoretical foundations, it defends scientific content as the greatest good

produced in human history.

KEYWORDS: History teaching. Human emancipation. Public school.

1 I INTRODUÇÃO

O ensino de história sempre esteve associado á educação elitista. Nos séculos XVIII e XIX, esteve ligado aos feitos da nobreza e do poder religioso. No século XX, disseminou uma visão burguesa de sociedade. Para muitos, o ensino de história se resume à apresentação da cronologia e seus protagonistas, sem se deter no contexto da época. Muitas vezes, o próprio professor utiliza-se do método memorístico, como se a história fosse neutra e desconectada da realidade dos alunos.

Quando se aborda sobre o ensino de história, é comum que as pessoas o correlacionem aos feitos heróicos, por exemplo, narrativas sobre o descobrimento do Brasil, Proclamação da República e outros. Pouco se pensa em uma fundamentação teórica e prática materialista-dialético, o que causa, assim, o distanciamento do trabalhador como agente dessa história.

O legado deixado por essa concepção de história é o crescente consentimento em relação às ações dos dominadores e falta de consciência de classe. Profissionais da educação não analisam a reprodução da alienação no seu trabalho improdutivo, de maneira que agem até mesmo contra as esferas sindicais e movimentos que se empenham pelo direito de todos.

Os meios de comunicação, controlados pelo mercado e a serviço do Estado, disseminam o pensamento meritocrático entre a população, colocando o indivíduo como o principal responsável pelo seu sucesso ou fracasso, além de ver seus pares como adversários. Mudar o que está determinado e reproduzido, gradativamente, parece ser impossível de ser transformado, o que faz do ensino de História reprodutor da ideologia dominante.

Outras vezes, predominou uma história fatalista, mediante a periodização dos fatos ligados à visão burguesa europeia, a partir de uma compreensão evolucionista dos acontecimentos, a qual é destituída de qualquer relação com o passado ou com a vida real. O ensino de História privilegiou uma história evolucionista, carregada de estereótipos, maniqueísmos, mitos e preconceitos, de maneira que prevalece a presença do homem branco, tendo sido esvaziadas as lutas sociais.

A ideia de nação, geralmente, era apresentada e estudada a partir de uma noção abstrata e fragmentada, desconexa em relação às outras regiões e continentes, com textos aligeirados, informativos, trazendo elementos superficiais do contexto político e econômico, sem uma visão da totalidade. Isso se evidencia ao observarmos os conteúdos apresentados através de uma narrativa de acontecimentos lineares, que se apresenta como sendo a história verdadeira, para evitar qualquer problematização e verticalização.

Com essas características, a história nacional se fez presente nos livros didáticos, nos discursos de parte dos elaboradores dos saberes históricos, protagonizando essa metodologia memorística, como se a história fosse linear. Longe de ser uma ciência neutra, o ensino de história sempre esteve a serviço de determinados objetivos políticos, fundado em uma visão positivista, nesse sentido, em um campo político, porém, burguês.

Atualmente, o ensino de história, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na escola pública, tem sido considerado, sobretudo, pelas instâncias de poder, menos relevante do que outras disciplinas, por exemplo, Língua Portuguesa e Matemática. Segundo a visão hegemônica, a dificuldade principal do aluno está nos cálculos, leitura e escrita, de forma que a equipe pedagógica passa a acreditar que a escola precisa estar voltada a essas questões.

Mas, afinal, para que serve o ensino de História? Qual a sua importância nos dias de hoje? Numa sociedade que prioriza o desenvolvimento tecnológico e econômico, os conteúdos de História teriam alguma utilidade?

Elucidar essas interrogações, torna-se necessário compreendermos a história da educação do Brasil, identificando como o ensino de História foi inserido nesse processo de organização social do capitalismo, quais caminhos têm percorrido e qual deveria ser sua verdadeira finalidade. Considerando o exposto, a problemática que norteia nosso estudo consiste na seguinte questão: é seria possível uma proposta de ensino de história no viés da emancipação humana, visando a transformação da atual sociedade?

Abolir o ensino de História ou deixá-lo sobre a lógica do capital é negar a possibilidade do homem de se reconhecer como ser advindo do trabalho, tão separado e alienado de todo o conhecimento decorrente disso. O presente artigo emerge em face da necessidade de compreender esse processo de reprodução em que a escola pública se apresenta.

2 | O ENSINO DE HISTÓRIA NAS CORRENTES TEÓRICAS

A compreensão do que é História pode ser apresentada em três grandes métodos: o positivismo, a Nova História e o materialismo histórico-dialético. No método positivista, a definição de história refere-se à busca pela reconstrução de fatos passados, objetivando a memória de um povo, de uma nação. O positivismo desenvolveu-se no século XIX cujo fundador, Auguste Comte, defendia que todos os fatos sociais deveriam seguir uma natureza precisa e científica. Ele caracterizou, por meio do positivismo, a História tradicional como uma ciência que estuda fatos sociais, econômicos, políticos e culturais, ocorridos no passado da humanidade (HIPÓLIDE, 2009).

Ao positivismo, não interessavam as causas dos fenômenos, por que isso não era positivo, não era tarefa da ciência. Buscar as causas dos fatos, fossem primeiras ou finais, era crer demasiado na capacidade de conhecer o ser humano; era ter uma visão desproporcionada da força intelectual do homem, de sua razão.

A atitude positiva consistia em descobrir as relações entre as coisas, assim nas ciências sociais, criam-se instrumentos, elaboram-se determinadas estratégias (questionários, escalas de atitudes, escala de opinião, tipos de amostragem, entre outros). Dessa maneira, eliminava-se a busca inadequada do por que. Esse conhecimento objetivo do dado, alheio a qualquer traço de subjetividade, eliminou qualquer perspectiva de colocar a busca científica a serviço das necessidades humanas, para resolver problemas práticos.

A principal defesa do positivismo no campo da história é a necessidade de conhecer o passado e, por meio das suas lições, evitar os mesmos erros no presente. Assim, as pesquisas sobre o passado deveriam estar pautadas rigorosamente em fatos comprovados por documentos, apresentados numa linha definida pelo tempo. Nessa corrente, reis, imperadores, chefes militares, presidentes são os protagonistas da história.

O autor traz a reflexão sobre a fragilidade da construção de um pensamento crítico, a fim de considerar a participação de todos, no que diz respeito à construção histórica da sociedade. A teoria positivista explicita que apenas a classe dominante fazia parte dessa construção. A Nova História, também conhecida como História das Mentalidades, tem como principal defensor o historiador Francês Marc Bloch. Caracteriza-se por utilizar métodos de análise que investigam as mudanças na maneira de pensar e de agir do ser humano ao longo do tempo.

Para Marc Bloch, a história não seria mais entendida tão somente como a ciência do passado, uma vez que os acontecimentos do presente são primordiais para a compreensão desse passado. Se a história não era ciência do passado, então seria "ciência do homem"; diante disso. Em última instância, a história se define, como "ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo". Na mesma linha de Bloch, Lucien Febvre, fundador junto a ele a escola dos *Annales*, dizia que "história era filha de seu tempo".

Contrapondo a história na teoria positivista, Bloch descartava a importância de conteúdos documentais para a compreensão da história, pois acreditava que é a pergunta feita que condiciona a análise. A defesa era de uma historiografia do problema, com produções voltadas para todas as atividades humanas, bem como a colaboração interdisciplinar e não só a dimensão política.

A concepção teórica da segunda geração dos Annales, liderada por Braudel, tornou-se um modelo seguido por inúmeros jovens historiadores. Ele buscou afirmar que a História é a ciência humana mais completa e mais complexa; a única que considerava a interação entre estrutura e evento. Ele procurou constituir o conceito de uma História Total, como estava proposto na primeira geração dos Annales.

Esse novo contexto caracterizou o início da terceira fase da Escola dos Annales. A intencionalidade de uma História Total é contraposta por uma historiografia fragmentada, pois abre-se uma ampla diversificação de objetos de estudos.

O materialismo histórico-dialético, formulado por Marx e Engels, ligados ao movimento operário, expressaram teoricamente o interesse dessa classe. Trata-se da

superação do pensamento idealista filosófico de Hegel, o qual acreditava que, para a dialética, devemos utilizar a ideia para desenvolver e criar a história. Marx desenvolveu o método do materialismo histórico-dialético, colocando o homem como um ser determinado às condições materiais existentes, ou seja, desvelando que, por meio dos processos materiais, notadamente do trabalho, a consciência é formada.

No materialismo histórico-dialético, a compreensão do que é história efetiva-se com base na análise conjuntural feita por Marx e Engels, a partir da categoria trabalho e das relações de produções. Nesta perspectiva, trabalho é a base fundamental para a constituição do ser humano como ser social, deixando de ser dominado pela natureza e passando a ser o seu dominador e transformador.

Marx e Engels (2007) conceituam o termo história a partir de reflexões importantes sobre essa ciência na dinâmica das relações sociais. A história, segundo os autores, está inteiramente ligada aos vínculos sociais de gerações distintas e a reprodução total, parcial ou modificação de suas forças produtivas:

> A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior [...] (MARX;ENGELS, 2007, p. 40).

Ao mesmo tempo em que o homem transforma a natureza, ele transforma a si mesmo, atuando de forma consciente e intencional; assim, passa a dominar habilidades e desenvolver técnicas, por meio dos conhecimentos adquiridos nesse intercâmbio com o meio natural.

Diante disso, por meio do trabalho, o homem humanizou-se, pois, decorrente do processo manual, da necessidade do uso e aperfeiçoamento de instrumentos para essa ação, o homem desenvolveu os signos, a linguagem, a escrita.

A divisão do trabalho separa o trabalho físico do intelectual, fator que fortalece o domínio de uma classe sobre a outra, determinando a irreversibilidade da desigualdade social, como também a capacidade dos menos favorecidos terem consciência da realidade social existente.

Embora não aborde diretamente sobre o ensino de História, o materialismo histórico-dialético restabelece a verdade sobre ela. Em última instancia, podemos afirmar que foi constituído para servir aos interesses do Estado. Nas palavras de Mészáros (2008, p. 35): “A própria História teve de ser totalmente adulterada, e de fato frequentemente e grosseiramente falsificada para esse propósito”.

3 I PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES À EMANCIPAÇÃO HUMANA

O ano de 1979 foi um marco para o desenvolvimento da Pedagogia Histórico-crítica, pois, ao coordenar o curso de doutorado em educação, Saviani e doutorandos empenharam-se na busca por uma teoria educacional que superasse a tendência crítico-reprodutivista e as demais concepções pedagógicas, as quais não apresentavam uma proposta educacional que expressasse os interesses da classe trabalhadora.

Saviani (2011) discute que, ao se deparar com o questionamento sobre como está constituído o sujeito cognoscente, qual sua estrutura, de quais caraterística ele é dotado, de forma que possibilite sua aprendizagem, decidiu considerar essa análise para equacionar o problema da educação. Em 1966, ao assumir a cadeira de Filosofia da Educação no curso de Pedagogia, elaborou o programa da disciplina a partir da análise do homem, tendo em vista a elaboração de uma teoria da educação brasileira.

Saviani teve como base os pressupostos adotados por Marx, o qual procurou compreender a essência humana, a partir da atividade trabalho; porém, a existência real do homem, na ordem capitalista, é o trabalho alienado.

Saviani aponta que o primeiro momento da formulação de uma teoria educacional, nesse caso, a pedagogia histórico-crítica, consiste em aproximação ao objeto em suas características estruturais, de modo a aprendê-lo em sua concreticidade; na educação, o problema deve ser revelado na nossa prática cotidiana, diante de questões que nos cabem resolver.

No segundo momento, o qual se refere a proceder à contextualização crítica das teorias hegemônicas, o autor alerta sobre as teorias pedagógicas hegemônicas que, geralmente, são aderidas sem uma análise crítica por parte dos profissionais da educação; são considerados “modismos pedagógicos”, que correspondem aos interesses da classe dominante[1].

Fazer a crítica a essas tendências hegemônicas, sem deixar de reconhecer suas contribuições e a elaboração de uma teoria crítica, sistematizando os vários níveis e modalidades das redes de ensino, além de assegurar à população uma educação de elevado padrão de qualidade, foi o principal desafio da PHC (SAVIANI, 2017, p. 718).

O terceiro momento versa sobre a elaboração e sistematização de uma teoria da educação efetivamente crítica, que é expor o resultado da investigação. Como explica Saviani:

> Assim, efetuado o percurso investigativo indicado ao final da resposta à primeira pergunta, cabe expor, de forma sistematizada, o resultado da investigação

---

1 Em contato com as teorias disponíveis, que se contrapõem entre si, é possível verificar as razões das discordâncias e o quanto elas dão conta de explicar o objeto ao qual se referem. O enfrentamento dos problemas exige compreendermos a natureza da educação, assim, encontraremos os critérios para efetuar a crítica teórica. Resgatar, no plano da consciência, as características essenciais da educação, que as teorias correntes não alcançam, acabam por desvirtuar seu sentido, contribuindo para a alienação (SAVIANI, 2017, p. 716).

> que penetrou no interior dos processos pedagógicos e reconstruiu suas características objetivas, capacitando-se, portanto, a formular as diretrizes pedagógicas que possibilitarão a reorganização do trabalho educativo sob os aspectos das finalidades e dos objetivos da educação, das instituições formadoras, dos agentes educativos, dos conteúdos curriculares e dos procedimentos pedagógico-didáticos que movimentarão um novo éthos educativo voltado à construção de uma nova sociedade, uma nova cultura, um novo homem (SAVIANI, 2017, p.119).

A pedagogia histórico-crítica vem procurando atender às referidas exigências, sendo uma teoria em construção, que se desenvolve coletivamente nos diferentes aspectos que caracterizam os processos educativos. É uma teoria que procura acompanhar atentamente o desenvolvimento da história.

Saviani afirma que uma teoria crítica, ou seja, que se encontra ao lado dos trabalhadores, precisa analisar os limites e inconsistências das teorias hegemônicas e desmontá-las. Verificar em quais fatores históricos e ao interesse de quem ela surgiu, sem deixar de reconhecer seus acertos e contribuições.

Saviani analisa a lacuna presente nas teorias propostas, devido à esfera organizacional e, então, o fato de o sistema expressar contradições entre o que diz que pretende com a educação pública, o que oferece e pela colaboração que essas correntes propiciam ao sistema. Nesse impasse, ele percebe a necessidade de uma mudança da estrutura social para a superação da subjetividade educacional determinada. A PHC se torna ampla na tentativa de explicitar as alternativas necessárias.

Para além de uma visão reprodutivista da sociedade e de superar alternativas ideológicas amenizadoras, a PHC parte da análise da prática, a qual procede nessa teoria, e não ao contrário. Propor o ensino de história, a partir dos fundamentos da PHC, exige conhecer a história concreta, superar o fenômeno em si. Conforme Kosik:

> O homem cria a história e vive na história já muito tempo antes de conhecer a si mesmo como ser histórico. Mas a consciência histórica, que descobriu na história a dimensão essencial da realidade humana, não nos diz ainda por si mesma a verdade sobre o que é a história (KOSIK, 1986, p. 210).

A percepção do homem como agente transformador da natureza é de que ele faz a história, explicita que precisamos saber quem é esse homem. O homem é um ser que é produzido pelo meio e, na medida em que ele produz, adquire experiências, as quais são acumuladas e transmitidas uns aos outros. Ou seja, ele passa a agir sobre o meio para garantir sua sobrevivência, por meio do trabalho, sendo uma condição existencial do homem[2].

2 Para a compreensão da consciência histórica, o ensino de História necessita ser fundamentado no materialismo histórico-dialético, o qual deve comprometer-se com a transformação da sociedade, por meio da mediação do conhecimento. Marx e Engels (2007), ao elaboraram o materialismo histórico-dialético, pensaram no homem, na sua materialidade, como vive e se constitui, ou seja, explicitando o que determina sua existência. As respostas vieram de três pressupostos: o primeiro é o de que a realidade não é estática, encontra-se em constante movimento; o segundo é de que, quem faz a história, é o próprio homem e precisa estar vivo para isso; o terceiro é que a base da história está fundada no trabalho.

Na sociedade capitalista, com a divisão do trabalho, ocorre a separação das atividades físicas das intelectuais. O conhecimento e as riquezas, que são desenvolvidas, ficam nas mãos da burguesia, enquanto o proletariado se torna cada vez mais alienado e não pode desfrutar aquilo que ele mesmo produz. Saviani, com as contribuições de Marx, iniciou o desenvolvimento de sua teoria educacional com a mesma indagação, de maneira que se deparou com a definição do sujeito cognoscente.

Por se tratar de uma pedagogia em favor da classe trabalhadora, a PHC valoriza o conhecimento científico como forma de superação da escola burguesa, que nega esse acesso. Desde o início da humanidade, a partir do trabalho, o homem desenvolveu a linguagem, os conhecimentos diversos referentes à natureza, o mundo, a matemática, a arte e outros. Esse conhecimento ao longo do tempo foi passando de geração a geração e se aprimorando. Na sociedade capitalista, tal saber passou a ser ferramenta de poder e domínio.

Concordamos com Saviani (2010), ao afirmar que:

> [...] Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação (SAVIANI, 2010, p. 45).

É importante compreendermos que a pedagogia histórico-crítica não se trata de uma simples metodologia de ensino ou uma didática para o fazer docente. Surgiu a partir da análise da realidade da qual pertencemos, capaz de propiciar a compreensão da realidade na qual vivemos.

Por se tratar de uma pedagogia contra-hegemônica, não é facilmente compreendida, pois exige o entendimento de como a sociedade está organizada e de todo o processo de domínio de uma classe sobre a outra. Parece contraditório falar sobre o acesso ao conhecimento científico por parte da classe trabalhadora, defender igualdade para todos com tantas escolas públicas e gratuitas; criticar o Estado e a sociedade, sendo que há tantos programas de "educação para todos".

Tudo faz parecer que as pessoas não querem estudar e que aquele que se esforça é que merece "vencer na vida", ter os melhores salários, comer bem, ter acesso à cultura, lazer; já os demais, que "não querem estudar", devem mesmo trabalhar muito e ganhar pouco. Para conhecermos a realidade na qual vivemos e os problemas enfrentados na escola pública, é necessário romper com essa lógica do senso comum.

Sendo a PHC uma teoria educacional que defende a emancipação humana por meio da aquisição dos conhecimentos científicos, a qual tem o compromisso com a superação do processo de dominação e alienação, vai ao encontro dessa proposta, ou seja, um ensino de História que objetiva romper com a reprodução da sociedade vigente. Para Saviani:

> Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens. Entende, porém, a igualdade em termos reais e não apenas formais. Busca, pois, converter-se, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. Para isso a pedagogia revolucionária, longe de secundarizar os conhecimentos descuidando de sua transmissão, considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular (SAVIANI, 2002, p. 230).

Saviani evidencia que, no sentido de instrumentalizar a prática do professor, para que possamos alcançar esses objetivos nos procedimentos didáticos pedagógicos, precisamos ter como base os seguintes passos: no primeiro momento, partir da prática social, na qual professores e alunos podem se posicionar em compreensões diferentes; no segundo passo, devemos identificar os principais problemas apresentados pela prática social, além de problematizar e verificar quais os conhecimentos necessários a serem dominados; no terceiro, apropriar-se dos elementos teóricos e práticos, necessários para superar os problemas detectados na prática social, trata-se da instrumentalização; no quarto momento, é a expressão elaborada da nova forma de entendimento da prática social, ou seja, a catarse, isto é, da efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformando em elementos ativos de transformação social; por fim, o quinto passo é a própria prática social, na qual ocorre a elevação dos alunos ao nível do professor, ocorrido no momento catártico pelo processor de mediação do ensino.

Nas palavras de Newton Duarte, a catarse: "Trata-se de uma transformação, ao mesmo tempo, intelectual, emocional, educacional, política e ética, que modifica a visão de mundo do indivíduo e suas relações com sua própria vida, com a sociedade e com o gênero humano" (DUARTE, 2016, p. 3).

Valendo-se dos procedimentos necessários, desenvolvidos por Saviani, vemos que o ensino de História, no viés da Pedagogia Histórico-crítica, possibilita a superação da história fictícia que os dominantes têm enfatizado. Não há como ignorar os problemas educacionais do Brasil para compreender a visão de "inutilização" do ensino de História, pois, em um país, onde a Educação é ofertada à classe trabalhadora, como defendia Adam Smith, "em dose homeopática", justifica-se a negação da formação para emancipação humana.

O ensino de História, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no viés da pedagogia histórico-crítica, possibilita a ruptura da compreensão do pensamento subjetivo da criança para o conhecimento objetivo sobre a concepção humana, filosófica e de mundo.

Considerando a necessidade do ensino de História nessa perspectiva, podemos perceber o quanto é desafiador esse caminho, devido ao contexto atual, marcado pelo conservadorismo vigente.

Nesse enfrentamento com contornos políticos e ideológicos, a pedagogia histórico-crítica, coloca-se como uma teoria de extrema relevância, sendo dotada de fundamentos a

uma ação educativa de transformação social, um importante referencial de muitos currículos dos municípios brasileiros.

Em contraposição à pedagogia crítica, outras concepções pedagógicas idealistas passam a nortear as propostas às novas políticas e diretrizes educacionais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) foram a expressão desse movimento com perfil liberal, que visavam formar um novo indivíduo, apto às novas exigências do mercado, sendo cooperativo, dinâmico e eficiente. Tal ideário necessitava de uma educação favorável à ordem capitalista; ademais, apoiam-se nessas abordagens a favor da Ordem e do Progresso a partir de uma pedagogia reprodutivista.

A citação acima contribui para percebermos que esses processos de mudanças metodológicas aparecem sempre como um discurso para a melhoria da educação. Essa corrente baseia-se na epistemologia genética, a qual acreditava na necessidade de uma boa maturação para ocorrer a aprendizagem.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de: compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no cotidiano, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, além de respeitar o outro e exigir para si o mesmo respeito; posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertença ao País; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos sociais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997).

De acordo com o documento, a proposta de História para o ensino fundamental foi desenvolvida para propiciar reflexões e debates sobre a importância dessa área curricular, como referência aos educadores, na busca de práticas que estimulassem e incentivassem o desejo pelo conhecimento.

A história local, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é defendida como forma de inserir o aluno em sua realidade, mas não de proporcionar uma superação dela. O que pretende é possibilitar que ele conheça o lugar em que vive, as pessoas com quem convive nesse contexto, valorizando a sua história e respeitando diferentes formas de vida e de costumes. A partir desses conhecimentos adquiridos pelos alunos ao conhecer o local onde se encontram, irão compreender as diversas mudanças e relações, entendendo-se como sujeitos inseridos em tempos e espaços distintos.

Segundo a proposta, trata-se de uma ruptura entre o ensino de História tradicional, com aulas expositivas e relacionadas a conteúdos que enfatizam o passado. Assim,

buscam-se novas relações entre o passado e o presente, incorporando o conceito de coletividade para uma formação histórica significativa.

Embora a grade curricular defina a quantidade de aulas e disciplinas a ser trabalhada, a realidade presente no cotidiano não deixa que sejam cumpridas. Professores, no interior da sala de aula, passam grande parte do seu tempo realizando funções que não deveriam ser suas. No “chão da escola”, é onde expressam os principais desafios educacionais vindos da crise social.

É na escola pública que a maioria da classe trabalhadora procura suporte para enfrentar problemas emergenciais, dentre os quais, podemos incluir: segurança, cuidado, alimentação e, ao mesmo tempo, a esperança de um amanhã melhor, pois, para a classe trabalhadora, expropriada de todas as condições de existência, a escola, talvez, seria a única saída para enfrentar o preconceito e a exclusão.

São inúmeros os problemas que professores precisam enfrentar em sala de aula, que dificultam o processo de ensino e aprendizagem. A maioria deles é ignorada pelo sistema, visto que há uma tendência de naturalizar os fatos e propor para as escolas programas fenomenológicos, em parcerias com o sistema privado, os quais envolvem o “empenho” e colaboração da equipe pedagógica.

Para a psicologia histórico-cultural, a formação do homem deixa de ser vista como apenas consequência da evolução biológica e por meio das relações sociais. As contribuições das pesquisas de Vygotski, referentes ao desenvolvimento do psiquismo, demonstram a importância da mediação dos conhecimentos científicos à formação do homem.

A teoria educacional de Saviani, com amparo em Marx, desenvolve uma pedagogia que analisa a necessidade da aquisição dos conhecimentos científicos, como necessários para a formação do homem de forma ominilateral. Ancorado nos pressupostos marxianos, Manacorda (2010, p. 94) define omnilateralidade como o “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação”.

A partir desses pressupostos, o homem, para tornar-se, a rigor, humanizado, não deve apenas ter as características biológicas, pois necessita desenvolver suas funções psicológicas superiores. Os homens formam outros homens, por meio da educação. Essa é uma condição para que os indivíduos possam garantir plenamente sua existência em sociedade. A escola é a instituição singular com esses atributos, ou seja, com o encargo da transmissão dos conhecimentos científicos.

Ainda que a escola pública esteja condicionada a servir aos interesses da classe dominante, pode ser um espaço de transformação da desigualdade social, se estiver de acordo com uma proposta educacional que favoreça a classe trabalhadora.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, estamos passando por uma crise, em que o trabalho alienado, a desigualdade, os lucros estão acima da vida humana. Observamos que a educação pública está voltada para a formação mínima, para "mão de obra" aos menos favorecidos, assim como tem ocorrido ao longo dos tempos. Consideramos que tal realidade não será superada com esvaziamento curricular e sem a possibilidade de se conhecer a verdadeira história da sociedade em que vivemos que é uma história de domínio e luta de classes.

A desunião dos trabalhadores e a falta de consciência de classe impedem a luta para a transformação do quadro situacional, no qual estamos, para uma sociedade mais justa. No decorrer de nossas reflexões, vimos que o ensino de História, na vertente positivista e escolanovista, estava integrado a uma concepção biológica e empírica do desenvolvimento humano.

O ensino de História, no viés da pedagogia histórico-crítica, possibilita a ruptura da compreensão do pensamento subjetivo para o conhecimento objetivo sobre a concepção humana, filosófica e de mundo. A negação e omissão do ensino de História são a impossibilidade de compreensão do homem sobre si mesmo.

Considerando a necessidade do ensino de História no viés da pedagogia histórico-crítica, podemos perceber o quanto é complexo esse caminho devido ao contexto atual já mencionado. No decorrer da produção do conhecimento humano sobre quem somos e como nos constituímos socialmente, inúmeras foram as explicações e esses pensamentos tácitos se propagam no decorrer do tempo.

Por fim, podemos considerar que é na escola que a passagem do conhecimento cotidiano para o conhecimento científico deve acontecer. Almejamos um ensino de história e uma educação emancipadora que desvelem a verdadeira face da sociedade e que propiciem a percepção do trabalhador como o principal desfavorecido, dominado, o qual é, contraditoriamente, o que sustenta a economia desse sistema, sem ao menos desfrutar das riquezas e tecnologias geradas por ele mesmo.

REFERÊNCIAS

ALVES, G.L. **A produção da escola pública contemporânea.** Campinas: Autores Associados, 2001.

BASSO, J. D.; NETO, L. B. As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia Campos Jataí- UFG**, Jataí, v. 1, n. 16, p. 1-15, jan./jul.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 23/12/1996.

BRASIL**. Parâmetros Curriculares Nacionais** (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF, 10 volumes. 1997

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base.** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 24 jul. 2020.

CHAUI, M. **Brasil Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DOSSE*, F.* **A história em migalhas***:* dos Annales à nova *história*. Bauru: Edusc. 2003.

DUARTE, N. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo.** Campinas: Autores Associados, 2016.

HIPÓLIDE, M. C. **O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental**: metodologias e conceitos. São Paulo: Editora Nacional, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTINS, L.M. Os fundamentos psicológicos da pedagogia histórico-crítica e os fundamentos pedagógicos da psicologia histórico-cultural. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate,** Salvador, v. 5, n.2, p. 130-143, dez. 2013.

MÉZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2011

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 1º Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. **Educação Do Senso Comum à Consciência Filosófica**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, D.**Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação Significado, Controvérsias e Perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2017

CAPÍTULO 16

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS TÉCNICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Data de aceite: 24/08/2021

Cláudia Maria Bernava Aguillar
http://lattes.cnpq.br/9061760740009940

RESUMO: A formação para a cidadania é um dos objetivos da Educação Profissional no Brasil. Os documentos oficiais que regem esta modalidade de ensino destacam uma formação para a cidadania liberal, ou seja, para atender o mercado de trabalho, revelando a necessidade de estudos que respondam se as escolas, por meio de seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), transcendem a formalização destes documentos e formam para além desta cidadania burguesa. Este trabalho tem como objetivo discriminar e analisar diferentes concepções de Educação Profissional: a oficial do Estado e a que nasce dos próprios trabalhadores através dos movimentos sociais em parceria com instituições públicas de ensino. Analisa-se os PPPs de uma Escola Técnica do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) e de uma Escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscando responder qual PPP, em uma sociedade capitalista, rompe com a formação para a cidadania liberal da classe trabalhadora. Por meio de análise de documentos e entrevistas, considera-se que, mesmo havendo semelhanças naquilo que está formalizado nos documentos oficiais do Estado, a pedagogia focada no trabalho, na gestão democrática e na auto-organização dos alunos da escola do MST, contribui numa ação "contra a cidadania burguesa" presente nas práticas formativas da escola capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. Cidadania. Centro Paula Souza. Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

TRAINING FOR CITIZENSHIP IN POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECTS OF TECHNICAL SCHOOLS: CONTRIBUTIONS TO THE PROFESSIONAL EDUCATION OF THE WORKING CLASS

ABSTRACT: Training for citizenship is one of the objectives of Professional Education in Brazil. The official documents that govern this modality of education highlight a training for liberal citizenship, that is, to serve the labor market, revealing the need for studies to answer whether schools, through their Pedagogical Political Projects (PPPs), transcend the formalization of these documents and form beyond this bourgeois citizenship. This work aims to discriminate and analyze different conceptions of Professional Education: the official one of the State and the one that comes from the workers themselves through social movements in partnership with public educational institutions. The PPPs of a Technical School of the Paula Souza State Center for Technological Education (CEETEPS) and of a School of the Landless Rural Workers Movement (MST) are analyzed, seeking to answer which PPP, in a capitalist society, breaks with training for the liberal citizenship of the working class. Through the analysis of documents and interviews, it is considered that, even with similarities in what is formalized in official State

documents, the pedagogy focused on work, democratic management and self-organization of students in the MST school, contributes to a action “against bourgeois citizenship” present in the formative practices of the capitalist school.
KEYWORDS: Professional Education. Citizenship. Paula Souza Center. Landless Rural Workers’ Movements.

1 | INTRODUÇÃO

A formação para a cidadania, como um dos objetivos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Profissionalizante no País, recebeu destaque nas reformas educacionais dos anos de 1990, como por exemplo a Lei de Diretrizes de Base (LDB), de 1996. A gestão democrática, a cidadania, o trabalho e o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, aparecem nos documentos destas reformas educacionais de um Estado capitalista, revelando a formação para cidadania por meio da reprodução da lógica do capital, ou seja, da cidadania moderna.

Compreende-se que cidadania moderna pode ser reedificada através do desenvolvimento da *contrainternalização* nos ambientes educacionais (MÉSZÁROS, 2008), por meio da utilização da categoria trabalho como princípio educativo, assumindo, assim, uma dimensão ontológica, processo pelo qual o indivíduo se faz, transformando a sociedade e transformando a si próprio. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de duas escolas: uma escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e uma escola do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), ou seja, uma escola que segue “[...] uma pedagogia focada no trabalho e outra focada no capital” (ARAÚJO; RODRIGUES, 2010, p. 51). Qual proposta pedagógica para a Educação Profissional, em uma sociedade capitalista, procura romper com a formação para a cidadania liberal da classe trabalhadora, é a situação problema estabelecida neste trabalho, com o propósito de contribuir na construção de PPPs para os trabalhadores, visando o fortalecimento político desta classe.

Escolheu-se para esta análise, mediante abordagem qualitativa, uma Escola do MST, curso Técnico em Agroecologia em parceria com o CEETEPS, que utiliza-se dos princípios pedagógicos do próprio movimento na formação humana por meio do trabalho, Escola Estadual de Educação Popular “Rosa Luxemburg” (MST), Agudos-SP e, uma escola técnica do CEETEPS que estabelece uma relação direta com o mercado de trabalho na formação de técnicos em Agropecuária integrada ao Ensino Médio, uma Escola Técnica do Centro-Oeste Paulista (CEETEPS).

2 | A CIDADANIA

A cidadania é um conceito constitutivo da democracia antiga, pois atribuía direitos políticos ativos àqueles que eram considerados cidadãos (WOOD, 2011). Na democracia

moderna, a cidadania assumiu uma face diferente da democracia antiga, pois o capitalismo substituiu o privilégio político pelo econômico, ou seja, por meio do liberalismo a cidadania moderna torna-se passiva. Os cidadãos (povo) não são concebidos como uma categoria social, assim como eram "[...] o *demos* ateniense, mas sim um grupo de indivíduos isolados com uma realidade política divorciada de suas condições sociais, especialmente no que se refere ao pertencimento de classe [...]" (WOOD, 2007, p. 426).

Esta concepção liberal de cidadania está atrelada aos ideais do liberalismo do século XVIII. Oriunda do latim *Liber* (livre), a palavra liberal se refere às ideias políticas de pensadores dos séculos XVII e XVIII, tais como Tomas Hobbes e John Locke. As teorias contratualistas de Hobbes e Locke marcam a passagem do estado de natureza à sociedade civil. Os direitos naturais foram transformados em direitos civis. Os indivíduos, por meio de um acordo ou contrato, aceitaram transformar a liberdade natural em liberdade civil. Trocaram a posse natural de bens pela cidadania.

É no período de transição do feudalismo para o capitalismo, que nasce o Estado de direito (o soberano) e a sociedade civil (os cidadãos). A cidadania moderna se desenvolveu ao atribuir aos homens deveres e direitos. Entretanto, eram direitos "que satisfaziam os interesses da burguesia, dentro do processo de constituição do mercado livre [...] criando condições para a consolidação do modo de produção capitalista" (DORNELLES, 2005, p. 129).

As transformações deste período aconteceram como triunfo da sociedade burguesa liberal. Para Hobsbawn (1996, p. 38), na Era das Revoluções (1789-1848, período da Revolução Industrial na Inglaterra e da Revolução Francesa), os princípios inovadores, humanistas e progressistas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que tinham como teoria libertar todos os seres humanos, favoreceram, ainda que indiretamente, a construção de uma ordem capitalista e burguesa, pois "[...] assumiram como verdadeira a proposição de que a sociedade livre seria uma sociedade capitalista [...]". Entretanto, o modo de produção capitalista despiu os homens da real liberdade ao serem dominados pela lógica do capital e a igualdade de direitos e oportunidades caiu por terra em uma sociedade dividida em proletários e capitalistas, isto é, em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas.

As ideias revolucionárias da Revolução Francesa são responsáveis pela definição da cidadania moderna. Redefine-se cidadania em virtude da incompatibilidade entre a monarquia absoluta e a liberdade e igualdade entre os homens. Rousseau (1712-1778), por exemplo, pontuava a necessidade da transferência da soberania para as mãos do povo. Para este pensador, "[...] a propriedade era a fonte da desigualdade humana e, como tal, da perda da liberdade. Os indivíduos através de um pacto iníquo, iludidos, teriam formado a sociedade civil onde tornaram-se desiguais e prisioneiros" (DORNELLES, 2005, p. 128). Um novo pacto social ou contrato social levaria os homens a recuperarem a igualdade, condição primeira para o direito de liberdade.

Este pensamento que definia o povo como soberano e as condições históricas

francesas do século XVIII, com uma burguesia em luta contra o absolutismo feudal, fizeram surgir os Direitos Humanos que coincidiram com as aspirações da massa popular na luta contra os privilégios da aristocracia e, principalmente, os interesses da burguesia na constituição do mercado livre. Assim, o conceito moderno de cidadania, de cidadão, foi construído e consolidado na construção dos Estados-Nações, tornando-se parte importante da ideologia liberal. Na construção deste conceito moderno, o Direito Civil aparece como fundamento principal da cidadania burguesa.

Marshall (1967, p. 63-64, *grifo do autor*), autor liberal-reformista, utilizando a Inglaterra como referencial para a análise, pontua que é possível traçar uma linha clara entre os três direitos que permeiam o conceito moderno de cidadania: o elemento civil, o político e o social. Assim, na sociedade Ocidental, a cidadania para Marshall (1967), apareceu como combinação de liberdade, participação, igualdade e segurança para todos os indivíduos sociais. Foi por meio dos direitos civis que o *status* de liberdade se ampliou, abrindo espaço para o reconhecimento dos direitos políticos e, aos poucos, conquistando os direitos sociais. Desta forma, o núcleo da cidadania burguesa se compõe de Direitos Civis.

Desta forma, cabe às instituições do Estado efetivação destes direitos. Entretanto, ao longo da história moderna, a cidadania se tornou um instrumento de equilíbrio da desigualdade social. Para Marx (2010, p. 48), os direitos humanos são de caráter individualista-burguês, pelo fato de que "[...] nada mais são do que os direitos do membro da sociedade burguesa, isto é, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade [...]." A liberdade se resume no direito do indivíduo de se mover sem prejudicar nenhum outro homem, desvinculando-os, ou seja, separando um indivíduo do outro. Tem-se assim os direitos do homem como direitos do homem individualista movido pelos seus interesses particulares, isto é, que se estabelecem na esfera privada. Os direitos civis são, portanto, a base da sociedade moderna, elemento essencial da cidadania e cabe ao Estado a garantia destes direitos.

O Estado seria a expressão da classe dominante, um aparelho repressivo e hegemônico da burguesia, formado pela sociedade política, que detém o monopólio legal da repressão e da violência, e pela sociedade civil, representada por organizações responsáveis pela elaboração e difusão da ideologia burguesa, tais como: organização religiosa, organização política partidária, organização sindical, organização profissional, organização midiática e organização educacional (COUTINHO, 1989).

A organização educacional é, assim, utilizada pelo Estado a serviço da classe dominante. Apesar da ideia da existência de uma única escola, tem-se, na sociedade capitalista, uma educação para o proletariado e outra para a burguesia. Esta dualidade da função da escola capitalista é analisada por Baudelot e Establet (1971), que ressaltam a impossibilidade da existência de uma verdadeira escola unitária em uma sociedade dividida em classes. Ela torna-se um instrumento a serviço da classe burguesa na luta ideológica

contra a classe proletária.

A escola transmite valores, normas, visão de mundo, ideias, crenças, comportamento etc., isto é, uma ideologia. Na sociedade capitalista, ela atua como instrumento de reprodução da ideologia dominante. A inculcação desta ideologia por meio da escola acontece como forma de regular as massas. Como a educação é obrigatória e gratuita, apresenta uma enorme audiência, tornando-se um canal importante na transmissão das regras capitalistas, dos interesses nacionais, garantindo, portanto, o controle social (ALTHUSSER, 1980; 1999).

Portanto, a formação cidadã, utilizada pelo sistema educacional capitalista, serve a inculcação da cidadania passiva, isto é, da cidadania burguesa. Analisa-se, assim, os PPPs de escolas inseridas em um Estado capitalista, mas com práticas diferentes, pois são referências norteadoras de todos os âmbitos da ação educativa de uma unidade escolar. São expressões ideológicas. As escolas organizam seus PPPs articulando-se aos interesses reais do grupo majoritário, ou seja, a formação do indivíduo se efetuará para o tipo de sociedade que a maioria deseja. Diretores, coordenadores e professores, seguindo os parâmetros oficializados pelo Estado, reproduzem uma ideologia dominante.

3 | A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA: ANÁLISE DO PPP DE UMA ESCOLA TÉCNICA DO CEETEPS (CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO)

Nas últimas décadas, a educação profissional brasileira passou por reformas, com o intuito de expandir, atualizar e diversificar a oferta de cursos (BRASIL, 2014). Esta ênfase atribuída à Educação Profissional é visível no Estado de São Paulo, por meio da expansão, atualizações e diversificação das Escolas Técnicas (Etecs) e dos Cursos Técnicos do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS, 2015a).

O CEETEPS é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). Durante as últimas décadas do século XX, assumiu a administração da educação profissional em nível médio paulista de unidades já existentes e construiu novas Etecs e Faculdades de Tecnologia (Fatecs), contribuindo com a expansão do ensino profissional (CEETEPS, 2015a).

As Etecs seguem um Regimento Comum que destaca a gestão democrática como norteadora do funcionamento destas Unidades de Ensino, valorizando as relações baseadas no diálogo e no consenso, tendo como práticas a participação, a discussão coletiva e a autonomia. Esta participação, segundo o Regimento, possibilitará a todos os membros da comunidade escolar o comprometimento no processo de tomada de decisões para a organização e para o funcionamento das escolas e propiciará um clima de trabalho favorável a uma maior aproximação entre todos os segmentos (CONSELHO DELIBERATIVO, 2015).

O Artigo 4º desta Deliberação (CONSELHO DELIBERATIVO, 2015, *grifo do autor*),

destaca como finalidades das Etecs:

> I - Capacitar o educando para o exercício da **cidadania** e fornecer-lhe meios para sua inserção e progressão no **trabalho** e em estudos posteriores;
>
> II - Desenvolver no educando **aptidões para a vida produtiva e social**;
>
> III - Constituir-se em instituição de produção, difusão e transmissão cultural, científica, tecnológica e desportiva para a comunidade local ou regional.

A gestão democrática, a cidadania, o trabalho e o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social aparecem no Regimento Comum destas escolas e revelam a necessidade de análise deste documento e, também, dos PPPs na compreensão da formação para cidadania por meio de *"remédios formais ou essenciais",* ou seja, por meio da reprodução da lógica do capital ou por práticas que quebrem a ideologia dominante.

Escolheu-se para esta análise uma Etec do Centro-Oeste Paulista, localizada no Município de Garça, SP, que oferece os cursos: Técnico em Agroindústria, Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio e, também, o Teletec, ou seja, cursos Técnicos Semipresencial, nas áreas de Administração, Comércio e Secretariado (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015a).

A escola foi criada pelo Decreto nº 28.304, de 31 de maio de 1957, como Escola de Iniciação Agrícola e, em 1968, através do Decreto 51094, de 16 de dezembro, foi transformada em Colégio Técnico Agrícola Estadual de Garça. Em 1994 foi transferida para o CEETEPS e, desde 1998 desenvolve o Projeto Cooperativa Escola dos Alunos que, assim como Associação de Pais e Mestres, compõe o quadro de apoio à administração da escola (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015a).

O PPP ou Proposta Político-Pedagógica Plurianual utilizada pela escola, destaca como missão: "Formar um cidadão crítico, consciente de sua cidadania, competente, capaz de atuar no mercado de trabalho, buscando alternativas de aprimoramento e atualização profissional contribuindo assim, para a melhoria de sua qualidade de vida" (PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA PLURIANUAL, 2015). Para o Diretor da escola, está é missão de todas as Etecs do Estado, seguindo o Regimento Comum das Etecs de 2013.

Para tanto, além das disciplinas da Base Nacional Comum do curso técnico, disciplinas de Filosofia e Sociologia são ministradas na escola, por serem, segundo PPP, imprescindíveis para uma formação mais integral e cidadã do educando. Elas compõem o quadro de disciplinas oferecidas no Curso Técnico de Agropecuária integrado ao Ensino Médio e, há, de acordo com o PPP, o desenvolvimento de projetos que favoreçam a contextualização e a interdisciplinaridade de conhecimentos, com o objetivo de despertar nos alunos "[...] noções e ações que o levem a mobilizar conhecimentos para intervir na realidade, desenvolvendo assim competências que constituem na formação integral do aluno" (PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA PLURIANUAL, 2015).

Este Curso Técnico de Agropecuária integrado ao Ensino Médio, pertencente ao

eixo tecnológico de Recursos Naturais, forma:

> [...] o profissional que planeja, executa, acompanha e avalia projetos agropecuários e agroindustriais, em suas diversas etapas e atividades, supervisionando a produção agropecuária. Administra empresas rurais e promove a industrialização e a comercialização de produtos. Experimenta, testa, desenvolve e melhora métodos e tecnologias de produção sustentável. Executa pesquisas e análises laboratoriais. Presta assistência e consultoria técnica, orientando sobre a produção, a comercialização e a biosseguridade do setor. Promove diferentes formas de organização social, extensão e capacitação rural e o desenvolvimento da visão de sustentabilidade da produção agropecuária (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015a).

O projeto pedagógico do curso apresenta o mercado de trabalho para os egressos da seguinte maneira:

> Empresas agropecuárias e agroindustriais, de prestação de serviços, agroquímicos, fertilizantes, de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, destilarias e usinas de açúcar e álcool; instituições públicas e privadas de pesquisa, educação e extensão rural; cooperativas agropecuárias e fazendas; consultorias e assistência técnica (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015a).

Um dos projetos da escola que, segundo o PPP, contribui para esta formação e atendimento ao mercado de trabalho, é o da Cooperativa Escola que tem como objetivo "[...] o fortalecimento da organização social, o desenvolvimento sustentável e progresso pedagógico da comunidade escolar, bem como o crescimento financeiro e econômico das atividades produtivas" (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015b). Segundo o Diretor da escola, a cooperativa tem como cooperados os alunos, podendo fazer parte do quadro social também professores e funcionários da Etec. Segue estatuto próprio, independente da Etec, por ser uma empresa constituída juridicamente.

Por meio da Cooperativa Escola, a Etec aprimora os projetos agropecuários, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e, também, gera recursos financeiros para sua autossustentação e do setor de residência dos alunos. Esta prática se justifica, pois:

> A escola hoje num mundo globalizado e capitalista exige a formação de um cidadão consciente e responsável, fruto da união de forças principalmente no setor agropecuário, pois no processo produtivo individual as dificuldades são maiores, como também a comercialização dos produtos e administração da empresa rural (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015b).

A gestão desta Cooperativa é realizada por uma diretoria formada por alunos e funcionários da Etec, que exercem a atividade agropecuária para a manutenção dos projetos e a comercialização dos produtos. Desta forma,

> Os alunos têm a oportunidade de acompanhar todo o processo produtivo da escola e ampliar os seus conhecimentos elaborando os projetos agropecuários, com noções básicas e com visão empresarial. O projeto cooperativa-escola vem atender à necessidade dos alunos em função da preparação para um

> futuro com oportunidades maiores para quem está inteirado com o processo integrado, cooperativo e administrativo. Tem como principal responsabilidade a manutenção dos projetos agropecuários, sendo eles: Bovinocultura de Leite e Carne, Ovinocultura, Suinocultura, Avicultura de Corte e Postura, Cunicultura, Codorna, Minhocultura, Olericultura, Cafeicultura, Produção de mudas, Heveicultura, entre outros (ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA, 2015b).

Portanto, por meio desta descrição da Etec, seu PPP e Cooperativa Escola, compreende-se a preocupação na formação do contingente da força de trabalho para o mercado capitalista. A formação para cidadania está nas competências, habilidades e qualificação para o mercado de trabalho, numa busca por melhorias da qualidade de vida, evidenciando a “concepção produtiva da educação”, que passou a permear profundamente a sociedade durante a década de 1990, ao atribuir à escola a função de formar para o emprego.

> A escola se constituía, assim, num espaço institucional que contribua para a integração econômica da sociedade formando o contingente (sempre em aumento) da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado. O processo da escolaridade era interpretado como um elemento fundamental do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e, consequentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual (GENTILI, 2005, p. 49-50).

Ao formar o contingente da força de trabalho, a educação é, também, promessa da empregabilidade. Nessa perspectiva, compreende-se que os alunos destes cursos escolhem os cursos que melhor os capacitem a competir e a educação se transforma em “principal força produtiva”.

Percebe-se, neste processo, que a educação contribui na produção e reprodução da sociedade capitalista e para a formação para cidadania burguesa. Como diz Mészáros (2008, p. 116), as escolas são uma parte importante do sistema global de internalização da lógica do capital. Os indivíduos são induzidos a aceitação dos princípios ideológicos da classe dominante. Interiorizam a cultura global da sociedade de consumo e, somente “a mais consciente ação coletiva pode destrinçá-los desta grave situação paralisante” (MÉSZÁROS, 2008, p. 116).

4 I A CONCEPÇÃO DE CIDADANIA PRESENTE NAS PROPOSTAS EDUCACIONAIS DO MST: A ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO POPULAR “ROSA LUXEMBURG” (CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA)

O MST nasceu formalmente em janeiro de 1984. Junto com ele, o setor de educação foi implantado, com o intuito de garantir às crianças dos acampamentos e assentamentos o direito à escola. Como alternativa para a educação das crianças, frente à dificuldade de contratação de docentes, utilizou-se trabalhadores leigos dos próprios acampamentos e assentamento. Verificou-se, assim, a necessidade de uma formação adequada destes trabalhadores para a função docência. A primeira atividade de Educação Profissional do

MST foi, portanto, a formação de professores para os acampamentos e assentamentos, que teve início em 1990, com o Curso Normal, através da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro (FUNDEP), em Braga/RS. Outros cursos foram implantados, como o Curso Técnico em Administração de Cooperativas-TAC, criado em 1993, para atender a demanda por trabalhadores com formação específica na gestão das organizações associativas. Com a criação do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária-ITERRA e do Instituto de Educação Josué de Castro-IEJC, em Veranópolis/RS, por iniciativa do MST, em 1995, "[...] outras escolas e centros de formação profissional foram surgindo, em vários Estados" (GUHUR; SILVA, 2009, p. 3177-3178).

Os cursos são realizados em parceria com instituições públicas de ensino (Universidades, Escolas Técnicas, Institutos, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, etc.), apoiados por programas governamentais, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Os PPPs destas escolas têm como objetivo a formação humana por meio do trabalho. O objetivo "[...] está no trabalho (todos devem trabalhar), na apropriação dos meios de produção pelos próprios trabalhadores e na terra como meio de produzir vida e identidade (e não como negócio)" (ITERRA, 2007, p. 12).

Nesta pesquisa, escolheu-se a Escola Estadual de Educação Popular "Rosa Luxemburg", vinculada ao MST, localizada no Assentamento Rosa Luxemburgo, Distrito de Domélia, Município de Agudos-SP. Esta escola foi inaugurada em 08 de dezembro de 2008, na sede da antiga Fazenda Agrocentro, para atender os acampados e assentados da região. Conforme Venturelli (2013, p. 240), as capacitações e treinamentos, nesta escola, são ministrados por um grupo de extensão do Curso de Agronomia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Botucatu. Deve-se destacar, também, o programa de graduação estabelecido no convênio entre a UNESP, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o PRONERA, para a formação dos assentados em nível superior.

Outra parceria estabelecida, objeto de pesquisa deste trabalho, é a da UNESP de Marília e o CEETEPS no oferecimento de um Curso Técnico em Agroecologia, iniciado no segundo semestre de 2015 e organizado por professores, alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Marília, integrantes do MST e professores do CEETEPS. Para a certificação, este curso segue o que já está oficializado pelo Estado, ou seja, objetivos, perfil do profissional e a grade curricular oficial do CEETEPS.

Este curso, assim como o de Agropecuária oferecido pela Etec analisada, faz parte do eixo tecnológico Recursos Naturais e está

> Fundamentado em princípios agroecológicos e técnicas de sistemas orgânicos de produção, o técnico em Agroecologia atua em sistemas de produção agropecuária e extrativista e nas atividades de preservação dos recursos hídricos, do solo, da fauna e da flora silvestre. Orienta sobre o controle natural e biológico dos insetos, doenças e plantas espontâneas. Realiza atividades de educação ambiental. Participa de ações integradas de agricultura familiar considerando a sustentabilidade da pequena propriedade

> e os sistemas produtivos (CEETEPS, 2015b).

Seguindo as informações disponibilizadas pelo CEETEPS, os profissionais certificados por este curso poderão trabalhar em:

> Certificadoras de produtos da agricultura de base ecológica; empresas produtoras e fornecedoras de insumos agroecológicos; de prestação de serviços; instituições públicas/privadas de pesquisa, educação e extensão rural; de produção agropecuária sustentável; cooperativas e associações (CEETEPS, 2015b).

Segundo o Professor responsável pela implantação e implementação deste curso na Escola Estadual de Educação Popular "Rosa Luxemburg", apesar de seguir o que está oficializado pelo CEETEPS para a certificação dos egressos, a prática pedagógica seguirá os princípios educativas em Agroecologia do MST, que utiliza da gestão democrática, do trabalho associado, da utilização adequada dos agroecossistemas etc. na formação humana.

Nos cursos de Agroecologia oferecidos pelo MST percebe-se a articulação da ação política na luta por Reforma Agrária com a educação escolar, numa tentativa de transformação humana e social. Assim, as práticas educativas em agroecologia são, além de soluções para os problemas ambientais, alternativas socioeconômicas e culturais por meio de um projeto político pedagógico para a emancipação humana.

Estas práticas educativas em agroecologia entraram, de maneira significativa, na agenda do MST a partir dos anos 2000, desencadeando na formação política e técnica dos indivíduos. Sugiram, assim, "[...] mais ou menos 26 escolas de Agroecologia do Movimento em todo o Brasil, com a intenção de formar técnicos voltados para a criação das condições gerais de produção e reprodução da Agroecologia (SANTOS, 2014, p. 61).

Como verifica Santos (2014), a Agroecologia é entendida pelo MST como um campo de conhecimento de caráter multidisciplinar na formação de trabalhadores rurais por meio de princípios e conceitos ecológicos para o manejo sustentável, levando em consideração a preocupação com o esgotamento do solo, a degradação dos recursos naturais e a produção sem a exploração da mão de obra. As práticas pedagógicas na educação profissional em Agroecologia do MST são orientadas pelos princípios educacionais deste movimento social, tais como: a autogestão, a participação efetiva, os tempos educativos, o trabalho, a pesquisa, auto-organização dos alunos e a gestão democrática.

Durante entrevista com Professor responsável pela implantação e implementação do curso, verificou-se que o PPP da Escola Estadual de Educação Popular Rosa Luxemburg está em fase de reelaboração, seguindo os princípios pedagógicos do MST, tais como a gestão democrática e a auto-organização dos alunos.

Desta forma, sem o PPP da escola concluído para a análise, buscou-se a compreensão destes princípios em Dal Ri e Vieitez (2008, p. 224). Estes autores destacam que a gestão democrática "[...] compreende dois pontos fundamentais: a direção coletiva

dos processos pedagógicos e; a participação de todos os envolvidos no processo de gestão da escola" (DAL RI; VIEITEZ, 2008, p. 225). Já *auto-organização dos estudantes* diz respeito ao coletivismo, aprendendo a dirigir e a obedecer, dependendo da necessidade.

As concepções pedagógicas de coletividade, gestão democrática e de formação humana estão presentes nos princípios filosóficos da educação do MST. A educação para a transformação social, a educação para o trabalho e a cooperação, a educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana e a educação com/para valores humanistas e socialistas, permeiam os PPPs das escolas (MST, 1996).

Deve-se ressaltar, também, que os princípios da educação do MST apresentam críticas à escola oficial do Estado, numa tentativa de construir sua própria escola. Esta escola atende aos interesses dos trabalhadores, na formação de "um novo homem, de uma nova mulher, para uma nova sociedade e um novo mundo" (MST, 1999, p. 03). Para tanto, há a necessidade de um trabalho coletivo para "[...] romper com as cercas de mais este latifúndio: o latifúndio do analfabetismo e **da educação burguesa,** fazendo a Reforma Agrária também do saber e da cultura" (MST, 1999, p. 04, *grifo do autor*).

Nos cadernos de educação do MST fica claro o objetivo de formação de uma "consciência organizativa", preparando indivíduos "capazes de decidir sua vida e os rumos da caminhada coletiva do Assentamento e da classe trabalhadora (MST, 1999, p. 10). Assim, a organização coletiva é importante para desenvolvimento de novos sujeitos sociais, ou seja, de pessoas engajadas na luta e na construção de uma nova sociedade.

Há, portanto, uma tentativa de transformação da cidadania burguesa, numa luta por uma sociedade democrática que quebre a reprodução da sociedade capitalista, ou seja, uma democracia como prática de um grupo que se organiza, luta e vivencia a construção de uma nova sociedade. Desta forma, o MST deseja, do ensino fundamental ao profissional, que a escola "[...] eduque os **cidadãos** que desde cedo compreendam qual é o sentido de viver em sociedade e que especialmente a democracia como prática de organização do coletivo [...] (MST, 1992, p. 26, *grifo do autor*).

Portanto, o trabalho coletivo e o autogoverno democrático fazem parte das ações educativas do MST. Compreende-se nestas ações uma aproximação ao que Mészáros (2008) compreende como contraconsciência, ou seja, a adoção de práticas político-educacional-cultural no rompimento da lógica do capital no âmbito da escola estatal.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como propósito deste trabalho, buscou-se discriminar e analisar diferentes concepções de Educação Profissional: a oficial do Estado e a que nasce dos próprios trabalhadores através dos movimentos sociais em parceria com instituições públicas de ensino. Analisou-se, assim, os PPPs de uma Escola Técnica do Centro Paula Souza (CEETEPS) e de uma Escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

buscando responder qual PPP, em uma sociedade capitalista, procura romper com a formação para a cidadania liberal da classe trabalhadora.

Para atingir os objetivos, primeiramente, aproximou-se da compreensão do conceito de cidadania, sua configuração na Grécia Antiga e as mudanças que ocorreram nesta categoria, na democracia moderna, compreendendo as diferenças entre a cidadania antiga e a cidadania moderna. A primeira não separa, no seu exercício, a política da economia, se realiza como "cidadania ativa", isto é, no poder do povo, não englobando, entretanto, a maioria da população. A segunda se efetiva na substituição pelo capitalismo, do privilégio político pelo econômico. É uma cidadania passiva que despolitiza os indivíduos e atomiza-os, mas que pode ser transformada e utilizada pela classe trabalhadora, reedificando-a por meio da *contraconsciência* ou da "*contracidadania*" burguesa.

Após análise dos PPPs das escolas supracitadas e de entrevistas com Diretor da Etec (CEETEPS) e Professor responsável pela implantação e implementação do curso de Agroecologia na escola do MST, verificou-se que, mesmo havendo semelhanças naquilo que está formalizado nos documentos oficiais do Estado, a pedagogia focada no trabalho, na gestão democrática e na auto-organização dos alunos da escola do MST, contribui numa ação *"contracidadania"* burguesa presente nas práticas formativas da escola capitalista.

Portanto, dentro deste contexto, a educação do MST nasce e se desenvolve atendendo aos interesses dos trabalhadores em luta, na formação de "um novo homem" e "uma nova sociedade". O trabalho coletivo é evidenciado no rompimento das "cercas" da educação burguesa, ou seja, na *contraconsciência* ou "*contracidadania*" burguesa.

Entretanto, há a necessidade de uma pesquisa para uma compreensão destas propostas educacionais colocadas em prática, isto é, das ambiguidades na concepção de cidadania dos dirigentes, professores e alunos na vida cotidiana destas escolas, para assim, construir um PPP que contribua na educação democrática da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Referências sobre práticas formativas em educação profissional:** o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. Revista de Educação Profissional. Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, maio/ago. 2010, p. 51-63.

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. **A Escola capitalista.** São Paulo: Cortez, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

CANFORA, Luciano. **A democracia**: história de uma ideologia. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

CEETEPS. **Agroecologia.** Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/cursos/etec/agroecologia.asp> . Acesso em: 03 ago. 2015b.

CEETEPS. **Perfil e histórico.** Disponível em:<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/perfil-historico>. Acesso em: 10 jan. 2015a.

CONSELHO DELIBERATIVO. **Deliberação CEETEPS Nº 003, de 18-7-2013**. Disponível em: http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/etec/regimento-comum/regimento-comum-2013.pdf. Acesso em: Acesso em: 10 jan. 2015.

COUTINHO, C. N. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. A educação do movimento dos sem-terra. **Revista brasileira de educação**. Maio/Jun./Jul./ Ago. 2004, n. 26.

DAL RI, Neusa Maria; VIEITEZ, Candido Giraldez. **Educação Democrática e trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de autogestão.** São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.

DORNELLES, João Ricardo W. **Sobre os direitos humanos, a cidadania e as práticas democráticas no contexto dos movimentos contra-hegemônicos.** Revista da Faculdade de Direito de Camps, Ano VI, nº 6, Jun. 2005.

ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA. **Institucional.** Disponível em: <http://www.escolaagricoladegarca.com.br/>. Acesso em: 20 maio 2015a.

ESCOLA AGRÍCOLA DE GARÇA. **Cooperativa.** Disponível em: <http://www.escolaagricoladegarca.com.br/>. Acesso em: 20 maio 2015b.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação.** Campina, SP: Editora Autores Associados, 2005.

GUHUR, Dominique M. P; SILVA, Irizelda Martins de Souza. **A educação profissional no MST:** contribuições a uma educação profissional do campo. In: IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. PUCR, out. 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2724_1383.pdf>. Acesso em: 14 set. 2014.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções.** Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INCRA. **Incra cria três novos assentamentos da reforma agrária em SP** (30/12/2014). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-cria-tres-novos-assentamentos-da-reforma-agraria-em-sp>. Acesso em: 17 ago. 2015.

ITERRA. Que Educação Profissional, para que Trabalho e para que Campo? **Seminário sobre Educação Profissional nas/para as áreas de Reforma Agrária da Região Sul**. Síntese das discussões. Veranópolis/RS: mai. 2007.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. In: Coleção Os Pensadores XVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 37-138.

LOSURSO, Domenico. **Contra-história do liberalismo.** Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (1992). Como fazer a escola que queremos. In: **Caderno de Educação**, Porto Alegre, nº 1. Acesso em:<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=7749>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (1996). Princípios da educação do MST. In: **Caderno de Educação**, Porto Alegre, nº 8. Acesso em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=7585>. Acesso em: 12 nov. 2014.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, (1999). Como fazer a escola que queremos. In: **Caderno de Formação,** Porto Alegre, nº 18. Acesso em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=7585> Acesso em: 20 mar. 2015.

PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA PLURIANUAL. Escola Técnica Dep. Paulo Ornellas Carvalho de Barros, 2015 (mimeo).

SANTOS, Laís Ribeiro dos. A gestão democrática na educação profissional agroecológica do MST/Paraná: a experiência da escola Milton Santos**. Rev. Tamoios**. São Gonçalo (RJ), ano 10, n.2, p. 57-68, jul./dez. 2014.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudo sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e Poder**: as disputas entre o agronegócio e a resistência camponesa no Sudoeste Paulista. Uma abordagem sobre o uso de terras públicas. 2013. 322 f. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e democracia In: **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas.**

CAPÍTULO 17

PRÁTICA DOCENTE: O BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA

Data de aceite: 24/08/2021
Data de submissão: 18/06/2021

Suellen de Souza Lemonje
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Florianópolis (SC)
http://lattes.cnpq.br/4079752215346159

RESUMO: Por muito tempo os professores de história foram formados para analisar documentos escritos, mas com a ampliação do conceito de fonte abriram-se novas possibilidades na construção do conhecimento histórico. Sabendo da escassez de informações sobre o continente africano nos bancos escolares, e visando suprir essa demanda nas escolas, o Estágio Supervisionado de História da autora problematizou a lei 10.639/03, que tornou obrigatório o estudo de história e cultura de africanos e seus descendentes no Brasil. Atrelado a essa temática, o objetivo central deste artigo é estabelecer o diálogo entre o Ensino de História da África e o uso de tecnologias digitais em sala de aula, bem como a construção de materiais didáticos que foram utilizados durante o processo da prática docente. Esta experiência foi possível pela estrutura que o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina oferece, e em virtude do projeto federal PROUCA (Programa um Computador por Aluno), momento em que os estudantes ganharam *netbooks* para o uso em sala de aula. Frente a esse contexto, foi possível a criação e o manuseio de um blog "www.estudandoocontinenteafricano.blogspot.com" criado pela autora para orientar e mediar o conhecimento sobre o continente africano, sua geografia, seus reinos, sua forma de comércio e o contato com outros povos. No blog foram publicados os materiais didáticos elaborados e as atividades produzidas, que ficaram à disposição dos estudantes. Esta ferramenta motivou as práticas de leitura e escrita, além de tornar-se um espaço de troca de conhecimento. É considerável classificar o blog como um recurso pedagógico, ou até mesmo como um material didático, à medida que muitas atividades foram realizadas por meio da publicação das respostas online, onde os alunos acessavam o site em aulas específicas, interagindo com o conteúdo apresentado.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de história. Estágio Supervisionado. História da África. Prática docente. Blog.

TEACHING PRACTICE: THE BLOG AS A PEDAGOGICAL RESOURCE FOR TEACHING AFRICAN HISTORY

ABSTRACT: For a long time, history teachers were trained to analyze written documents, but with the expansion of the concept of source, new possibilities in the construction of historical knowledge opened up. Aware of the scarcity of information about the African continent on school benches, and aiming to meet this demand in schools, the author's Supervised History Internship problematized law 10.639/03, which made the study of the history and culture of Africans and their descendants in the Brazil. Linked to this theme, the main objective of this

article is to establish a dialogue between the Teaching of African History and the use of digital technologies in the classroom, as well as the construction of teaching materials that were used during the process of teaching practice. This experience was made possible by the structure that the Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina offers, and by virtue of the federal project PROUCA (One Computer Program per Student), when students received netbooks for use in the classroom. Given this context, it was possible to create and manage a blog "www.estudandoocontinenteafricano.blogspot.com" created by the author to guide and mediate knowledge about the African continent, its geography, its kingdoms, its form of commerce and the contact with other peoples. The didactic materials developed and the activities produced were published on the blog, which were made available to students. This tool motivated reading and writing practices, in addition to becoming a space for exchanging knowledge. It is considerable to classify the blog as a pedagogical resource, or even as a teaching material, as many activities were carried out through the publication of online responses, where students accessed the site in specific classes, interacting with the content presented.
KEYWORDS: History teaching. Supervised internship. History of Africa. Teaching practice. Blog.

O Estágio Supervisionado é o momento em que o graduando de licenciatura tem a possibilidade de se aproximar da futura realidade profissional. Sabendo da subjetividade deste processo e dos hiatos entre teoria e prática, acredita-se que esse também é o momento de problematizar questões sobre a cultura escolar, e de reconhecer-se como sujeito de um processo que contribuirá com a formação de sua identidade docente.

Portanto, parte-se do pressuposto que o professor não se reduz a conhecimentos já constituídos, nem atua sozinho, ele engloba uma série de saberes que ajudam a formá-lo como sujeito transformador, que constrói conhecimento ao longo da vida, e, por isso, está em constante processo de (trans)formação. Podemos dizer que isso é resultado dos diferentes tipos de saberes docentes que enriquecem a sua atuação no ambiente escolar e contribuem para sua prática pedagógica, como, por exemplo, os saberes das disciplinas, os saberes curriculares, os saberes da formação profissional e os saberes da experiência, sendo que a diferença estaria na relação do professor com cada um deles. O conjunto destes saberes constitui, possivelmente, o que é necessário para saber para ensinar (TARDIF, 2002, p 39).

Desde as práticas escolares dos ensinos primários até a formação acadêmica é possível adquirir diferentes conhecimentos que acompanham o sujeito professor durante sua formação e estão presentes em sua personalidade. Essa gama de aprendizados junto com os saberes constituídos ao longo da carreira permite ao professor atuar e formar a sua identidade profissional, levando em consideração toda a sua subjetividade. No entanto, o campo de trabalho em que o educador está inserido também contribui para a construção de sua identidade docente, por este motivo, é necessário conhecer também o campo de atuação, a escola.

Por ser um colégio com perfil experimental, onde se desenvolvem projetos inovadores para a construção do conhecimento, o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina participou ativamente nas mudanças latentes da sociedade nas últimas décadas, como a inserção de equipamentos tecnológicos em ambiente educativo. O ano de 2010 foi um ano de mudanças no colégio, pela chegada dos *netbooks* provenientes do Programa Um Computador por aluno (PROUCA) [1]. Este projeto foi parte de um conjunto de ações governamentais, e esteve inserido no contexto das políticas públicas do Governo Federal para implementar, também nas escolas da rede pública, diferentes recursos tecnológicos, propondo a inclusão digital.

Por meio de diferentes projetos foi possível perceber a preocupação do governo brasileiro - na época de lançamento do projeto - com a inclusão digital, que vem ao encontro das demandas educacionais do século XXI, que exigem escolas bem equipadas recursos audiovisuais e informáticos e professores formados para lidar com essa nova demanda educativa, propiciando o uso de novas ferramentas pedagógicas para a melhoria da qualidade da educação brasileira. [2]

Cabe ressaltar que o PROUCA foi um projeto pensado pelo Governo Federal em conjunto com outras instâncias, mas a responsabilidade de seu manuseio recaiu aos professores da educação básica, que não tiveram uma formação acadêmica voltada para o uso das novas tecnologias. Para os professores cresceu a responsabilidade de reinventar a sua prática docente, integrando em seu fazer pedagógico este novo equipamento pedagógico, ao passo que os alunos já dominavam essa linguagem, embora nem sempre associada ao uso escolar.

O contato da tecnologia com o campo de conhecimento histórico permite que alunos e professores acessem e compartilhem dados pertencentes à acervos e sites que oferecem informações e análises de diferentes tópicos daquela área do saber, apesar de ser uma importante ferramenta de pesquisa, ela deve ser usada com prudência e orientação.

> Atualmente, o historiador tem acesso a uma quantidade quase infinita de informações, distribuídas em centenas de milhares de sites que oferecem análises de fatos históricos, cronologias, biografias, reproduções de imagens de quadros, esculturas, obras arquitetônicas, músicas, dicionários, enciclopédias, embora parte desse material não siga padrões acadêmicos ou científicos, seja na seleção de fatos ou temas, seja na análise destes. Se por um lado isso cria uma sensação de liberdade e agilidade, por outra dá margem à circulação de toda sorte de informações inconsistentes ou superficiais (CARDOSO, 2012, p. 308).

---

1 O PROUCA foi oficializado por intermédio da Lei 12.249, de 14 de junho de 2010. A partir de então, o MEC, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação, dedicou-se a oferecer gratuitamente laptops para alunos, professores e demais educadores de escolas públicas do país. Lei 12.249, de 14 jun. 2010. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm> Acesso em: 01 jul. 2014.

2 BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Projeto Um Computador por Aluno (UCA): Reunião de Trabalho. Brasília-DF, 07 e 08 de novembro de 2007. APUD MARQUES, Antônio Carlos Conceição. *O projeto um computador por aluno – UCA:* reações na escola, professores, alunos, institucional. Dissertação de mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

Muitos conteúdos são postados na internet sem a devida problematização ou citação de fontes, o que dificulta o seu manuseio. Desta forma, ao incluir essa ferramenta no ensino de história, é necessário também considerar a formação e o papel do professor como mediador deste conhecimento, problematizando o conteúdo e orientando o seu uso. Aqui, o professor não é o centro da produção do conhecimento, mas um condutor do processo.

Neste sentido, é necessário evitar o deslumbramento com estes novos recursos, pois embora facilitador do processo de reprodução, escrita e pesquisa histórica, o computador não substitui a construção do pensamento, sua reflexão, problematização e análise. “O computador não nos substitui nesses passos, temos de estar ali para escolher os temas, os documentos e as hipóteses e problemáticas de trabalho, decidir como abordá-las, conceber a síntese interpretativa que chegará ao conhecimento do leitor” (SILVA; FONSECA, 2007, p 111).

Além do mais, não podemos descartar os documentos originais em face deste novo banco de dados digitais. Sabe-se que preservar documentos históricos requer espaço e manuseio adequado, e que salvá-los em um computador ou no *drive* minimiza estes cuidados e evita sua deterioração. No entanto, de acordo com os historiadores, é primordial preservar a materialidade dos documentos, sua caligrafia, a tinta, o papel e até mesmo a rasura. Não se pode esquecer que os computadores são frágeis, possuem vírus e podem perder sua capacidade de uso. Desta forma, é importante considerar o computador e a internet como uma ferramenta facilitadora do processo de construção de conhecimento, e não como protagonista.

O professor de história também pode incluir as tecnologias como um recurso didático durante o processo pedagógico no qual está inserido. No entanto, a incorporação desta ferramenta ainda precisa ser desenvolvida e testada, exigindo dedicação profunda na elaboração de diferentes planos e estratégias de aula para se adequar à essas mudanças na linguagem virtual.

Essas inovações são um desafio para os professores, que tem a carga horária semanal cheia e estão habituados aos recursos didáticos convencionais, restando pouco tempo e/ou motivação para preparar uma aula diferente, salvo alguns casos. O estagiário docente, nesse caso, tem um papel privilegiado por possuir tempo hábil para planejar e experimentar novos recursos, contemplar o uso dessas novas ferramentas pedagógicas e mobilizar os saberes docentes no uso das novas tecnologias. Essa experiência exige preparo de novas aulas e reflexões sobre a prática docente, pois os próprios alunos da escola solicitam novas formas de aprender. Os novos tempos exigem um padrão educacional que esteja voltado para o desenvolvimento de um conjunto de competências e habilidades essenciais, refletindo a realidade que o cerca.

Na disciplina de Estágio Supervisionado II, como estagiária foi possível experimentar novas estratégias pedagógicas como a utilização de meios tecnológicos, para ensinar a temática do Ensino de História da África. Depois de muitos debates com a professora

orientadora, decidiu-se inovar nas aulas de estágio, por meio da criação de um *blog*, para estabelecer maior contato com os alunos virtualmente, à medida que todos eles possuíam um *netbook* fornecido pelo governo federal por meio do Projeto um Computador por Aluno (PROUCA).

HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BLOG

LINK: www.estudandoocontinenteafricano.blogspot.com.br

Já sabendo da escassez de informações sobre o continente africano nos bancos escolares, e visando suprir essa demanda nas escolas em virtude da lei 10.639/03 - que tornou obrigatório o estudo de história e cultura de africanos e seus descendentes no Brasil - o estágio supervisionado de história da autora, realizado no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, na turma 8ºC, entre dezenove de maio e catorze de julho de 2011, teve o continente africano como seu principal tema. Durante o estágio foi realizada a produção de materiais didáticos para serem utilizados durante o processo da prática docente, a fim de dialogar com a renovação historiográfica e incorporar as problemáticas apresentadas pelo campo do Ensino de História. Os conteúdos debatidos neste processo foram História da África, a variedade de povos africanos, a peculiaridade de sua sociedade (comércio, religiosidade, reinos), e o contato com povos fora do continente.

Neste artigo, pretende-se debater as abordagens tecnológicas utilizadas durante a prática docente, e os caminhos encontrados para desempenhar o processo de ensino e aprendizagem de História da África na escola. Ao considerar a necessidade de fazer um recorte temporal, diferentes aspectos foram levados em conta para a seleção dos eixos temáticos, para que os alunos dialogassem com o tempo e o espaço apresentados, facilitando assim a problematização e o ensino de História da África.

> Com efeito, a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro. Não se trata aqui de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens “esquecidas” ou perdidas. Torna-se necessário retomar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso (KI-ZERBO, 2010, p 32).

O projeto de ensino foi escrito pautado nessa perspectiva, momento em que os pesquisadores de História da África precisaram modificar seus discursos para reescrevê-

la e ensiná-la. Embora a citação inicial tenha sido escrita originalmente em 1982, o debate continua atual (LAUREANO, 2008, p 339). Novas pesquisas e publicações foram feitas sobre óticas mais positivas, a fim de contemplar a diversidade e a pluralidade das sociedades africanas e desconstruir a visão eurocêntrica, sendo esta também a proposta deste artigo.

Durante a graduação, a autora acompanhou intensos debates acerca da problematização dos conteúdos de História da África no meio acadêmico e sua inserção nas instituições de ensino. Nesse caminho de mudanças de discurso, lhe foi apresentada a Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de Historia da África e da cultura Afro-Brasileira em sala de aula, focando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. O intuito da lei era valorizar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Esta lei foi editada no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Seu advento se deu em meio a um intenso debate social amplificado pela mídia, que expressava os primeiros impactos da implantação de programas de ação afirmativa em algumas universidades brasileiras. Portanto, a elaboração do projeto de ensino se desenhou pautado nos debates sobre a ampliação dos currículos escolares e do Ensino de História da África, legitimados com a lei 10.639/03.

> Seu conteúdo e as transformações dela decorrentes produzem uma tensão entre a ampliação dos direitos de cidadania no país e a crescente compreensão da necessidade de enfrentamento do racismo, em suas diversas faces e nas diferentes esferas da vida social, sobretudo no âmbito da escola. A lei atende enfim, também à sua maneira, ao enfrentamento da antiga crítica a um ensino de história centrado em narrativas etnocêntricas, em que a história e a cultura afro-brasileiras, via de regra, compareciam quando compareciam de forma estereotipada (PEREIRA, 2008, p. 21-22).

Com intuito de contemplar a diversidade e a pluralidade das sociedades africanas propôs-se, no plano de ensino construído pela autora, desconstruir a visão eurocêntrica, e substitui-la por uma visão "afrocentrista", ou seja, colocou-se este continente no centro das questões problematizadoras a fim de torná-lo protagonista de sua própria história. Por isso buscou-se *historicizar* a História do Continente Africano por ela mesma, para fugir do recorte 'quadripartite' da história (Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea). O objetivo foi demonstrar que essa visão europeia não se encaixava ao continente que seria estudado, já que ele apresenta peculiaridades em sua história.

No entanto, durante a construção do projeto percebeu-se que

> não basta[va] introduzir conteúdos de história e cultura afro-brasileira ou africana para a superação do eurocentrismo nas abordagens históricas. O desafio é a promoção de um ensino-aprendizagem em que a história africana e a história europeia, por exemplo, não sejam dicotomizadas, nem idealizadas, nem tampouco contrapostas, mas, antes, compreendidas em sua dinâmica e circularidade (IDEM).

Para definir o recorte temporal, foi consultado no Projeto Político Pedagógico o conteúdo programático anual do 8ºC do Colégio de Aplicação, que previa o ensino sobre: a queda do Império Romano do Ocidente, o sistema Feudal e a cultura medieval Europeia; e a expansão islâmica[3]. Embora a ideia inicial fosse fugir dessa linearidade eurocêntrica, não haveria possibilidade de tornar-se alheio ao conteúdo programático e, por este motivo, a autora decidiu *historicizar* o Continente Africano entre os séculos V e XV.

Houve certa dificuldade em encontrar fontes primárias sobre o tema, visto que são poucos os autores que dedicaram suas pesquisas sobre África nesse período, além de ser um povo que preservava a tradição oral. Portanto, muitas leituras foram provenientes da transcrição de histórias, registros e relatos de viajantes.

Desde a promulgação da Lei 10.639/03 surgiram muitas dúvidas sobre sua aplicação, uma vez que havia a necessidade de efetuar mudanças curriculares nas escolas. Nesse contexto, as editoras promoveram a publicação de pesquisas duvidosas que reproduziram os estereótipos à serem superados e, além disso, os professores de História não estavam preparados para trabalhar com a temática em questão, ou seja, a cada avanço novos desafios foram lançados. Por este motivo, desde o início do projeto de ensino, tomou-se o cuidado de selecionar fontes mais críticas e problematizadoras, para posteriormente poder compartilhá-las com os estudantes, a fim de mediar o conhecimento durante a prática docente.

Durante a seleção de textos para a confecção do material didático, tomou-se o exímio cuidado de extrair bons recortes do conteúdo que valorizassem e respeitassem a sociedade e a cultura africana. Os textos e atividades foram elaborados pautados nessas leituras. Na bibliografia específica selecionada há excelentes autores como Alberto Costa e Silva (2006), Catherine Coquery Vidrovitch (2004), Mariana de Mello e Souza (2006), Mauricio Waldman e Carlos Serrano (2007). Entre os autores que debatem o Ensino de História, foram utilizados: Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2009) e Maurice Tardif (2002), para completar esse quadro, também foram utilizados três autores de livros didáticos que trabalharam sobre a História da África, entre eles, Alfredo Boulos Jr (2008), Ricardo Dreguer e Eliete Toledo (1995), e Cláudio Vicentino (2006). Para complementar, também foram utilizados sites relacionados ao estudo do continente africano, como o site Casa das Áfricas[4] e o BHZ design sobre o Ibn Battuta[5].

Para melhor compreensão e em virtude da reunião de tão boas obras, a temática foi dividida em três eixos temáticos dentre os quais os textos didáticos e as atividades foram elaboradas. Os três eixos temáticos trabalhados foram: 'Desconstruindo a visão da África', 'Reinos da África Ocidental' e 'Cultura e arte africana'. Esse recorte foi elaborado com a intenção de que a turma reconhecesse os africanos como sujeitos de sua própria história,

---

3 Informação consultada no Projeto político pedagógico do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina. p. 48.

4 Disponível em < http://casadasafricas.com.br/> Acesso em: mar. de 2011.

5 Disponível em < http://www.bhzdesign.com.br/clientes/ ibnbattuta/projeto.html. > Acesso em: mar. de 2011.

conhecendo e valorizando a estruturação de sua sociedade, suas práticas religiosas, sociais, econômicas, comerciais e políticas (não mais pautadas na visão eurocêntrica).

Cientes de que a maioria dos livros didáticos não abordavam criticamente sobre a temática, o intuito foi suprir a falta de conteúdo problematizador nos materiais didáticos, baseados em novas pesquisas e também na lei 10.639/03. Como resultado disso, a autora confeccionou uma apostila com textos selecionados para complementar as aulas e facilitar o processo de ensino-aprendizagem sobre a História da África.

O principal objetivo do projeto era que os estudantes percebessem que os africanos foram protagonistas de sua própria História, e não figurantes da história europeia. Ou seja, despertá-los para uma visão crítica sobre o eurocentrismo, dando-lhes a possibilidade de construírem um novo olhar, problematizando e percebendo que as características do continente africano são próprias e independentes da chegada dos europeus.

Por meio do manuseio de um blog[6] e outras ferramentas e suportes digitais, atingiu-se o objetivo de orientação e mediação do conhecimento sobre o continente africano, sua geografia, seus reinos, sua forma de comércio e o contato com outros povos.

6 "Um blog, blogue, weblog ou caderno digital é uma página da WEB, que permite o acréscimo de atualizações de tamanho variável chamados artigos ou posts. Estes podem ser organizados de forma cronológica inversa ou divididos em links sequenciais, que trazem a temática da página, podendo ser escritos por várias pessoas, dependendo das suas regras. [...] Os Blogs são espaços interativos, onde tudo pode ser publicado e dito, sem limites para o conteúdo, nem para quem pode ter um. Quaisquer pessoas ou comunidades, de qualquer idade ou região podem criar um blog e postar as informações que julgarem importantes para tal". SENRA, Marilene Lanci Borges; BATISTA, Helena Aparecida. *Uso do blog como ferramenta pedagógica nas aulas de língua portuguesa*. Diálogo e interação. Volume 5, 2011. Disponível em <http://www.faccrei.edu.br/gc/anexos/diartigos69.pdf> Acesso em: 3 mar. 2013.

Figura 1: Página inicial do blog.

Fonte: http://estudandoocontinenteafricano.blogspot.com.br

No blog foram publicados os materiais didáticos elaborados para cada aula e também as atividades produzidas para o projeto, estando à disposição para a pesquisa posterior (online). Portanto, esta foi uma ferramenta de comunicação direta entre aluno e professor, mesmo fora de sala de aula. O blog, como uma ferramenta pedagógica tecnológica, apresentou-se como peça fundamental para a inserção dos *netbooks* (PROUCA) dentro das salas de aulas, servindo como intermediário e base para resolução de algumas atividades.

É considerável classificá-lo como uma ferramenta pedagógica, ou até mesmo como um material didático, à medida que muitas atividades foram realizadas por meio da publicação das respostas online. Ou seja, os alunos acessavam o site em aulas específicas, interagindo com o conteúdo apresentado. Veja o exemplo a seguir:

Atividade

a) De acordo com o texto, qual o conteúdo da lei 10639/03 e quais mudanças ela propõe para o ensino de história?

b) Em sua opinião, como o estudo da História da África pode colaborar para a diminuição de preconceitos e estereótipos de povos africanos e seus descendentes e ampliar a concepção de cidadania no Brasil? Fundamente a sua resposta a partir do texto.

Figura 2 – Recorte de atividade realizada e respondida online.

Fonte: http://estudandoocontinenteafricano.blogspot.com.br

Não podemos deixar de considerar que ao utilizar esse recurso também foi preciso se adequar às novas linguagens desse meio. Um professor que atua há mais de 20 anos em sala de aula apresenta um pouco de resistência e dificuldade ao experimentar essas novas ferramentas pedagógica. O fato de os estagiários serem de uma geração próxima à da turma que realiza o estágio, acaba facilitando o contato e o manuseio dessa tecnologia. Foi possível fazer desse meio tecnológico uma ferramenta didática com o intuito de orientar os alunos a fazerem uma utilização educativa e útil dos *netbooks*, e não os utilizar apenas em sites de relacionamentos e jogos lúdicos.

O blog integrou efetivamente a proposta pedagógica do projeto de ensino, à medida que possibilitou o uso de diferentes ferramentas digitais para incrementar a aula e acompanhar a evolução digital que vivemos na contemporaneidade. Optou-se pelo *blog* para ensinar História da África por ser uma ferramenta motivadora das práticas de leitura e escrita dos alunos. Além disso, é um espaço de troca de conhecimento, sendo uma ferramenta pedagógica muito dinâmica e acessível.

Pode-se concluir que o resultado da proposta foi positivo, pois nas diferentes

atividades em que o PROUCA foi utilizado, os alunos aproveitaram e saborearam uma aula diferente da que estavam acostumados. É importante salientar que embora tenha sido proveitoso, também tivemos algumas dificuldades, havia poucas tomadas em sala de aula para carregar os aparelhos, nem sempre eles tinham memória suficiente para carregar e salvar as imagens e vídeos, e a internet na época ainda era muito lenta, diferente dos celulares e computadores mais modernos encontrados hoje em dia. No entanto, mesmo frente a esses desafios, isso não atrapalhou a realização do objetivo inicial.

Como futura professora, essa experiência permitiu orientar os estudantes para o uso educativo do conteúdo digital da internet, tendo como base sites confiáveis/oficiais, com fontes seguras, baseados em diversas pesquisas para proporcionar uma aula atrativa, com conteúdo novo e problematizado, evitando o uso do computador somente com finalidades lúdicas. No entanto, não só o blog atuou como recurso tecnológico durante a experiência de estágio supervisionado de história, mas também música, apresentação em *power points* e a análise de vídeos-documentários educativos sobre a História da África.

Sabe-se que na internet pode-se encontrar diferentes tipos de conteúdos, muitos deles não confiáveis, mas apesar disso, se o professor souber selecionar os vídeos, as músicas e os documentários a serem exibidos, as aulas ganharão novos caminhos já que hoje os alunos solicitam novas formas de aprender, pois recebem informações dos mais diferentes meios, e tem o poder de acessá-las com a palma da mão.

Tendo a oportunidade de lidar com esta ferramenta pedagógica digital na disciplina de Estágio Supervisionado II, em 2011, a autora decidiu dar continuidade a pesquisa sobre o PROUCA, o que resultou em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado: “Professores de História e Saberes Docentes: Reflexões sobre o uso de recursos tecnológicos no Colégio de Aplicação da UFSC (2010-2014)”. Nesta pesquisa, buscou-se entender de que forma um professor efetivo de história do Colégio de Aplicação utilizou ferramentas pedagógicas tecnológicas, se em sua formação inicial foi incentivado o uso de diferentes estratégias de ensino, se a formação continuada deu suporte a esses anseios, se o suporte técnico oferecido pela universidade e pela escola foi funcional e se os estudantes tinham interesse em utilizar o PROUCA em sala de aula. Sendo assim, pode-se concluir que a experiência vivenciada na prática docente rendeu frutos para pesquisa acadêmica posterior, agregando conhecimento à esta futura professora-pesquisadora.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Identidades e ensino da história no Brasil**. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto e GONZÁLEZ, Maria Fernanda. *Ensino da história e memória coletiva*. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Um Computador por Aluno (UCA)**: Reunião de Trabalho. Brasília-DF, 07 e 08 de novembro de 2007.

BRASIL. **Lei 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <www.planalto. gov.br/ccivil_03 / leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. **Lei 12.249**, de 14 jun. 2010. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm> Acesso em: 01 jul. 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais***:* história. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. **Programa Um Computador por Aluno**. Disponível em <http://www.uca.gov.br/institucional/ projeto.jsp>. Acesso em: 17 nov. 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FONSECA, Selva Guimarães (org*).* **Ensinar e aprender história*:*** formação, saberes e práticas educativas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África:** Metodologia e pré -história da África. Editado por Joseph.Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010

LAUREANO, Marisa Antunes. **O Ensino de História da África.** In: Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 44. 2008.

MARQUES, Antônio Carlos Conceição. **O projeto um computador por aluno – UCA:** reações na escola, professores, alunos, institucional. Dissertação de mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. 85 f.

PEREIRA, Júnia Sales. **Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária:** Desafios do ensino de história do imediato contexto pós-Lei n. 10.639. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 21-43, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SENRA, Marilene Lanci Borges; BATISTA, Helena Aparecida. **Uso do blog como ferramenta pedagógica nas aulas de língua portuguesa.** Diálogo e interação. Volume 5, 2011. Disponível em <http://www.faccrei.edu.br/gc/anexos/diartigos69.pdf> Acesso em: 3 mar. 2013.

SILVA, Marcos. FONSECA, Selva. **Ensinar História no século XXI:** Em busca do tempo entendido. Campinas, SP: Papirus, 2007.

Site oficial Casa das Áfricas. Disponível em < http://casadasafricas.com.br/> Acesso em: mar. de 2011.

Site oficial IBN BATTUTA. Disponível em < http://www.bhzdesign.com.br/clientes/ ibnbattuta/projeto. html. > Acesso em: mar. de 2011.

TARDIF. Maurice. **Saberes docentes e formação profissional***.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

UFSC. **Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação da UFSC**. Disponível em: <https://www.ca.ufsc.br/files/2017/09/PPP-vers%C3%A3o-2012.pdf> Acesso em: 03 mar. 2011.

VEIGA, Ilma Passos. (org.) **Projeto Político-Pedagógico da Escola:** uma construção possível. Campinas: SP, Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

CAPÍTULO 18

MONTESQUIEU, BENJAMIN CONSTANT, TOCQUEVILLE E ALGUNS PROBLEMAS DO MUNDO MODERNO

Data de aceite: 24/08/2021
Data de submissão: 14/06/2021

Marco Antonio Barroso
Universidade do Estado de Minas Gerais
Ubá – MG
http://lattes.cnpq.br/0632768261790476
https://orcid.org/0000-0002-9484-2369

RESUMO: O presente trabalho tem como escopo discutir o posicionamento teórico de Montesquieu, Benjamin Constant e Tocqueville em referência à delimitação de poder e a representatividade política na democracia liberal. A escolha dos pensadores que são objeto deste estudo não se deu fortuitamente, sendo que um dos marcos teóricos que amparam a escolha foi apresentado, ou seja, sua apropriação da vivência/meditação de origem anglófila sobre as bases da democracia liberal. Não obstante, destacamos também a proximidade intelectual que há, por herança, entre as instituições políticas brasileiras e francesas. Contudo, um interlocutor poderia nos questionar, ainda, sobre a distância entre o memento nosso histórico e o dos autores que são objetos de nosso estudo; a este interlocutor podemos responder que a distância contestada é, de fato, positiva para a avaliação crítica almejada, uma vez que ganhamos distanciamento do objeto de estudo e uma visão panorâmica das ideias e dos fatos por elas engendrados. Não negamos, porém, que a motivação principal da pesquisa está ancorada nos problemas contemporâneos e pela crítica que vem sofrendo a ideia de democracia representativa. Contudo, a revisão de alguns pontos de vista, ou a ruminação de ideias, é sempre um passo importante na reflexão filosófica, principalmente no que tange a uma parte tão prática e tão próxima de nós, quanto a filosofia política. Como metodologia de trabalho faremos um estudo monográfico acerca das principais obras de cada um dos referidos autores, seguindo a ordem cronológica de aparecimento da reflexão de cada um, tendo como fonte primária textos destacados dos livros: *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, *Princípios de política aplicados a todos os governos*, de Benjamin Constant, e *Lembranças de 1848* e trechos de *A democracia na América*, de Alexis de Tocqueville.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade, Democracia, Filosofia Política.

ABSTRACT: This work aims to discuss the theoretical position of Montesquieu, Benjamin Constant and Tocqueville in reference to the delimitation of power and political representation in liberal democracy. The choice of the thinkers who are the object of this study was not random, and one of the theoretical frameworks that support the choice was presented, that is, their appropriation of the experience/meditation of anglophile origin on the bases of liberal democracy. However, we also highlight the intellectual proximity that exists, by inheritance, between Brazilian and French political institutions. However, an interlocutor could also question us about the distance between our historical memento and that of the authors who are the object of our study; to this interlocutor we

can answer that the contested distance is, in fact, positive for the desired critical evaluation, since we gain distance from the object of study and a panoramic view of the ideas and facts engendered by them. We do not deny, however, that the main motivation of the research is anchored in contemporary problems and in the criticism that the idea of representative democracy has been suffering. However, the review of some points of view, or the rumination of ideas, is always an important step in philosophical reflection, especially with regard to a part as practical and as close to us as political philosophy. As a work methodology, we will carry out a monographic study of the main works of each of the aforementioned authors, following the chronological order of appearance of the reflection of each one, having as primary source highlighted texts from the books: L'Esprit Des Lois, by Montesquieu, Benjamin Constant's Principes de politique applicables à tous les gouvernements représentatifs, and Souvenirs de 1848, from Alexis de Tocqueville.
KEYWORDS: Modernity, Democracy, Political Philosophy.

1 I INTRODUÇÃO

As ideias de limitação do poder e da representatividade são dois dos temas basilares em destaque nos escritos dos principais pensadores do liberalismo clássico – sejam eles ingleses, dos Estados Unidos ou franceses – a propósito da nascente ideia de democracia representativa. E se na Inglaterra, e em sua principal colônia na América, a preocupação com a limitação do poder do soberano, e com a representatividade, aparentam ser algo constitutivo da própria ideia de nação, o mesmo não pode ser dito dos povos do continente europeu e de suas colônias americanas. Todavia, a reflexão sobre as bases da fundação do estado moderno e da democracia liberal não está ausente da reflexão continental europeia. Podemos encontrar como esforço de traduzir a experiência inglesa, e norte americana, para mentalidade continental e, em especial de língua latina, as obras de Montesquieu, Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville. Conforme acentua HAYEK, "Benjamin Constant e Montesquieu e, melhor ainda, Tocqueville foram pensadores ingleses na França"[1], dada a apropriação que que fizeram do amor pela liberdade, tão cara aos ingleses. Em termos continentais, nossos autores se encontram na linha intelectual de Pierre Bayle (1647-1707) que já no século XVII era a favor da separação entre o poder político e o poder da igreja. Bayle defendia a consciência como única instância julgadora e legisladora das ações humanas.

Ora, o presente trabalho tem como escopo discutir o posicionamento teórico de Montesquieu, Benjamin Constant e Tocqueville em referência à delimitação de poder e a representatividade política na democracia liberal. A escolha dos pensadores que são objeto deste estudo não se deu fortuitamente, sendo que um dos marcos teóricos que amparam a escolha foi apresentado, ou seja, sua apropriação da vivência/meditação de origem anglófila sobre as bases da democracia liberal. Não obstante, destacamos também

1 HAYEK, Friedrich von. *Hayek na UnB*. Brasília: UnB, 1981, p.25.

a proximidade intelectual que há, por herança, entre as instituições políticas brasileiras e francesas. Contudo, um interlocutor poderia nos questionar, ainda, sobre a distância entre o memento nosso histórico e o dos autores que são objetos de nosso estudo; a este interlocutor podemos responder que a distância contestada é, de fato, positiva para a avaliação crítica almejada, uma vez que ganhamos distanciamento do objeto de estudo e uma visão panorâmica das ideias e dos fatos por elas engendrados. Não negamos, porém, que a motivação principal da pesquisa está ancorada nos problemas contemporâneos e pela crítica que vem sofrendo a ideia de democracia representativa. Existe uma percepção difusa de que, com o avanço das "mídias sociais", "o povo" deseja participar mais diretamente das decisões dos governos. Reconhecemos, também, que o presente trabalho não tem pretensões de originalidade, pois o assunto em voga já foi trabalhado com excelência por variados autores. Contudo, a revisão de alguns pontos de vista, ou a ruminação de ideias, é sempre um passo importante na reflexão filosófica, principalmente no que tange a uma parte tão prática e tão próxima de nós, quanto a filosofia política.

Para alcançar as metas estabelecidas para nossa pesquisa, como metodologia de trabalho faremos um estudo monográfico acerca das principais obras de cada um dos referidos autores, seguindo a ordem cronológica de aparecimento da reflexão de cada um, tendo como fonte primária textos destacados dos livros: *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, *Princípios de política aplicados a todos os governos*, de Benjamin Constant, e *Lembranças de 1848*, de Alexis de Tocqueville.

2 I MONTESQUIEU, BENJAMIN CONSTANT E TOCQUEVILLE

2.1 Referencial teórico da obra de Montesquieu

O senhor de *La Brède* e Barão de Montesquieu, de nome Charles Louis Secundat, nasceu dia 18 de janeiro de 1689 no, no castelo de *La Brède* nas circunvizinhanças de Bordeaux. Em seus escritos de juventude, destaca-se uma *Dissertação sobre a Política dos Romanos no Domínio da Religião*. A crítica a autoridade política e a ironia, outras características do Século das Luzes, se avultam pela primeira vez com as *Cartas Persas*, escrito em que Montesquieu coloca sua habilidade literária à serviço de sua reflexão política. Com tom satírico, o livro retrata a sociedade francesa do setecentos, através das cartas trocadas entre dois viajantes persas quando de passagem por Paris. O tom ácido de sua crítica política pode ser visto pela seguinte passagem sobre o rei de França, aos olhos dos viajantes persas, ele aparenta ser:

> O mais poderoso príncipe da Europa. Não tem minas de ouro como o rei da Espanha, seu vizinho, mas tem mais riquezas porque as tira da vaidade dos súditos, inesgotável mais que as minas... Esse rei é um grande mágico: exerce seu império sobre o próprio espírito dos súditos, fazendo-os pensar

> como ele. Se não tem mais que um milhão de escudos em seu tesouro e tem necessidade de dois, não precisa fazer mais do que persuadi-los de que um escudo vale dois, e todo mundo acredita.[2]

Do trecho citado, permanecerá para a reflexão política do Barão de Montesquieu, como traço perene, a luta contra a tirania – tendo ela qualquer "origem social". Essa característica conservadora, própria do espírito de nosso autor, pode ser identificada no discurso fúnebre pronunciado por Maupertius em 1775, quando de sua morte. Segundo a homilia, Montesquieu, "sempre inclinado à brandura e à humanidade, receava mudanças das quais os maiores gênios nem sempre podem prever as consequências. Esse espírito de moderação, com o qual via as coisas na calma de seu gabinete, aplicava-o a tudo..."[3].

Aos 59 anos escreve sua obra de maturidade, *O Espírito das Leis*. A primeira contribuição para o desenvolvimento da história do pensamento, presente na referida obra, é o método que permite seu desenvolvimento. Nele, o pensador francês, distingui a ciência que pretende fazer, sobre o desenvolvimento dos modelos sociais, de das perspectivas religiosas e morais; e também, tenta partir das teorias sociais abstratas e dedutivas para o enfoque descritivo e comparativo, por meio de fatos empíricos. A novidade apresentada por Montesquieu está em apresentar o desenvolvimento das instituições em bases puramente físicas e humanas, rompendo com o teleologismo da tradição cristã, fundada por Santo Agostinho em seu *Cidade de Deus*. Para o pensador iluminista, "o correto conhecimento dos fatos humanos só pode ser realizado cientificamente na medida em que eles sejam visados como *são* e não como *deveriam ser*."[4] Montesquieu, formulou um novo conceito de lei ao aplicar uma metodologia comparativa na descrição dos fatos humanos em separação à ideia de filosofia moral. No *Espírito das Leis*, o autor francês formula um novo conceito de lei em que a teleologia não se encontra como fator fundante. Essa nova perspectiva separa o pensamento de nosso autor tanto das filosofias morais que o precederam, pois elas supunham haver leis que agiam como mandamentos externos, supondo igualmente uma vontade legisladora que se equiparava-se ao agir humano consciente. Em outros termos, as filosofias antigas e medievais atribuíam às forças naturais, ao destino ou às divindades o poder de destinar vida dos seres humanos por leis, tendo estes que, como súditos, segui-las para alcançar a felicidade terrena ou as benesses de uma vida futura.

Para Montesquieu, *lei* "é uma relação necessária que deriva da natureza das coisas, e nesse sentido todos os seres tem suas leis".[5] Por consequência, "tendo cada domínio dos seres suas próprias leis, elas não podem ser apreendidas senão a partir dos próprios fatos, pela comparação e pesquisa, pelo tateio e não pela intuição das essências" e, embora busque princípios primeiros, o autor de *O Espírito das Leis* não pretende encontra-los em conceitos pré-estabelecidos, mas "na natureza mesma das coisas". Ainda como assevera

---

2 TRUC, Gonzague. "Introdução e notas". In, *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p.XII.
3 TRUC, Gonzague. "Introdução e notas", p.XVI.
4 TRUC, Gonzague. "Introdução e notas", p.XVIII.
5 MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p.

Truc, outra inovação, em *O Espírito das Leis,* é a categoria de totalidade, que se encontra no capítulo dedicado à distinção entre a natureza dos Estados e seus princípios. Para Montesquieu, a natureza de um estado seria algo formal, ou seja, ele é que que aparenta ser (república, monarquia, tirania, etc.), já a categoria de princípio seria uma "disposição dos homens no sentido de realizar uma determinada forma e não outra", sendo para o filósofo o princípio entendido como um sentimento por uma daquelas formas especificas, ou seja uma paixão. Por exemplo, "na república essa paixão é a virtude (entendida em sentido político, e não no moral); na monarquia é a honra; e no governo despótico é o temor". Contudo, princípio (espírito) e forma, interagem vivamente na constituição do Estado, "formando uma totalidade real, em que todos os pormenores da legislação, instituição e costumes são efeitos e expressões de uma unidade interna.[6] Embora haja alguma semelhança com a categorização formulada por Aristóteles (384-322 a.C.) para a os tipos possíveis de governo (monarquia, aristocracia e democracia), na nova classificação proposta por Montesquieu, o que mais importa não são as formas políticas que um Estado pode assumir, mas o espírito que motivava o aparecimento delas. Depreende-se dessa dinâmica uma filosofia da história em que o progresso das sociedades é consequência de uma pluralidade causal, muito mais ampla do que a do pensador de Estagira. A respeito da metodologia de pensador francês, assevera ARON [2008, p.4]:

> Seu objetivo é tornar a história inteligível: deseja compreender o dado histórico. Ora, este apresenta a seus olhos sob a forma de uma diversidade quase infinita de costumes, ideias leis e instituições. O ponto de partida da sua investigação é precisamente essa diversidade, que parece incoerente; a finalidade da pesquisa deveria ser a substituição desta diversidade incoerente por uma ordem conceitual. Exatamente como Max Weber, Montesquieu deseja passar do dado incoerente a uma ordem inteligível.[7]

Tal como destaca Aron, Montesquieu pensa que "é preciso captar, por trás da sequência aparentemente acidental dos acontecimentos, as causas profundas que o explicam". Novamente aproximando a teoria formulada por Montesquieu a de Weber, e demonstrando a modernidade da primeira, Afirma Aron que ela: "Consiste em dizer que é possível organizar a diversidade dos hábitos, dos costumes e das ideias num reduzido número de tipos e não que os acidentes podem ser explicados por causas profundas. Entre a diversidade infinita dos costumes e a unidade absoluta de uma sociedade ideal, há um termo intermediário".[8] Mesmo tentando fazer uma ciência limitada aos fatos humanos, rigorosa e positiva, o pensamento de Montesquieu transita lentamente, como podemos flagrar no *Espírito das Leis*, do puramente factual ao normativo, desenhando o projeto político que delineia sua obra mestra. Em 1729, quando de sua viagem à Inglaterra, Montesquieu, inspirado pelo sistema político constitucional inglês, desenvolve a teoria da separação dos poderes que, em seu entender, teria como objetivo a criação de um Estado

6 TRUC, Gonzague. "Introdução e notas", p.XVIII.

7 ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Martins Fontes. São Paulo 2008, p. 04.

8 ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*, p. 04

cuja finalidade última seria a liberdade.[9] Conforme acentua MANET, "ao ver na oposição entre o poder e a liberdade o centro do problema político, Montesquieu fixa aquilo a que poderíamos chamar a linguagem definitiva do liberalismo"[10].

2.2 Referencial teórico da obra de Constant

Devido ao grande número de panfletos e de escritos de momento, talvez pudéssemos afirmar, em uma rápida passagem de olhos pela obra de Constant de Rebecque, que ele não é um autor sistemático. Realmente, talvez não possamos encontrar em seus escritos um sistema fechado – o que seria até contraditório em face das ideias que sempre nortearam sua vida. Mas existe uma linha mestra que conduz seu pensamento e que culmina na escrita de duas obras de referência para dois nichos fulcrais do pensamento ocidental, política e religião. São as obras: *De la religion considérée dans sa source, ses formes et ses développements* e *Principes de politique applicables a tous governments*. Somente com a leitura destes livros é que podemos captar, como um todo, o pensamento teórico do nosso autor, pois são obras complementares que se tangenciam todo o tempo. Ao lermos *De la religion* e *Principes de politique* temos a real noção das filosofias social, política e histórica de nosso autor, e de como a religião encaixa-se nessa construção – feita a partir da *observação do mundo da vida*, se assim podemos nos expressar. Gostaríamos de frisar que aqueles pontos em que a teoria política de Constant relaciona-se com sua teoria sobre o fenômeno religioso, notadamente, sua teorização a partir do vivido real, ou seja, da imersão na experiência existencial. Constant é um protestante franco-suíço, mas o seu tom político é, por assim dizer, profundamente inglês. Como afirma O'Keefe, o pensamento de Constant está enraizado na realidade. Nosso autor prima por seguir o código de conduta dos filósofos de língua inglesa, que afirmam que: "Tudo é o que é, e não outra coisa".[11]

É preciso chamar a atenção acerca da obra *Principes de politique*, a qual possui duas versões. A primeira versão dos *Principes* (1806-1810) só veio a lume de forma completa pelas mãos de Etienne Hofmann nos início dos anos 80 do século passado. Conforme afirmam os principais pesquisadores da obra política de Constant, a primeira versão dos *Principes de politique* pode ser lida como um manual de princípios filosóficos normativos, que procuram guiar a construção de um governo realmente representativo e que tenha como fim a liberdade de seus cidadãos – não importando qual seja o sistema político adotado. A versão de 1806-1810 é, pois, uma obra mais extensa e discursiva do que a segunda versão, de 1815, esta última escrita durante o período dos *Cent jours*. Tal como acentua Capaldi, a segunda versão possui um caráter dirigido, preocupada com a fundamentação de questões constitucionais – em especial aquelas direcionadas a sustentar uma monarquia representativa. Dado o caráter acentuadamente teórico da obra escrita em

---

9 TRUC, Gonzague. "Introdução e notas", p.XXIII.

10 MANENT, Pierre. *História intelectual do liberalismo*. Lisboa: Edições 70, 2015, p.106.

11 Cf. O'KEEFE, Dennis. *Constant et la Modernité: un libertarien conservateur*. Disponível em, http://pt.scribd.com/doc/47558956/Dennis-O%E2%80%99Keeffe-Constant-et-la-Modernite-un-libertarien-conservateur-IC, consultado em 18/06/2012

1806-1810, será sobre ela que centramos nossa leitura. Em sua "Introdução" à tradução norte-americana dos *Principes*, escreve Capaldi: "*Princípios de política* de Constant é um microcosmo de toda sua filosofia política e uma expressão de sua experiência. (...). A edição de 1810 expressa, na sua forma mais pura, as ideias que Constant considerava universalmente aplicáveis a todos os governos civilizados".[12]

Constant admite o princípio da soberania popular e entende este princípio como a única fonte do poder político. Mas, para ele, a soberania não pode ser ilimitada, pois ameaça o indivíduo e sua liberdade. Nosso autor tem uma concepção pessimista sobre o poder político, o que torna necessária, para a proteção dos direitos dos indivíduos, a limitação deste poder. Entre esses direitos inalienáveis se encontram o direito de opinião, de expressão e de crença; direitos cujo poder político não pode penetrar, uma vez que se encontram no domínio da consciência.

Assim como Locke, Constant defende a ideia que o poder político tem por fim somente a garantir os direitos fundamentais à vida, à liberdade e a propriedade. Dessa forma, legisladores e magistrados são "duplamente incompetentes diante da consciência religiosa", filosófica e politicamente. Assim como Turgort, Constant defende a ideia de que a *vontade geral* não é outra coisa senão a organização dos interesses particulares. A vontade geral é um "lugar social" onde as vontades particulares se autocoordenam, tolerando reciprocamente a vontade alheia. Constant apela, pois, à *tolerância*, que define como liberdade para todos afirmarem seus pensamentos. Afirma nosso autor que, "errado ou certo, o pensamento de um homem é seu bem mais sagrado". E, defendendo o direito das minorias, assevera: "a opinião da minoria não pode se subordinar à da maioria. Nenhuma opinião pode, por conseguinte, ser dirigida por consenso social".[13] Constant não coloca nenhuma restrição à tolerância e defende a *tolerância civil* e não somente a *tolerância religiosa*. [CONSTANT DE REBECQUE, p.46].

Embora concordasse, até certo ponto, com a ideia de "pecado original", Constant não consegue conceber como um Estado "totalitário" pode controlar os vícios humanos. Sobre o tema, escreve nosso autor:

> Há uma noção bizarra segundo a qual se alega que, porque os homens são corrompidos, é necessário dar a alguns deles ainda mais poder... ao contrário, a eles devem ser dados menos poderes, quer dizer, é necessário combinar as instituições com sensibilidade e colocar em seu seio alguns contrapesos contra os vícios e as fraquezas humanas.[14]

Se por um lado Constant rompe com o Iluminismo e com a Revolução Jacobina, por outro, também não se identifica com o tradicionalismo. Ele rejeita tanto o programa

12 CAPALDI, Nicholas. "Introdução". In, Benjamin CONSTANT DE REBECQUE. *Princípios de política aplicáveis a todos os governos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007, p.30.

13 CONSTANT DE REBECQUE, Benjamin. *Principes de Politique applicables à tous les Gouvernements*. Paris: Hachete, 1997, p.157.

14 CONSTANT DE REBECQUE, Benjamin. Ralph RAICO. « Le rôle central des libéraux française au XIXe siècle ». In, Alain MADELIN. *Aux sources du modèle libéral français*, p15.

revolucionário, disposto a usar a força para destruir as tradições que não atendiam seu “critério filosófico” de valores, como a proposta dos tradicionalistas, pela mesma razão: a rejeição à ingerência externa no julgamento privado, próprio do indivíduo.

2.3 Referencial teórico da obra de Tocqueville

No centraremos aqui na obra do pensador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), intitulado *Lembranças de 1848. As jornadas revolucionárias em paris*. Fisicamente, o livro é dividido em três partes e sete apêndices. Na primeira parte, Tocqueville escreve sobre o caráter de suas lembranças acerca dos fatos ocorridos durante a revolução de 1848, e sobre os sintomas pré-revolucionários que a sociedade francesa da época apresentava; o autor nos mostra, em sua narrativa, o vácuo de representatividade existente entre as camadas mais baixas da população e as esferas constitutivas do poder, e também sobre a incompreensão desta última em relação aos primeiros sintomas de agitação popular. Na segunda parte, o autor nos apresenta sua leitura sobre os fatos ocorridos e sua posição de homem de ação; na tentativa de manter aquilo que defendia como intelectual, ou seja, a ideia de uma democracia calcada nos valores da representatividade e da liberdade individual, Tocqueville descreve sua candidatura a representante de seu departamento para a assembleia que formularia a constituição pós-revolucionária. À terceira parte da obra cabe apresentar a participação de Tocqueville no ministério de comércio exterior, durante o primeiro ano de governo de Luís Bonaparte (1808-1873).

Somente o dito acima já seria um grande apelo para a leitura da obra do pensador francês, mas as *Lembranças de 1848. As jornadas revolucionárias* não se resumem ao testemunho histórico. Encontramos na obra em apreço alguns pontos que devem se destacar por sua “ahistoricidade”. Além da aguda sensibilidade do autor para os fatos humanos, podemos encontrar na obra em questão, analises sociológicas, não reducionistas, que permitem entender a conjuntura que levou a França, naquele momento histórico, à mais uma revolução. Podemos apreender dos escritos de Tocqueville uma filosofia da história não determinística, como frisa o autor:

> De minha parte, detesto os sistemas absolutos, que tornam todos os acontecimentos da história dependentes de grandes causas primeiras, ligadas entre si por um encadeamento fatal, que elimina, por assim dizer, os homens da história do gênero humano. [...]. Creio que [...] muito dos fatos históricos importantes só podem ser explicados por circunstancias acidentais e que muitos outros são inexplicáveis; e enfim que o acaso [...] tem um grande papel em tudo que vemos no teatro do mundo. [15]

Embora não acredite na determinação histórica por um ente absoluto, o pensador francês faz questão de destacar que crê: “firmemente que o acaso nada faz àquilo que, de antemão, já não esteja preparado. Os fatos anteriores, a natureza das instituições, a

15 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848. As jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Cia. Das letras, 2011, p.104.

dinâmica dos espíritos e o estado dos costumes são os materiais com os quais o acaso compões os improvisos que nos assombram e nos assustam."[16] Caberia, pois, à uma espécie de história-sociológica fazer a análise dessas pequenas causalidades que compõe os grandes acontecimentos, não para prever o futuro, mas para, como uma espécie de psicanálise social, entendermos o hoje.

Acerca do espírito revolucionário francês escreve Tocqueville: "[eu] havia adquirido demasiada experiência dos homens para acreditar, dessa vez, em palavras vãs; sabia que se uma grande revolução pode fundar a liberdade de um país, a sucessão de várias impossibilita por muito tempo toda liberdade regular."[17] E continuando escreve: "e eis a Revolução Francesa que recomeça, pois é sempre a mesma".[18] Tanto quanto um intelectual, o autor francês foi um homem de ação, como caracterizado por Max Weber, e teve como preocupação, como muito bem acentua em várias passagens, a liberdade civil, sobre a qual escreve:

> Eu tinha passado os mais belos anos de minha juventude em uma sociedade que parecia fazer-se próspera e grande ao fazer-se livre; havia concebido a ideia de uma liberdade moderada, regular, contida por crenças costumes e leis; os encantos dessa liberdade tinham me comovido, e ala converteu-se na paixão de toda minha vida.[19]

Podemos destacar, também, a descrição psicológica das patéticas figuras dos atores políticos daquele cenário. Tanto adversários quanto aliados não escapam da fina observação de caráter feita por Tocqueville. Sobre a análise do caráter escreve o pensador:

> A dificuldade está sobretudo no próprio sujeito, possui a distância necessária para ver bem, perde-se facilmente sobre os pontos de vista, os interesses, as ideias, os gostos e os instintos que o fazem agir. Esse entrecruzamento de pequenos caminhos mal conhecido por aqueles mesmos que o frequentam impede-os de discernir com clareza os grandes caminhos que a vontades cria para chegar às resoluções mais importantes.[20]

3 I CONCLUSÃO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior, que teve como ponto de partida nossa tese, intitulada *Benjamin Constant de Rebecque entre o iluminismo e o romantismo: uma teoria crítica para a compreensão do sentimento religioso*, defendida no ano de 2013, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da UFJF. Naquele momento já sabíamos da importância da obra de Benjamin Constant de Rebecque no campo dos estudos políticos, todavia não pudemos desenvolver a contento este lado do pensamento rebcqueano, uma vez que, o foco de nossa pesquisa, era o aspecto de seu pensamento

16 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848,* p.104.
17 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848*, p.107.
18 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848*, p.108.
19 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848*, p.109.
20 TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848*, p.125.

dedicado à teorização sobre o fenômeno religioso.

Passados alguns anos, decidimos voltar ao tema que havia sido colocado temporariamente entre parênteses, contudo ampliando seu objeto e escopo, localizando o pensador franco-suíço em uma linha de pensadores que tentaram aproximar o pensamento político francês daquele exercido na Inglaterra. Nesta linhagem intelectual, que vai de Pierre Bayle a Raymond Aron, decidimos focar a pesquisa em mais outros dois autores; além do próprio Constant de Rebecque, Montesquieu e Tocqueville.

Estando esta pesquisa ainda em seu estágio inicial, seria temerário apresentar conclusões de caráter definitivo para o objetivo proposto, ou seja, sobre validação, nos dias de hoje, do posicionamento teórico de Montesquieu, Benjamin Constant e Tocqueville em referência à delimitação de poder e a representatividade política na democracia liberal – levando em conta especialmente a realidade brasileira das ultimas décadas.

Entretanto, mediante o pesquisado até aqui, podemos afirmar que algumas preocupações são comuns entre os nossos três pensadores, tais como: garantir que os benefícios trazidos pelas novas ideias advindas com a modernidade não degenerassem em suas formas populistas (no casos, a monarquia representativa para Montesquieu, participação popular e os direitos ensejados pela revolução francesa, no caso de Constant de Rebecque, e a democracia, tal como testemunhada nos Estados Unidos, no caso de Tocqueville); e encontrar uma forma mais equitativa de representação política, de modo a preservar a participação das minorias nas decisões do estado.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Martins Fontes. São Paulo 2008.

CAPALDI, Nicholas. “Introdução”. In, Benjamin CONSTANT DE REBECQUE. **Princípios de política aplicáveis a todos os governos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

CONSTANT DE REBECQUE, Benjamin. **Principes de Politique applicables à tous les Gouvernements**. Paris: Hachete, 1997.

HAYEK, Friedrich von. **Hayek na UnB**. Brasília: UnB, 1981.

MADELIN, Alain. **Aux sources du modèle libéral français**. Paris: Perrin, 1997.

MANENT, Pierre. **História intelectual do liberalismo**. Lisboa: Edições 70, 2015.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

O’KEEFE, Dennis. “Constant et la Modernité: un libertarien conservateur”. Disponível em, http://pt.scribd.com/doc/47558956/Dennis-O%E2%80%99Keeffe-Constant-et-la-Modernite-un-libertarien-conservateur-IC, consultado em 18/06/2012.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Lembranças de 1848**. *As jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Cia. Das letras, 2011.

TRUC, Gonzague. “Introdução e notas”. In, **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

CAPÍTULO 19

FAUNA E FLORA FANTÁSTICA NA FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1560)

Data de aceite: 24/08/2021

Felipe Santos Deveza
http://lattes.cnpq.br/2021823361666527
https://orcid.org/0000-0002-7136-2434

RESUMO: O artigo tem como objetivo analisar os relatos da fauna e flora nas obras de André Thevet e Jean de Léry em que narraram as viagens que fizeram a Baia de Guanabara durante a França Antártica (1555-1560). Nesses relatos há uma enorme preocupação em narrar as novidades, com particular ênfase na fauna e na flora, incluindo os tupinambá e seus costumes. Com ênfase nas descrições da fauna, procuramos demonstrar o contexto social e político dos autores, bem como refletir sobre o impacto dessas obras no imaginário dos leitores da época e um possível combustível para novas personagens das descrições fantásticas que alimentavam o imaginário europeu no século XVI.
PALAVRAS-CHAVE: André Thevet, Jean de Léry, França Antártica, Fauna Fantástica, Baia de Guanabara, História do Rio de Janeiro.

ABSTRACT: The article aims to analyze the accounts of fauna and flora in the works of André Thevet and Jean de Léry in which they narrated their journeys to Baia de Guanabara during the Antarctic France (1555-1560). In these accounts, there is an enormous concern in narrating the news, with particular emphasis on fauna and flora, including the tupinambá and their customs. With emphasis on the descriptions of the fauna, we seek to demonstrate the social and political context of the authors, as well as reflect on the impact of these works on the imaginary of the readers of the time and a possible fuel for new characters of the fantastic descriptions that fed the European imaginary in the sixteenth century.
KEYWORDS: André Thevet, Jean de Léry, Antarctic France, fantastic fauna, Guanabara Bay, History of Rio de Janeiro.

> Assim esses povos existiram por séculos, chegaram a conhecer a natureza em detalhes, sabiam o nome de cada bichinho, de cada planta e sabiam para que servia, ou não servia. Viveram aqui pelo menos 10 mil anos, comungando com a natureza. Tiraram da natureza dezenas de plantas selvagens, e domesticaram para poder plantar na roça tudo junto[1].

Quando os europeus chegaram na América encontraram um mundo diverso do que conheciam, tanto em relação à população humana, como em relação à fauna e à flora.

Esse encontro entre o “novo” e o “velho” mundo foi tratado por inúmeros autores e continua a mobilizar novos debates pelo seu aspecto único na História. Tzvetan Todorov[2] comparou ao impacto que teríamos ao encontrar seres de outros planetas atualmente.

1 Ribeiro, 2005 in: *Povo Brasileiro*. Série em 10 episódios baseados na obra de Darcy Ribeiro. Direção. Isa Grinspum Ferraz, colorido, 280 min. Co-produção: TVcultura, GNT e Fundar, 2005.
2 2014, p. 6-7

A nossa imaginação sobre um possível contato extraterrestre está povoada com seres míticos contemporâneos, como aliens de Hollywood, desenhos e vultos do ET de Varginha[3], disco-voadores, seres de filmes como Guerras nas Estrelas e um sem-número de outros mitos que não tem base em nenhum ser de outro planeta conhecido.

A imagem que temos desses extraterrestres dizem muito mais sobre nós, sobre uma leitura particular do apocalipse, sobre um culto à eletrônica, sobre ameaças imperialistas, sobre o quanto nos impressiona o voo e outras habilidades quase mágicas que atribuímos a seres mitológicos desde a antiguidade. Até prova do contrário, sobre seres de outros planetas não sabemos nada.

Os relatos europeus do século XVI falam sobre os mitos europeus e o que queriam encontrar em outros lugares. O relato, a experiência pessoal com a realidade nem sempre significou a superação dos mitos ou uma ampliação do conhecimento objetivo. Recentemente em uma conferência denominada "*El mundo maravilloso y mágico de los conquistadores*", Guilhem Olivier[4] questiona a objetividade europeia no século XVI, quando comparada a cosmovisão indígena.

> (...) em que medida esse clichê que ainda temos de uns índios "supersticiosos" e uns espanhóis maquiavélicos e renascentistas é uma caricatura. Na realidade temos que matizar um pouco as coisas[5]

A Baia de Guanabara, na atual cidade do Rio de Janeiro teve poucas menções anteriores a meados do século XVI, mas a tentativa de ocupação francesa entre 1555 e 1560 produziu uma documentação importante.

O texto a seguir tem como objetivo analisar dois relatos importantes que trataram entre outras questões, a fauna e a flora da Baia de Guanabara escritos por André Thevet e Jean de Léry. Esses relatos foram conhecidos no final do século XVI e tiveram bastante divulgação na Europa, constituindo importantes fontes, particularmente sobre a sociedade tupi nessa primeira fase da ocupação europeia do litoral onde atualmente se encontra o Brasil.

Embora Thevet e Léry sejam personagens muito conhecidos da historiografia que tem se dedicado a História do Brasil colonial, é importante apresentar as obras e os autores, já que são fundamentais para a hipótese deste artigo.

André Thevet (1516-1590) foi um frei franciscano que no período da efêmera França Antártica (1555-1560) conseguiu publicar uma descrição da região da Baia de Guanabara, atualmente Rio de Janeiro, sob o título de *Les singularitez de la France antarctique, autrement nommee Amerique, & de plusieurs terres et isles decouvertes de nostre temps,*

---

3 No Brasil ficou muito popular algumas notícias sobre um ser alienígena que teria sido capturado em 1996 no município de Varginha, Minas Gerais. Desde então há relatos de mortes de animais sem explicação e pessoas que acreditam ter visto naves espaciais e seres alienígenas na região.

4 2019

5 Olivier, Guilhem. "El mundo maravilloso y mágico de los conquistadores" In Ciclo de Conferencias, primavera de 2019: En torno a la Conquista. Conferência apresentada no Centro de Estudos Históricos de México (CEHM), México, 2019. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=BkQgI64Pu_o; Acessado em: 10 maio 2019

em português, Singularidades da França Antártica, publicada pela primeira vez em 1558. A partir de 1560, Thevet se tornaria o "Cosmógrafo do Rei", primeiro a ocupar esse cargo na França. Na época, essa denominação estava relacionada a um sentido amplo e generalista, comparável a atividade do geógrafo ou do naturalista do século XVIII e XIX, mas com vínculos diretos com a monarquia.

Thevet escreveu outras obras, duas de viés enciclopédico. Em 1575 apareceu a primeira edição de "Cosmografia Universal", e em 1584 publicou "*Les vrais pourtraits et vies des hommes illustres grecz, latins et payens, recueilliz de leurs tableaux, livres, médalles antiques et modernes*" (em tradução literal: As verdadeiras imagens e vidas de ilustres homens gregos, latinos e pagãos, coletadas de suas pinturas, livros, medalhas antigas e modernas) em 9 volumes. Nessa última obra, Thevet chega a citar Saladino, Atahualpa e Montezuma, demonstrando o sentido enciclopedista e universalista que quis dar a obra.

A *Cosmografia Universal*, descritiva e tentando abarcar os quatro continentes conhecidos, tratou dos indígenas tupinambá da costa brasileira, que levaria o sapateiro calvinista francês, Jean de Léry (1534-1611), que esteve na Baia de Guanabara, a escrever outra obra descritiva, *Viagem a terra do Brasil*, publicada a primeira vez em 1578.

O objetivo desta obra, o próprio Léry explica em seu prefácio, que reproduzimos abaixo:

> Como poderiam espantar-se de que somente dezoito anos após a minha viagem à América tenha eu resolvido a publicar essa narrativa, pareceu-me útil dizer as causas desse atraso. (...) Na realidade havia ainda uma razão para isso; o fato de eu não me sentir à altura de usa a pena, embora ao chegar ao Brasil, em 1558, fosse publicado o livro intitulado "singularidades da América" redigido pelo sr. De La Porte de acordo com as narrações e memórias de André Thevet, e como observa o sr. Fumée, em seu prefácio à "história Geral das Índias", se apresenta prenhe de mentiras. E teria eu conservado o silêncio se o dito autor se houvesse contentado com essa série de erros. Mas ao verificar, neste ano de 1577, pela leitura de "Cosmografia" de Thevet, que ele somente repetia suas mentiras e ampliava os seus erros (sem dúvida na esperança de que todos estivéssemos enterrados ou não ousássemos contradizê-lo) mas ainda se valia da oportunidade para detrair dos ministros e imputar mil crimes aos que como eu os acompanharam em 1556 à terra do Brasil, com digressões falsas e injuriosas, vi-me constrangido a dar à luz o relato de nossa viagem.".

Como fica claro nas palavras de Léry, seu objetivo, além de deixar registrada as coisas que viu na viagem ao Brasil, também pretendia desmentir as acusações de Thevet aos calvinistas que estiveram na França Antártica, expedição da qual fez parte Léry. E nessa disputa pela veracidade dos relatos, Léry também buscou demonstrar objetividade no relato da fauna e da flora.

As décadas de 1560 e 1570 foram de conturbada disputa religiosa na França, e de certa forma, a experiência colonial francesa na Baia de Guanabara vivenciou como um microcosmos essas disputas.

Thevet, católico e diretamente relacionado ao rei, fez parte da primeira expedição comandada por Villegagnon. Esteve por 10 semanas, logo no início da empreitada. Por motivo de doença, não pôde continuar e retornou a França, reunindo anotações e relatos para produzir o seu texto. Seu livro alcançou enorme repercussão, com diversas gravuras, levou uma das primeiras descrições e imagens da Mata Atlântica ao público europeu.

Esses dois autores estão envolvidos em um encontro curioso entre uma tentativa de estabelecer uma colônia francesa em território reivindicado por Portugal, em meio a lutas religiosas que convulsionariam a França e um dos primeiros contatos com os povos tupis, que praticavam a antropofagia ritual. Esses são os temas principais com que essas fontes foram exploradas e revisitadas desde o século XVI, sendo inclusive a obra de Thevet uma das principais inspirações para a ideia de "Bom Selvagem" e Estado de Natureza nas ciências políticas e jurídicas modernas[6].

Em relação aos animais e plantas descritas, há menções importantes e registros de primazia que motivaram botânicos e zoólogos brasileiros interessados na história da taxonomia no país.

Além da curiosidade, quais outros contextos deram forma as descrições de Thevet e Léry?

As motivações do esforço descritivo de André Thevet foram sistematizados por Raminelli da seguinte maneira:

> Na carta de privilégio, ficava também estabelecido, de forma difusa, que os ensinamentos do frei seriam úteis aos homens estudiosos do reino da França e para promover o melhoramento das belas letras. No prefácio, Thevet ainda concedeu outras pistas sobre o público leitor, alvo de seus esforços, e sobre os objetivos que o levaram a redigir suas memórias da viagem. Os fatos e a fiel observação das diversas terras e nações, juntamente com os seus costumes e modos de vida, contribuíam, segundo o frei, para aumentar a perfeição do homem. Essas atividades, por certo, eram as mais louváveis entre todas, pois só elas de fato permitiriam o enriquecimento do espírito com heroica virtude e sólida ciência. O frei não enfatizou, porém, como as preciosas informações inventariadas viabilizariam a sustentação da nova conquista francesa, ele nem mesmo concebia as potencialidades da França Antártica como riquezas coloniais. Seus interesses, por certo, eram outros. Para não ser considerado, qual Diógenes entre os atenienses, como pessoa ociosa e inútil, Thevet decidiu registrar por escrito as inúmeras e notáveis coisas que diligentemente observou durante a viagem. Para tanto, concedeu a localização e a situação dos lugares, definiu o clima, a zona e o paralelo. Descreveu os mares, as ilhas e a terra firme, a temperatura do ar, os costumes e os modos de vida de seus habitantes. Não descuidou dos aspectos e características dos animais aquáticos e terrestres, das árvores, arbustos e seus respectivos frutos, dos minerais e das pedras preciosas. (...) Para além de validar o discurso, as raridades americanas destinavam-se a alimentar um sistema de patronagem, seriam dons ofertados a seus superiores. Os artefatos, portanto, viabilizariam doações de peças raras e exóticas aos senhores de prestígio. Como

6 Whelling, Arno (2012) faz uma análise da influência das obras de Thevet na visão europeia acerca do Estado de Natureza e do jusnaturalismo, ideias fundamentais para o liberalismo.

> recompensa de seus serviços e da oferenda, Thevet talvez almejasse o lugar de cosmógrafo do rei[7].

Thevet havia vivido em um convento fransciscano, teve contato com a literatura clássica e pretendia cumprir um serviço de conhecimento de realidades extra europeias, possivelmente em vista do cargo de Cosmógrafo do Rei. Em sua viagem pelo Oriente Médio, entre 1549-1553, deixou anotações e um grande inventário de informações que depois foram compiladas em um livro[8], *Cosmographie du Levant*, que descrevia Constantinopla, Egito, elefantes, pirâmides e tantas outras novidades, com xilogravuras que se tornaram conhecidas na Europa.

Tanto Thevet, quanto Léry tem consciência de que as obras clássicas e mesmo a bíblia não reconhecem as "singularidades" da América, e as descrições feitas por eles tem como objetivo completar essa lacuna. O modelo descritivo é parecido com o estilo antigo, baseado na descrição de Plínio, o Velho[9], em sua *História Natural*. O próprio Thevet retoma os autores clássicos a fim de encontrar fontes que lhe ajudem organizar o que conheceu no novo continente americano.

Jean de Léry, além de desejar contrapor as acusações de Thevet, está mobilizado pelo proselitismo calvinista, menos relacionado ao sistema de benesses do antigo regime.

> (...) perpetuar aqui a lembrança de uma viagem feita expressamente à América para estabelecer o verdadeiro serviço de Deus, entre os franceses que para ai se haviam retirado como entre os selvagens que habitam esses países, estimei de meu dever levar à posteridade o nome daquele que foi a causa e o motivo da expedição[10].

A estrutura de ambos textos, tanto de Thevet, quanto de Léry segue um sentido temporal e cronológica das viagens, dividindo em tópicos que descrevem as terras do novo mundo: Aspectos naturais e geográficos, fauna flora e as populações nativas, como parte de um conjunto.

Dessa maneira, o relato começa com a organização e as motivações da viagem na Europa, depois vai enumerando nos capítulos que vão se seguindo os detalhes das diversas etapas da rota marítima para a França Antártica. Thevet separa capítulos para a

---

7 Raminelli, 2008: 197

8 Imagina-se que o autor do texto seja François de Belleforest.

9 "Durante o império romano, ao invés de tentar novas descobertas, procurou-se sobretudo reunir os conhecimentos geográficos da época. Foi assim que surgiram obras enciclopédicas, tais como a *Geografia* de Estrabão e a *História Natural* de Plínio, o Velho. A exemplo de seus colegas gregos, esses autores oferecem uma visão fabulosa desses territórios bastante diferentes de Roma, e que eram então denominados Índia e Etiópia.
Os séculos seguintes testemunharam o inexorável declínio do Império e de seu espírito racional. O tratado de Solin, Coleção das maravilhas, escrito no século III, prefigura uma nova maneira de pensar: ao reproduzir a obra de Plínio, ele o faz de forma a dar preponderância à mitologia, em seu amontoado heteróclito de países maravilhosos, monstros e seres prodigiosos. Sua influência sobre geografia foi tão decisiva quanto nefasta, inspirando Santo Agostinho e outros Pais da Igreja.
Nessa nova Europa, doravante cristã, o acesso ao conhecimento se dava através da intuição dos desígnios divinos. A bíblia interrompeu em todas as disciplinas do saber e seus preceitos eram considerados como fonte e a expressão final da ciência. A descrição do globo e dos seres que o habitam devia se fazer em conformidade com o que ensinavam as Escrituras a respeito do céu, da terra, do mar e dos continentes." (Magasish-Airola, 2000: 22 - 23)

10 Lery, 1980: 31

costa africana, enquanto que Léry já no capítulo V trata da costa do atual Brasil.

OS MITOS EUROPEUS QUE DESEMBARCARAM NA AMÉRICA

Os europeus que chegaram a América tinham atrás de si o conhecimento botânico e zoológico das obras de Aristóteles, que tentava organizar a fauna conhecida. *A História dos Animais*[11] separava os animais de sangue vermelho aos que não possuíam sangue. (vertebrados e invertebrados, na classificação atual). Aristóteles listou mais de 500 espécies, fazendo descrições fisiológicas, comparações acerca da locomoção, reprodução, respiração, etc. Quatro séculos depois, Plínio, o Velho, escreveu a *História Natural*, em que aparecem compiladas informações sobre geografia, minerais, plantas e animais. Os livros VII a XI trataram da zoologia e nos XII ao XVII foi tratada a botânica. Um artigo atual de Roberto Martins de Andrade[12] faz uma comparação entre esses dois autores na descrição de alguns animais específicos, debatendo o que de correto, sob o ponto de vista da biologia contemporânea, há nesses autores.

Ambas as obras descrevem seres que não existem. Plínio, por exemplo, fala de Trogloditas, Garamantes e Blêmios, povos sem fala, comedores de serpentes e seres sem cabeça, respectivamente.

Na Idade Média não surgiram obras com a preocupação de classificar metodicamente as espécies. O Gênesis, e a sequência dos 7 dias de criação do mundo, foi muito utilizado para classificar as espécies. Segundo esse texto, no quinto dia foram criados os peixes e os pássaros; no sexto, os animais domésticos, os répteis e os animais selvagens. Antes do crepúsculo, deus criou o homem. Mas além dessa descrição, os homens da Idade Média europeia imaginaram seres de terras desconhecidas, com características monstruosas, combinando partes de animais conhecidos, com habilidades mágicas. Os livros que divulgaram os animais conhecidos e os que nunca existiram ficaram conhecidos como bestiários e foram publicados durante toda a Idade Média. Nos primeiros séculos do cristianismo surgiu uma obra, sem autor conhecido, que associava a natureza às passagens da Bíblia. Essa obra é conhecida como *Physiologus,* e aparece como um padrão que seguiria os bestiários medievais.

Outro texto que parece alimentar os bestiários medievais foram as *Etimologias* de Santo Isidro de Sevilha, escrita no século VII, com várias partes dedicadas a descrição dos animais. Essa obra descreve os animais em 8 categorias: Animais domésticos, selvagens (em que estão os leões, raposas, licornes, esfinges e sátiros), depois pequenos animais, serpentes, vermes, peixes, pássaros e os animais pequenos que voam. Nessas categorias estão a águia, e as borboletas, mas também a fênix e o basilisco, que tem o poder de matar com o bafo[13].

---

11 Aristóteles. *História dos animais*. Livros VII-X. Lisboa: Impr. Nacional-Casa da Moeda, 2008.
12 2006
13 Magasich-Airola, 2000:231-235.

Ao longo da Idade Média uma das grandes fontes que incrementaria os bestiários são os relatos de viajantes, que retornam de lugares distantes, descrevendo suas descobertas e aguçando a imaginação europeia.

> Já os bestiários europeus da Idade Média devem ter diluído ainda mais os limites que separavam a realidade e a fantasia, por força da superstição quase que institucionalizada pela igreja católica. As gárgulas, os demônios, os dragões, as feras formadas por partes de diferentes animais, as bestas, o diabo, as bruxas; tudo estava demasiado próximo do povo na arquitetura das catedrais, nos vitrais, nos sermões, nas masmorras e nas fogueiras. No imaginário medieval, e não só nos bestiários (que, é claro, são parte da materialidade desse imaginário), os dragões provavelmente brigavam com os urubus, as damas-do-pé-de-cabra espreitavam os homens pecadores, e as sereias os pescadores. Nesse contexto, mesmo que uma obra se propusesse fiel ao mundo objetivo, ela necessariamente carregaria um pouco do mundo mágico onde foi parida[14].

Até o século XV, os europeus tinham uma imagem pouco clara, como revelam os mapas de como eram esses continentes e que animais e plantas habitavam. Os portugueses serão os primeiros a ter uma ideia do litoral africano, e no final do século chegarão a Ásia. Cristóvão Colombo que imaginou estar chegando na Ásia, e morreu sem saber que tinha encontrado outro continente, associava a exuberância tropical com a proximidade do Paraíso Terrestre. Os europeus do século XVI conheciam muito pouco do mundo além da Europa e do Mediterrâneo.

A obra de Conrad Gessner (1516-1565) *História Animalium*, é considerada a primeira descrição zoológica moderna, e em suas páginas fica ainda evidente a persistência do formato dos bestiários. Outro contemporâneo de Thevet e Léry, Edward Topsell escreveu *The History of Four-Footed Beasts and Serpents and Insects*, em que aparece um hipopótamo carnívoro e uma Mantichora.

Esse é o universo da França Antártica, e nesse contexto se produzem as primeiras descrições da fauna e da flora da Baia de Guanabara no litoral do atual Rio de Janeiro.

A FAUNA E A FLORA DA BAIA DE GUANABARA

Em todos os relatos de viagem do século XVI há a descrição de plantas e animais que indicam a proximidade de terra firme, como acontece nos diários de Colombo. Antes mesmo de chegar no litoral, Léry e Thevet já descrevem os animais marinhos que avistam.

Os peixes, Thevet afirma que existem às centenas, em grande fartura "*não é possível contá-los, nem mesmo tentando calcular a sua quantidade do mesmo modo como se procede com relação ao trigo empilhado em um celeiro.*"[15] Os marsuínos, ou toninhas foram avistadas por Thevet em toda a viagem, seguindo os barcos e indicando a direção

14 Prinstrop, 2012.
15 Thevet, 1978:75.

dos ventos. Léry, também faz referência aos cetáceos, no caso os golfinhos[16]. Léry fica espantado por encontrar filhotes no ventre dos golfinhos, como se fossem porcos, e não peixes. *"como no ventre de alguns desses peixes acharam-se filhotes[17], que assamos como leitão, creio que os golfinhos geram fetos como as porcas e não os reproduzem por meio de ovos como quase todos os outros peixes."*[18]

Ambos citam peixes dourados, albacoras (*Thunnus albacares*), bonitos (*Sarda sarda)* e peixes voadores, muito comuns nas costas brasileiras.

Ao chegar na fortificação em que se encontrava Villegagnon, Jean de Léry narra a divergência religiosa e depois descreve baleias e a vastidão de peixes do litoral carioca e da Baia de Guanabara. Curiosamente Léry descreve a baleia[19] como um animal horrendo e narra o caso de uma que encalhou após chegar muito próxima a uma praia[20]. Provavelmente se tratava de baleias jubarte (*Megaptera novaeangliae*) muito comuns no litoral carioca e parte do cotidiano da cidade até hoje.

Talvez o mais monstruoso dos animais marinhos seja o tubarão martelo, que Thevet descreve assim:

> Este peixe possui seis fendas estreitas de cada lado da goela, dispostas do mesmo modo como as da lampreia. A cabeça é tal qual se vê representada na gravura. Os olhos ficam quase nas extremidades da cabeça, a um pé e meio de distância um do outro. Trata-se de um peixe bastante raro[21].

---

16 Léry, 1980:70.

17 "Antes de Aristóteles, os golfinhos e as baleias eram considerados como semelhantes aos tubarões e descritos como peixes. Aristóteles estabeleceu claramente que eles eram mamíferos, se reproduziam de forma vivípara e respiravam: O golfinho, a baleia e todos os demais cetáceos, ou seja, todos os que possuem um respiradouro em vez de guelras, são vivíparos. Quer dizer, nenhum desses animais jamais é encontrado com ovos, mas diretamente com embriões a partir de cuja diferenciação surge o animal, como no caso dos homens e dos quadrúpedes vivíparos. [...] Todas as criaturas que possuem um respiradouro inspiram e expiram, pois possuem pulmões. Já foram observados golfinhos dormindo com o nariz acima da água, e quando adormecidos eles roncam. O golfinho e a toninha possuem leite e amamentam seus filhotes. [...] O período de gestação [dos golfinhos] é de dez meses. Seus filhotes nascem no verão, nunca em outra estação. Seus filhotes acompanham as mães durante um período considerável. Vivem durante muitos anos e sabe-se de alguns que viveram mais do que 25 e alguns até 30 anos. Os pescadores algumas vezes fazem entalhes em suas caudas e os soltam no mar e dessa forma se determinam suas idades." (Aristóteles, Historia Animalium, livro 6, cap. 12:2-26) [Trecho retirado de Martins, Roberto de Andrade & Martins Lilian Al-Chueyr Pereira.]

18 Léry, 1980:70.

19 Segundo Bruno Martins Boto Leite, na época moderna, a palavra "peixe" parecia significar simplesmente todo animal que vivesse na água. "*Os naturalistas Guillaume de Rondelet (1507-1566), Ippolito Salviani (1514-1572) e Pierre Belon du Mans (1517-1564), grandes estudiosos dos animais marinhos, tratavam vários tipos de animais sob a categoria "peixe" pelo fato de habitarem na água, corroborando a ideia de que o termo, na época, representava todo tipo de animal marinho*" (Leite, Bruno Martins Boto. "Animalia exotica & mirabilia. Os animais brasileiros na cultura europeia da época moderna de Thevet a Redi.", Kury, Lorelai (Org.). *Representações da fauna no Brasil: séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Editora, 2014, pp. 40-81.

20 Léry, 1980: 110.

21 Thevet, 1978: 109.

Imagem retirada da obra de Jean de Lery, 1980: 197.

Após uma descrição inicial dos tupinambá, o qual não aprofundaremos aqui, Léry segue descrevendo o jenipapo para pintar o corpo[22], da mesma maneira que Thevet[23]. Em seu trabalho "corretivo" da obra de Thevet, Léry acabou reproduzindo muitos relatos e a própria estrutura narrativa da obra do seu desafeto católico.

A FANTÁSTICA FLORA E FAUNA DA FRANÇA ANTÁRTICA

A humanidade ficou separada por pelo menos cerca de 10 mil anos, entre América, Ásia-África-Europa e Oceania. Os mais básicos cereais e animais domésticos eram desconhecidos entre os conjuntos continentais. Diversos animais haviam se desenvolvido de forma completamente diferente nessas diversas partes do globo, e muitos animais e plantas, hoje muito comuns no mundo eram absolutamente desconhecidos para os franceses. Uma das plantas mais importantes das populações americanas, o milho, em língua tupi, *avati*, terá muita importância na alimentação mundial e os próprios franceses conheciam ainda pouco. A planta que mais lhes chamou a atenção foi a mandioca, alimento mais importante da dieta tupi. Em sua descrição, Léry começou fazendo referência a dieta europeia (nesse período ainda limitada, sem alguns gêneros que eram conhecidos e cultivados na América) que estava centrada no pão, laticínios e no vinho. "Cumpre notar, antes de mais nada, que embora não tenha trigo nem vinhas nas suas terras tratam-se bem conforme pude ver e experimentar"[24]

Segundo Léry tem duas espécies de raízes: *aypi* e *maniot*, nomes que podem ser

22 Léry, 1980: 114.
23 1979: 109.
24 Léry, 1980: 115.

associados as palavras aipim e mandioca. Essa diferença está relacionada a mandioca-brava, usada para fazer a farinha, que não pode ser consumida cozida, devido ao teor de ácido cianídrico e a mandioca de mesa, consumida cozida.[25]

A mandioca é tão importante que Léry associará o cheiro desse amido com as habitações indígenas. E passa a descrever o processo de produção do mingau, da farinha e de como os indígenas comem com a mão com muita destreza e sem se sujar.[26] Léry descreve a experiência de terem tentado plantar trigo, centeio e uva no Brasil, sem sucesso, embora acredite que seja possível colher algo em um futuro. Segundo Léry, a terra das Índias Ocidentais era muito forte, ao contrário da Europa, e devia-se cansá-la, para que os frutos europeus pudessem se desenvolver na América.[27]

Por se tratar da planta mais importante da cultura tupi, a mandioca não era consumida apenas cozida, mas como farinha, conforme já dito acima, e também como *cauim*, a bebida fermentada e alcoólica que animava as cerimônias indígenas, particularmente os rituais de antropofagia. Todos os cronistas que narraram a vida dos tupinambá fazem referência ao *cauim*. Segundo Antônio Geraldo da Cunha[28] a palavra cauim se refere a bebida fermentada de forma geral, podendo ser do milho, mandioca, abacaxi e caju.

Léry teve a preocupação em comparar sua narrativa com as descrições de Gomara[29], e identifica a palavra *maiz*, milho em espanhol, com o *avati* dos tupis.

No capítulo 59 de *Singularidades da França Antártica*, Thevet é bem claro quando vai descrever o "pau-brasil, além de numerosas outras árvores que só existem nessa terra.".[30] O autor afirma que os portugueses descobriram as possibilidades dessa árvore, que os tupis chamavam de *orabutã* (também grafado como arabutã) *Caesalpinia echinata*, a partir da observação de como os indígenas tingiam as penas que usavam de adorno. A partir dessa descoberta passaram a embarcar grandes quantidades dessa madeira para o mercado têxtil europeu.[31]

Entre as frutas que logo conquistaram o gosto europeu, o abacaxi é muito retratado. Tanto Thevet, quanto Léry exaltam o seu sabor e aparece ilustrado nos livros de sua autoria. O abacaxi já era conhecido desde Colombo[32], mas sempre narrado com admiração por cronistas.

A banana tem uma curiosa viagem. Embora não seja nativa da América[33], foi

---

25 Léry, 1980: 126.
26 Léry, 1980: 126.
27 Léry, 1980: 128
28 1999:108.
29 Gómara, Francisco López de. *Historia General de las Indias*. O texto de Gómara foi elaborado a partir do relato de viajantes que estiveram na América. O autor nunca viajou para a América, embora tenha servido de referência para vários autores que narraram a sua experiência no continente, como Léry, mas também para Garcilaso de La Vega e Bernal Díaz del Castillo. O livro foi publicado pela primeira vez em 1551 em Saragoça e uma edição de 1554 pode ser vista em: https://gredos.usal.es/jspui/handle/10366/19440
30 1979, p.195.
31 Thevet, 1979:196.
32 Hue, 2008.
33 "A banana é na verdade originária do sudoeste asiático, e foi trazida ao Brasil, pelos portugueses, das ilhas Canárias. Conhecida na Índia como figo e pelos povos brasileiros como pacova, seu nome hoje mais difundido é provavelmente

introduzida pelos portugueses, com tamanho sucesso que os franceses imaginavam nativas da América, com o nome de Pacova e pacoveira. Thevet dedica o capítulo 33 de *Singularidades da França Antártic*a para descreve-la.

A Mata Atlântica possui até hoje uma grande variedade de espécies de pássaros coloridos. Três aves chamaram a atenção dos europeus que chegaram no litoral brasileiro. A primeira ave americana, que logo pareceu com qualidades incomuns, foram os papagaios. Esse animal era muito comum e particularmente algumas espécies tinham a qualidade de imitar a voz humana. Essa habilidade que o tornava o único animal falante não foi descoberta na Baia de Guanabara, mas mobilizou alguns parágrafos para descrever as proezas de um papagaio. O papagaio-verdadeiro *(Amazona aestiva)* não era abundante no litoral, mas comum no interior do território brasileiro. A palavra para papagaio em tupi é *ajuruetê*.

> Os papagaios nessa terra do Brasil são três ou quatro espécies: Os maiores e mais bonitos, a que os selvagens chamam de ajurús, tem a cabeça rajada de amarelo, vermelho e roxo. (...) pronunciava ela tão perfeitamente as palavras da língua selvagem e da francesa, que não era possível distinguir a sua voz da de um homem.[34]

Outro psitacídeo presente na narrativa de Léry e Thevet é a arara, genericamente denominada de *ará* e especialmente a arara-canindé (*Ara ararauna*). Thevet percebe que araras e papagaios têm semelhança. Os tucanos pareceram bastante diferentes para os europeus, principalmente por causa do bico desproporcional, como também pelo interesse dos indígenas pelas penas.

Em relação ao tucano, o texto de Thevet[35] revela uma coisa importante sobre a visão europeia acerca dos tupinambá. Diversos relatos europeus falam sobre a inocência comercial dos americanos. Para o europeu criado em um sistema mercantil, em que parte da vida dependia de um sistema de trocas de mercadorias e pressupunha um valor de equidade entre os produtos, o interesse dos indígenas por coisas baratas no mercado europeu soavam como inocência, estupidez e barbárie. Do mesmo modo que a crença liberal na natureza do espirito mercantil humano nos leva a buscar moedas de troca em toda a história humana, Thevet também ressalta o papel das penas como moeda de troca dos tupinambá. Evidentemente as penas não tinham valor mercantil e não serviam como moeda ou como um equivalente universal, eram parte de um sistema de redistribuição não comercial de objetos entre populações de ecossistemas diferentes.

As galinhas, que não existiam na América, mas foram rapidamente introduzidas pelos portugueses, foram criadas pelos tupis, principalmente entre os tupis que mantinham contato com europeus, já que serviam na troca com as embarcações que se aproximavam

---

de origem africana. Um de seus nomes científicos é Musa paradisíaca, devido ao termo com que os árabes a denominavam: musa, ou amusa," (Hue, 2008.)

34 Léry,1980: 150.

35 1978, p.153.

para reabastecer.[36] Léry se surpreende ao reparar que os indígenas não se alimentavam das galinhas e que viviam soltas entre os tupinambá.

> Antes de mais nada direi que eles [os Tupinambá] possuem em grande abundância essas galinhas grandes, ditas da Índia e que eles denominam arinhan-assú; os portugueses introduziram no país as galinhas comuns, antes desconhecidas e a que os selvagens chamam arinhan-mirim. Como já disse, embora apreciem as galinhas brancas, por causa das penas que tingem de vermelho e com as quais se enfeitam, não as comem. E como pensam que os ovos, arinhan-ropiá são venenosos, não só ficavam muito admirados em nos ver sorvê-los, mas ainda diziam que por falta de paciência para deixá-los chocar praticávamos a gulodice de comer uma galinha inteira num ovo. Não dão importância as suas galinhas, tal qual se tratasse de aves silvestres; deixam-nas andar por onde querem e elas chocam nos matos e moitas de sorte que as mulheres selvagens não têm o trabalho de criar os pintos com gema de ovo como se faz entre nós. E as galinhas se multiplicam entretanto de tal forma nesse país que há localidades ou aldeias pouco frequentadas pelos estrangeiros, onde, por uma faca do valor de um carolus [moeda antiga] se tem uma galinha da Índia; e por uma de dois liards [moeda antiga], ou por cinco ou seis anzóis se obtêm três a quatro galinhas pequenas comuns.[37] [38]

O interesse dos indígenas pelas penas chamou a atenção dos franceses, e inclusive imaginavam poder encontrar avestruzes no interior, já que observaram grandes penas entre os tupinambá. Provavelmente tratavam-se de penas de ema (*Rhea americana)*, um animal que na língua tupi costuma ser denominado como *nhandu*, e não era encontrado na Baia de Guanabara.

Léry, começa o capítulo X afirmando não existir "*no Brasil nenhum quadrupede em tudo e por tudo semelhante aos nosso*"[39] E não tinha também animais domésticos para alimentação. O animal maior que os tupinambá consumiam era a anta, o *tapirussu*. Vacas e cavalos serão batizados em tupi com o prefixo de tapir, sempre em referência à anta. Da mesma maneira que os cronistas europeus associavam os novos animais aos conhecidos na Europa, os tupis rebatizavam os novos seres adaptando seu significado em sua cosmovisão, como aconteceu com a galinha, conforme narrado por Léry mais acima.

Todos os cronistas citam a importância da anta como fonte de alimentação, geralmente comparando com a carne de vaca. Léry descreve o processo de alimentação dos indígenas, e tenta encontrar semelhanças entre a anta e o boi, como uma mescla de um asno.

> O primeiro e mais comum é o tapiruçu de pêlo avermelhado e assaz comprido, do tamanho mais ou menos de uma vaca, mas sem chifres, com pescoço

36 "Os selvagens não criam, em torno de casa, animaes domésticos, a não ser algumas gallinhas; mas estas aves são assim mesmo raras e só existem em certos lugares, trazidas pelos portugueses (pois antes não tinham dellas nenhum conhecimento). Todavia, não dão muito apreço a essas criações, pois, por uma faquinha de nada, quem quiser pode obter duas das aves. E de modo algum as comem as mulheres, mostrando até desagrado quando vêem os franceses servir-se, nas refeições, de quatro ou cinco ovos (que chamam *arignane*), pois dizem que cada ovo corresponde a uma gallinha, isto é, alimento sufficiente para satisfazer a dois homens." (Thevet 1944 [1556], pp. 266-267)

37 Uma característica comum nas sociedades americanas é o repúdio a alimentação exagerada.

38 Léry, 1980:147-148.

39 1980:135.

> mais curto, orelhas mais longas e pendentes, pernas mais finas e pé inteiriço com forma de casco de asno. Pode-se dizer que, participando de um e outro animal, é semivaca e semiasno. Difere entretanto de ambos pela cauda, que é muito curta (há aqui na América inúmeros animais sem cauda), pelos dentes que são cortantes e aguçados; não é entretanto animal perigoso, pois se defende fugindo.[40]

Além da anta, Léry descreve veados, catetos, porco do mato, e em meio a descrição do moquém – a grelha feita de madeira que os tupis usam para assar e até para salgar e secar carne –, ele fez referência à antropofagia, em meio a descrição dos animais.

> Em suma, esses moquéns (boucan) lhes servem de salgadeira, aparador e guarda-comida; entretanto em suas aldeias vemo-lo sempre carregados não só de veações ou peixes mas ainda de coxas, braços, pernas e postas de carne humana dos prisioneiros que matam e costumam comer, como veremos adiante.[41]

E Thevet, além de descrever o sabor da carne de anta, ressalta a importância da pele desse animal para se construir escudos. Léry cita o couro de anta dos escudos como fonte de alimento no navio que o levou de volta para a Europa. Após um momento de fome tiveram que comer os papagaios e os macacos que levavam, além de cozinharem o couro de anta dos escudos.

Além do impacto da antropofagia em meio as descrições da fauna, a narração do que viam podiam sugerir coisas completamente diferentes e até monstruosas. A descrição do peixe-boi (*Trichechus manatus*), por exemplo:

> O aspecto deste peixe lembra um odre de couro de bode ou de cabra cheio de azeite ou vinho. Saem-lhe da altura do ombro duas patas que ele utiliza para nadar. A partir do umbigo, seu corpo vai afinando em direção à cauda. Sua cabeça lembra a de um boi, se bem que a cara seja um pouco mais delgada e o queixo mais carnudo e volumoso. Para um corpo medindo 10 pés de largura e 20 de comprimento, seus olhos são bem pequeninos. A pele é cinzenta e coberta de pelos tão grossos como os de boi. Por fim, as patas inferiores lembram as do elefante, redondas, cada uma apresentando quatro unhas muito compridas. É o peixe mais disforme que já se viu por essas bandas, mas sua carne é muito saborosa, se bem que não tenha gosto de peixe: lembra antes veação.[42]

Os macacos foram vastamente descritos por cronistas. Para Léry, o pequeno sagui, era o animal mais lindo que ele havia visto na vida.[43] Essa alternância entre beleza e monstruosidade é parte da estratégia narrativa do autor, passando uma aparência de sensatez e veracidade no seu relato. Como um texto que procura retratar uma batalha e ao invés de citar 1000 homens, prefere se referir a 954, embora seja insignificante e até improvável a precisão dos dados, a alternância reforça a ideia de diversidade no relato.

Thevet fica bastante impressionado com o bicho-preguiça, chegando até a fazer

40 Léry, 1980:135
41 Léry, 1980:136-137.
42 Thevet, 1978:231
43 1980: 142

uma introdução inusitada antes de explicar o animal.

> Aristóteles e outros que lhe seguiram esforçaram-se o mais que puderam para desvendar a natureza dos animais, árvores, ervas, etc. Entretanto, pelo que se deduz de seus escritos, não é de se acreditar que tenham tido conhecimento da França Antártica ou América. (…) mas vamos diretamente ao que interessa, ou seja, à descrição de um animal que é o mais disforme que se possa imaginar. Quem nunca o viu, certamente achará esta descrição inacreditável. A este animal, chamam os selvagens de aí ou aiti. É do tamanho de um mono africano adulto, apresentando uma barriga tão grande que chega quase a se arrastar no chão. A cabeça lembra a de uma criança, assim como também a cara, conforme pode ser visto na gravura tirada do animal. Quando preso, fica suspirando como uma criança que sente dores. Sua pele é cinzenta e felpuda como a de um ursinho. Tem patas compridas, cada uma com quatro dedos, três dos quais com unhas parecendo grandes espinhas de carpa, com as quais trepa em árvores onde fica por mais tempo do que em terra. Quase não tem pelos na cauda, que mede três dedos de comprimento. (Eis algumas admiráveis obras da Natureza, que parece sentir prazer em criar coisas grandiosas e variadas, para as quais o homem não encontra explicações"[44]

Para Léry[45] a preguiça também foi vista como um dos animais extraordinários e singulares, grafado como hay, é *"do tamanho de um cão d'água e sua cara de bugio se assemelha a um rosto humano; tem um ventre pendurado como o da porca prenhe, o pêlo pardo-escuro como a lã do carneiro preto"* Depois Léry repete as informações de Thevet, sobre a possibilidade de que a preguiça não se alimente e de que os indígenas prefiram não ter contato com ele, já que as garras do animal podem ferir o corpo nu.

44 Thevet, 1979:170.
45 1980, p.144

De A. Theuet. Liure XXI. 941

de l'homme, depuis qu'elle eſt appriuoiſee, veu que à tous coups elle ſe iette ſur vos eſpaules, comme ſi ſon naturel ne deſiroit autre choſe que le haut : mais ſes careſſes ne plaiſent point aux Sauuages, à cauſe que eux eſtans tous nuds, ils ne ſçauroyent ſouffrir les ongles du Haüt, qui ſont autant ou plus trenchantes que

A preguiça que aparece ilustrada na obra de Thevet[46] vai inspirar diversos outros desenhos que aparecerão posteriormente, e vão alimentar o imaginário europeu sobre a fauna americana.

Se a preguiça chamou a atenção de Thevet e Léry, o tamanduá-mirim (*Tamandua tetradactyla*) foi também descrito com termos que inspirariam imagens fantásticas:

> Outro animal a que me refiro e ao qual os selvagens chamam de ***coati*** [Léry confunde os nomes tupi.] é do porte de uma lebre grande, tem o pelo curto, reluzente e mosqueado, orelhas pequenas, erectas, pontudas; a cabeça é pouco volumosa e o focinho, que começa nos olhos, tem mais de um pé de comprimento; redondo como um bastão afina de repente conservando a mesma grossura desde cima até perto da boca, a qual é tão pequena que nela cabe apenas a ponta do dedo mínimo. Não me parece que exista algo mais extravagante ou monstruoso do que esse focinho semelhante a um

46 Thevet, André*, Cosmographie universelle,* Paris: Pierre l'Hulier, 1575: 941, disponível em: *https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2000115n/f109.item*

canudo de gaita de foles. Quando apanhado, conserva os quatro pés juntos, caindo sempre para um ou para outro lado ou se esparramando no chão, de sorte que ninguém pode mantê-lo de pé; só se alimenta de formigas.[47]

Tanto os tamanduás, quanto as preguiças são animais da ordem Pilosa, endêmica da América e sem similares em outros continentes. Além desses dois animais, em uma classificação mais extensa, podem ser incluídos na superordem Xenarthra, onde estão os tatus, também endêmicos da América.

Segundo o dicionário organizado por Papavero[48], há registros do tamanduás-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) em fontes portuguesas, como em Anchieta e Gândavo, mesmo antes da publicação da obra de Léry, enquanto que a preguiça foi descrita pela primeira vez por Thevet.[49]

Os gambás tem no nome de origem tupi a sua característica morfológica mais importante, a "bolsa", o marsúpio onde carrega os filhotes e testemunha seu parentesco evolutivo com os cangurus australianos. Mais que qualquer outro animal, esse marsupial é genuinamente americano.

Esses animais são representados de diversas formas nas culturas nativas americanas. Pela dificuldade em acessar o universo cosmogônico de sociedades extintas ágrafas, uma forma que podemos buscar o significado de alguns animais entre os povos americanos anteriores ao século XVI estão na mesoamérica, já que é o lugar do continente em que existem fontes escritas anteriores à chegada dos europeus. O nome nahua para o gambá é *tlacuache*, e esse animal possui uma importância significativa, associada a adaptação, a esperteza e a "malandragem". Austin[50] em *Los mitos del Tlacuache* tenta decifrar o significado desse animal para as culturas mesoamericanas.

Segundo Max Guedes[51] o primeiro animal do atual território brasileiro encontrado por um português seria uma fêmea de gambá (*Didelphis marsupialis*) e foi descrito de forma horrenda por Pedro Martyr na foz do Rio Amazonas*: "um animal monstruoso, com cara de raposa, rabo de macaco, orelhas de morcego, mãos humanas e pés como de macaca"*[52]

Nos relatos sobre os tupinambá, os gambás (sariguá ou saruê no tupi da Baia de Guanabara) aparecem apenas como caça e pelo hábito de comerem as galinhas domésticas e possuírem mau-cheiro, sem que nos deem notícia de um significado mais importante.

Existe outro animal do feitio de uma doninha e de pelo pardacento, ao qual os selvagens chamam sariguá; tem mau cheiro, e não o comem os índios de boa vontade. Esfolamos alguns desses animais verificando estar na gordura dos rins o mau odor; tirando-lhes essa víscera a carne é tenra e boa.[53]

---

47 Léry, 1980:145
48 2014.
49 Papavero, 2014: 257
50 1996.
51 Apud Hue, 2008
52 Maryr, 1500 apud, Hue, 2008
53 Léry, 1980

Um animal que despertou o relato de Léry e Thevet em relação a sua representatividade na cosmovisão tupi foi a onça-pintada, muitas vezes referida como jaguar. Esse animal está presente em muitas narrativas em toda a América, é o maior felino americano, e o maior predador. Na mesoamérica, Enrique Florescano nos dá notícia de que as referências à onça estão associadas ao Estado, ao poder político, desde os olmecas e suas cabeças colossais, até teotihuacanos do período clássico e mexicas e mixtecos do pós-clássico.[54]

Estudos etnográficos atuais não são fontes históricas para populações do século XVI, já que não há uma garantia de vínculo entre populações originárias do século XVI e populações indígenas, mesmo isoladas, no século XXI. A etnografia é uma fonte, portanto, muito limitada para a História, nos servindo apenas de inspiração e reflexão acerca de outras possibilidades não ocidentais de cosmovisão.

Conforme nos apresenta Adone Agnolin em uma análise da antropofagia ritual entre os tupinambá, citando a cultura xerente "*a onça aparece como oposição ao tamanduá, sendo o tamanduá solitário, assexuado, relacionado a velhice e a imortalidade, enquanto a onça aparece como um animal carnívoro, faminto, sexualmente ativo e social*."[55]

> A cultura xerente escolheu, portanto, explicitamente entre um ***aut-aut***: "quem deseja ser um grande caçador, provido de bom apetite, sexuado e social tem que renunciar à longa vida (se não à imortalidade) tranquila do tamanduá"[56]

A onça aparece nas descrições de quase todos os cronistas, e na descrição de Thevet, como um animal particular, pois é o topo da cadeia alimentar, o predador americano por excelência e uma ameaça real para os humanos. Diversos estudos antropológicos sobre o papel da onça na sociedade tupinambá nos sugerem uma particular interação com esse animal.

Léry descreve a onça denominando esse animal com o nome tupi, Ian-u-are, ou Jaguar, e acredita ser parecido a uma onça, nome grego para os leopardos da Eurásia.[57]

> Os selvagens temem essa fera, pois vive de presa, como o leão e quando pode agarrar algum índio o mata, despedaça e devora. E como os selvagens são cruéis e vingativos contra tudo o que os prejudica, quando pilham em suas armadilhas uma dessas feras, o que não é raro conseguem, flecham-na e a golpeiam e a deixam nos fossos durante muito tempo antes de acabar de matá-la.[58]

Além dessa relação conflituosa, a cosmovisão indígena parece estabelecer uma relação de proximidade e respeito com a onça, destacando-a de todo o resto da fauna. Thevet relata essa relação, e algo parecido pode ser encontrado no texto de Hans Staden ao descrever o ritual antropofágico dos tupinambá e o significado da onça.[59]

---

54 Florescano, 2012.

55 Agnolin, 2002.

56 Agnolin, 2002:295.

57 Essa menção à onça é curiosa, já que embora em diversos idiomas, inclusive em português europeu, se utilize a palavra tupi jaguar para se referir a onça-pintada, no Brasil, o lugar de origem, tenha prevalecido o nome grego.

58 Léry, 1980:142

59 Em uma passagem famosa de Hans Staden, Cunhambebe, o líder tupinambá, afirma ser onça. Há diversas interpre-

> Encontra-se ai onças, que são os animais mais perigosos desse país, porque fazem guerra aos animais e aos homens (...) matam-no a flechadas e, depois de cortar a árvore, a presa é levada até o centro da aldeia, onde as mulheres adornam com enfeites de penas de todas as cores (como fazem com um prisioneiro quando vai ser comido), colocando-lhe braceletes nos braços, e mantendo o animal sentado. E lamentam-no dizendo em sua língua, "peço-te que não te vingues de nossas criancinhas por teres sido aprisionado e morto por sua ignorância, pois não fomos nós que te enganamos, e sim tu mesmo" (...) feito isso os velhos o esfolam e reservam apenas o couro.[60]

Do mesmo modo, Hans Staden descreve o ritual antropofágico com uma parte em que a onça aparece como um animal particular, carnívoro, e diferente dos prisioneiros, que não poderá ser comido.

Na cosmovisão tupi, ao se alimentar de um determinado ser, características da presa se transferem para o predador. Por isso não se alimentavam de preguiças ou tartarugas, pois ficariam lentos como o animal. As onças eram uma exceção, pois embora as admirasse, não as comiam. Se transformavam em jaguar ao assumir seu papel de caçador e comedores de gente. Essa é uma das interpretações das mais aceitas acerca da relação entre tupis e onças.[61]

Os morcegos estão descritos no mesmo capítulos que outros animais voadores, como as abelhas. Os morcegos com os quais os tupinambá conviviam eram hematófagos, e costumavam morder os indígenas à noite. Até hoje, em algumas regiões rurais do Brasil há relatos de mordidas noturnas desse mamífero alado em pessoas. A saliva do morcego possuí uma substância anestésica que permite ao animal se alimentar do sangue das vítimas sem que elas percebam. Assim a vítima dos morcegos hematófagos só percebe o ocorrido pela manhã seguinte. Léry descreve essa experiência que deve ter parecido horripilante para o leitor europeu, e até hoje essas histórias animam mitos contemporâneos. "*Entram dentro das casas e se encontram alguém dormindo com o pé descoberto atacam logo o dedão e sugam não raro um púcaro de sangue sem que a vítima o perceba"* [62]

Outra descrição que deve ter causado arrepios nos leitores europeus foi o nosso conhecido bicho-de-pé, *iu*, na descrição de Léry. *"Os selvagens também são perseguidos pelo i*ú*, pequenos insetos que vivem na terra e são maiores do que as pulgas. Entretanto, depois que penetram na carne, em geral sob as unhas do pé e da mão, provocam forte comichão e faz mister extirpa-los imediatamente (...) Assim, por mais cauteloso que eu fosse, não consegui evita-los e tiraram-me certo dia mais de vinte de diversas partes do corpo.*[63]

---

tações sobre esse diálogo, mas é evidente que a onça é vista como um animal particular, temido, carnívoro e predador. "Nesse entretempo, Cunhambebe tinha diante de si um grande cesto cheio de carne humana. Comia de uma perna, segurou-a frente à minha boca e perguntou se eu também queria comer. Respondi: "Um animal irracional não come um outro igual a si, e um homem deveria comer um outro homem?". Então ele mordeu e disse: "Jauára ichê. Sou uma onça. É gostoso." E afastei-me (Staden, 2009:99)

60 Staden, 2009:99

61 Agnolin, 2002

62 Léry, 1980:154.

63 Léry, 180:155.

Crocodilos eram conhecidos pelos europeus, já que havia esse animal no Rio Nilo e Léry cita esses crocodilos para descrever o jacaré, tão comum no atual território brasileiro. Ainda mais impressionante parece a descrição dos Teiú (répteis do gênero *Tupinambis*):

> De repente, a trinta passos de distância, à direita, vimos na encosta da montanha um enorme lagarto maior que um homem e com um comprimento de seis a sete pés. Parecia revestido de escamas esbranquiçadas, ásperas e escabrosas como cascas de ostras; ergueu uma pata dianteira e com a cabeça levantada e os olhos cintilantes encarou-nos fixamente. Como nenhum de nós trazia um arcabuz ou pistola, mas somente espadas e arcos e flechas nas mãos, armas inúteis contra animal tão bem armado, ficamos quedos, imóveis, pois temíamos que, fugindo, o bruto viesse contra nós e nos devorasse.[64]

Ao abordar as descrições dos primeiros europeus que tiveram contato com a fauna e a flora da Mata Atlântica do atual Brasil, podemos imaginar não apenas o sentido de surpresa, mas como essas novidades poderiam ter impulsionado o sentido da penetração europeia e da constituição do imaginário acerca do Novo Mundo e seus habitantes. Esse foi sempre o que fascinou os historiadores que se debruçaram sobre essas fontes quinhentistas.

O FANTÁSTICO REAL E O REAL FANTÁSTICO

> (...) Para um menino que é levado ao zoológico pela primeira vez. (...) E esse menino poderá ser qualquer um de nós, ou inversamente, nós temos sido esse menino e o esquecemos. Nesse jardim, nesse terrível jardim, o menino vê animais viventes que nunca viu; vê onças, abutres, bisões e, o que é mais estranho, girafas. Vê pela primeira vez a desatinada variedade do reino animal, e esse espetáculo, que poderia alarmá-lo ou horrorizá-lo, o agrada. Agrada tanto que ir ao jardim zoológico é uma diversão infantil, ou pode perecer. (...) Passemos, agora, do jardim zoológico da realidade, ao jardim zoológico das mitologias, ao jardim zoológico cuja a fauna não é de leões, senão de esfinges e de grifos, e de centauros. (...) Ignoramos o sentido do dragão, como ignoramos o sentido do universo, mas existe algo em sua imagem que concorda com a imaginação dos homens e assim o dragão surge em distintas latitudes e idades. É, por assim dizer, um monstro necessário[65]

Conseguir apreender esse sentido de surpresa dos primeiros europeus no novo mundo é tarefa difícil. Estamos tão impregnados de nossa realidade que temos dificuldade de entender a forma com que esses europeus entendiam o mundo a sua volta.

A descrição dos animais por europeus no século XVI misturava lendas e fantasias. Quase todos os cronistas descrevem ter encontrado animais e populações míticas. Cristóvão Colombo, por exemplo, diz ter visto sereias. O relato de Gomara, que Léry leu, encontrou lagartos de duas caldas no Novo Mundo. Outros relatam terem encontrado dragões ou

64 Léry, 1980:140.
65 Borges, 1957.

outros animais diferentes. Las Casas e Vespúcio falam das iguanas assustadoras.[66]

O europeu do século XVI não conhecia a imagem dos animais que convivemos desde crianças. Elefantes, leões, tigres e girafas estavam representados com desenhos monstruosos em bestiários medievais, ao lado de grifos, gigantes e monstros marinhos. Os mapas do século XVII ainda retratavam esses seres mitológicos. Um rinoceronte é tão ou mais fantástico para os europeus do século XVI que uma sereia, ou um ciclope.

A preguiça ou mesmo um papagaio falante não seria uma descoberta fantástica? Para nós que já conhecemos os animais da Mata Atlântica, pode parecer que a realidade da fauna e da flora tenha diminuído o entusiasmo pelos seres fantásticos, mas podemos, ao contrário, imaginar que ao menos por um tempo, a diversidade americana alimentou e reeditou mitos da antiguidade e da Idade Média.

Os animais ajudavam a revelar o oculto, o misterioso da obra de deus, e também o caminho das recompensas, como o ouro. Os animais fantásticos, reais ou imaginários serviram de combustível para novas lendas, com recheio de antigas, animadas por gravuras, relatos e descrições. Para os contemporâneos de Thevet e Léry a fauna e a flora do Novo Mundo era tão fantástica e surpreendente como os animais mitológicos ou descritos em bestiários medievais.

Finalmente, podemos afirmar que ao contrário do que imediatamente possa parecer, o contato pessoal com a América e a produção de textos como o de Thevet e Léry, não significaram um início da racionalização que impedisse ou estivesse em um sentido contrário à proliferação de lendas, como o próprio Léry propôs, mas ao contrário, alimentou e deu novos elementos para outros mitos e lendas sobre animais fantásticos. Se animais como o dragão, as sereias e os unicórnios são narrados nos textos antigos e em bestiários da Idade Média, ao contrário de comprovar a sua inexistência, o contato com a América fortaleceu a possibilidade de que esses animais existissem em alguma parte do continente, já que as "singularidades" encontradas na América estão longe de serem menos impactantes e fantásticas. Tubarões martelo, jacarés e cobras, morcegos que se alimentam do sangue humano, macacos com grandes unhas e cara de gente e que não se alimenta (bicho-preguiça), onça que come gente, peixes-voadores, bicho do pé, tamanduás, tucanos, araras, tatús, beija-flores e saguis pareceram, junto com enormes árvores, mandiocas, cajus, milho e pássaros que falam, uma terra de coisas fantásticas nunca antes vista, e tudo isso em uma terra de canibais que andam nus e ignoram o valor do ouro e da prata.

REFERÊNCIAS

Abreu, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1988

66 Magasich-Airola, 2000

Agnolin, Adone. “Antropofagia ritual e identidade cultural entre os Tupinambá”, **Revista de Antropologia**, vol.45, no1, São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012002000100005

Aristóteles. **História dos Animais**, 2 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2006.

Austin, Alfredo Lopez. **Los mitos del tlacuache**. *Caminos de la mitología mesoamericana*, México, Unam, 1996

Belluzzo, Ana Maria de Moraes. **Imaginário do Novo Mundo**, Rio de Janeiro: Metalivros, 1994.

Belluzzo, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos Viajantes**, Rio de Janeiro: Metalivros, 1999.

Billé, Philippe. “La Faune brésilienne dans le livro da Nau Bretoa (1511)” **Quadrant** nº19-20, Montepellier, 2002-2003, p.253-260.

Bille, Philippe. **La faune brésilienne dans les** écrits **documentaires du XVIe**, Paris: Honoré Champion, 2009.

Borges, Jorge Luis e Guerrero, Margarita. **Manual de zoologia fantástica**, México: FCE, 1957.

Cardim, Fernão. **Tratados da Terra e gente do Brasil**, São Paulo, Hedra, 2009

Cardoso, Anibal. “La ornitologia fantástica de los conquistadores”, **Homero**, nº3, Buenos Aires, 1918: 153-160.

Clastres, Pierre. **A sociedade contra do Estado**, Edição digital, Sabotagem, 1974.

Colombo, Cristóvão. **Diários da Descoberta, as quatro viagens e o testamento**, Porto Alegre, L&PM, 1998.

Cunha, Antônio Geraldo da. **Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi**, Brasília, Unb, 1999.

Eco, Umberto. **História da Beleza**. Rio de Janeiro: São Paulo, Record, 2004.

_____. **História da Feiura**. Rio de Janeiro: São Paulo, Record, 2007.

Enders, Armelle. **A História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Gryphus, 2004.

Fausto, Carlos. **Os Índios Antes do Brasil**, Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

Fernandes, Florestan. **A Organização Social dos Tupinambá**, São Paulo, HUCITEC, 1989.

Ferronha, Antonio Luís; Bettencourt, Mariana; Loureiro, Rui. **Fauna Exótica do Descobrimento**, Lisboa: ELO, 1993

Florescano, Enrique. “Los olmecas: el primer reino de Mesoamérica”, **Revista de La Historia de México**. nº 38, México, 2007.

Florescano, Enrique. **Quetzalcoátl y los mitos de mesoamerica**, México, Taurus, 2012.

França, Jean Marcel Carvalho. **A construção do Brasil no pensamento europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII**. *Acervo (Rio de Janeiro)* , v. 24, p. 7-24, 2011.

França, Jean Marcel Carvalho. **A França Antártica e a criação de padrões narrativos sobre o Brasil e os brasileiros**. *História*, v. 27, p. 15-27, 2008.

Hemming, John. ”Los indios del Brasil en 1500” In: Bethell, Leslie (Org.). **Historia de América Latina**. T.1. Barcelona, Crítica, 1991.

Holanda. Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

Hue, Sheila Moura. **As delícias do descobrimento: A gastronomia brasileira no século XVI**, Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

Léry, Jean de. **Viagem a Terra do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1980.

Lestringant, Frank. **A Oficina do Cosmógrafo ou A Imagem do Mundo no Renascimento**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Magasich-Airola, Jorge e Beer, Jean-Marc de. **América Mágica: Quando a Europa da Renascença pensou estar conquistando o Paraíso**, São Paulo, Paz e Terra, 2000.

Martins, Roberto de Andrade. “Descrições de aves: uma comparação entre Aristóteles e Plínio, o Velho.” In; Prestes, Maria Elice Brzezinski; Martins, Lilian Al-Chueyr Pereira; Stefano, Waldir (eds.). **Filosofia e História da Biologia 1**. São Paulo, Fundo Mackenzie de Pesquisa, 2006. pp. 297-323

Papavero, Nelson e Teixeira, Dante Martins. **Zoonímia tupi nos escritos quinhentistas europeus**, São Paulo, FFLCH, 2014.

Povo Brasileiro, Seriado em 10 episódios baseados na obra de Darcy Ribeiro. Direção: Isa Grinspum Ferraz, colorido, 280 min. Co-produção, TV cultura, GNT e Fundar, 2005.

Prous, André. **O Brasil Antes Dos Brasileiros: A Pré-História do Nosso País**, São Paulo, Jorge Zahar, 2006.

Sousa, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**, São Paulo, Editora Nacional, 1987.

Staden, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**, Porto Alegre, L&PM, 2009

Taunay, Affonso de E. **Zoologia Fantástica do Brasil**, São Paulo, Edusp, 1999.

Thevet, André. **A Cosmografia Universal de André Thevet, Cosmógrafo do Rei**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009.

Thevet, André. **Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

Thevet, André. **Singularidades da França Antártica**, Belo Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1978.

Todorov, Tzvetan. **A Conquista da América, a questão do outro**, São Paulo, Martins Fontes, 2014.

Tuaunay, Affonso de Escragnolle. **Visitantes do Brasil colonial: Séculos XVI-XVIII**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

Viveiros de Castro, Eduardo. **Araweté, os deuses canibais**, Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

Wehling, Arno. "Os indígenas do Brasil entre a razão de Estado e o Direito Natural: as contribuições de André Thévet e Jean de Léry." **História [online]**, vol.31, n.2, 2012: 13-25. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742012000200003&script=sci_abstract&tlng=pt

Wilson D.E. e Reeder, D. M. (Eds.) **Mammal Species of the World: A Taxonomic and Geographic Reference**. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2005.

CAPÍTULO 20

ESPAÇO E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS DE GERMINAL NO ESTUDO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Data de aceite: 24/08/2021
Data de submissão: 29/05/2021

Rodrigo Janoni Carvalho
Mestre em Geografia e Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
http://lattes.cnpq.br/6316333357682828

RESUMO: Sublinhamos a contribuição da linguagem na construção da realidade a partir da tese de que a literatura é produção de conhecimento. Verificamos a potencialidade desta proposição na leitura espaço-temporal a partir de experiências humanas singulares. Assim, acreditamos que a investigação se dispõe como chave de interpretação na análise histórico-geográfica com base no entrelaçamento de múltiplas linguagens. A partir da exploração do romance Germinal (1885) evidenciamos as suas contribuições estéticas no estudo da industrialização e dos trabalhadores frisando dois pontos nevrálgicos: a relação homem-meio e a sua própria mecanização. Nessa perspectiva, a nossa chave de análise se mostra válida e coerente compreendendo um caminho de apreensão do homem, do espaço geográfico e da sociedade industrial. Émile Zola (1840-1902) foi participante da realidade sobre a qual refletiu dispondo de uma narrativa enervante evidenciando os contrastes de uma sociedade pautada na miséria humana e na riqueza material. Buscamos na "atmosfera da degeneração" inerente à estética naturalista uma expressão plausível e provocante sobre a industrialização enquanto fenômeno histórico-geográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Industrialização; Naturalismo; Trabalhadores.

SPACE AND LANGUAGE: LITERARY CONTRIBUTIONS OF GERMINAL IN THE STUDY OF INDUSTRIAL SOCIETY

ABSTRACT: We underscore the contribution of language in the construction of reality from the thesis that literature is knowledge production. We see the potential of this proposition in the space-time reading from unique human experiences. Thus, we believe that the research has an interpretative key in historical-geographical analysis based on the interweaving of multiple languages. From the exploration of novel Germinal (1885) we evidenced their aesthetic contributions in the study of industrialization and workers emphasizing two crucial points: the human and environment relationship and its own mechanization. From this perspective, our key analysis proves valid and consistent comprising a seizing way of man, the geographic space and industrial society. Émile Zola (1840-1902) was participant of reality which reflected featuring an unnerving narrative highlighting the contrasts of a society guided by the human misery and the material wealth. We seek the "atmosphere of degeneration" inherent of the naturalistic aesthetics a plausible and provocative expression on industrialization as a historical and geographical phenomenon.

KEYWORDS: Industrialization; Naturalism; Workers.

Germinal (1885) é notadamente o livro mais conhecido de Émile Zola em vista de sua força e impacto, tanto que os mineiros do norte francês gritavam “Germinal! Germinal!” homenageando-o em sua marcha fúnebre, em 1902, como tributo à sua luta contra a exploração dos trabalhadores. O livro ainda despertava interesse um século depois considerando a sua adaptação cinematográfica de 1993, abrindo espaços às reflexões críticas acerca da injustiça social presente na França contemporânea.

Na célebre obra são narrados os feitos da greve dos mineiros de Nord-Pas-de-Calais, os quais se revoltam em consequência das precárias e desumanas condições de vida e trabalho. Para escrevê-lo, Zola enfrentou o drama do trabalho nos veios mineiros, conviveu com os operários e de uma forma ímpar pintou a vida política e social de sua época.

O autor notabilizou-se na literatura francesa e ocidental em vista de seus romances naturalistas. Empreendeu uma espécie de análise do seu tempo ao elaborar personagens e enredos que se aproximavam dos tipos humanos e dos mecanismos da sociedade. O naturalismo de Zola firmou-se como um marco na literatura por se aproximar da ciência. Partindo da tese que a literatura é construção de conhecimento, apresentamos uma chave de interpretação da sociedade industrial a partir do romance zolaniano.

O século XIX é tido como um período de profundas transformações tecnológicas, econômicas e sociais, mediante a intensificação da industrialização e da urbanização. O contexto oitocentista é considerado como uma era de invenções e descobertas com o desenvolvimento de diferentes campos do conhecimento. Cooper-Richet (2013) destaca o período com as grandes revoluções econômicas, políticas e sociais que provocaram uma transformação sem precedentes no modo de vida: dentre elas o nascimento do proletariado em meio às sociedades industriais. No plano dos acontecimentos históricos podemos citar aspectos que marcaram significativamente o século em questão.

Os oitocentos evidenciam o colapso de impérios tradicionais como propriamente o Francês, o Espanhol, o Chinês e o Sacro Império Romano Germânico, e a prevalência dos impérios Britânico, Russo, Japonês e Estadunidense. No âmbito europeu, o primeiro quartel do século é definido politicamente pela derrota dos franceses nas Guerras Napoleônicas e as consequentes imposições do Congresso de Viena (1815). O domínio napoleônico, ainda que brevemente, representou uma expansão francesa no continente e a evidente e histórica rivalidade com os britânicos. Ainda nesse contexto, o Código Civil Francês (1804) consolidou uma série de direitos de ordem civil, penal, comercial, dentre outros, sendo um legado do período.

O declínio dos franceses, o reordenamento das forças políticas europeias e a ascensão britânica acabam por efetivar o domínio da Era Vitoriana (1837-1901), considerado um período de grande prosperidade e paz, ampla expansão imperial e a consolidação da revolução industrial. A ciência a o progresso cada vez mais adquirem importância evidenciando políticas externas agressivas das potências a fim de sustentar a

modernização. Destacam-se as ascensões político-econômicas da Alemanha, do Japão e dos Estados Unidos.

A França também se destaca ao se industrializar, juntamente com a Bélgica, num primeiro momento de expansão deste processo para além das ilhas britânicas. Politicamente, com o fim do Império Napoleônico, a Casa Bourbon é restaurada ao poder com Luís XVIII (1815-1824) e Carlos X (1824-1830). As Jornadas de 1830 desembocam na ascensão de Luís Felipe, marcadamente conservador com políticas favoráveis à burguesia e ex-oficiais napoleônicos, permanecendo no poder até 1848. Nesse período, a industrialização e a urbanização deram novas características ao país. Durante os anos de 1848-1852, o país se torna novamente uma República com a ascensão de Luís Napoleão. Ao término de seu mandato, enquanto primeiro presidente francês eleito por voto direto, este articula um golpe de Estado, tornando-se imperador até 1870.

Em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte de 1852*, Marx (1987), ao tecer uma análise crítica acerca dos acontecimentos revolucionários durante a Segunda República Francesa, associa o golpe de estado de Napoleão III como uma segunda edição do 18 Brumário (data no calendário revolucionário francês em que seu tio Napoleão estabeleceu uma ditadura em 1799). "Os franceses, enquanto estavam empenhados em uma revolução não podiam ver-se livres da recordação de Napoleão, como demonstraram as eleições" de 1848. "Não só fizeram a caricatura do velho Napoleão, como caricaturaram o próprio velho Napoleão", sublinha Marx (1987, p. 18).

É sobre este período da história francesa que Émile Zola propõe escrever a sua *História Natural e Social de uma Família no Segundo Império* tecendo críticas ao regime em tela. É nesse ciclo que se situa Germinal. Por um lado, o século XIX marcou uma aura de depressão, decadência e degeneração, sobretudo aos franceses com reflexos sociais, políticos, culturais e estéticos. As aflições decorrentes das experiências de modernização da cidade e de seus espaços marcaram um período com diferentes fracassos, conforme situa Neundorf (2013).

A derrota e a ocupação em 1815, a revolução de 1848, o fracasso da Segunda República, o golpe de Luís Napoleão, a guerra de 1870 contra a Prússia, a Comuna de Paris e o massacre dos *communards*, a grande depressão econômica (1873-1896), as diferentes ameaças de restauração monárquica e golpes de Estado, a instabilidade da Terceira República, o Caso Dreyfus e a dicotomização da sociedade entre *dreyfusards* e *antidreyfusards*, a corrupção e o escândalo do Panamá, as epidemias de cólera e o regime do trabalho pós- revolução industrial são alguns exemplos desse cenário.

Em outra medida, os oitocentos, em especial parisiense, constituíram grande ebulição do ponto de vista político e sociocultural, com avanços importantes na ciência, técnica, direito, justiça e produções artísticas e filosóficas. Tem-se a acentuação do fenômeno da modernidade e a ampliação das relações capitalistas de trabalho num contexto de racionalização das esferas de vivência humana.

Neundorf (2013) ressalva rastros pertinentes que penetram todos os processos de modernização como a industrialização, a urbanização, a racionalização e a tecnologia. Compreende-se, nessa medida, um contexto propício, sob um viés objetivista, em corporificar-se a crença na infalibilidade da ciência (ou inevitabilidade do progresso) na faceta naturalista no âmbito artístico-literário.

O processo de transformações das sociedades, sobretudo ocidentais, face ao acelerado desenvolvimento capitalista pode ser compreendido em outros aspectos e dimensões na exploração da estética realista naturalista. Consequências profundas desses mecanismos implicaram no elevado crescimento demográfico, na constituição de amontoamentos populacionais traduzindo a degradação pela miséria, a acentuação das diferenças sociais, dentre outros, motivados por um capitalismo selvagem nos dizeres de Florestan Fernandes (2009).

A outra face do lucro e da industrialização foi marcada pela miséria, a convivência com o mau cheiro do lixo industrial e dos esgotos a céu aberto e a crueldade do sistema fabril. Nesse ponto, a exploração da mão de obra infantil é uma das formas mais perversas da sociedade urbana-industrial. Com relação às profundas transformações da vida do homem em sociedade, insistentes preocupações concernentes ao problema da coexistência da pobreza e riqueza industrial acompanharam as discussões teóricas em torno dos efeitos da modernização. Nessa perspectiva, podemos citar o primoroso trabalho de Engels (2008), publicado em 1845, acerca da situação da classe trabalhadora inglesa, em que o autor desvenda o que era praticamente desconhecido até então, ponderando observações minuciosas das dramáticas condições de vida e trabalho do proletariado.

Diante desse contexto, afirmamos a relevância do naturalismo como expressão da sociedade industrial, assim a presente investigação mapeia o cotidiano da sociedade urbana, por meio da literatura, conforme as questões levantadas por Émile Zola em Germinal. Percebemos de que maneira o autor lida com as questões supracitadas a respeito das consequências do processo de industrialização. Trata-se de uma denúncia das mazelas sociais do ponto de vista de um escritor que prezava a experimentação ou o romance de tese, isto é, a explicação sobre os fenômenos da vida e do comportamento humano pela ótica naturalista, a qual expunha os “lados podres” do homem, uma vez que este seria um produto do meio físico e da hereditariedade.

A repercussão de Zola no mundo ocidental não se limitou somente em seus destacados romances naturalistas. A importância deste escritor se traduz no elevado engajamento como figura libertária, principalmente por sua atuação no Caso Dreyfus.

Diante disso, entendemos que Germinal é um documento - fonte histórica e geográfica. Nessa perspectiva, procuramos analisar um mundo bastante assustador face à coexistência da miséria e da sociedade industrial, a partir deste clássico, levantando-se questões pertinentes e trazendo autores de variadas matrizes à discussão. Caráter este que revela o diálogo entre múltiplas linguagens no estudo, de modo que reiteramos a relevância

do trabalho no âmbito das ciências humanas. Seria limitador pensarmos aspectos inerentes à condição humana no bojo de apenas uma disciplina. Destacamos, portanto, a riqueza no diálogo com o saber literário.

Consideramos Germinal um clássico. Para entender a dimensão do romance, as propostas de Calvino (2007) são apropriadas. Segundo o autor, um clássico é aquela obra que constitui uma “riqueza para quem a tenha lido e amado” e exerce uma “influência particular quando se impõe como inesquecível”. É, também, um “livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” (CALVINO, 2007, p. 11). Como afirma Pesavento (2000) a leitura que se faz de uma época é um olhar entre os possíveis de serem realizados; a construção de uma representação plausível a partir das representações feitas, compondo-se uma versão, de modo que propomos uma leitura sobre o período histórico e geográfico oitocentista.

O clássico “tende a relegar as atualidades à posição de barulho de fundo, mas ao mesmo tempo não pode prescindir desse barulho de fundo”. É aquilo “que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível” (CALVINO, 2007, p. 39). Conforme Todorov (2009), “Dante ou Cervantes nos ensinam tanto sobre a condição humana quanto os maiores sociólogos e psicólogos e que não há incompatibilidade entre o primeiro saber e o segundo” (2009, p. 76). Ademais, como enfatiza Vázquez (2010) a finalidade última da expressão artística é ampliar e enriquecer o território do humano.

Para Todorov (2009) a fronteira que separa o texto de argumentação do texto de imaginação, em todo discurso narrativo, seja ele fictício ou verídico, desde que descreva um universo humano particular, coloca lado a lado o romancista e o pesquisador. Nesse ponto, reafirmamos que os aspectos relativos aos clássicos, bem como a contribuição acerca da condição humana, são inquestionáveis em relação ao romance de Zola. Em diversos pontos, constitui-se uma “porta de entrada” à compreensão dos oitocentos, a partir de uma literatura de cunho realista-naturalista que muito nos diz acerca do cotidiano da sociedade industrial.

Principiamos nosso trabalho numa perquirição estética que nos permite compreender o movimento histórico e geográfico sob os auspícios desses testemunhos. Assim, ainda que o obra literária elencada seja o ponto de partida nesse estudo, apresentamos também ilustrações, pinturas e fotografias, complementando a discussão. Consideramos, portanto, outras dimensões da arte que se valem das condições subumanas de vivência como inspiração ou material de trabalho. Desperta atenção a expressão de trabalhos como as ilustrações de Gustave Doré (1832-1883) acerca de seus estudos sobre áreas pobres de Londres nas décadas de 1860 e 1870 e as fotografias do sociólogo estadunidense Lewis Hine (1874-1940), em especial suas impressionantes imagens de crianças trabalhadoras nos Estados Unidos nos séculos XIX e XX.

Diante do exposto, consideramos notório o método de Zola ao “deixar entrar luz em lugares obscuros”, trazendo à tona um cotidiano conflitante e inquietante. É o retrato não

apenas estético de uma época, mas como a mesma nos legou permanências. Ressaltamos a importância da literatura como meio de descoberta de mundos, continuidade de experiências, ampliação do nosso universo e incitação à imaginação de outras maneiras de conceber, organizar e sentir a vida ao abrir possibilidades de interação com os outros, enriquecendo-nos infinitamente.

Conforme Todorov (2009) a literatura nos proporciona sensações insubstituíveis que fazem o mundo real se tornar mais pleno de sentido ampliando o nosso universo e a interação com os outros. A pesquisa meticulosa proposta indica o traço metodológico rigoroso diante das problemáticas levantadas acerca do complexo urbano-industrial e da sociedade capitalista, tais como a sensibilidade social que o romance revela como fonte histórica, as questões que a própria narrativa literária formula, a crítica à reificação (homens bestializados e minas devoradoras) e o jogo de oposições evidenciando a questão patológica nos segmentos proletários e burgueses. Nesse exercício, essa pesquisa se constitui um caminho para compreensão da modernidade.

Partimos da tese de que a literatura é produção de conhecimento e contribui na construção da realidade como linguagem, constituindo-se como potencialidade de leitura espaço-temporal enquanto experiência humana singular, em destaque a estética naturalista como expressão da sociedade industrial. A investigação se coloca como chave de interpretação e possibilidade de análise de uma realidade complexa e fragmentada, a partir da riqueza do entrelaçamento de múltiplas linguagens.

Nessa reflexão, portanto, reiteramos que a literatura é produtora de conhecimento e de saberes peculiares, como perspectiva de compreensão do mundo e processo de construção da própria condição humana por meio de reflexões estéticas vinculadas à história e à geografia. Pretendemos discutir acerca da relação entre a filosofia e a linguagem, de modo que este vínculo propicia a construção da compreensão da realidade.

Nessa perspectiva, ressaltamos a contribuição dos trabalhos de Émile Zola às ciências humanas, cujo método e denúncia social são imprescindíveis numa pesquisa que prima pela relação entre diferentes saberes que compõem o conhecimento humano. Enfocamos, assim, as potencialidades de interface entre os estudos geográficos, históricos e literários, constituindo também um dos pontos de análise em nossa reflexão.

A investigação, de natureza teórica e bibliográfica, sustenta-se no encadeamento de análises que discorrem acerca da linguagem, dos múltiplos saberes e da sociedade urbana-industrial ficcionalmente trabalhada no romance de Zola e até que ponto a mesma expõe uma realidade corroída pelas contradições. Apresentamos aspectos relativos ao entrelaçamento de múltiplas linguagens na composição do conhecimento humano, em especial na construção da análise geográfica, sem reduzirmos a investigação em categorias dessa ciência, uma vez que o horizonte de pesquisa perpassa o homem e a sua vivência no espaço. Discutimos acerca da construção do espaço literário enquanto enriquecimento do conhecimento histórico e geográfico, bem como o elo entre o passado e o presente.

Nessa pesquisa aprofundamos nossa análise acerca do mundo industrial, com a discussão a partir do romance, em diálogo com a produção geográfica, histórica, literária e demais áreas relacionadas, considerando o homem e a sua organização no espaço. Apresentamos um dos pontos nevrálgicos que balizam a investigação em tela: o impacto das relações homem-ambiente, cuja transformação espacial e social é profunda e intensa. Abordamos a gênese do processo revolucionário industrial, o seu desenvolvimento e as suas consequências sociais, a urbanização, a formação de cortiços, a paisagem e seus elementos, sobremaneira a transformação do espaço.

De forma complementar destacamos o processo de mecanização da natureza humana, outro ponto crucial na investigação, na medida em que a leitura naturalista de Émile Zola destaca o humano como um ser bestializado em crítica à reificação. Nessa perspectiva, trabalhamos com problemáticas acerca dos processos de trabalho, a hierarquização fabril, o uso de crianças e mulheres no regime industrial, a artificialidade nos veios mineiros, os contrapontos da coexistência da opulência material e da miséria humana, dentre outros temas.

O recorte espaço-temporal delimitado é o norte francês oitocentista composto por cidades reais e pela fictícia Montsou criada por Zola. A região não existe fora do contexto do Estado Francês, potência econômica naquele momento, compreendendo uma situação geográfica específica, isto é, uma região industrial de grande relevância no ordenamento político, econômico e territorial francês. A análise avança o recorte regional, avultando-se para o mundo ocidental, considerando a espacialização da industrialização, na medida em que, em grau maior ou menor, as cidades ocidentais foram marcadas pelos processos industriais.

O romance nos interessa como uma resposta ficcional possível de um recorte espaço-temporal a ser analisado, considerando-o uma representação artística dotada de questões pertinentes e produtor sistemático de uma estética que cria imaterialidades nas materialidades presentes, isto é, a construção dialética.

Em Germinal¸ a discursividade gira em torno do anseio de libertação do operariado, manifesto sob o prisma socialista ou sob a ótica anarquista diante da opressão do grande capital figurado na mina Voreux: cenário de desdobramento do quadro de antagonismos entre mineradores e burgueses naquele contexto peculiar. O título da obra é profundamente sugestivo, isto é, carrega consigo intenções políticas e ideológicas, aludindo o calendário da Primeira República Francesa (1792-1804) em um período tido como decadente (Segundo Império – 1852-1870), bem como, em certo medida, remete-nos a algo embrionário, em gestação ou por germinar: a superação das mazelas oriundas da coexistência entre a miséria humana e a opulência material.

Consoante Cooper-Richet (2013) a intensidade como a luta de classes é travada em Germinal o faz um romance de força inigualável, no qual a classe operária aparece em cena pela primeira vez. Com o episódio da saga dos Rougon-Macquart o proletariado entra

de vez no universo literário provocando o que a autora designa como “revolução Germinal”. “Ainda que exista uma obra posterior, esta não é capaz de retratar com a mesma força a luta impiedosa que travam o capital e o trabalho” (COOPER-RICHET, 2013, p. 14), cuja revolução indubitavelmente é causa do sentimento de libertação dos mineiros que vão ousar se espelhar em Zola para exprimir seus sentimentos, ressalta a autora.

Émile Zola (1840-1902) foi participante da realidade sobre a qual refletiu dispondo de uma narrativa que em diversos momentos adota tons escuros e sombrios. Entretanto, ao final da trama é chegada a primavera, a renovação, incitando o leitor a se envolver na possibilidade/esperança de brotos da mudança que das entranhas da terra um dia voltariam a germinar. Pode-se aferir como a obra é fundamental na formação da consciência social moderna, pois é referência para diversas áreas do conhecimento humano.

Buscamos na “atmosfera de degeneração” inerente à estética naturalista uma expressão plausível e provocante sobre a industrialização enquanto fenômeno histórico-geográfico, sabendo que se trata de um registro oriundo da posição incômoda do intelectual naquele contexto, cujo mundo se apresentava em constantes transformações. Germinal é um romance enervante: suas páginas são evidências das formas pelas quais a estetização da pobreza se materializou, sendo uma representação da coexistência da miséria humana e a riqueza industrial conforme buscamos apresentar ao longo desta investigação.

Nesse exercício, sublinhamos a contribuição da linguagem na construção da realidade a partir da tese de que a literatura é produção de conhecimento. Verificamos a potencialidade desta proposição na leitura espaço-temporal a partir de experiências humanas singulares. Assim, acreditamos que a investigação em tela se dispõe como chave de interpretação na análise em ciências humanas com base no entrelaçamento de múltiplas linguagens. O resgate histórico-geográfico desta trama comprova a riqueza dos caminhos de pesquisa entre literatura e ciências humanas, reiterando o pensar crítico e reflexivo inerente à atitude filosófica.

Valorizando o pensamento crítico essencial às humanidades indicamos a relevância da literatura como forma de conhecimento e compreensão do mundo e de nós mesmos. O horizonte de pesquisa acerca do homem e da sua vivência no espaço é amplamente discutido na pesquisa histórica e geográfica que preze este entrelaçamento. A partir da análise de Germinal evidenciamos as suas contribuições estéticas no estudo da industrialização e dos trabalhadores frisando dois pontos nevrálgicos: a relação homem e meio/espaço e a sua própria mecanização. Nessa perspectiva, nossa chave de interpretação se mostra válida e coerente compreendendo um caminho de análise do homem, do espaço geográfico e da sociedade industrial.

REFERÊNCIAS

CALVINO, I. **Por que ler os clássicos.** Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARA, S. **Marx, Zola e a Prosa Realista.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

COOPER-RICHET, D. **Classe operária e literatura**: ensaio sobre as representações e os fenômenos de aculturação (França, Séculos XIX-XX). Tradução de Francisco de F. da Silva. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, F. **Nós e o marxismo.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

KOSÍK, K. **Dialética do Concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, K. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Moraes, 1987.

MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 3ª ed. brasileira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NEUNDORF, A. **A emergência da modernidade na França durante o Segundo Império**: Das “Flores do Mal” de Baudeleire ao “J’accuse” de Zola. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

PESAVENTO, S. **Literatura, História e Identidade Nacional.** Vidya, n. 33, p. 9-27, jan./jun., 2000.

TODOROV, T. **A Literatura em perigo.** Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

VÁZQUEZ, A. S. **As ideias estéticas de Marx.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ZOLA, É. **Germinal**. Tradução de Francisco Bittencourt. São Paulo: Martin Claret, 2007.

CAPÍTULO 21

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Data de aceite: 24/08/2021

Gilian Evaristo França Silva
Instituto Federal Catarinense – IFC
Brusque – Santa Catarina

RESUMO: Neste artigo analisamos as festas e celebrações públicas promovidas pelas câmaras municipais da capitania de Mato Grosso, no século XVIII. Essas manifestações eram representações políticas e culturais vigentes no Império português. Para essa análise, consultamos fontes manuscritas, de cunho politico -administrativo. Na análise, evidenciamos que nos momentos festivos, as hierarquias sociais eram reafirmadas e cada segmento social possuía seu lugar próprio nos espaços celebrativos, nas etapas rituais. Isso exibiu a etiqueta social vigente e os códigos sociais de honra e prestígio.
PALAVRAS-CHAVE: Câmara municipal, Festas e Celebrações, Mato Grosso.

THE MUNICIPAL CHAMBERS OF THE CAPITANIA OF MATO GROSSO: LABEL, HONOR AND PRESTIGE

ABSTRACT: In this article we analyze the festivals and public celebrations promoted by the municipal councils of the Mato Grosso captaincy in the 18th century. These manifestations were political and cultural representations in force in the Portuguese Empire. For this analysis, we consulted handwritten sources of a political-administrative nature. In the analysis, we evidenced that in festive moments, social hierarchies were reaffirmed and each social segment had its own place in celebratory spaces, in ritual stages. This exhibited current social etiquette and social codes of honor and prestige.
KEYWORDS: City Council, Festivities and Celebrations, Mato Grosso.

1 I INTRODUÇÃO

Neste artigo analisamos as práticas de etiqueta, honra e prestígio presentes nas festas e celebrações públicas, realizadas em decorrência das etapas da vida dos reis e dos membros da família real lusitana, organizadas pelas câmaras municipais da capitania de Mato Grosso, no século XVIII. Todas as etapas da vida dos soberanos portugueses e dos membros da realeza eram acompanhadas pelos colonos, a partir da chegada da notícia, fossem momentos alegres - como os avisos de nascimentos, casamentos, aniversários reais - ou de tristeza, em virtude de falecimentos. Era uma prática constituidora de uma representação da *persona real*, com a intencionalidade de reforçar os elos de pertencimento dos súditos ao corpo político do Império lusitano (XAVIER & ESPANHA, 1998, p. 114-132).

Os festejos e cerimônias públicas foram mecanismos institucionais, compondo uma das obrigações dos camarários e membros dos governos locais. No caso do Império português, desempenharam a tarefa de

estender metaforicamente a presença do rei aos confins das possessões ultramarinas. As etapas festivas acentuaram símbolos, alegorias, imagens referentes ao soberano, personificando-o na cerimônia, como foi evidenciado na capitania de Mato Grosso. Essas celebrações visaram construir, por meio de suposto regozijo comum, uma identidade entre a Coroa portuguesa e os súditos dos diversos pontos do Império.

A capitania de Mato Grosso teve sua formação decorrente do avanço bandeirante luso-paulista, visando o aprisionamento indígena, e da descoberta de veios auríferos. Sua localização era o espaço da fronteira com os domínios castelhanos, territorialidade que esteve indefinida, disputada pelas Coroas ibéricas durante o século XVIII. Portugal e Espanha, através dos Tratados de Limites, buscaram afirmar suas posições geopolíticas sobre um vasto território, ocupado por muitas nações indígenas.

A capitania de Mato Grosso formou-se inicialmente sobre a repartição da Vila do Cuiabá. Na década de 1730, o avanço da mineração pelos luso-paulistas e portugueses prosseguiu à noroeste de Cuiabá e levou à formação de um novo termo, com os arraiais do Mato Grosso e com a fundação de Vila Bela. Desta forma, a capitania de Mato Grosso passou a ser composta por esses dois termos ou repartições, o Cuiabá e o Mato Grosso (ROSA, 2003, p. 42). Cada vila formada constituiu sua câmara municipal.

Nessa capitania instalou-se uma sociedade organizada a partir das ações de sertanistas, mineradores, agricultores, comerciantes e profissionais de vários ofícios. Sua população era caracterizada por forte mestiçagem, constituída por brancos, negros, pardos, índios, livres e escravizados, situados num espaço de forte hierarquização e diferenciação entre os indivíduos. Essa diversidade de grupos era alvo das festas e celebrações organizadas pelas câmaras, momentos de exibição da etiqueta, honra e prestígio social.

2 | AS CAMÂRAS MUNICIPAIS: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Com a conquista dos territórios coloniais, era preciso reproduzir uma instância político-administrativa que servisse de modelo geral e relativamente uniforme de organização local. Este acabou sendo o papel das câmaras municipais, que reuniam em si os poderes legislativo, judiciário e executivo (BICALHO, 2001, p. 191). As câmaras eram os pilares sustentadores do Império português em seus domínios, significando uma continuidade que governadores, bispos e magistrados, autoridades passageiras, não podiam assegurar. Os territórios conquistados necessitavam de normas, que garantissem a presença do Estado nesse processo. Além disso, as colônias ultramarinas precisavam suprir o Estado português de suas necessidades, possibilitando ao mesmo o acúmulo de capitais decorrentes da exploração econômica de seus territórios.

Os ambientes urbanos ganhavam forma com a instalação das câmaras municipais, pois elas levavam o padrão ordenador que era extraído das Ordenações do Reino e das normas eclesiásticas, fazendo das vilas lugares de política. A câmara municipal era

composta, de maneira geral, por um juiz-presidente - que tanto podia ser um juiz ordinário, caso eleito localmente, quanto juiz-de-fora, nomeado pelo rei -, dois vereadores, e um procurador (BICALHO, 2001, p. 192). Sua ação era formalizada nas posturas municipais, legislação importante na orientação das condutas sociais (ROSA, 2003, p. 16-17).

Cabia a essa instância político-administrativa gerenciar as rendas provenientes de naturezas diversas, como tributos e donativos, cabendo-lhe ainda: arrecadar contribuições voluntárias dos moradores; arcar com os custos da defesa; pagar obrigatoriamente os soldos das tropas e guarnições; construir e reparar as fortalezas; manter armadas em situações de perigo; ser responsável pelas obras públicas e outros melhoramentos urbanos.

Também era responsável por organizar o comércio, proibindo as transações daqueles que não obtivessem sua licença, fiscalizando os preços e a qualidade dos produtos. A câmara municipal era quem concedia licença para o exercício de qualquer ofício, autorizações obtidas conforme análise da capacidade do requerente. Isto se referia aos artesãos, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, pintores, entalhadores, cirurgiões e muitos outros. Essa instância político-administrativa geria espaços e vias públicas, como a abertura de ruas, calçamento e construção de pontes e chafarizes. Zelava, ainda, pelo correto alinhamento das casas e pela largura das ruas e garantia a obediência às leis do reino, prendendo e punindo os contraventores (SANTIAGO, 2003, p. 43).

Os homens eleitos para a composição da câmara gozavam o direito de serem tratados como nobres, por ocuparem cargos de juiz ordinário, vereador, procurador e almotacé. Esse processo de formação de uma câmara municipal constituía-se com o reconhecimento dos poderes locais presentes nas localidades de sua instalação. Na eleição do corpo governativo da maioria das municipalidades ultramarinas, os cargos concelhios deveriam ser preenchidos pela “nobreza da terra”. Isso não significava que todos fossem nobres, na concepção estamental vigente no Antigo Regime, ou seja, nobreza de sangue, derivada de uma linhagem nobiliárquica. Essa nobreza da terra era formada pelos detentores de poderio político e econômico, formando as elites locais.

A condição de conquistas ou de colônias, aliada à distância em relação à Corte e à sede da monarquia e ao monarca, subtraíam as elites ultramarinas dos mecanismos de nobilitação presentes no reino, tais como aquisição de títulos, de foros de fidalgo da casa real e das cartas e brasão de armas. Restava às elites locais procurarem, como formas de obtenção de elementos considerados símbolos de distinção, ser familiares do Santo Ofício, cavaleiro das ordens militares e, sobretudo, ocupar algum cargo junto à administração local por intermédio das câmaras, das ordenanças e das misericórdias. Esses cargos serviram de espaço de distinção e de hierarquização social.

Das muitas atribuições das câmaras municipais, a que lhes dava maior prestígio eram as promoções das festas e celebrações públicas, sobretudo às relativas aos eventos da vida do rei e dos membros da Família real portuguesa. As câmaras editavam bandos, marcavam datas, definiam os locais, convocavam o povo, a nobreza da terra e o clero,

limpavam as ruas das vilas e arcavam ou dividiam as despesas. Nas solenidades, os oficiais camarários reforçavam a hierarquia política e social manifestada nos adornos, nos gestos, na precedência dos cortejos, nos trajes e na escolha das principais ruas da vila que seriam percorridas pelas procissões.

Além de organizarem essas festas e celebrações públicas, os camarários precisavam atuar como protagonistas locais, ou seja, eram os representantes da monarquia nesses momentos, reconhecidos como forças político-econômicas locais. Os oficiais camarários não podiam se descuidar da sua aparência em público, pois representavam o poder régio nas vilas coloniais. A distinção era explicitada aos demais segmentos sociais das localidades coloniais por meio dos gestos, comportamentos, falas, posições nos cortejos e procissões, e trajes.

Nos dias das cerimônias públicas, os vereadores da câmara municipal carregavam uma vara branca e os almotacés uma vermelha, objetos símbolos de distinção, representativos do poder. Os vereadores trajavam capas de seda branca, véstias, meias e plumas. Nos dias de cortejo fúnebre, usavam capas compridas, bandeira negra e faixas de tecidos negro nos braços. Em diferentes ocasiões celebrativas as ações, gestos e discursos construíam um mundo social que era dado à leitura a todos os segmentos da sociedade, objetivando a reafirmação da hierarquia social e política.

Dessa forma, quando do recebimento das notícias que envolviam a pessoa do rei ou da própria família real lusa — que chegavam, muitas vezes, um ano após o ocorrido —, o capitão-general avisava às câmaras municipais sobre o acontecimento, para que as mesmas pudessem estabelecer as datas para a realização de festas ou cerimônias demonstrativas de alegria ou tristeza nas vilas. As câmaras tinham a incumbência de organizar essas manifestações demonstrativas da fidelidade portuguesa, convocando todos os segmentos sociais, estabelecendo as datas das cerimônias públicas (AHU-NDIHR - Doc. 62; APMT - Fundo: Governadoria, rolo 01; AHU – NDHIR - Doc. 1781; APMT - Fundo: Câmara de Vila Bela, 1770 a 1779 – Alteração dos capítulos 5°, 6°, 7°, 9°, 12°, 13°, 14º, 15°, 16° do livro das Correições e Audiências Gerais que serve na Ouvidoria).

Esses eventos festivos, juntamente com a instalação do aparato jurídico, político e fazendário, interiorizou o poder metropolitano nas regiões a Oeste da América portuguesa, onde o ouro fora descoberto e que, legalmente, pertencia à Espanha (CANAVARROS, 2004, p.108). Todo esse aparato administrativo levou a um maior controle por parte do Estado português e à estabilidade do povoamento. As câmaras foram palco da atuação dos poderes locais e do próprio poder metropolitano, que se valia do seu corpo de funcionários para estender sua presença e a do seu rei a todo o corpo social do Império.

3 I FESTAS E PROCISSÕES REAIS

Festas e procissões reais fizeram parte do cotidiano dos moradores da capitania

de Mato Grosso, sobretudo com os eventos de vida da família real portuguesa. Essas manifestações públicas eram consideradas como demonstrativas de alegria, como nascimentos, aniversários e casamentos reais, e também demonstrativas de tristeza, como os falecimentos reais. Sua promoção e custeio se deram pelas câmaras municipais, contando com a participação obrigatória dos moradores e das irmandades religiosas. Essas festas e celebrações públicas reforçaram o sentimento de pertença a um Império encabeçado pela mesma monarquia e pela mesma Igreja.

Desde a primeira metade do século XVIII, as festas e celebrações reais eram promovidas na Vila do Cuiabá. Em 1736, sua câmara resolveu que compraria quatro tochas de cera branca para acompanharem as procissões reais. Ainda passou aviso sobre a participação obrigatória das irmandades da igreja matriz da vila, do mestre de capela e dos sacerdotes em todas as procissões reais (AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 96).

As celebrações reais relacionaram-se aos acontecimentos de alegria e de tristeza, relativos às etapas de vida da família real lusitana. Observando primeiramente os eventos demonstrativos de alegria, a notícia do casamento de D. Maria com seu tio D. Pedro, em 1760, foi celebrada no ano de 1761 na capitania de Mato Grosso. Segundo o governador Antônio Rolim de Moura, o casamento real foi festejado nas vilas com "todas as demonstrações civis e militares", em sinal de honra e da fidelidade portuguesa (AHU-NDIHR – Caixa 11. Doc. 646). Em 1768, o governador João Pedro da Câmara festejou o nascimento do neto do rei, ocorrido um ano antes. O ato representou a demonstração de alegria dos súditos, que beijaram a mão do seu monarca com tais atos festivos (AHU-NDIHR – Doc. 816). O nascimento de D. Maria Ana Vitória Josefa de Bragança, no ano de 1768, foi comemorado no ano de 1770. O governador Luís Pinto de Sousa Coutinho mandou celebrar missas cantadas nas igrejas matrizes (AHU-NDIHR – Doc. 882). Os avisos chegavam quase um ano após os eventos ocorridos, fazendo com que as festas fossem realizadas em anos posteriores.

Em 1777, Luís de Albuquerque recebeu a notícia do casamento da infanta Maria Francisca Benedita e deu ordem para que a população participasse das demonstrações de alegria pelo acontecimento (AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1176). No ano de 1787, Luís de Albuquerque ordenou também a celebração de missas cantadas nas igrejas matrizes de Vila Bela e da Vila do Cuiabá, por causa dos casamentos dos infantes de Portugal D. João e Dona Mariana Vitória com os infantes de Espanha Dona Carlota Joaquina e Dom Gabriel. Além das missas cantadas, tiveram Senhor Exposto e *Te Deum Laudamus* (AHU – Mato Grosso. Caixa 25. Doc. 1497). No ano de 1796, o governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ordenou a celebração de missas cantadas nas matrizes, pela notícia do nascimento do infante D. Antônio, mas de acordo com as possibilidades de cada localidade (AHU-NDIHR – Doc. 1721).

Dentro do contexto cultural do barroco, as demonstrações de alegria ficaram visíveis nas cores e nas armações efêmeras construídas nas igrejas matrizes e locais públicos. A

cor branca ou outras tonalidades claras ganharam evidência nessas ocasiões celebrativas, nos forros dos altares, nas cortinas e nas roupas das pessoas. Os tablados públicos para encenações teatrais, música e dança eram elementos que deveriam explicitar a alegria da população pelos acontecimentos positivos relativos aos monarcas e seus familiares. Todavia, cada evento era realizado conforme a disponibilidade de recursos das câmaras municipais e das doações de donativos por parte dos moradores.

Com relação às celebrações demonstrativas de tristeza, no ano de 1751, no governo de Antônio Rolim de Moura, realizaram-se na igreja matriz da Vila do Cuiabá as exéquias reais de D. João V, com "os sufrágios e demonstrações possíveis de sentimento". Nesse mesmo ano realizaram também a celebração de Aclamação de D. José I. A população foi convocada a contribuir com esmolas para o pagamento do que fosse necessário para essas celebrações públicas. Era necessário pagar as missas aos sacerdotes, a cera do altar-mor e dos altares colaterais, as armações efêmeras (AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 360).

Nas exéquias de D. João V, os oficiais régios haviam demonstrado sua tristeza pelo falecimento do monarca. No dia 22 de maio de 1751, no cortejo fúnebre real saíram os oficiais camarários com o estandarte real de luto e com as varas, sendo eles o ouvidor geral e corregedor da comarca, João Antônio Vaz Morilhas, os juízes ordinários, Antônio de Morais Navarro e Antônio Fernandes dos Reis, os vereadores, Luís Soares Pais, Francisco da Silva Ribeiro, Francisco João Botelho, o procurador do conselho, Francisco da Silva Lisboa, e o escrivão da câmara, José da Cruz Almada. Nessa cerimônia fúnebre real, vestiram luto, com capa e volta. Estiveram presentes ainda toda a "nobreza da terra", irmandades, sacerdotes e fregueses, numa demonstração da "fidelidade portuguesa", de pertencimento ao corpo político da monarquia. Na celebração de Aclamação de D. José I também estavam os mesmos oficiais vestidos com trajes de gala, levando o estandarte real para a igreja matriz. Assistiram todos à missa cantada e ao *Te Deum Laudamus* (AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 406).

Em 1771, Luís Pinto de Sousa Coutinho recebeu a notícia do falecimento da infanta Dona Maria Francisca Dorothea e logo solicitou que as câmaras praticassem as públicas demonstrações de tristeza pelo ocorrido (AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 949). Em 1777, após receber a notícia do falecimento do rei D. José I, Luís de Albuquerque, prontamente avisou as câmaras das vilas sobre o ocorrido, bem como deu ordens para que elas realizassem as exéquias reais ao monarca falecido. Ainda foi dada ordem de início do luto geral de um ano, sendo seis meses rigorosos e seis meses aliviados, como era de costume (AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1178).

Os oficiais da câmara da Vila do Cuiabá realizaram no ano de 1782 as exéquias pela morte de Dona Maria Vitória, mãe da rainha Dona Maria I. Fizeram as celebrações públicas correspondentes a tal momento, incluindo a construção do mausoléu dentro da igreja matriz da vila. Todavia, solicitaram o pagamento das propinas pela participação nessa

celebração pública real, em “corpo de câmara” (AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1383). A morte de D. Pedro III, ocorrida em 1786, foi celebrada um ano depois, em 1787. Luís de Albuquerque informou ao Conselho Ultramarino sobre a realização dessas exéquias reais e demais demonstrações de tristeza, a exemplo do cumprimento do luto de um ano. Todavia, o mencionado luto era dividido em duas partes. Na primeira, de seis meses rigorosos, tecidos pretos eram utilizados dentro das igrejas, nas vestimentas militares ou amarrados nas armas e símbolos reais. Na segunda parte, de seis meses aliviados, evitava-se promoções de divertimentos públicos, a não serem nas celebrações de aclamações reais ou festejos dos santos das irmandades (AHU – Mato Grosso. Doc. 1499).

Geralmente, na ocasião de uma morte de membro da realeza, a notícia era recebida pelo governador e capitão-general e pelas câmaras municipais. Em seguida, avisavam a população do ocorrido, bem como do tempo do luto e do dia e horário da celebração das exéquias e honras fúnebres reais. Construíam mausoléu na igreja matriz da vila e convocavam todo o clero e irmandades e demais fregueses para as cerimônias. Custeavam, juntamente com a ajuda da população, a contratação da música e do orador. Requeriam também do mestre de campo a participação do Corpo de Milícias, para darem as descargas de tiros ao final do evento (APMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Série: Carta. Doc. 0169. Caixa 005).

Em 1798, atendendo às ordens da rainha D. Maria I, Caetano Pinto de Miranda Montenegro informou por carta como se praticavam na capitania de Mato Grosso as formalidades de funerais e exéquias dos membros da família real portuguesa. O relato de Caetano Pinto, por outro lado, demonstrou realidades distintas entre as vilas. Vila Bela apenas realizou as celebrações reais quando estava mais estabilizada e em condições de arcar com os custos desses eventos. A morte de D. João V não foi celebrada nessa localidade, pois a vila-capital havia sido fundada em 1752, após a morte do referido rei, ocorrida em 1750. Apenas havia o registro das exéquias realidades pela morte de D. José I, ocorrida em 1777. A câmara custeou essa celebração fúnebre, com o ato simbólico da quebra dos escudos reais, e fez sufrágios pela alma do rei na igreja matriz. Todavia, disseram os oficiais camarários que os rendimentos de sua instituição eram parcos e insuficientes para pagar todos os atos celebrativos. Para as exéquias de D. José I foram pagos os serviços de música, a cera para a celebração e para fixar os avisos das datas e horários, tábuas, baeta preta, os jornais de pretos, o perfume do ofício ou incenso, folhas de lata para a coroa do mausoléu, ferrões e gissaras (AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1781).

Sobre a Vila do Cuiabá, informaram seus camarários que sempre promoveram as exéquias das pessoas reais, desde a criação da vila em 1727. Era prática abrir a carta do aviso da morte enviada pelo governador e capitão-general, em sessão da câmara. Depois eram publicados pela vila editais de aviso da morte e começo do luto, sendo seis meses rigorosos e seis meses aliviados, bem como das datas e horários das celebrações

fúnebres na igreja matriz. A câmara mandava construir, dentro da matriz, um mausoléu representativo do cadáver real. Era convocado todo o clero, irmandades e demais fregueses para participarem das exéquias reais. Pagava um orador e um mestre de música para entoar cânticos e um corpo de aleluias. Eram dadas descargas de tiros do estilo. As despesas do mausoléu, da música, do orador, da pólvora, da cera eram divididas entre o clero, irmandades, oficiais da governança e demais fregueses (AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1781). Mais uma vez percebemos a atuação da população custeando eventos representativos da monarquia portuguesa.

Por toda a parte erigiram ainda mausoléus, uma tradição da arquitetura barroca. A construção do mausoléu apareceu como o símbolo mais representativo dessas celebrações públicas, atuando como a presença do corpo de um rei distante, ausente, mas presente por meio dessa armação efêmera. Do mesmo modo, o tempo do luto foi parte significativa, servindo como vivência de uma transição, de um rei para outro, e para transformar a figura do rei falecido em memória. Para Ana Cristina de Araújo, o aparato cerimonial da morte dos reis constituía motivo de atração popular e era manifestação póstuma de vaidade e prestígio (ARAÚJO, 1989, p. 166).

Esses símbolos, cores, armações efêmeras foram utilizados nessas celebrações almejando integração social, um possível consenso acerca do sentido do mundo social. Com esse poder simbólico, ocorria uma comunicação que cumpriu uma função determinada, em especial da imposição ou da legitimação da dominação (BOURDIEU, 1989, p. 10-11). A monarquia portuguesa por meio desses atos públicos reforçava sua relação de dominação sobre os indivíduos ou grupos que lhes estavam sujeitos, na própria estrutura do campo social em que se produziu e reproduziu a crença no poder da monarquia.

A questão da precedência foi fator de tensão e conflitos nos atos celebrativos. Na Aclamação Real de D. José I, na Vila do Cuiabá, na igreja matriz estavam presentes o governador e capitão-general, Antônio Rolim de Moura, oficiais da câmara, irmandades, religiosos e demais fregueses, quando uma questão de precedência gerou um conflito. Segundo o ouvidor João Antônio Vaz Morilhas, foi facultado pela Coroa que os oficiais da câmara tivessem assentos com encostos nas igrejas, das grades da capela-mor para dentro, em festas em que não estivesse exposto o Santíssimo Sacramento. Seguindo esta premissa, os referidos oficiais mandaram confeccionar esses tipos de cadeiras, sem braços, mas com encosto, para serem utilizadas por eles em tais eventos festivos. Contudo, no dia 6 de junho de 1751, nessa manifestação festiva de Aclamação Real, Antônio Rolim de Moura os proibiu de utilizarem esses móveis para “assentarem-se em um tosco banco”. Alegava Rolim de Moura que nem o ouvidor e nem os camarários poderiam ter esse tipo de assento diante de sua presença, por uma questão de precedência (AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 365).

Havia uma etiqueta política a ser cumprida, relacionada à posição que cada indivíduo ou grupo ocupava naquela sociedade. No ano de 1770, em Vila Bela, as Ladainhas de maio

foram marcadas pelas contendas entre o vigário da Vara e da Igreja, Domingos Gomes da Costa, e o ouvidor Miguel Pereira Pinto e os demais oficiais camarários. Relataram os camarários a recusa do mencionado padre em tocar o sino da igreja matriz quando eles saíam do prédio da câmara, em procissão, para a celebração festiva das Ladainhas de maio. O protocolo previa a chegada ao templo, após o repique dos sinos, em que eles receberiam a aspersão da água benta. Era um ato público, em que estariam presentes as irmandades, clero, nobreza da terra e outros fregueses. Todavia, resistiu o padre, dizendo não haver o repique dos sinos em outras igrejas em igual ato, a não ser na Vila do Cuiabá que "foi totalmente criada sem norma, nem forma". O padre foi condenado a pagar propinas aos camarários, o que foi feito ao procurador da câmara Tomé da Silva Guimarães (AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 977).

Outro conflito ocorreu na Vila do Cuiabá, no ano de 1782, expressado pelos oficiais da câmara da Vila do Cuiabá numa representação enviada à Coroa a respeito do custeio das festas reais. Disseram que o reverendo vigário da Igreja e da Vara, Manoel Bruno Pina, queria que a câmara desse a cada um dos membros do clero uma libra de cera, em todas as funções eclesiásticas em que tinham a obrigação de participar e custear. Todavia, reclamavam que o preço da cera era mais cômodo na corte do que "nesta região totalmente remota" e de que Manoel Bruno Pina havia devolvido à câmara a cera paga pela festividade da Visitação de Nossa Senhora, por não ser de libra para cada um dos sacerdotes. Consideraram os oficiais camarários esse um ato de ofensa pública, sobretudo pelo papel que a câmara representava no ultramar, de integrantes do corpo político do Império. Por essa razão, resolveram os vereadores suspender provisoriamente a celebração das festas que eram obrigados a participar, segundo as ordenações do reino, para promover apenas missas rezadas enquanto a monarquia não resolvesse o assunto. Reclamaram dos valores excessivos cobrados pelos sacerdotes em ocasiões que a câmara custeava os gastos festivos, sendo cobrados de esmolas por cada missa cantada nove mil seiscentos réis aos sacerdotes, quatro mil e oitocentos para os acólitos, dois mil e quatrocentos réis para o sacristão (AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1384).

A prática da precedência, do lugar que cada indivíduo ou grupo deveria ocupar, fez parte da etiqueta social do Antigo Regime e esteve presente em diversas festas e celebrações públicas da capitania de Mato Grosso. A precedência expressava as posições de poder, prestígio, honra e a fama dos indivíduos aos olhos de todos. A opinião social legitimava o prestígio dessas pessoas, cada uma em relação à outra, dentro de um desempenho conjunto que seguia determinadas regras (ELIAS, 2001, p. 117-118). O ser social era identificado com a representação que era dada pela própria pessoa ou pelos outros. As demarcações de posições em procissões, lugares dentro do espaço da igreja matriz, expressavam as fronteiras de poder da sociedade.

A precedência era parte importante da composição das sociedades do Antigo Regime, mas de forma relacionada encontrava-se também o consumo representativo

(CARDIM, 1998, p. 132-135). Promover as festas e celebrações reais era prática onerosa, dispendiosa de recursos à população e coube à câmara municipal a responsabilidade pelo custeio das festas e procissões reais, mas não somente a essa instituição. A população era convocada a participar e a contribuir com esmolas para as despesas festivas.

As festas e celebrações reais reforçaram o sentimento de pertença a um Império encabeçado pela mesma monarquia e pela mesma religião, mas não foram realizadas da mesma maneira nas distintas localidades do reino e do ultramar. Existiram realidades diferenciadas, com grupos sociais e economias distintas (SILVA, 2008, p. 31-39). Como discutimos, imagens sobre o monarca e dos poderes locais eram explicitadas a cada evento festivo, por meio de palavras, atos simbólicos, procissões, bailes, danças e representações teatrais. O poder monárquico se mostrava aos súditos nesses eventos. Aparentemente, era o rei, por meio da câmara e da Fazenda Real, que custeava esses momentos festivos às populações sob seu domínio. Todavia, era a população que custeava com suas esmolas o extenso programa festivo representativo da Coroa. As celebrações públicas reais relacionaram-se aos acontecimentos de alegria e de tristeza, compondo o universo político e cultural do barroco.

Os oficiais régios e demais corpos sociais da capitania de Mato Grosso explicitavam seus lugares sociais durante as festas e procissões reais. Cada grupo possuía seu lugar nas procissões e também dentro da igreja matriz, uma marcação que deveria saltar aos olhos de todos os presentes.

4 I CONCLUSÃO

As câmaras municipais, os governadores e capitães generais, as irmandades religiosas, os oficiais mecânicos e outros personagens coloniais produziram e reproduziram celebrações públicas que garantiriam a presença da realeza lusitana. Isso não era feito de modo gratuito, e sim como uma ordem metropolitana a ser cumprida no Novo Mundo. Essa participação, mesmo que distanciada no tempo e no espaço, das etapas de vida do soberano e de sua família interligava a capitania de Mato Grosso aos outros espaços sociais do Império português, pois todos faziam parte de uma mesma extensão político-administrativa, ligadas à sua sede, Lisboa. As práticas festivas e celebrativas figuravam como ocasiões significativas para a exibição do poder camarário, pois produziram distinção social nas principais cerimônias ou atos públicos em Vila Bela e na Vila do Cuiabá. Cada um sabia o lugar a ser ocupado em decorrência da sua posição social e os símbolos, trajes explicitavam essas diferenciações.

As câmaras municipais eram protagonistas na promoção e realização das festas e celebrações públicas, pois seus membros deveriam comparecer a esses eventos em “corpo de câmara”, com todas as insígnias representativas da presença do monarca nesses eventos agregadores da população colonial. As câmaras municipais eram os pilares

sustentadores do Império português, significando uma continuidade que governadores, bispos e magistrados, autoridades passageiras, não podiam assegurar; a elas cabia garantir a presença do Estado na fronteira Oeste de suas possessões americanas.

Na capitania de Mato Grosso, com a promoção dos festejos reais e das celebrações públicas, seus moradores realizavam manifestações da "fidelidade portuguesa". Imagens sobre o monarca e dos poderes locais eram construídas e explicitadas a cada gesto, palavra, ato, nas procissões, cortejos, nos bailes, nas danças, nas representações teatrais.

As festas e celebrações públicas constituíam-se em fragmento significativo da vida urbana das vilas coloniais. Elas eram acompanhadas por vários ritos públicos, presididos tanto por representantes do poder metropolitano como do poder religioso, envolvendo espaços celebrativos e símbolos laicos e religiosos. Foram diversas as sociabilidades estabelecidas pelos diferentes personagens coloniais durante essas práticas culturais. Nessas ocasiões as hierarquias eram claramente exibidas em cada etapa ritual, principalmente por meio da etiqueta, que evidenciava as diferenças dos grupos sociais.

Nessas festividades e celebrações públicas, os laços de pertencimento a Portugal eram reforçados, e os rituais praticados eram semelhantes aos que eram realizados em Lisboa e em toda a extensão do Império luso. Mesmo estando distante no espaço e no tempo do momento em que aconteciam os fatos relativos à vida do monarca ou da própria família real portuguesa, todos os que se encontravam no espaço ultramarino aproximavam-se de seu rei, da Coroa, em demonstrações relativas a esses acontecimentos, fosse de alegria ou de tristeza.

Eram rituais da urbanidade, pois aconteciam em locais de movimentação constante, nos quais pessoas se concentravam para participar de cada etapa ritual, compondo um ambiente celebrativo. Eram festas públicas, envolvendo sociabilidades entre os colonos, aprendizados, hierarquias sociais. Manifestações coletivas exigiam a montagem de uma estrutura cultural que se espelhava na Europa, especificamente Portugal, dando sentido à ocupação territorial de terras, na fronteira Oeste das possessões lusas na América.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. Morte, memória e piedade barroca. **Separata da Revista de História das Idéias**, Universidade de Coimbra, vol. 11, 1989, p. 165-166.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda Baptista, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CARDIM, Pedro. O quadro constitucional. Os grandes paradigmas de organização política: a coroa e a representação do Reino. As cortes. In: HESPANHA, A. M. (Coord.). **História de Portugal** (Quarto volume, O Antigo Regime, 1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto, JESUS, Nauk Maria de (orgs.). **A terra da conquista**: história de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Adriana, 2003.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. **A Vila em ricas festas**: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica (1711-1744). Belo Horizonte: C/Arte, FACE-FUMEC, 2003.

SILVA, Gilian Evaristo França. **Festas e celebrações em Vila Bela da Santíssima Trindade no século XVIII**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá.

XAVIER, Angela Barreto & HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, A. M. (Coord.). **História de Portugal** (Quarto volume, O Antigo Regime, 1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 96.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 360.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 365.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 406.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 949.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 977.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1176.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1178.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1383.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1384.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 25. Doc. 1497.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1781.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Mato Grosso. Doc. 1499.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR - Doc. 1781.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR – Caixa 11. Doc. 646.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR – Doc. 1721.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR - Doc. 62.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR – Doc. 816.

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDHIR – Doc. 882.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT– Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Série: Carta. Doc. 0169. Caixa 005.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso -APMT - Fundo: Câmara de Vila Bela, 1770 a 1779 – Alteração dos capítulos 5°, 6°, 7°, 9°, 12°, 13°, 14º, 15°, 16° do livro das Correições e Audiências Gerais que serve na Ouvidoria.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso -APMT - Fundo: Governadoria, rolo 01.

CAPÍTULO 22

O NEGRO NO LIVRO "HISTÓRIA DO PARÁ", DE BENEDICTO MONTEIRO (2006)

Data de aceite: 24/08/2021
Data de submissão: 01/06/2021

Amanda Martins Olegário
Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA
Belém – Pará
http://lattes.cnpq.br/4426387833352042

RESUMO: Desde a regulamentação dos currículos escolares no século XIX no Brasil, os conteúdos de História eram voltados à história da Europa, afirmando que estudar o continente europeu era estudar a história da humanidade e da civilização, e esse fato acabou priorizando e destacando o branco colonizador nos livros didáticos, marginalizando outros personagens históricos importantes para a formação do país e do Estado do Pará, como o negro, e por muito tempo ele não era considerado um objeto de estudo tão interessante na historiografia brasileira, só quando se tratava das teorias raciais as quais estavam sendo debatidas na época. Mas agora, depois das reivindicações do Movimento Negro, foi criada a Lei 10.639/03 a qual torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, abrindo espaço para pesquisas sobre o assunto e ocorrendo mudanças nos livros didáticos tanto nacionais quanto regionais a fim de se adaptarem a Lei. Então, passados os anos desde a promulgação da Lei, de que forma esses materiais didáticos estão abordando o negro e sua história? Em quais assuntos tal personagem aparece? Quais fontes são utilizadas para falar sobre o negro? As imagens se referem somente à escravidão? Como esse projeto científico é baseado numa produção regional, essas questões estão focadas na História do Pará e para o objeto de estudo utilizado para a construção de tal análise historiográfica o qual é o livro do autor paraense Benedicto Monteiro, História do Pará (2006), utilizado em algumas escolas públicas do Estado, apesar de não ser necessariamente um livro didático. Para analisar as representações do negro na obra de Benedicto Monteiro, dialogamos com autores que tratam sobre o livro didático e sobre os negros nesse material, como Circe Bittencourt (2004), Warley Costa (2006), Itamar Freitas (2009) e as autoras Hebe Mattos, Martha Abreu, Carolina Vianna Dantas e Renata Moraes (2009). Esta pesquisa faz parte do projeto de Iniciação Científica intitulado Reflexos da Lei 10.639/03 na produção didática regional: representações do negro no livro didático de História da Amazônia (anos 1990-2000) desenvolvido na Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), localizada na cidade de Belém do Pará.

PALAVRAS-CHAVE: História do Pará, livro didático, negro.

THE BLACK MAN IN THE BOOK "HISTÓRIA DO PARÁ" BY BENEDICTO MONTEIRO (2006)

ABSTRACT: Since the regulation of school curricula in the nineteenth century in Brazil, the contents of history were focused on the history of Europe, stating that to study the European continent was to study the history of

humanity and civilization, and this fact ended up prioritizing and highlighting the white colonizer textbooks, marginalizing other important historical characters for the formation of the country and the State of Pará, such as the black, and for a long time he was not considered as an object of study in Brazilian historiography, only when it was the racial theories which were being debated at the time. But now, after the demands of the Black Movement, Law 10,639 / 03 was created, which makes the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture compulsory in school curricula, making room for research on the subject and changes in textbooks both. national as well as regional in order to adapt the Law. So, after the years since the enactment of the Law, how are these teaching materials addressing blacks and their history? What subjects does this character appear in? What sources are used to talk about black people? Do the images refer only to slavery? As this scientific project is based on a regional production, these questions are focused on the History of Pará and the object of study used for the construction of such historiographical analysis which is the book of the Pará author Benedicto Monteiro, História do Pará (2006), used in some state public schools, although it is not necessarily a textbook. To analyze the representations of the black in Benedicto Monteiro's work, we talk with authors who deal with the textbook and the blacks in this material, such as Circe Bittencourt (2004), Warley Costa (2006), Itamar Freitas (2009) and the authors Hebe Mattos, Martha Abreu, Carolina Vianna Dantas and Renata Moraes (2009). This research is part of the Scientific Initiation project entitled Reflections of Law 10.639 / 03 in the regional didactic production: black representations in the Amazonian History textbook (years 1990-2000) developed at the Brasil Amazônia Integrated College (FIBRA), located in the city from Belém do Pará.
KEYWORDS: History of Pará, textbook, black.

A história e cultura afro-brasileira por muito tempo foi ignorada e ocultada na historiografia brasileira, predominando a história do homem branco, principalmente a do europeu. Mas com a implantação da lei 10.639/03 a partir de muita luta e contestação, principalmente do Movimento Negro, a figura do negro e do afrodescendente ganharam uma nova visão histórica possibilitando uma compreensão maior sobre nosso passado. Desse modo, será realizada uma análise crítica no livro "História do Pará"[1] com o objetivo de discutir como o negro e o afro-brasileiro são representados na história amazônica, mas antes será mostrado uma breve introdução do autor.

Benedicto Wilfred Monteiro nasceu em Alenquer (PA) em 1º de março de 1924 e morreu no dia 15 de junho de 2008 em Belém (PA). Filho de Ludgero Burlamaqui Monteiro e Heribertina Batista Monteiro, Benedicto foi escritor, jornalista, advogado e político paraense. Foi casado com Wanda Marques Monteiro e teve cinco filhos, dez netos e quatro bisnetas. Fez o curso de humanidades no colégio Marista N. S. de Nazaré em Belém e completou seus estudos no Rio de Janeiro e lá cursou Direito na Universidade do Brasil. Exerceu jornalismo na imprensa carioca e publicou seu primeiro livro de poesia Bandeira Branca (1945), mais tarde publicou várias outras obras como Verde vago mundo (1972), O minossauro, A terceira margem (esta recebeu o Prêmio Nacional de Literatura da Fundação

1 MONTEIRO, Benedicto. História do Pará. Belém: Editora Amazônia, 2006.

Cultural do Distrito Federal), Carro dos Milagres (foi premiado pela Academia Paraense de Letras), dentre outras publicações. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, exerceu os cargos de Promotor Público, Juiz de Direito e Secretário de Estado, já foi eleito deputado estadual e foi cassado e torturado pelo regime militar em 1964. Após sair da prisão, se dedicou à advocacia agrarista e à literatura, publicando o livro Direito Agrário e Processo Fundiário e vários livros de poesia e ficção.

A partir dessa biografia é possível iniciar a discussão sobre o tema. No livro, o autor reserva o quarto capítulo da obra para abordar sobre o índio e o negro na história paraense, exaltando a importância de estudarmos tais etnias para compreender nossas origens, e mais adiante ele conta a história do negro de forma resumida, mas bem explorada pois ele conta com uma riqueza de detalhes e utiliza fontes visuais inéditas, tornando possível a compreensão do tema, entretanto essas imagens não possuem referências de onde foram retiradas, somente legendas dizendo o conteúdo que a imagem traz. Ele divide o capítulo em tópicos, tais como "A situação do escravo negro africano", "A importação dos escravos", "A luta contra a escravidão", "As comunidades negras", "O negro na Cabanagem" e "As campanhas abolicionistas", contando de forma cronológica e linear para melhor entendimento.

Os tópicos são resumidos e objetivos, mas não aborda de forma tão profunda no assunto, narrando desde a chegada dos negros às terras amazônicas até a abolição da escravidão no estado do Pará, então o autor continua se limitando a falar sobre o negro nesse período histórico, ou seja, do início da escravidão até seu fim no Estado.

Imagem 1: O escravo urbano.

Essa gravura, por exemplo, representa a vida cotidiana do escravo negro na cidade cumprindo ordens de seu senhor ao exercer ofícios como transportador de água ou de vendedor ambulante, a fim de garantir a produção de seu proprietário.

Fonte: MONTEIRO, Benedicto. História do Pará. Belém: Editora Amazônia, 2006, pp. 80.

Ele traz gravuras da época - no entanto não dizem suas fontes, só as descreve - e um texto complementar o qual se chama “A convocação dos trabalhadores” contada por Domingos Antônio Raiol a criação de funções – como serviços nas lavouras, nas obras públicas e no comércio - pela Assembleia Legislativa Provincial para erradicar a presença de vadios que havia no interior da província, ou seja, negros, índios e mestiços estavam nessa classificação. No primeiro tópico, segundo os historiógrafos, a figura do negro na Amazônia não foi tão forte quanto foi em outras regiões do Brasil, como Bahia e Rio de Janeiro, pois a mão de obra indígena ainda era utilizada, apesar da proibição de Portugal em relação a isso, uma vez que, segundo Rafael Chambouleyron, o escravo africano era considerado um artigo de luxo, então era extremamente caro possuí-lo e trazê-lo para o Maranhão e Grão-Pará e tal Estado não tinha recursos suficientes para comprar essa “mercadoria”[2]. No segundo tópico, conta a razão de como os escravos trazidos da África acabaram vindo para Belém e São Luís, sobre a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em que tipo de propriedade trabalhavam e de quais países africanos geralmente vinham esses escravos, como mostra o autor:

> Os historiógrafos que se referem aos escravos de origem africana são acordes em que o contingente negro na formação social e econômica da Amazônia não teve a importância que os negros tiveram em outras regiões do Brasil. Os negros não chegaram ao Pará trazidos, primeiramente, pelos portugueses, e sim pelos ingleses, para trabalhar nas feitorias que montavam entre rios Paru e Xingu. Eles eram utilizados na cultura da cana e de outras espécies, mas foram desaparecendo com a destruição desses estabelecimentos pelos portugueses nesse início de colonização, pois a exploração se limitava à aventura da colheita das drogas do sertão [...][3].
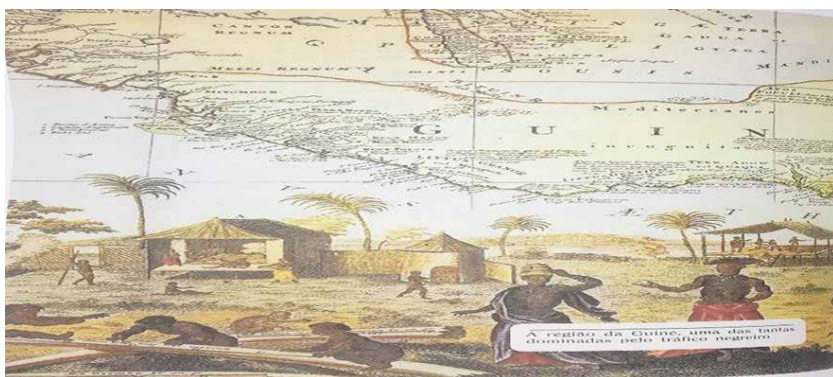
Imagem 2: Mapa africano.
Nessa gravura, retrata um mapa antigo mostrando a região africana da Guiné, um dos principais pontos do tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará, além de Angola e Costa da Mina e no livro são mencionadas diversas outras regiões africanas como Mocicongo, Benguela, Cabinda, Moçambique, Mali, Bijogó, dentre outras.

Fonte: MONTEIRO, Benedicto. História do Pará. Belém: Editora Amazônia, 2006, pp. 78.

2 CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. Revista Brasileira de História, v. 26, nº 52(2006), pp. 79-114.
3 MONTEIRO, Benedicto. História do Pará. Belém: Editora Amazônia, 2006, pp. 76.

Os tópicos “A luta contra a escravidão” e “As campanhas abolicionistas” se complementam e tratam da mesma questão: homens da elite paraense se organizando em instituições para lutar contra a escravidão até a promulgação da Lei Áurea. Em “As comunidades negras”, já trata da existência dos quilombos na Amazônia e conta da participação dos negros dos motins políticos e de como os religiosos defendiam a libertação dos indígenas, mas não dos escravos negros. Por fim, “O negro na Cabanagem”, discute a importância do negro nos ideais cabanos e na participação do movimento, citando até nomes de alguns deles como Manoel Barbeiro, algo surpreendente e inédito, pois, infelizmente raros são os negros e os afro-brasileiros reconhecidos em nossa História, como Zumbi e Henrique Dias os quais somente no século XIX foram citados nos livros didáticos, mas seus papéis como personagens históricos foram se alterando ao longo de nossa historiografia.

> Como o próprio Abreu e Lima reconhecia, ele valeu-se amplamente de trechos do livro História do Brasil, do inglês Robert Southey, na confecção do manual. A construção do compêndio trazia, porém, uma concepção pedagógica original que buscava formar o estudante no sentimento patriótico, identificado a um povo brasileiro em formação, que incluía os cidadãos brasileiros descendentes de indígenas e africanos escravizados. Talvez por isso tenha feito curta carreira no ensino da história do período monárquico. O manual escrito por Joaquim Manoel de Macedo, cujo título é Lições de história do Brasil (1865), baseado na história do Brasil escrita por Varnhagen, teve uma carreira bem mais longa e reservou um lugar bem menos proeminente para os dois personagens negros. Mas eles estavam lá. [...] a “Guerra Holandesa” mereceu seis lições, nas quais Henrique Dias foi rapidamente citado em apenas duas. De forma mais restrita, o herói só apareceu uma vez no quadro sinóptico, com a seguinte definição: “Henrique Dias, chefe dos negros”. [...] o Quilombo dos Palmares é citado uma única vez, como uma ameaça à ordem produzida pelos malefícios da escravidão. Numa perspectiva já abolicionista, Zumbi é definido como um negro que preferiu a morte à escravidão. Mas não havia elogios à civilização de Palmares. Para Macedo, o quilombo reunia escravos fugidos, bandidos e desertores. Em suas lições de história do Brasil, o herói era Domingos Jorge Velho, bandeirante que destruiu o quilombo[4].

4 MATTOS, H. et al. “Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos afrodescendentes e as representações da cultura brasileira”. A história na escola. Pp.299-320.
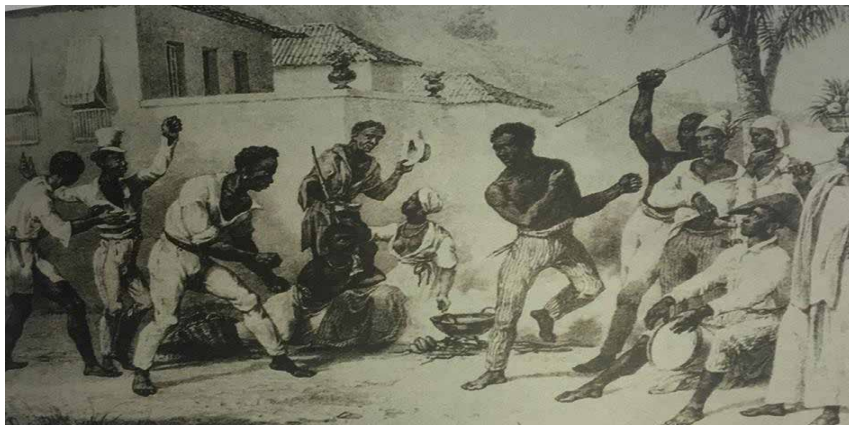
Imagem 3: Africanidades.

Nessa outra gravura, pode-se observar expressões culturais dos negros, no caso, a dança e os batuques. Nela, o autor fala como a cultura africana foi importante para suportar a dominação colonial.

Fonte: MONTEIRO, Benedicto. História do Pará. Belém: Editora Amazônia, 2006, pp. 81.

Sendo assim, é necessário avaliarmos como cada livro e autor descrevem o negro e sua história, pois eles têm uma visão diferente do assunto, uma vez que ele carrega sua própria ideologia, e cada editora interfere na edição do material didático para atender à lógica do mercado, como explica Circe Bittencourt[5]. Apesar disso, o livro didático continua sendo referencial nas salas de aula para os professores e alunos como objeto básico da educação posto que seja a base para as aulas do docente, servindo como instrumento pedagógico e alicerce para o conhecimento escolar, é ele que seleciona os conteúdos considerados fundamentais para a aprendizagem do aluno a partir dos programas curriculares. Mas esses conteúdos estão sendo apresentados de forma aprofundada e correta? O que o livro didático nos revela sobre esse personagem histórico? Quais aspectos e estereótipos estão sendo apresentados aos alunos sobre o negro?

A partir desses questionamentos foi possível analisar que o autor Benedicto Monteiro explora bem a temática, apesar da questão de o negro ter outros aspectos históricos, sociais e culturais que precisam ser estudados e aprofundados, pois esse personagem histórico contribuiu bastante não só na formação da cultura e na história paraense e brasileira, como também de outras partes do mundo influenciando a História da humanidade. Apesar de ter dado destaque ao negro, o autor não aprofunda muito esse personagem histórico; ele não aborda sobre a cultura (só diz que ela foi importante nesse processo histórico na Figura 3) e a religião, por exemplo, as imagens apresentadas mostram mais a escravidão na época, levando em conta os tópicos, do Brasil Império, há poucas imagens dos momentos iniciais da escravidão no Estado e os nomes que mais aparecem são homens da elite paraense, militares, religiosos e maçons que ajudaram na abolição da escravidão como

5 BITTENCOURT, Circe Ma. Fernandes (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

Felipe Patroni, Paulino de Brito, brigadeiro Soares de Andréa, dentre outros. Mas essa falta de embasamento sobre a história do negro se deve a vários fatores, e um deles é a pouca produção de materiais de História Regional por parte das universidades e por ser um assunto que não interessa às editoras, desse modo, não há muitos recursos para a elaboração desse tipo de livro didático. Além disso, segundo Itamar Freitas, "não bastassem esses entraves, verificamos também que a maioria dos historiadores universitários demonstra certo desprezo pelo artefato, dominantemente, considerado como uma literatura de segunda ordem"[6].

Mas por trás de toda produção, o livro didático acaba se modificando e se limitando a certos conteúdos, muitas vezes reproduzindo uma determinada ideologia e saber definidos pelo Estado e por outros setores do poder. Isso pode facilitar ou dificultar a vida do professor na hora de planejar uma aula, e quando se trata de História Africana e Afro-brasileira é preciso examinar bem o material didático, pois por muito tempo ela foi ignorada da História por conta das mudanças pedagógicas influenciadas pelo Positivismo no século XIX as quais definiram que a História da humanidade era baseada na história das nações europeias, criando uma ideologia a qual o branco europeu era a melhor "raça" enquanto as outras eram inferiores.

Por conta disso, por muito tempo, poucas as pessoas não-brancas se consideravam negras por causa da memória que se criou do negro, criando julgamentos prévios pejorativos, exclusão e desigualdades em diversos setores da sociedade sobre esse grupo durante muito tempo. Hoje em dia, eles estão combatendo tudo isso ao reconhecerem e se orgulharem de suas heranças afrodescendentes, formando, assim, a identidade negra. Mas esse reconhecimento histórico, e também social, foi adquirido com muita luta e protesto, principalmente do Movimento Negro. Mas ainda há muito a ser feito para alcançarmos o que esse grupo almeja. E para ajudar a combater o preconceito e a discriminação racial, a exclusão e a desigualdade social, é preciso que os professores e outros profissionais da educação debatem sobre o tema, discutindo os diversos significados e a história da palavra "negro".

> E para o profissional de ensino, que tem um comprometimento com o fim da exclusão social e com a deferência pelas identidades minoritárias, o respeito pela crescente afirmação da negritude como identidade cultural passa pela compreensão histórica não apenas da escravidão, mas do próprio significado de "ser negro". Traçar em sala de aula a origem do conceito de negro é uma forma de perceber como a própria discriminação é sem sentido, é mais eficaz do que simplesmente dizer aos alunos que todos somos iguais, quando, na verdade, todo nosso arcabouço mental continua a considerar essa "raça" inferior. Avaliar todos os significados do conceito é, na verdade, perceber que não há fronteiras entre as cores e falar em negro no Brasil é uma construção tão artificial quanto falar de ***branco***[7]***.***

---

6 FREITAS, Itamar (org.). História Regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009). São Cristovão: Editora UFS, 2009.

7 SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. "Negro". In: Dicionário de conceitos históricos. 3 ed. São Paulo:

Como já explicava a autora Mônica Lima e Souza, os negros foram personagens ativos na questão da luta pela liberdade, formando alianças e participando de resistências e das lutas populares, superando o sofrimento e a tortura dos navios negreiros e das fazendas do senhor branco[8]. Exemplo disso foi a criação dos quilombos e a integração ao movimento da Cabanagem. A partir disso, foi possível o negro dar sua contribuição na composição étnica, no folclore e na cultura do Pará, adicionando mais uma identidade ao homem paraense. No entanto, ela é pouco vista ou reivindicada no estado. Mas isso se deve ao fato de que a identidade negra nunca ter sido vista de forma positiva pela sociedade, pois está ligada à figura do escravo, o do que está à margem da sociedade, dos castigos, do trabalho pesado, das torturas, e a identidade é uma construção não só social, política e cultural, mas também histórica.

Na sociedade brasileira, por mais que digam que não haja isso pelo fato de ser uma nação mestiça, é praticado o racismo, a discriminação e o preconceito racial. Conforme destaca Nilma Lino Gomes, é difícil tentar se orgulhar das origens afrodescendentes quando a população "ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo [...]"[9].

É uma triste realidade, até porque nosso país foi o que mais recebeu africanos em grande quantidade por mais tempo na História. Foram eles que enriqueceram nossa cultura e história tornando-as únicas, a partir das suas crenças, danças, comidas, músicas, celebrações, dentre outras contribuições.

Após toda essa análise, pôde-se observar a visão que o autor tem sobre o negro e a importância que ele dar sobre a temática. Esse personagem histórico tem ganhado espaço na historiografia brasileira, mas ainda é preciso muita pesquisa e estudo para escrever a história afro-brasileira para chegarmos ao ponto certo que a lei 10.639/03 almeja dos atuais e futuros educadores.

REFERÊNCIAS

BENEDICTO MONTEIRO. Disponível em: http://benedictomonteiro.blogspot.com.br/p/benedicto-monteiro.html. Acesso: 18/07/2017.

BITTENCOURT, Circe Ma. Fernandes (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAMBOULEYRON, Rafael. "Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)". Revista Brasileira de História, v. 26, nº 52 (2006), pp. 79-114.

Contexto, 2013, pp. 311-315.

8 SOUZA, Mônica Lima e. Por que conhecer a história da África? Publicado na revista História Viva, n° 123, 2014.

9 GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação – 2005.

COSTA, Warley. As imagens da escravidão nos livros didáticos de História do ensino fundamental: representações e identidades. Dissertação e Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO, 2006. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Nailda Bonato.

FREITAS, Itamar (org.). História Regional para a escolarização básica no Brasil: o livro didático em questão (2006/2009). São Cristovão: Editora UFS, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação – 2005.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: História e memória. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, pp. 525-541.

MATTOS, H. et al. “Personagens negros e livros didáticos: reflexões sobre a ação política dos afrodescendentes e as representações da cultura brasileira”. A história na escola. Pp. 299-320.

MONTEIRO, Benedicto. História do Pará. Belém: Editora Amazônia, 1924.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História, v. 13, n. 25/26, São Paulo, 1993.

SALLES, Vicente. O negro no Pará sob o regime da escravidão. Belém: Universidade Federal do Pará, 1971.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. “Negro”. In: Dicionário de conceitos históricos. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 311-315.

SOUZA, Mônica Lima e. Por que conhecer a história da África? Publicado na revista História Viva, n° 123, 2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

DENISE PEREIRA - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Graduada em História (UEPG). Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento (CENSUPEG). Especialista em Docência do Ensino Superior, Gestão e Tutoria Ead e Especialista em Gestão Educacional. (FABRAS) e Graduada em Pedagogia (IBRA). E-mail: p.denise.p@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

B

C

D

E

Q

R

S

T

V

Z

História: Espaços, poder, cultura e sociedade

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021

História: Espaços, poder, cultura e sociedade

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ano 2021